



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:	UNESPAR/FPAR		Protocolo:
Em:	23/06/2020 15:06		16.680.593-7
CPF Interessado 1:	484.964.999-87		
Interessado 1:	SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO		
Interessado 2:	-		
Assunto:	ENSINO SUPERIOR	Cidade:	PARANAGUA / PR
Palavras-chave:	AUTORIZACAO DE CURSO, APROVACAO		
Nº/Ano Documento:	-		
Detalhamento:	PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM PARA O CAMPUS DE PARANAGUÁ.		
Código TTD:	-	Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica	

**UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 23/06/2020 15:07

DESPACHO

Solicitamos encaminhamento para apreciação e deliberação no Conselho de Campus e encaminhamento aos órgãos competentes.



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ**

Paranaguá, 23 de Junho de 2.020.

Senhores (as) Conselheiros (as)

REF: PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Há, aproximadamente 02 (dois) anos, docentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis vem discutindo a necessidade de ampliação da área de atuação da UNESPAR *Campus* de Paranaguá. Um dos motivos desta preocupação está relacionada às demandas existentes para cursos na área de saúde no litoral paranaense e, consolidação do campus enquanto universidade abrangendo novas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. Assim, buscou-se o alcance das Engenharias com a criação do curso de Engenharia da Produção e, agora busca-se cursos na área de Ciências da Saúde.

Após discussões e debates com a comunidade interna e externa chegou-se à demanda por cursos na área de Enfermagem para atendimento ao serviço público e privado, bem como o atendimento às secretarias de saúde dos sete municípios do litoral paranaense e aos hospitais públicos e privados.

O litoral paranaense não conta com instituições públicas ou privadas que ofereçam cursos de enfermagem presencial, sendo necessário nossos egressos do ensino médio se deslocarem para Curitiba ou Joinville, os municípios mais próximos que ofertam os respectivos cursos.

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ**

Após as discussões preliminares, contatos com o colegiado de enfermagem da UNESPAR *campus* de Paranavaí, visita *in loco* para conhecer as instalações e estrutura necessárias para o curso, contatos com o sistema público de saúde do litoral paranaense, optou-se para ampliar as discussões no âmbito da gestão local da UNESPAR, Pró-Reitorias e Reitoria.

Uma vez cumpridas as etapas informais e políticas sobre o assunto, através da Portaria nº 011/2020, da direção do *campus* de Paranaguá, foi instituída a “Comissão de elaboração dos Projetos Pedagógicos do Curso Tecnólogo em Gestão de Turismo e bacharelado em Enfermagem”.

Para a composição da comissão, buscou-se aliar os conhecimentos da realidade do campus, com nomeação dos professores Sebastião Cavalcanti Neto, Roseneide Maria Batista Cirino e Denise Maria Vaz Romano França, para compor a Comissão do Curso de Bacharel em Enfermagem, além disso, foram convidados para a comissão, com conhecimento sobre cursos de enfermagem na UNESPAR, os professores Willian Augusto de Melo e Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli, do colegiado de Enfermagem do *campus* de Paranavaí. A composição foi complementada por profissionais da área de saúde atuantes no litoral paranaense, sendo convidados: Juliane Carla Lievore, Kelly Regina Durski Pinheiro, Leovaldo Bonfim Pinto e Vanessa Santos, que atuam na 1ª Regional de Saúde e Secretarias municipais de Saúde.

Os trabalhos tiveram início com as discussões e elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso; regulamento do Estágio Supervisionado; Trabalho de Conclusão do Curso; e Atividades Extracurriculares.

Para dar andamento na proposta, é necessária a aprovação por este Conselho de *campus* para o encaminhamento às instâncias superiores da Instituição.

Sendo assim, **tendo como fundamento:**

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ**

- a) A conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR manifesto em sua Missão, a de “gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, **nas diferentes áreas do saber**, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do **desenvolvimento humano e sustentável**, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional;
- b) Aos preceitos do PDI da UNESPAR 2018/2022 em seu Eixo III - Políticas Acadêmicas, Objetivo 2 - Refletir sobre a relevância social dos cursos de graduação existentes, considerando as demandas regionais e seu envolvimento com a sociedade, Meta 8 - Estabelecer currículos socialmente relevantes e articulados com o mundo do trabalho, Ação c) Realizar estudos acerca da necessidade e da viabilidade dos cursos existentes, bem como de implantação de novos cursos;
- c) A demanda regional do Litoral Paranaense por profissionais de enfermagem;
- d) A *expertise* da UNESPAR com curso de Enfermagem no campus de Paranaíba;
- e) Os reflexos da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID 19 e necessidade atual e futura de atenção à saúde básica e emergencial;
- f) O Espaço físico ocioso no período diurno no *campus* de Paranaguá;
- g) A participação da UNESPAR *campus* de Paranaguá nas atividades emergenciais de combate ao COVID 19;

Apresentamos a proposta de **CRIAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM**, como um curso de graduação na modalidade bacharelado, com 30 (trinta) vagas anuais e duração de 04 (quatro) anos em período integral. A proposta foi elaborada atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em Enfermagem bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESPAR.



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ**

Encaminhamos anexo o Projeto Político Pedagógico com seus anexos que, após aprovado pelo Conselho de *Campus*, será encaminhado para análise da Pró-Reitoria de Graduação; Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; Pró-Reitoria de Finanças para posterior aprovação dos Conselhos: de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE; Administração e Finanças – CAD e Conselho Universitário - COU.

Diante do exposto, imbuídos do sentimento de construção conjunta de uma Universidade, solicitamos a APROVAÇÃO DA PROPOSTA por este Conselho de Campus.

Atenciosamente

Prof. Dr. Sebastião Cavalcanti Neto

*Comissão de elaboração dos projetos
pedagógicos dos cursos tecnólogo em
Gestão do Turismo e bacharelado em
Enfermagem*

Profª Drª Rosineide M. B. Cirino

*Comissão de elaboração dos projetos
pedagógicos dos cursos tecnólogo
em Gestão do Turismo e bacharelado
em Enfermagem*



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ

JUNHO/2020

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

SUMÁRIO

1	INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	6
2	APRESENTAÇÃO.....	7
3	JUSTIFICATIVA	9
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	13
4.4.1	CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	13
4.4.1	Dados da mantenedora	13
4.4.2	Dados da mantida.....	13
4.4.3	Breve histórico da instituição	14
4.4.4	Missão.....	16
4.4.5	Princípios	16
4.4.6	Objetivos e metas	17
4.4.7	Contexto da região.....	21
4.4.8	Cenário cultural, socioeconômico e demográfico da região.....	21
4.4.9	Cenário de saúde.....	23
4.4.10	Perfil epidemiológico Estado do Paraná	23
4.4.11	Cenário educacional	28
4.4.12	Legislação orientadora.....	29
4.4.13	Legislação básica do curso de enfermagem.....	33
5	OBJETIVOS	37
5.1	OBJETIVOS DO CURSO.....	37
5.1.1	Missão do curso.....	37
5.1.2	Objetivos específicos	37
5.1.3	Perfil do egresso do curso	38
5.1.4	Áreas de atuação	41
5.1.5	Concepção marco conceitual.....	43
5.1.6	Marco estrutural	46
6	METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	50
7	AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	57

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

7.1	AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	57
7.2	AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	61
7.3	INSERÇÃO REGIONAL	63
8	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	66
8.1	MATRIZ CURRICULAR	66
8.1.1	Conteúdos de formação geral	66
8.1.2	Conteúdos de formação diferenciada	67
9	DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS	71
9.1	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	71
9.2	COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS CURRICULARES COM O PERFIL DO EGRESSO	74
9.2.1	Adequação dos conteúdos curriculares à língua brasileira de sinais – LIBRAS.	74
9.2.2	Adequação dos conteúdos curriculares à educação das relações étnico-raciais	74
9.2.3	Adequação dos conteúdos curriculares à política nacional de educação ambiental	75
9.2.4	Adequação dos conteúdos curriculares à educação em direitos humanos	75
9.2.5	Adequação dos conteúdos curriculares aos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista	76
9.3	Coerência entre o PPC com as diretrizes curriculares	76
10	EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	78
10.1	ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS	78
10.1.1	Descrição do ementário e bibliografia do curso	79
11	PROPOSTA PEDAGÓGICA	106
11.1	POLÍTICA DE ENSINO	106
11.2	POLÍTICA DE PESQUISA	108
11.3	POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	110
11.4	POLÍTICA DE EXTENSÃO	111
12	ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO	113

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

12.1	ESTÁGIO CURRICULAR	113
12.1.1	Acompanhamento do estágio	114
12.2	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	114
12.2.1	Acompanhamento do trabalho de conclusão de curso	115
12.3	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	115
12.3.1	Acompanhamento das atividades complementares	117
12.4	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	117
12.4.1	Metodologia de ensino	117
12.4.2	Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	119
12.4.3	Sistema de autoavaliação	120
12.4.4	Comissão permanente de avaliação – CPA	121
13	CORPO SOCIAL DO CURSO	125
13.1	CORPO DISCENTE	125
13.1.1	Formas de acesso ao curso	126
13.1.2	Programas de apoio pedagógico	127
13.1.3	Apoio às atividades acadêmicas	128
13.1.4	Acompanhamento de egressos	128
13.2	GESTÃO DO CURSO	129
13.2.1	Coordenação do curso	131
13.2.2	Núcleo docente estruturante – NDE	133
13.2.2.1	Composição	133
13.2.2.2	Atuação	134
13.2.2.3	Objetivo geral	135
13.2.2.4	Objetivos específicos	135
13.2.3	Corpo docente	136
13.2.3.1	Titulação e dedicação ao curso	136
13.2.3.2	Titulação	136
13.2.3.3	Regime de trabalho do corpo docente	137
13.2.4	Corpo técnico-administrativo	137

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

14	INFRAESTRUTURA.....	139
14.1	ESPAÇO FÍSICO GERAL	139
14.2	ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	142
14.3	BIBLIOTECA.....	142
14.4	LABORATÓRIOS E AMBIENTES ESPECÍFICOS PARA O CURSO	143
14.4.1	Laboratório multidisciplinar	144
14.4.2	Laboratório de enfermagem.....	144
14.4.3	Laboratório de anatomia	145
14.4.4	Laboratório de fisiologia.....	149
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		
OBRIGATÓRIO.....		151
ANEXO II – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ..		164
ANEXO III – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES		180
ANEXO IV - PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE IMPLANTAÇÃO.....		180

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Denominação do Curso	Bacharelado em ENFERMAGEM
Modalidade	Educação Presencial
Endereço da Oferta	Rua Comendador Correa Junior, 117 – Centro 83.203-560 – Paranaguá – PR
SITUAÇÃO LEGAL DO CURSO	
Turno de Funcionamento	Integral
Vagas Autorizadas	30
Regime de Matrícula	Anual
Tempo de Integralização	04 (quatro) anos

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

2 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Graduação em Enfermagem grau de bacharel da Universidade Estadual do Paraná - *Campus* de Paranaguá. O projeto é constituído por uma coletânea de normas e parâmetros norteadores para a prática educativa considerando-se os aspectos legais estabelecidos pelas diretrizes curriculares e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem.

Neste projeto, apresentam-se os princípios norteadores, dos objetivos, perfil profissiográfico e áreas de atuação, bem como os princípios de integração entre ensino, pesquisa e extensão, aspectos que envolvem o corpo docente, as estratégias utilizadas no processo ensino aprendizagem com vistas à transmissão e apropriação do conhecimento, a matriz curricular do curso, além do levantamento acerca dos recursos humanos e materiais necessário à formação dos profissional em enfermagem no grau de bacharel.

Trata-se de um projeto que visa atender às demandas da comunidade local e, neste sentido, apresentam-se aspectos da realidade local, regional e brasileira, considerando-se as constantes transformações de acordo com suas prioridades e estratégias estabelecidas.

Para tanto, este documento está organizado a partir dos esforços coletivo e institucional dos envolvidos, constituído pela comissão composta por docentes e profissionais de enfermagem do litoral paranaense, responsáveis pela proposição



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

deste PPC.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

3 JUSTIFICATIVA

A Enfermagem é uma atividade secular da área da saúde e pode ser descrita, enquanto ação social, como uma relação de ajuda, dinâmica, complexa e multifacetada, cuja essência e especificidade é o cuidado ao ser humano, individualmente, na família ou na comunidade, e de modo dinâmico, está acompanhando as transformações que vêm ocorrendo ao longo do processo histórico mundial.

O Curso de Enfermagem, na UNESPAR *Campus* de Paranaguá, busca associar a teoria-prática e universidade de serviço, com abordagem generalista, humanista, crítica e reflexiva.

A proposta curricular, ora apresentada, parte dos debates, construções e reconstruções iniciadas na década passada pelos órgãos colegiados da área de saúde na UNESPAR, ocupando-se dessa tarefa, com avanços e retrocessos em cada versão elaborada, buscando uma construção curricular que contemple as demandas da comunidade do litoral paranaense para adequar-se às resoluções oriundas do Ministério da Educação (MEC), à viabilização de espaços para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas da profissão, permeando a formação pela aprendizagem das políticas e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e atender o Parecer CEE nº18/2016 do Conselho Estadual de Educação-PR.

Justifica-se a implantação de um novo curso de graduação em Enfermagem na instituição com o aproveitamento da reconstrução do projeto político pedagógico do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

curso, pela necessidade de possibilitar que o acadêmico seja sujeito do seu processo de formação, da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência, além de dispor orientações sobre a criação de mecanismos de aproveitamento adquiridos pelos estudantes, por meio de estudos e práticas independentes a partir de diferentes cenários e experiências de aprendizagem.

Portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem se configuram como artifícios potencialmente capazes de influenciar na construção de novas práticas, entre elas aquelas relacionadas à promoção da saúde. Dessa forma, a formação do enfermeiro deve atender às necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção, a qualidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2001).

A proposta curricular apresentada representa a oportunidade de adequar a formação do futuro enfermeiro dentro das diretrizes nacionais e às normativas legais mais atuais no que se refere à formação do profissional da área da saúde. Ao construí-la, busca-se investir numa formatação de curso que tem como diferencial uma relação entre teoria e prática, entre a academia e os serviços de atuação profissional, que possibilitará dar condições ao enfermeiro visão ampla da realidade de saúde no país e as políticas de saúde, através da formação de profissionais preparados para refletir – agir – refletir. A indicação que o novo modelo de saúde nos oferece é a necessidade de orientação no processo de formação dos profissionais de enfermagem calcada nos princípios, diretrizes e conceitos deste sistema.

Nessa perspectiva, as justificativas da necessidade de implantação deste Projeto Pedagógico do Curso vêm ao encontro das necessidades de incorporação das

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

inovações tecnológicas e de organização do processo de trabalho decorrentes do perfil epidemiológico, demográfico e cultural atual (regional, nacional e mundial).

O envelhecimento, a urbanização, as mudanças sociais e econômicas e a globalização impactaram o modo de viver, trabalhar e se alimentar dos brasileiros (DUARTE *et al.*, 2012). Algumas mudanças ocorreram nesses perfis, principalmente nos últimos 07 anos, que merecem destaques pontuais como:

- tem crescido a prevalência de fatores como a obesidade e o sedentarismo, concorrentes diretos para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT); as DCNT aparecem como causa de internação, principalmente, nas faixas etárias a partir de 50 anos (neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas) (DUARTE 2012).

- O aumento da violência representa um dos maiores e mais difíceis desafios. O aumento da mortalidade por causas externas, principalmente por homicídios e por acidentes de transporte terrestre;

- a transição nutricional (“dieta ocidental”) caracterizada pelos altos teores de gorduras, principalmente de origem animal, de açúcares e alimentos refinados e baixos teores de carboidratos complexos e fibras, o aumento da obesidade estão amplamente associados com a alta prevalência de DCNT e a diminuição da qualidade de vida da população (SANTOS *et al.*, 2013);

- o declínio da mortalidade por doenças infectocontagiosas, conseguida pelos êxitos alcançados pela prevenção por imunizações, não justifica centralizar este grupo

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

de doenças como necessidade prioritária curricular, apesar de ainda persistirem algumas doenças associadas à pobreza como hanseníase, tuberculose, malária.

Além de que, as transições demográficas, epidemiológicas e nutricionais requerem uma formação diferente para se atuar na saúde. Tal contexto compreenderia nova concepção do processo saúde e doença, ações de cunho preventivo em equilíbrio com o curativo e profissionais dinâmicos, empenhados com a resolução de problemas de saúde, críticos e reflexivos, que pudessem utilizar seus conhecimentos e técnicas de modo coerente com os pressupostos do novo sistema de saúde.

Adicionalmente, nesse processo curricular houve um cuidado adicional em pautar os componentes curriculares em conformidade com: diretrizes do curso e demais regulamentações, política nacional de saúde e sistema de saúde vigente e também de acordo com as necessidades dos diferentes atores envolvidos na proposta, docentes e profissionais de saúde do litoral paranaense.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

4.4.1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

4.4.1 Dados da mantenedora

Mantenedora	Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
CNPJ	05.012.896/0001-42
Endereço	Av. Rio Grande do Norte, 1525 – Centro
Cidade/Estado	87.701-020 – Paranavaí – PR
Fone	(44) 3423-8944
Reitor	Antônio Carlos Aleixo

4.4.2 Dados da mantida

Mantida	Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR <i>Campus de Paranaguá</i>

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

CNPJ	75.182.808/0001-36
Endereço	Rua Gabriel de Lara, 678 – Centro
Cidade/Estado	83.203-560 – Paranaguá – PR
Fone	(41) 3423-3644
Diretor	Moacir Dalla Palma

4.4.3 Breve histórico da instituição

A Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 15.500, de 28 de setembro 2006. Constitui-se a partir da integração das Faculdades Estaduais:

Faculdade de Artes do Paraná – FAP;

Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM;

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA;

Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA;

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – FAFIPAR;

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória -

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

FAFIUV;

Academia Policial Militar do Guatupê - APMG e;

Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP.

A UNESPAR é uma das sete universidades estaduais públicas com um total aproximado de 12 mil estudantes e 955 professores, entre efetivos e temporários. Criada em 2001, ela reúne sete faculdades estaduais pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior: Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam), Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba (Fafipa), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (Fafiuuv) e Academia Militar do Guatupê (APMG).

A implantação da UNESPAR repercute em seis grandes regiões do Estado do Paraná. A região de Paranaíba, que abrange 29 municípios, com uma população de 263.088 habitantes. A região de Campo Mourão, que abrange 25 municípios, conta com uma população de 323.304 habitantes. A região de Apucarana, que congrega 9 municípios e uma população de 285.476 habitantes. A região de União da Vitória abarca 7 municípios e conta com uma população de 121.658 habitantes. A região Metropolitana de Curitiba abarca 26 municípios e uma população de 3.168.980 habitantes, e a região de Paranaguá, que congrega 7 municípios do litoral paranaense e conta com uma população de 256.933 habitantes.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

A UNESPAR além de contar com estudantes de todos os municípios que abarcam as seis grandes regiões citadas, também recebe estudantes de outras regiões e de outros estados, concretizando-se como uma universidade pública estadual de abrangência nacional.

A UNESPAR conta com 71 cursos de graduação e 16 Centros de Área, 9 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, sendo dois entre redes.

4.4.4 Missão

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local, regional, estadual, nacional e internacional.

4.4.5 Princípios

De acordo com o previsto em seu Estatuto, os princípios que regem a organização e a ação da Universidade Estadual do Paraná são:

- Universalidade do conhecimento e sua sistematização;

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- Autonomia universitária;
- Gestão democrática por meio de eleições e representatividade, modelo *multicampi* e descentralização administrativa e operacional;
- Equidade de acesso e permanência ao ensino superior público, gratuito e de qualidade;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura;
- Cooperação e integração entre os *campi*, setores, unidades, seções na execução das atividades meio e fim da universidade;
- Interação com o poder público e a sociedade civil para a formulação e controle social das políticas públicas nas diferentes esferas de governo.

4.4.6 Objetivos e metas

São objetivos institucionais da UNESPAR:

- a) Consolidar seu papel no desenvolvimento humano, social e integral e no desenvolvimento econômico em todos os níveis;
- b) Ampliar seus espaços de interlocução com a sociedade, particularmente nos campos da arte, cultura, saúde, cidadania e educação, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento a

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

demandas sociais;

- c) Participar, em nível internacional, nacional, estadual e local, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social e da produção e difusão da ciência, da arte e da cultura, buscando sempre estruturar a participação discente;
- d) Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social;
- e) Reforçar sua integração com a rede de universidades estaduais, na coordenação de ações que visem ao fortalecimento do sistema universitário público no Estado do Paraná;
- f) Assegurar alocação de recursos governamentais, por meio da articulação de suas representações nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmicos;
- g) Aperfeiçoar os recursos de infraestruturas, materiais e financeiros, implementando estratégias para utilização plena da capacidade instalada;
- h) Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados superiores na definição das macropolíticas institucionais;
- i) Promover revisão e atualização dos seus instrumentos normativos, de modo a favorecer o alcance de um novo patamar de qualidade no exercício de suas funções acadêmicas e na democracia interna da instituição;

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- j) Estabelecer uma política de desenvolvimento de pessoas que considere a essencialidade dos agentes universitários e docentes para o cumprimento das atividades-fim da instituição;
- k) Implementar uma política de apoio ao corpo docente, baseada em equidade e justiça, incluindo ações nos âmbitos social, acadêmico e cultural;
- l) Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de programas que envolvam, de forma indissociável, a produção e a socialização do conhecimento à formação dos acadêmicos;
- m) Promover a melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis;
- n) Diversificar as atividades de ensino, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, ampliando as vagas nos cursos presenciais;
- o) Criar mecanismos que favoreçam o acesso à Universidade de grupos sociais tradicionalmente excluídos;
- p) Criar condições para estimular e fortalecer a pesquisa pelo incentivo ao desenvolvimento de programas inovadores, o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, a crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, bem como a divulgação do conhecimento produzido;
- q) Consolidar a extensão universitária como interface da Universidade com segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação;
- r) Implementar uma política de democratização dos conhecimentos

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

científicos, culturais e tecnológicos, por meio do fortalecimento de um sistema qualificado de bibliotecas e de acesso ampliado a redes e bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis;

- s) Promover uma inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica, técnica e artística;
- t) Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer;
- u) Formar Profissionais habilitados ao exercício das carreiras públicas, profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas e de magistério, bem como de trabalhos de cultura geral;
- v) Promover e estimular processos, sistemas e tecnologias, que contribuam para o desenvolvimento social;
- w) Garantir o pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

4.4.7 Contexto da região

4.4.8 Cenário cultural, socioeconômico e demográfico da região

A área de abrangência da UNESPAR *Campus* de Paranaguá é composta pelos 07 (sete) municípios que compõem o Litoral do Paraná, sendo eles: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba.

A população, de acordo com o Censo de 2010, conta com 265.392 habitantes, com uma estimativa para 2015 de 286.602 habitantes. O IDH médio dos municípios é de 0,701, sendo o município de Guaraqueçaba o menor, com 0,587.

O Ensino Fundamental, em 2012, contava com 47.639 matrículas e o Ensino Médio 13.713.

		Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Matinhos	Pontal do Paraná	Guaratuba	TOTAL
IDH (*)		0,750	0,687	0,686	0,587	0,743	0,738	0,717	0,701**
Matrículas	Ensino	25.420	3.196	2.856	1.576	5.190	3.787	5.614	47.639
Matrículas	Ensino	7.847	824	836	410	1.368	988	1.440	13.713

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Médio (***)									
População 2010		140.469	18.891	15.718	7.871	29.428	20.920	32.095	265.392
População (estimada)	2015	150.660	19.416	16.435	7.966	32.591	24.352	35.182	286.602

* IDHM dados 2010

** IDH Médio

*** Dados 2012

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

Trabalho	Fonte	Data	Município	Região
Estabelecimentos (RAIS) (números)	MTE	2015	3.031	6.820
Comércio Varejista	MTE	2015	1.139	2.584
Alojamento, Alimentação, Radiodifusão e Televisão	MTE	2015	526	1.275
Transporte e Comunicações	MTE	2015	385	479
Empregos (RAIS) (número)	MTE	2015	39.005	68.316
Estabelecimentos (RAIS) nas Atividades Características do Turismo (ACTs) (número)	MTE	2015	391	992
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Alojamento (número)	MTE	2015	72	172
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Alimentação (número)	MTE	2015	259	711
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Transporte terrestre (número)	MTE	2015	16	31
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Transporte Aquaviário (número)	MTE	2015	13	17

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Agência de viagem (número)	MTE	2015	4	11
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Aluguel de Transportes (número)	MTE	2015	2	2
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Cultura e Lazer (número)	MTE	2015	25	48
População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	117.257	223.295
População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	66.849	125.263
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	60.828	115.811
Taxa de Atividade de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	57,09	56,25
Taxa de Ocupação de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	90,99	92,45

FONTE: Ipardes (2016)

4.4.9 Cenário de saúde

4.4.10 Perfil epidemiológico Estado do Paraná

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 apontaram um volume de 10,4 milhões de habitantes no Paraná, o que traduz um crescimento anual de 0,89% no decênio 2000-2010, inferior àquele observado na década anterior (1,4% ao ano). Essa taxa é similar à da Região Sul como um todo e inferior à do país (Tabela 3). Em termos proporcionais, a população do Paraná representa 38,1% da população do Sul brasileiro e 5,5% da nacional.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 confirmaram a continuidade do processo de envelhecimento da população, tanto na esfera regional quanto na nacional. O principal fator atuando na raiz desse processo relaciona-se ao intenso declínio da fecundidade, que vem ocorrendo desde meados da década de 1960 em todas as regiões do país, em todos os segmentos sociais, com repercussões substanciais sobre a pirâmide etária das distintas populações no sentido de uma redução acelerada dos segmentos etários infanto-juvenis, em oposição a um aumento expressivo da população adulta e, principalmente, da idosa.

Constata-se que, ao passo que o padrão etário se modifica e as relações sociais e de trabalho se alteram, diante do avanço econômico e tecnológico, dependendo das condições ambientais, o quadro epidemiológico da população tende a sofrer alteração, requerendo que os serviços de saúde se adaptem a essas transformações.

Os indicadores do perfil epidemiológico demonstram que o trabalho da saúde pública parte da constatação de uma realidade de saúde não desejável em uma população e aponta para conseguir mudanças sociais, deliberadas e sustentáveis nessa população. O foco epidemiológico consiste basicamente em: i) a observação dos fenômenos de saúde e doença na população; ii) a quantificação deles em frequências e distribuições; iii) a análise das frequências e distribuições de saúde e de seus determinantes; e iv) a definição de cursos de ação apropriados.

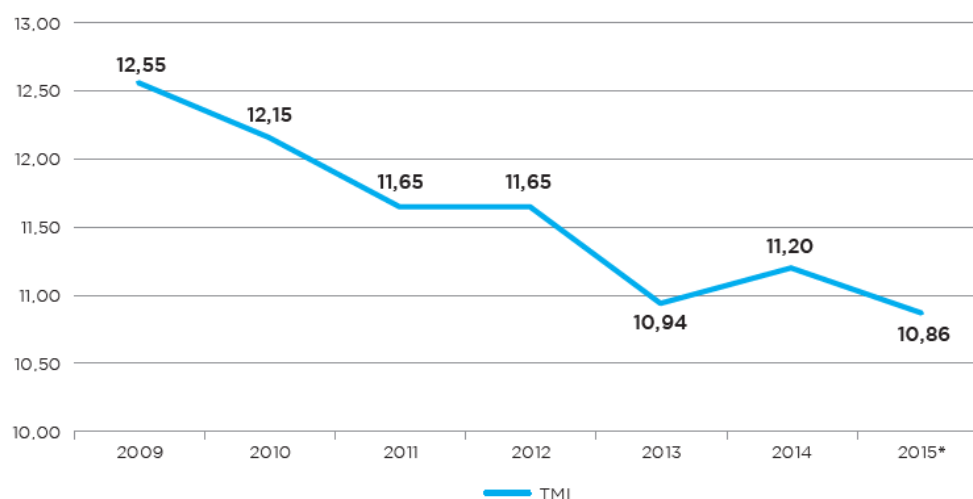
Em todo esse processo, os procedimentos e técnicas de quantificação são de grande relevância, e a capacitação da equipe local de saúde nesses aspectos do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

enfoque epidemiológico é consequentemente fundamental (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2010).

Um dos primeiros e importantes indicadores do perfil epidemiológico diz respeito à mortalidade infantil. A mortalidade infantil decresceu no Paraná, conforme expresso no gráfico.

GRÁFICO 6 - SÉRIE TEMPORAL DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR 1.000/NV NO PARANÁ - 2009-2015



Fonte: SESA/SVS/CEPI/DVIEP/SIM/SINASC, 4 jan. 2016.

No Estado do Paraná, assim como nos demais da federação, as causas de morte são as mais variadas e, conforme perfil epidemiológico traçado no Plano

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Estadual de Saúde 2016-2019, encontramos que as Doenças do Aparelho Circulatório (DAC) estão situadas como a primeira causa de morte da população total do Paraná; as Neoplasias (câncer), a segunda causa; Causas Externas (CE), situadas como as diferentes formas de violência e acidentes estão na terceira causa, e as Doenças do Aparelho Respiratório (DAR), a quarta causa. Na infância e adolescência, além das CE, as neoplasias e as Doenças do Sistema nervoso têm destaque. As Causas Mal Definidas (MD) representam 3.3% nas classificações obituárias do estado paranaense.

Nesse contexto, o profissional enfermeiro - por meio de sua formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, deve reconhecer as diferentes vertentes que sustentam o pensamento, a produção científica e tecnológica e a ação de saúde nos seus diferentes níveis e formas de expressão na sociedade. A ênfase está na habilidade de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde/doença mais predominantes no perfil epidemiológico nacional e na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais implicadas nesses processos.

A região de abrangência da IES, que compreende o Litoral Paranaense, composto por sete municípios, conta com 412 estabelecimentos de Saúde com 318 leitos hospitalares.

Estabelecimentos de Saúde (nº)	MS/CNES	2019	412
Leitos Hospitalares Existentes (nº)	MS/CNES	2019	318
Taxa de Fecundidade (filhos/mulher)	PNUD/IPEA/FJP	2010	...

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	IBGE/SESA	2019	14,44
Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes) (P)	Datasus/SESA	2019	7,17
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	8,63
Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	11,19
Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	93,26

A 1ª Regional de Saúde, sediada no município de Paranaguá, atende a todos os municípios do litoral paranaense: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

POPULAÇÃO E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE IDADE, REGIONAIS DE SAÚDE DO PARANÁ, REGIÃO SUL E BRASIL – 2000 E 2010					
Unidades territoriais		População			
		1ª RS – Paranaguá	Paraná	Região Sul	Brasil
0 a 14	2000	74.399	2.747.130	6.911.340	50.266.122
	2010	68.213	2.391.339	5.983.317	45.932.294
	Tx. Cresc. Anual (%)	-0,86	-1,38	-1,43	-0,9
15 a 59	2000	143.043	6.006.897	15.890.928	104.997.019
	2010	168.457	6.881.034	18.116.109	124.232.908

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

	Tx. Cresc. Anual (%)	1,65	1,37	1,32	1,7
60 anos e +	2000	18.398	809.431	2.100.499	14.536.029
	2010	28.721	1.172.154	3.287.465	20.590.597
	Tx. Cresc. Anual (%)	4,55	3,77	4,58	3,54

FONTE: Censos Demográficos

Regional de Saúde (RS)	População projetada				
	2020	%	2030	%	Taxa de Crescimento (% ao ano)
1ª RS – Paranaguá	301.531	2,6	323.159	2,7	0,70
PARANÁ	11.538.518	100	12.045.491	100	0,43

Fonte: IPARDES/BDEWeb.

4.4.11 Cenário educacional

A região de abrangência da IES conta com 34 estabelecimentos de Ensino Fundamental e 14 de Ensino Médio Privado. O Ensino Fundamental Público conta com 134 estabelecimentos da rede Estadual e 49 da rede Municipal.

Já no Ensino Médio a atuação privada é composta por 14 escolas e o Ensino Público com 38 estabelecimentos da rede Estadual e 02 da rede Federal.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Matinhos	Pontal do Paraná	Guaratuba	TOTAL
Escolas de Ensino Fundamental Privada	21	2	2	1	3	2	3	34
Escolas de Ensino Fundamental Pública Estadual	19	5	2	7	5	5	6	49
Escolas de Ensino Fundamental Pública Municipal	45	10	18	27	8	6	20	134
Escolas de Ensino Fundamental Pública Federal								0
Escolas de Ensino Médio Privada	8		1		2	1	2	14
Escolas de Ensino Médio Pública Estadual	16	4	2	5	2	4	5	38
Escolas de Ensino Médio Pública Municipal								0
Escolas de Ensino Médio Pública Federal	1				1			2
TOTAL	110	21	25	40	21	18	36	271

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

4.4.12 Legislação orientadora

Na concepção do curso de Enfermagem, buscou-se a legislação orientadora para seu desenvolvimento, levando-se em conta:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da deliberação nº 02/09 do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Conselho Estadual de Educação, que dispõe e regulamenta o estágio não-obrigatório; o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Vale salientar que os estágios não criam vínculo empregatício;

- Lei 10.639/2003 e Deliberação nº 04/06-CEE, que institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino. A Educação das Relações Étnico-Raciais tem como objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como atitudes, posturas e valores que preparem os cidadãos para uma vida de fraternidade e partilha entre todos. Por sua vez, o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas;

- Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. De acordo com a referida Lei, a libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto;

- Resolução nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, cabendo às Instituições de Educação Superior a definição quantitativa em minutos do conceito de hora-aula, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das cargas horárias totais dos cursos;

- Resolução nº 04/09, que dispõe sobre a carga horária mínima para o curso;

- Deliberação nº 04/2013-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;

- Deliberação nº 02/2015-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. O artigo 2 da referida deliberação traz que a Educação em Direitos Humanos constitui um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, estabelece que as instituições de ensino superior que possuem pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular dos seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. Essas disciplinas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso e que as avaliações sejam presenciais. O artigo 2 da referida portaria apresenta que a oferta das disciplinas deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

- Portaria no 4279, de 30 dezembro de 2010, estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, como estratégia para superar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e aperfeiçoar o funcionamento político-institucional do SUS, com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência. Destacam-se as redes temáticas priorizadas: rede cegonha; Rede de atenção às urgências e emergências; Rede de atenção psicossocial; Rede de Atenção a doenças e condições crônicas; Rede de cuidado à pessoa com deficiência.

- Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a Lei Orgânica no 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa. Nas disposições preliminares, apresenta o conceito de região de saúde, Contrato Organizativo de Ação

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Pública, Portas de Entrada, Comissões Inter gestores, Mapa de saúde, Rede de atenção à saúde, Serviços especiais de acesso aberto, protocolo clínico e diretriz terapêutica; com vistas a promover avanços na rede de serviços de saúde. Política Nacional de Atenção Básica, também passa por atualização, por meio da Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011 que revoga a Portaria 648 de 2006. A criação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), em 2008, e a criação do Programa Saúde na Escola (PSE), em 2007, são alguns pontos de atualização. Além das Leis, decretos e portarias, cabe destacar as novas ações, Programas e Políticas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde:

- Política de Atenção Integral à saúde da criança (Portaria 1130, de 5 de agosto de 2015);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Portaria no 1.944, de 27 de agosto de 2009);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Portaria 2.528 de 19 de outubro de 2006);

4.4.13 Legislação básica do curso de enfermagem

Para a sua constituição, o presente projeto pedagógico de curso tem como

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

referência a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 573, de 31 de janeiro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF), que orienta e propicia concepções curriculares ao curso de graduação em Enfermagem, sendo observadas no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos cursos de Enfermagem das Instituições de Ensino Superior do País, tendo como base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Sua estruturação busca definir o perfil profissional do enfermeiro, em consonância com as perspectivas e abordagens contemporâneas da Educação em Enfermagem e da Lei do Exercício Profissional, adequadas e compatíveis com referenciais constitucionais, internacionais e princípios fundantes à formação de enfermeiras/os, os determinantes Necessidades Sociais da Saúde e do SUS, as necessárias mudanças do Modelo de Atenção à Saúde no Brasil e os pressupostos da Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, no desenvolvimento de competências de acordo com as dimensões e seus respectivos domínios de atuação profissional para atuar com qualidade, efetividade e resolutividade no Sistema Único de Saúde - SUS no contexto da Reforma Sanitária Brasileira.

Também norteou este documento a Legislação básica da enfermagem, destacam-se:

- A Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de enfermagem.
- Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

exercício da enfermagem e apresenta a definição dos profissionais que compõem a equipe, bem como suas atribuições. Vale salientar que a referida Lei obteve uma alteração no art. 23, por meio da Lei 8.967 de 28 de dezembro de 1994, referente às atribuições do atendente de enfermagem.

- Decreto nº 2.956 /38, que institui o dia do enfermeiro;
- Decreto nº 48.202/60, que institui a semana de Enfermagem.
- Resolução COFEN nº 293/2004, que fixa e estabelece parâmetros para o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nas unidades assistenciais das instituições de saúde e assemelhados;
- Resolução COFEN nº 311/2007, que aprova a reformulação do código de ética dos profissionais de enfermagem;
- Resolução COFEN nº 339/2008, que normatiza a atuação e a responsabilidade civil do Enfermeiro Obstetras nos Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e dá outras providências.
- Resolução COFEN nº 358/2009, que dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do processo de enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de enfermagem e dá outras providências.

Resolução COFEN nº 375/2011, que dispõe sobre a presença do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar e Inter Hospitalar, em situações de risco conhecido ou desconhecido.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- Resolução COFEN nº 376/2011, que dispõe sobre a participação da equipe de Enfermagem no processo de transporte de pacientes em ambiente interno aos serviços de saúde.
- Resolução COFEN nº 423/2012, que normatiza, no Âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, a Participação do Enfermeiro na Atividade de Classificação de Riscos.
- Resolução COFEN nº 429/2012, que dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico; e por fim
- Resolução COFEN nº 441/2013, que dispõe sobre participação do Enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVOS DO CURSO

5.1.1 Missão do curso

A missão do curso de Enfermagem é a de formar enfermeiros pautados nos preceitos éticos da profissão, primando por uma assistência de qualidade, humanizada e segura, para o indivíduo, instituições e sociedade. Nesse sentido, ele se revela como um profissional capaz de reconhecer os problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

5.1.2 Objetivos específicos

- Formar enfermeiros com competência ética, profissional e científica para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, contribuindo para a capacitação do modelo assistencial e de formação de profissionais qualificados para ações em saúde no país.
- Desenvolver sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem e de competências, articulando a teoria e a prática e a integração de saberes entre ensino,

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

pesquisa e extensão.

5.1.3 Perfil do egresso do curso

O Egresso do curso de graduação da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR *Campus* de Paranaguá é caracterizado por uma formação profissional atualizada fundamentada nos conhecimentos técnico-científicos, bem como nos princípios éticos e humanísticos voltados à cidadania. Nesse sentido, ele se revela como um profissional capaz de reconhecer os problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

A partir das competências e das habilidades gerais do egresso do Curso de Graduação em Enfermagem da UNESPAR, consoante o que dispõe o art. 3º, da Resolução CNE/CES n.º 3, de 7/ 11 / 2001, deve ser assegurado, no perfil do formando egresso, a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva; atento a realidade social, cultural e econômica. Capaz de atuar em todos os níveis de atenção à saúde; dentro dos princípios técnicos e científicos, com sólida formação humanística e ética, voltada ao benefício da comunidade em que exercerá sua profissão.

Dessa forma, todas as atividades do curso devem possibilitar, no perfil específico do egresso, as seguintes competências e habilidades relacionadas à atenção à saúde, comunicação, liderança, administração e gerenciamento, bem como as

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

competências e habilidades específicas elencadas abaixo:

- Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- Incorporar a ciência/arte de cuidar como instrumento de interpretação/profissional;
- Estabelecer novas relações com o contexto, reconhecendo as estruturas e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde;
- Responder às especificidades regionais de saúde mediante intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e da comunidade;
- Utilizar o trabalho em equipe e articulação das práticas de cuidado à saúde individual e coletiva para obter vínculo, responsabilidade, eficiência e eficácia no atendimento;
- Utilizar recursos, instrumentos e métodos de trabalho para orientar e sistematizar a sua prática;

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;
- Atuar como sujeito no processo de formação profissional voltada ao desenvolvimento de competência e ao trabalho em equipe, considerando o processo de trabalho como eixo norteador desse processo;
- Planejar e implementar programas de qualificação contínua dos profissionais de enfermagem de modo a favorecer o desenvolvimento de competência profissional para o cuidado, na perspectiva da integralidade;
- Desenvolver, participar e aplicar pesquisa e ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação profissional com crescente domínio e autonomia, segundo o padrão de excelência ético-social;
- Diagnosticar e solucionar problemas de saúde comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe, gerenciar conflitos e situações de crise de forma estratégica e que possibilite aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo;
- Coordenar o trabalho da equipe de enfermagem, selecionar, priorizar e analisar problemas para construir planos de intervenção, segundo relevância e impacto na transformação da realidade institucional e social;
- Coordenar e participar ativamente do processo de cuidar em enfermagem,

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

levando em conta contextos e demandas de saúde da população;

- Exercer a profissão reconhecendo-se como cidadão comprometido e ativador de mudanças das práticas de saúde e do processo de formação profissional;
- Participar da composição das estruturas deliberativas e executivas do sistema de saúde;
- Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
- Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividade política e de planejamento em saúde;
- Reconhecer a necessidade de organizar-se como trabalhador de saúde, tem disponibilidade interna e participa das lutas por melhores condições de vida e trabalho, comprometendo-se a participar das entidades de classe.

5.1.4 Áreas de atuação

No Art. 11 da Lei Federal nº 7.498/86, encontra-se o embasamento das ações elencadas para o exercício das atividades do profissional enfermeiro, sendo:

I - Privativamente:

- a) Direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem;

b) Organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;

c) Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de Enfermagem;

d) Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem;

e) Consulta de Enfermagem;

f) Prescrição da assistência de Enfermagem;

g) Cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida;

h) Cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

II - Como integrante da equipe de saúde:

a) Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;

b) Participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;

c) Prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

e em rotina aprovada pela instituição de saúde;

d) Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;

e) Prevenção e controle sistemáticos de infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;

f) Prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de Enfermagem;

g) Assistência de Enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;

h) Acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

i) Execução do parto sem distócia.

j) Educação visando à melhoria de saúde da população.

5.1.5 Concepção marco conceitual

O curso de enfermagem da UNESPAR, em consonância com os diversos cursos da área da saúde, tem se mobilizado na busca de práticas didático pedagógicas inovadoras que possibilitem a formação de profissionais críticos e reflexivos, voltados às demandas e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, entre os princípios norteadores do curso de graduação enfermagem destacam-se:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Ser humano:

Ser individual e coletivo que integra uma complexidade humana que é: biológica, subjetiva, histórica, social, política, ética, estética, com direitos e deveres de participar ativamente na conquista de sua saúde individual e coletiva, com autonomia e corresponsabilidade.

Saúde:

É a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

Doença:

Desequilíbrio na estrutura biopsicológica e nas relações sociais do indivíduo.

Enfermagem:

A enfermagem é uma prática social, política e historicamente determinada, que visa ao cuidado ao ser humano em todos os ciclos de vida, contribuindo para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. Dentro desse contexto, o enfermeiro tem a responsabilidade política e profissional de executar um trabalho intencional, tornando-se um agente de transformação social nas áreas de assistência, gerência, educação e pesquisa (GARCIA; VANNUCHI, 2013).

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Cuidado de enfermagem:

Expressa um "saber-fazer" embasado na ciência, na arte, na ética e na estética, direcionado às necessidades do indivíduo, da família e da comunidade (VALE; PAGLIUCA, 2011).

Educação problematizadora:

Constitui-se no diálogo e na relação horizontal entre o educador e o educando. Em contraposição ao modelo tradicional de educação bancária, o papel do educador não é deter o saber, considerando que não existe um saber predeterminado, mas sim um saber que se constrói na relação do educando com o mundo. Sob esse aspecto, problematizar significa exercer uma análise crítica sobre a realidade problema. O problema, por sua vez, funciona como um desafio à resposta que é intermediada pelo diálogo e pelo conhecimento. Assim, na pedagogia problematizadora, todo o processo de ensino e aprendizagem se baseia pelo diálogo entre estudantes e professores, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2011).

O caráter crítico e reflexivo dessa pedagogia permite aos educandos o desenvolvimento do poder de compreensão sobre o mundo e sua relação com ele. Dessa forma, a pedagogia problematizadora tem uma essência política, cujo conhecimento é utilizado na busca de um mundo mais humanizado.

Diante desses conceitos fundamentados com os princípios norteadores do curso o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá mostra-se como um documento que imprime direção com especificidades e singularidades, e apresenta de forma clara o funcionamento do curso, suas prioridades e estratégias de trabalho e com isto contribuindo para a formação

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

profissional.

5.1.6 Marco estrutural

O marco estrutural do curso está fundamentado nos pressupostos elencados a seguir:

Formação do enfermeiro generalista: Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde e doenças **de as ú de- doença** mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio–psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Formação para o atendimento do SUS: Repensar o processo de trabalho na vigilância em saúde no Brasil tem sido um dos desafios do SUS para o incremento da qualidade da gestão, pois o trabalho nessa área caracteriza-se por relações de poder verticalizadas que não possibilitam o diálogo, resultando numa forma de assistência fragmentada, determinada por ações específicas e imediatistas, que não contemplam o cuidado integral em saúde (DAL PAI; LAUTERT, 2011). Portanto, a busca da integralidade do cuidado deve ser objeto de trabalho da gestão em saúde e enfermagem, pois a assistência integral aos usuários se relaciona diretamente com o

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

planejamento e organização do processo de trabalho que, por sua vez, conduz à melhoria da gestão e da qualidade da assistência.

Educação problematizadora: constitui-se no diálogo e na relação horizontal entre o educador e o educando. Em contraposição ao modelo tradicional de educação bancária, o papel do educador não é deter o saber, considerando que não existe um saber predeterminado, mas sim um saber que se constrói na relação do educando com o mundo. Sob esse aspecto, problematizar significa exercer uma análise crítica sobre a realidade problema. O problema, por sua vez, funciona como um desafio à resposta que é intermediada pelo diálogo e pelo conhecimento. Assim, na pedagogia problematizadora todo o processo de ensino e aprendizagem se baseia pelo diálogo entre estudantes e professores, mediatizados pelo mundo.

Na educação problematizadora, Freire considera que o educador não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa mediatizado com o ser humano e com a sua realidade. Assim, o educador que se utiliza da problematização, reconstrói frequentemente o seu próprio conhecimento, a partir dos conhecimentos dos educandos, que passam a atuar como investigadores críticos, em diálogo com o educador, que por sua vez, pelo seu caráter reflexivo, busca um permanente esclarecimento da realidade. Assim, Freire salienta que “quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais estes se sentirão desafiados” e, conseqüentemente, se libertarão das amarras dos “conhecimentos enlatados” (FREIRE, 2011, p. 98).

O caráter crítico e reflexivo desta pedagogia permite aos educandos o

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

desenvolvimento do poder de compreensão sobre o mundo e sua relação com ele. Dessa forma, a pedagogia problematizadora tem uma essência política, cujo conhecimento é utilizado na busca de um mundo mais humanizado. A finalidade do pensamento crítico reflexivo para Freire é a humanização, que se contrapõe a se deixar predeterminar pelas situações limites advindas da divisão de classes, mas assumir uma postura ativa de luta, de “se fazer”, uma vez que a condição natural do ser humano no mundo é a superação, o “vir a ser”.

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

De acordo com o conceito de indissociabilidade que significa a qualidade de ser indissociável, ou seja, aquilo que não se pode dissociar, que não é separável em partes (CÉSAR, 2013), o sentido da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão para universidades brasileiras são de inseparabilidade, haja vista, que essa tríade constitui o eixo fundamental e não pode ser compartimentado. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um assunto relevante no contexto do sistema universitário expresso no artigo 207 da Constituição de 1988, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade de entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Nesse contexto, o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá organiza a consecução da associação entre ensino, pesquisa e extensão na existência de projetos coletivos de trabalho associados às ações acadêmicas e administrativas, práticas de avaliação abrangendo todo o trabalho realizado pelo curso como instrumento de autoconhecimento das práticas de saúde, modelos de gestão que



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

possibilitem a participação de todos os segmentos no processo de decisão e de avaliação do trabalho acadêmico, corpo docente com alto grau de formação científica, projetos pedagógicos vinculados aos projetos institucionais, e, principalmente, condições de infraestrutura para a realização dos projetos pretendidos.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

6 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Na concepção metodológica do curso, acredita-se que todo trabalho pedagógico deve estar pautado por fundamentos científicos que compreendem a produção teórica e suas implicações que correspondem à organização prática. Deve-se considerar a organização pedagógica um processo necessário, na qual todas as possibilidades são criadas e recriadas pela ação humana, partindo de uma visão dialética.

O desafio, a problematização, a investigação e o prazer pelo aprender devem ser reconhecidos como elementos motivadores que assegurem a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades que se instituiu nesse projeto, reiteradamente na questão inovadora. Ora, isso deve ocorrer, também, com os métodos e técnicas. Ter um método novo não significa aplicar um novo recurso; significa, sim, adotar novas ideias de ensino e aprendizagem. Portanto, a inovação está nas técnicas em que se articulam a individualidade e a coletividade resultando na aprendizagem.

Usando a sua capacidade individual e a sua crítica, o aluno aplicará os recursos à sua disposição, desde a comunicação oral até a comunicação virtual dos hipertextos para participar da inteligência coletiva do grupo, constituído pela aula sob orientação do docente. A este caberá encaminhar o processo, sendo mediador e coordenador das ações de interação, atentando-se para que as atividades individuais e coletivas façam parte da avaliação. Ao adequar a metodologia de ensino à concepção do curso, torna-se necessário garantir a interação entre os envolvidos no processo: professor/aluno/conhecimento/sociedade e compreender que a aprendizagem é um

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

processo social, e como tal deve levar em consideração o respeito pelas diferenças individuais, fazendo com que o professor e o aluno sejam sujeitos ativos dessa transformação e capazes de superar as dificuldades que porventura se apresentem.

A metodologia didático-pedagógica da UNESPAR *Campus* de Paranaguá se propõe a evitar a mera transmissão de conhecimentos, trabalhando de forma contextualizada nas diversas formas de comunicação, relacionando os conteúdos curriculares com a realidade social e sua transformação produtiva para o fazer, objetivando a autonomia intelectual.

Dessa forma, o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá exerce uma prática voltada ao coletivo, fruto do debate e da consistência de propósitos que envolvem as perspectivas e as intenções sociais do conjunto de professores, alunos e comunidade. A ação coletiva transpõe os limites da Universidade por entender que é essencial o envolvimento da sociedade no processo de formação.

Incorporando as preconizações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação da saúde (DCN/Saúde), o Curso também considera que a formação do profissional de saúde deve contemplar o sistema de saúde vigente no país, o Sistema Único de Saúde – SUS, e seus princípios, com uma gestão do ensino e da atenção que reconheça o outro, implicando-o na produção do ensino e da atenção integral em saúde. Concorde-se que a integração ensino-serviço deve ser ampliada, como intersecção entre ensino, sistema de saúde e cidadania em saúde. A integração ensino-serviço e a integralidade reúnem método clínico, alteridade, sistema de saúde e saúde coletiva (BRASIL, 2001).

Nesse contexto, o curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá objetiva considerar, incorporar e representar ativamente na celebração de Contratos

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre outras competências, a COAPES busca a melhoria dos indicadores de saúde loco-regionais e da atenção prestada, para atender as necessidades da população e promover atividades de ensino, extensão e pesquisa nos serviços e comunidades de modo integrado, articulando os fundamentos teóricos e éticos às situações práticas nas perspectivas interprofissional, interdisciplinar e intersetorial, com íntima ligação entre as necessidades e demandas de saúde nos territórios (BRASIL, 2015).

O Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá acredita que pensar e fazer a formação em saúde, na lógica do SUS, representa assumir, dentre outras diretrizes, a diversificação de cenários de aprendizagem, privilegiando uma formação baseada nas redes de atenção à saúde. Nesse contexto social, político e educacional, inserem-se as políticas indutoras para a formação em saúde, tendo como princípio fundante o processo de integração entre ensino e serviço nos espaços da educação e do trabalho em saúde (TOASSI, LEWGOY, 2016).

Neste contexto, a metodologia do curso incorpora como estrutura metodológica das atividades didático-pedagógicas as Redes de Atenção à Saúde, que são entendidas como conjunto de ações e serviços de saúde articulados e que envolvem Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidades, Centros de Atenção Psicossocial, Rede Hospitalar e Atendimento Domiciliar, Rede de Urgência e Emergência, Redes Estratégicas, Academia da Saúde, Centros de Convivência, Serviços de Vigilância em Saúde e múltiplas linhas de cuidado entre todas estas ações; Serviços Especiais de Acesso Aberto, como serviços específicos em

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

atendimento e vigilância à Saúde do Trabalhador; e, ainda, Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, como documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico de doença ou agravo à saúde, o tratamento preconizado, os mecanismos de controle clínico e o acompanhamento dos resultados terapêuticos a serem seguidos pelos gestores do SUS.

Propõe-se, também, a adoção de metodologias participativas de ensino-aprendizagem que sejam capazes de formar para a integralidade, formar de acordo com as necessidades de saúde; permitindo que o curso esteja comprometido com a construção do SUS, sendo capaz de produzir conhecimento relevante para a realidade da saúde em suas diferentes áreas, de estabelecer relações orgânicas entre estruturas de serviço e estruturas de ensino/formação, entre outras condutas políticas e estratégias técnicas.

As metodologias participativas são aquelas que fomentam as interações, o diálogo e a troca de saberes para a sistematização do conhecimento e a proposição de movimentos investigativos e de intervenção que tomem as questões que atravessam e constituem o cotidiano da saúde como questões de educação. Para tal, colocam os processos de trabalho docente e os cotidianos reais dos serviços de saúde na cena educativa, com possibilidades de pensar e exercitar práticas de ensino-aprendizagem que favoreçam a Inter profissionalidade, a educação “no” e “pelo” trabalho e práticas de rede no ensino, na gestão e no cuidado em saúde, entre outras (TOASSI, LEWGOY, 2016).

As metodologias participativas buscam no estudante a capacidade de autogovernar seu processo de formação e de reconhecer que o processo ensino-aprendizagem não acontece por transferência de conhecimentos, mas pela

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

problematização de uma realidade complexa, o que implica o estabelecimento de relações horizontalizadas, comprometidas e produtoras de novidades ao pensamento e à ação (STRECK, 2016).

A aprendizagem se dá por meio de uma ação motivada, da codificação de uma situação problema, na qual o aprender será um ato de conhecimento da realidade concreta, especialmente se for de situações reais vividas pelo educando, aproximando-o da própria realidade (LIBÂNEO, 1983).

Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática:

- a) dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas;
- b) explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso;
- c) incluindo exemplos e aplicações práticas voltados para o ensino em geral;
- d) incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização;
- e) incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula;
- f) incentivando a pesquisa de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor;
- g) incentivo à interdisciplinaridade;
- h) incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina;
- i) intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo;
- j) intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

em casos;

k) incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados;

l) destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos.

m) aliando o ensino teórico com atividades práticas realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Nesse contexto, a metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e a evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas clínicas e no estágio curricular supervisionado, estes dois últimos têm seu campo de aprendizagem os serviços de saúde.

A formação de profissionais de saúde não somente implica conhecimento da Rede de Atendimento à Saúde (RAS), mas seu efetivo envolvimento para dar consequência em saberes de apoio; desenvolvimento de saberes sólidos e correspondentes à sua melhor execução; engajamento na implementação e aperfeiçoamento de ações, planos e redes de sustentação; reconfiguração das práticas profissionais; interação com os movimentos participativos populares ou de segmentos expressivos das necessidades sociais em saúde; realização de pesquisas participativas, de intervenção ou de estudo-ação em integração ensino-serviço e implementação de ações de extensão de caráter regular conforme interesses da rede,

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

dos usuários e das localidades.

Portanto, as práticas pedagógicas, mobilizadas pela motivação e reflexão, pela compreensão e reinterpretação da realidade do curso e da própria Instituição, ensinam a realidade social presente e mesmo futura. A formação social do graduando no Curso de Enfermagem é motivada por ações estratégicas intrínsecas e extrínsecas ao currículo, através da produção científica, atividades culturais e iniciativas sociais, como prestação de serviços à comunidade e em eventos comunitários.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

7 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação deve ser compreendida de forma abrangente e tem como responsáveis no processo de formação do estudante a instituição, centro de área, os docentes e os graduandos, assim, abrange elementos de reflexão constitutivos do processo de ensino e aprendizagem e da gestão acadêmica como um todo.

O processo de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se dá por uma comissão do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Portaria 034/2013 que respondem pela criação, implantação, avaliação e consolidação do PPC, assim, esta comissão, de acordo com a missão da UNESPAR, objetiva o planejamento contínuo do processo de avaliação, para articular as necessidades de aprendizagem dos estudantes às políticas de saúde, educacional e institucional.

Como forma de avaliação dos acadêmicos do Curso de Graduação de Enfermagem, apresenta-se o processo de avaliação qualitativa, necessário para estabelecer diferentes modalidades avaliativas no decorrer da formação acadêmica.

Assim, a avaliação se dá no âmbito da aprendizagem e no âmbito da instituição, na sua perspectiva interna e externa.

7.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

No tocante à avaliação, na arte do ensino-aprendizagem destacam-se os pontos cruciais para o acontecimento deste processo, como a preocupação que a Instituição e o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá apresenta com a construção do conhecimento científico e a formação profissional do graduando,

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

otimizando a inserção e a permanência futura no mercado de trabalho, desse modo, oportunizando ao graduado o constante aprendizado na profissão e como ser humano dentro de uma sociedade para um bem maior.

Assim, no processo de ensino-aprendizagem são utilizados mecanismos diferenciados de avaliação, traduzidos em forma de provas oficiais, trabalhos acadêmicos individuais ou em grupos. Diante do processo de mudanças rápidas, acessibilidade imediata, as informações e com os avanços tecnológicos no mundo atual, uma nova visão de avaliação pode ser considerada, não tão cristalizada somente nas provas, mas também no envolvimento construtivo das mesmas com as demais atividades envolvidas durante o curso, que permita ver a avaliação do ensino-aprendizagem de forma que se possa conduzir a progressão das aprendizagens.

Nesse sentido, é possível verificar as aquisições dos conhecimentos dos alunos por meio de avaliação periódica, mas não dispensar uma observação contínua, da qual uma das funções é atualizar e completar as representações no conhecimento adquirido pelo aluno (ALMEIDA, 2014. 97 p.).

Para que a avaliação sirva à aprendizagem, é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Se o objetivo é fazer com que todos aprendam, é necessário informar o que vai ser visto em aula e debater o porquê de estudar aquele conteúdo, isto é, fazê-los compreender a utilidade do conteúdo para vida e como irão aplicar este conhecimento adquirido na prática e transformá-la para um bem maior. O importante é que o educador utilize o diálogo como fundamental eixo norteador e significativo da sua ação pedagógica e, sendo assim, o processo avaliativo assume uma dupla ação, por um lado impulsiona a aprendizagem do aluno e, por outro, promove a melhoria do ensino. Nesse sentido, a avaliação apresenta, basicamente, três funções:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

diagnosticar, controlar e classificar. Relacionadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação, que devem ser trabalhadas de forma deliberada, integrada e contínua (ALMEIDA, 2014. 97 p):

- Diagnóstica: tem por objetivo obter informações sobre os conhecimentos prévios dos alunos. Geralmente, é usada no início de um conteúdo novo, de um período letivo ou de um projeto.

- Formativa: tem por objetivo detectar problemas de ensino-aprendizagem. Por meio dela, o professor enfatiza os resultados da aprendizagem e estabelece um comparativo entre os diferentes resultados obtidos pelo mesmo aluno, o processo de aprendizagem que permitiu a obtenção dos resultados e as causas dos fracassos na aprendizagem.

- Somativa: tem por objetivo realizar um diagnóstico do aluno no final de um período. O principal aspecto enfatizado nesse tipo de avaliação é o resultado da aprendizagem baseada nos objetivos.

Atinente a isso, o docente deve utilizar a observação diária e multidimensional, além de instrumentos variados, escolhidos de acordo com cada objetivo. Compreende-se que uma nova forma de entender o conhecimento pode desencadear atitudes inovadoras, por meio das mediações contínuas de aprendizagem e dos sistemas de avaliação implementados. Para complementar a avaliação, a utilização da autoavaliação pode ser considerada da perspectiva da inovação, mudando a linha de pensamento tradicionalmente centrada no professor em direção ao aluno, para que o graduando possa exercer um papel mais ativo no seu processo formativo, abrindo possibilidades de variar os mecanismos de avaliação. Nesse foco, outros instrumentos podem ser praticados, como questionamento para a coleta de informações

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

acadêmicas sobre o Curso, que auxiliam no diagnóstico do perfil acadêmico e dão um feedback sobre como o aluno compreende o processo de ensino-aprendizagem dentro da graduação. Logo, essas informações dão seguimento baseado em evidências nas reuniões pedagógicas e de Colegiado do Curso de Enfermagem, que são realizadas e imprescindíveis para a autoavaliação do próprio Curso.

Por fim, o Curso de Graduação em Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá defende a ideia de que não existem instrumentos certos de avaliações, mas, sim, processos avaliativos coerentes com os objetivos que se pretende alcançar na construção do conhecimento. O que se deseja no processo de ensino-aprendizagem diz respeito a nossa intenção em fazer o graduando crescer, avançar e amadurecer em seus conhecimentos técnicos e científicos, e qualificá-lo como profissional capaz para atuar na sociedade e no mundo do trabalho, com o compromisso de uma instituição de qualidade.

Para auxiliar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem, pretende-se padronizar a aplicação de uma avaliação no final do ano letivo, aplicada para cada disciplina, com o conteúdo mínimo e essencial que o aluno deve ter aprendido durante o ano em cada disciplina, e assim, considerá-lo apto e com conhecimento construído e necessário para o ano seguinte. A avaliação final deverá ser por escrito, dissertativa e integrada à prática (quando couber), na qual o aluno deverá fundamentar cientificamente a execução do processo prático que será executado.

Para complementar o processo de avaliação, como o curso de enfermagem da UNESPAR aplica durante o ensino aulas práticas supervisionadas desde o primeiro ano, propõe-se também um instrumento padrão de avaliação durante as aulas práticas e estágios supervisionados conforme Anexo I. Com o objetivo de melhorar o processo

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

de avaliação do ensino-aprendizagem entre as disciplinas, compreendendo o que cada docente está avaliando e garantindo a integralidade da formação profissional, por meio das atitudes pessoais e profissionais, habilidades conceituais e técnicas teóricas/científicas e aprendizagem individual.

7.2 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A resolução nº 005/2015 rege o regulamento da comissão própria de avaliação (CPA) da UNESPAR, conforme o Art. 1º, o processo de avaliação interna ou autoavaliação da UNESPAR será coordenado pela CPA, designada por portaria do reitor, de acordo com a legislação vigente e conforme processo de constituição estabelecido no Regulamento.

A avaliação conduzida pela CPA deverá ser norteada pelos princípios da exequibilidade, da fidedignidade, da transparência e da ética (Art.5º), e tem como objetivo geral coordenar o processo interno de avaliação institucional, promovendo a sistematização das informações para fins de orientação do planejamento estratégico da UNESPAR, o suporte às unidades administrativas e pedagógicas e o atendimento às solicitações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), além disso subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade, nas diversas dimensões da ação universitária, em consonância com as atuais demandas científicas e sociais; desenvolver uma cultura de avaliação, na instituição, orientada por um processo participativo, formativo, reflexivo e sistemático sobre a realidade institucional;

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

impulsionar um processo partilhado de produção de conhecimento sobre a instituição que seja possibilitador de revisões contínuas e constante organização, consolidação e reformulação das práticas acadêmicas, tendo como referência o PDI, o PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos; atender às orientações e aos princípios do SINAES, do Conselho Estadual de Educação (CEE), da Comissão Estadual de Avaliação (CEA) e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SETI), nos processos de avaliação da instituição, tanto interna quanto externa e nas avaliações dos cursos de graduação, entre outros.

Dentro desse contexto, o processo de avaliação conduzido pela CPA da UNESPAR terá como metas:

I- A sua contínua construção visando à consolidação de um significado comum de universidade, considerando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e da gestão educativa;

II- A vivência de uma cultura de avaliação e reflexão constante e sistematizada sobre a realidade institucional;

III- a crítica contínua da ação educativa na busca de maior clareza, profundidade e abrangência;

IV- A sedimentação de um sistema de informação e divulgação de dados da avaliação, ágil e preciso, a respeito dos diferentes segmentos da Universidade, garantindo a democratização das ações;

V- O estabelecimento de metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

extensão;

VI- A criação de mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos;

VII- a divulgação de informações sobre o desempenho e a percepção da UNESPAR, intra *campus* e entre *campi*, oferecendo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico administrativa.

Além da avaliação institucional interna, conduzida pela CPA em consonância com as diretrizes do SINAES (2004), ocorre também no ensino superior a avaliação institucional externa a partir de três eixos: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes ENADE, ou seja, avalia todos os aspectos que giram em torno desses eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações (BRASIL, 2004).

A partir das informações obtidas com o SINAES é possível orientar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, com isso, auxiliar nas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Importa destacar que os resultados da avaliação externa também inferem no processo de avaliação interna e no próprio processo de ensino aprendizagem.

7.3 INSERÇÃO REGIONAL

A UNESPAR tem limite territorial circunscrito ao município de Paranaguá, no Estado do Paraná. O município de Paranaguá está localizado na região litorânea do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Estado limitando ao norte com Antonina e Guaraqueçaba através da Baía de Paranaguá; ao sul com Guaratuba e Matinhos; a leste com Pontal do Paraná e a oeste com Morretes.

Paranaguá foi fundada em 1648, é a cidade mais antiga do Paraná e a principal do litoral paranaense, gerando através do Porto Dom Pedro II a sua principal atividade econômica. Sendo considerado pólo-econômico de uma região com 7 municípios.

A UNESPAR Campus de Paranaguá conta com histórico de ensino superior nos Curso de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Engenharia da Produção e Ciências Biológicas; e nos Cursos de Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Letras. Durante os últimos anos de oferta vem se adequando às mudanças curriculares vigentes, sempre com a perspectiva de aperfeiçoamento dos profissionais formados que, com a implantação do curso de Enfermagem estarão complementando a contribuição do ensino superior para o Litoral Paranaense.

A localidade, como um todo, o número de jovens que concluem anualmente seus estudos em nível médio é considerável. No entanto, o potencial da região em termos de oferta de cursos e vagas é ainda pequeno, frustrando as esperanças de desenvolvimento desses alunos como cidadãos, e como profissionais em condições de conduzir a própria vida, de sobreviver com dignidade, de poder contribuir para o desenvolvimento social e de promover uma melhoria constante das possibilidades e oportunidades de bem-viver. Aqueles que possuem recursos abandonam a região, com todos os ônus, incômodos e desconforto que isto representa às famílias, tendo de viver por longo período longe do domicílio natal, em busca de formação superior. Na grande maioria das vezes, não retornam, privando a região de sua capacidade jovem e eficiente, indiscutível mola propulsora do progresso continuado, além do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

prejuízo que ocasiona para a melhoria da qualidade de vida regional.

A UNESPAR, dentro deste contexto apresentado, desenvolve estratégias voltadas para incentivar a formação acadêmica de nível superior como instrumento gerador de mudança social voltada para o desenvolvimento da região.

Neste sentido, a presença em Paranaguá de uma instituição de ensino superior identificada principalmente com a área de saúde contribui para evitar a evasão regional, e, sobretudo, dinamizar a qualidade de formação dos profissionais que atuam na Região. A população dos municípios vizinhos se dirige a Paranaguá procurando atendimento às suas necessidades básicas de saúde, notadamente no que concerne ao tratamento e à assistência à saúde, tanto no setor público quanto no setor privado.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 MATRIZ CURRICULAR

O curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá tem duração de 4 anos, seu currículo integra disciplinas do núcleo de formação geral (DCN/2001- Ciências Biológicas e da Saúde; e Ciências Humanas e Sociais), de formação diferenciada (DCN/2001- Ciências da Enfermagem) de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os acadêmicos do Curso de Enfermagem podem participar de várias atividades complementares e realizam estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso TCC, de acordo com as normatizações da instituição, ambos obrigatórios para a conclusão do curso.

Atividades complementares são promovidas pelo departamento – semana acadêmica, encontros e seminários, oficinas, viagens de estudo, palestras, workshops, ciclos de debates, estes são apresentados e analisados com os membros do colegiado com o objetivo de integrar e discutir os problemas atuais da atuação do futuro profissional no mercado de trabalho.

8.1.1 Conteúdos de formação geral

O curso de Enfermagem conta com um núcleo de conteúdos de formação geral

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

com 690 horas aula. Os conteúdos são: Fundamentos de sociologia e antropologia; Bases biológicas para enfermagem; Psicologia; Epidemiologia; Metodologia da Pesquisa em enfermagem; Fisiologia além de disciplinas eletivas e optativas.

8.1.2 Conteúdos de formação diferenciada

Os conteúdos de formação diferenciada contam com uma carga horária de 2.160 horas, compostos pelas disciplinas: Anatomia; Processos pedagógicos em saúde; Bioética e exercício profissional; Fundamentos em enfermagem I; Enfermagem em saúde coletiva I; Fundamentos em enfermagem II; Enfermagem em saúde coletiva II; Enfermagem em saúde mental; Enfermagem em saúde da mulher; Enfermagem em saúde do adulto I; Farmacologia aplicada à enfermagem; Enfermagem em saúde do idoso; Enfermagem em saúde do adulto II; Enfermagem em saúde da criança e adolescente; Gerenciamento em enfermagem; e Enfermagem no Cuidado ao paciente crítico.

Complementando a estrutura curricular, o curso conta com atividades complementares com 1.180 horas, distribuído entre Estágio Supervisionado em Enfermagem (660 horas), Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (60 horas), Atividades de Extensão (300 horas) e Atividades Acadêmicas Complementares (160 horas).

Apresentamos a seguir o quadro de disciplinas que compõem o curso.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO GERAL (DCN/2001- Ciências Biológicas e da Saúde; e Ciências Humanas e Sociais)

DISCIPLINAS	C/HR	C/H
Fundamentos de sociologia e antropologia	60	72
Bases biológicas para enfermagem	120	144
Psicologia	60	72
Disciplina Optativa I	60	72
Disciplina Optativa II	60	72
Disciplina Eletiva I	60	72
Disciplina Eletiva II	60	72
Epidemiologia	90	108
Metodologia da pesquisa em enfermagem	60	72
Fisiologia	60	72
SUB-TOTAL	690	828

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO DIFERENCIADA (DCN/2001- Ciências da Enfermagem)

DISCIPLINAS	C/HR	C/H
Anatomia	120	144
Processos pedagógicos de saúde	120	144
Bioética e exercício profissional	60	72
Fundamentos em enfermagem I	150	180
Enfermagem em saúde coletiva I	150	180
Fundamentos em enfermagem II	150	180
Enfermagem em saúde coletiva II	150	180
Enfermagem em saúde mental	150	180
Enfermagem em saúde da mulher	150	180
Enfermagem em saúde do adulto I	150	180
Farmacologia aplicada à enfermagem	90	108
Enfermagem em saúde do idoso	150	180
Enfermagem em saúde do adulto II	150	180
Enfermagem em saúde da criança e adolescente	150	180
Gerenciamento em enfermagem	120	144
Enfermagem no cuidado ao paciente crítico	150	180
SUB-TOTAL	2160	2592

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

CARGA HORÁRIA DO CURSO

CONTEÚDOS	TOTAL C/HR	TOTAL C/H
Disciplinas de Formação Geral	690	828
Disciplinas de Formação Diferenciada	2160	2592
Estágio Supervisionado em Enfermagem	660	792
Atividades Acadêmicas Complementares	160	192
Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	60	72
Atividades de Extensão	300	360
TOTAL	4030	4836

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

9 DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

9.1 MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

Cód.	Nome da disciplina	Pré-Req. (Cód.)	Carga horária			Forma de oferta h/relógio	
			Teórica	Prática	Ext.	Sem (S)	Anual (A)
1º Ano							
	Anatomia		02	02		120 (A)	
	Fisiologia		02			60 (A)	
	Bases Biológicas para Enf.		04			120 (A)	
	Bioética e Exercício Prof.		02			60 (A)	
	Psicologia		02			60 (A)	
	Fund. Sociologia e Antropologia		02			60 (A)	
	Fundamentos de Enfermagem I		02	03	(*)	150 (A)	
	Processos Ped. em Saúde		02	02		120 (A)	
	Enf. na Saúde Coletiva I		02	03	(*)	150 (A)	
	Subtotal		20	10	(*)	900 (A)	
2º Ano							
	Fundamentos Enfermagem II	Fund. Enf. I	02	03	(*)	150 (A)	
	Enf. em Saúde Coletiva II	Enf. Saúde	02	03	(*)	150 (A)	

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

		Coletiva I				
	Enfermagem em Saúde Mental		02	03	(*)	150 (A)
	Epidemiologia		02	01	(*)	90 (A)
	Farmacologia Aplicada à Enf.		02	01		90 (A)
	Enf. em Saúde do Adulto I	Fund. Enf. I	02	03		150 (A)
	Gerenciamento em Enf.		03	01		120 (A)
	Disciplina Eletiva I (****)		02			60 (A)
	Disciplina Optativa I (***)		02			60 (A)
	Subtotal		19	15		1.020 (A)
3º Ano						
	Enfermagem em Saúde do Adulto II	Fund. Enf. II	02	03		150 (A)
	Enfermagem em Saúde do Idoso	Enf. Saúde do Adulto I	02	03	(*)	150 (A)
	Enfermagem em Saúde da Criança e Adolescente	Enf. Saúde da Mulher	02	03	(*)	150 (A)
	Metod. Pesq. em Enfermagem		02			60 (A)
	Enf. na Saúde da Mulher		02	03		150 (A)
	Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico		02	03		150 (A)
	Disciplina Eletiva II (****)		02			60 (A)
	Disciplina Optativa II (***)		02			60 (A)
	Subtotal		16	15		930 (A)

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

4º Ano						
	Estágio Supervisionado em Enfermagem	(**)	02	20		660 (A)
	Seminário de Orientação Trabalho de Conclusão de Curso		02			60 (A)
	Subtotal		04	20		720 (A)
	Atividade de Extensão	135h disciplinas 165h projetos e programas			300 h/relógio em 4 anos	
	Atividades Complementares	160 h/relógio em 4 anos				
	TOTAL GERAL	4.030 h/relógio				

* Disciplinas com atividades de extensão - proposta 15h/relógio para cada disciplina.

** Para a disciplina de Estágio Supervisionado serão considerados pré-requisitos as seguintes disciplinas:

Bioética e exercício profissional; Fundamentos em enfermagem I; Enfermagem em saúde coletiva I; Fundamentos em enfermagem II; Enfermagem em saúde coletiva II; Enfermagem em saúde mental; Enfermagem em saúde da mulher; Enfermagem em saúde do adulto I; Farmacologia aplicada à enfermagem; Enfermagem em saúde do idoso; Enfermagem em saúde do adulto II; Enfermagem em saúde da criança e adolescente; Gerenciamento em enfermagem; Enfermagem no Cuidado ao paciente crítico.

*** Disciplina Optativa I e II (Língua Brasileira de Sinais; Responsabilidade Socioambiental; Universidade Aberta à Terceira Idade)

**** Disciplina Eletiva (Serão definidas de acordo com temas contemporâneos por indicação do Núcleo Docente Estruturante)

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

9.2 COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS CURRICULARES COM O PERFIL DO EGRESSO

9.2.1 Adequação dos conteúdos curriculares à língua brasileira de sinais – LIBRAS

A abordagem curricular adotada considera a dimensão social e o compromisso pedagógico que envolve a temática em questão, bem como compatibilizará a exigência do Decreto com os princípios que embasam a organização do Ensino Superior, dispostos nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, Parecer CNE/CES nº 776/1997 e demais normas complementares, em especial, o que expressa o citado parecer. A Língua Brasileira de Sinais será ofertada como disciplina optativa.

9.2.2 Adequação dos conteúdos curriculares à educação das relações étnico-raciais

Em atendimento à Resolução nº 02/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e também para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, o curso contemplará os conteúdos desenvolvidos na disciplina de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, bem como em atividades de

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

extensão desenvolvidas ao longo do curso.

9.2.3 Adequação dos conteúdos curriculares à política nacional de educação ambiental

A respeito da Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a organização curricular do curso contempla os temas relacionados à educação ambiental através das atividades complementares, promovendo diálogo com demais cursos ofertados pela IES, bem como com diálogo permanente com a comunidade local e regional através dos seus representantes nos setores público e privado e ações de extensão universitária promovidas pelo Comitê Permanente de Gestão e Educação Ambiental – CPGEA. O conteúdo é trabalhado nas disciplinas de Enfermagem em Saúde Coletiva I e II, bem como na disciplina de Responsabilidade Socioambiental como optativa.

9.2.4 Adequação dos conteúdos curriculares à educação em direitos humanos

Em cumprimento à determinação legal trazida pela Resolução CNE/CP nº 01/2012, e entendendo a importância da educação em direitos humanos, a organização curricular do Curso contemplará este assunto dentro das disciplinas de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, Bioética e Exercício Profissional, bem

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

como dos temas transversais, possibilitando aos acadêmicos a integração interdisciplinar inclusive com os demais cursos ofertados pela IES e atividades extracurriculares envolvendo discussões com entidades públicas e privadas do Litoral Paranaense.

9.2.5 Adequação dos conteúdos curriculares aos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista

Em atendimento à Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o curso estará atento à identificação dos acadêmicos com o referido transtorno, disponibilizando sua estrutura organizacional para atender a tais acadêmicos. A temática é trabalhada na disciplina de Processos Pedagógicos em saúde, Psicologia e Enfermagem na Saúde Mental, além dos estágios. É um requisito legal e o curso estará buscando integração com demais departamentos de graduação da IES em busca da inclusão social dos envolvidos por meio da educação.

9.3 Coerência entre o PPC com as diretrizes curriculares

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá da UNESPAR está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 03/2001, que estabelece as Diretrizes

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Curriculares para os Cursos de Enfermagem. Os conteúdos essenciais do Curso de Graduação em Enfermagem condizem com os conteúdos descritos pela referida Resolução. Os conteúdos estão divididos em Formação Geral e Formação Diferenciada.

A matriz curricular está alicerçada nas Diretrizes Curriculares e integrada ao PPC, PDI e PPI da IES, contribuindo para a formação do Enfermeiro com conhecimentos previstos pelas DCNs de um profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo; qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos; capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase no litoral paranaense; identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes; capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania; como promotor da saúde integral do ser humano; e capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá atende ainda ao Decreto nº 5.626/2005, que institui a disciplina de LIBRAS e à Resolução CND nº 1/2004 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; à Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; e à Resolução CNE nº 01/2002 que prevê a formação interdisciplinar para a Educação em Direitos Humanos.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

10 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

10.1 ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS

Os docentes titulares das disciplinas encaminham anualmente para a Coordenação do Curso e Secretaria Acadêmica uma revisão do programa da respectiva disciplina e plano de aula, em conformidade com as ementas e bibliografias previstas no respectivo PPC.

Estes documentos são analisados, aprovados pela Coordenação do Curso e arquivados no controle acadêmico. Cabe à Coordenação o acompanhamento da execução do programa de disciplina e plano de aula através do lançamento, realizado pelos docentes, no diário do conteúdo lecionado.

O Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso atualizam as ementas e bibliografias das disciplinas do curso, de acordo com a legislação pertinente, as diretrizes institucionais e nacionais, bem como o avanço da literatura na área do curso. As sugestões de melhoria dos professores que lecionam as disciplinas, no âmbito da discussão coletiva, em função do perfil traçado para o egresso no PPC são analisadas para implantação.

As ementas e as bibliografias das disciplinas componentes da matriz curricular são atualizadas à medida que novos conhecimentos, novas tecnologias e novas abordagens são incorporadas à profissão, área de estudo, ou PPI e PDI da IES.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

As mudanças são propostas pelo corpo docente à Coordenação do Curso e levadas à apreciação do Colegiado de Curso e NDE e, uma vez aprovadas, entram em vigor. Quando ocorre a revisão global da matriz curricular, todas as ementas e bibliografias são revisadas e adequadas por completo pelo Colegiado de Curso.

10.1.1 Descrição do ementário e bibliografia do curso

1º ANO

Disciplina	Anatomia		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Compreensão dos diferentes sistemas do corpo humano e características constitucionais, para o entendimento dos meios propedêuticos necessários para o desenvolvimento de competências para as intervenções de enfermagem.			
Bibliografia Básica: BOGART, B.I. Anatomia e embriologia . São Paulo (SP): Elsevier, 2008. MIRANDA NETO, M. H. MACHADO, T.R. Anatomia humana: Aprendizagem dinâmica . Maringá (PR): Gráfica E Editora Clichetec, 2005. RASCH, P. Cinesiologia e anatomia aplicada . Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2012. Bibliografia Complementar:			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

MCMINN, R.M. (Col.) **Atlas terramicina de anatomia humana**. São Paulo (SP): Pfizer, 1982.

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2013.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2015.

SOBOTTA. **Atlas de anatomia humana**. 22.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

TORTORA, G. J. **Corpo Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 630p

Disciplina	Bases Biológicas para Enfermagem		
C/h total	04		
C/h teórica: 04	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Estudo da morfologia macro e microscópica das células, tecidos, órgãos e sistemas, necessários à compreensão do funcionamento do organismo em condições normais, ressaltando os principais aspectos de interesse clínico do enfermeiro. Compreensão da morfologia e fisiologia de microrganismos, necessárias ao desenvolvimento de competências para as intervenções em enfermagem.			
Bibliografia Básica: GRIFFITHS, A. J. F. <i>et al.</i> Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 7. ed. 2002. 794p. JUNQUEIRA, L.C.U. & CARNEIRO, J. Histologia Básica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. TORTORA, G.J. <i>et al.</i> Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 Bibliografia Complementar:			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ABRAHAMSOHN, P. Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016.

ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. Porto Alegre: Artmed, 2011.

NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson e Thompson Genética médica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

ROSS, H., M., PAWLINA, Wojciech. Histologia - Texto e Atlas - Correlações com Biologia Celular e Molecular. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

VIEIRA, T.; GIUGLIANI, R. (Org.). Manual de genética médica para atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2013. 104 p.

Disciplina	Bioética e Exercício Profissional de Enfermagem		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: História da enfermagem. Dimensões legais e éticas para o exercício profissional da equipe da enfermagem e seus órgãos regulamentadores e fiscalizadores. Caracterização da bioética enquanto ética aplicada.			
Bibliografia Básica: BRASIL – Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética de Enfermagem, Código de Processo Ético de Enfermagem. BRASIL – Lei do Exercício Profissional nº7498 de 25/06/1998 OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. 2. ed. Editora Manole, 2017.			
Bibliografia Complementar: KLINGER, Fontinele Junior. Ética e Bioética em enfermagem, 3. ed. Editora AB, 2007.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

GERMANO, Raimunda Medeiros. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil. Editora Cortez, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção a pessoa com deficiência, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de saúde integral da população LGBT, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional; 2014

Disciplina	Fisiologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Conceitos e princípios pertinentes ao funcionamento dos órgãos e sistemas que constituem o organismo humano, com ênfase nos aspectos necessários para o desenvolvimento de competências para as intervenções de enfermagem.			
Bibliografia Básica: TORTORA, G. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003. GUYTON, A. Tratado de fisiologia médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 2002. RYAN, J. P.; TUMA, R. F. Fisiologia. São Paulo: Manole, 2000.			
Bibliografia Complementar: BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. GANONG, W. F. Fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. HOWLEY, E. T.; POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000.

KAWAMOTO, E.E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 2003.

MCARDLE, W. D; KATCH, F. I ; KATCH, V L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Disciplina	Psicologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Compreensão dos fatores e fenômenos psicossociais no processo de desenvolvimento humano, na saúde-doença e abordagem à família e pacientes sem possibilidades de cura. Relações interpessoais, trabalho em equipe e autoconhecimento necessários à prática da enfermagem. Estudo do direito das pessoas com transtorno do espectro autista.			
Bibliografia Básica: BOCK, A. M. B. <i>et al.</i> Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo, 2001. BRAGHIROLI, Elaine Maria <i>et al.</i> Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001. DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. São Paulo: Makron Books, 2000. Bibliografia Complementar: RAPPAPORT, C. R. Teorias do Desenvolvimento: Conceitos Fundamentais. São Paulo: EPU, 1981. RUDNICKI, T.; SANCHEZ, M. M. Psicologia da Saúde: a Psicologia da Saúde: a prática de terapia cognitivo prática de terapia cognitivo comportamental em hospital geral. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014. SENNA, S.R.C.M. & Dessen, M.A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28(1), 101-108 GORAYEB, R. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.			

Disciplina	Fundamentos de Sociologia e Antropologia

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Abordagem sociológica e antropológica das questões de saúde e diversidade cultural no Brasil. Diálogos entre o biológico e o social (natureza/cultura). Diversidade cultural, com ênfase nos temas e problemas emergentes (questões étnicas-raciais; gênero e direitos humanos).			
Bibliografia Básica: COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2011. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. MELO, Lucas P.; GUALDA, Dulce M. R.; CAMPOS, Edemilson H. (Org.). Enfermagem, antropologia e saúde. Barueri: Manole, 2013. Bibliografia Complementar: ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. BARATA, Rita B. et al (org.). Equidade e saúde. Contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. GERMANO, Raimunda Medeiros. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 5. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. NAKAMURA, Eunice <i>et al.</i> (Org.). Antropologia para enfermagem. Barueri: Manole, 2009. SONTAG, Susan G. A doença como metáfora. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.			

Disciplina	Fundamentos de Enfermagem I
C/h total	05

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA: Conceitos teóricos e instrumentos básicos necessários ao desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes para a realização da assistência integral de enfermagem nas necessidades humanas básicas ao indivíduo, família e comunidade, na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017. POTTER, P, <i>et al.</i> Fundamentos de Enfermagem. 9ª ed. Elsevier, 2017. Bibliografia Complementar: BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem para a Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016. BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13. edição. Editora Guanabara Koogan, 2016. BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6. ed. Elsevie, 2016. MIYAMOTO MN, <i>et al.</i> Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3. ed. 2016. NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10. ed. Editora Guanabara Koogan, 2016.			

Disciplina	Processos Pedagógicos em Saúde		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

EMENTA

Política de educação e ensino na área de saúde e enfermagem e a utilização da metodologia de ensino na elaboração de processos educacionais no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Estudo do direito das pessoas com transtorno do espectro autista.

Bibliografia Básica:

COSTA, N. M. S. C. Docência no ensino médico: por que é tão difícil mudar? Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, p. 21 – 30, 2007.

RODRIGUES, J. A. *et al.* Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. Rio de Janeiro, v.37, n.3, p. 333-342 2013.

FREITAS; M.A.O; CUNHA; I.C.K.O; BATISTA, S.H.S.S. ROSSIT, R.A.S. Docência em saúde: percepções de egressos de um curso de especialização em Enfermagem. Interface (Botucatu). v.20, n.57, p. 427-36. 2016

Bibliografia Complementar:

BERBEL, N. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.2, 1998.

AQUILANTE, A. G; SILVA, R. F; AVÓ, L. R. S; GONÇALVES, F. G. P; SOUZA, M. B. B. Situações-problema simuladas: uma análise do processo de construção. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, n.2, p.147 – 156, 2011

ANGELI, A. O; LOUREIRO, S. R. A aprendizagem baseada em problemas e os recursos adaptativos de estudantes do curso médico. Rev. Bras. Edu. Méd., Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 32-41, 2001.

LIMA. G.Z; LINHARES, R.E.C. Escrever bons problemas. Rev. Bras. Edu. Méd., v.32, n.2, p. 197 – 201, 2008

NOGUEIRA, V.S.; PIZZI, J. As coreografias didáticas como horizonte de sentido para as práticas pedagógicas. Revista Temática. n.6, p.192-201, jun., 2014

Disciplina	Enfermagem na Saúde Coletiva I

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA: Construção histórica das políticas públicas e modelos de atenção à saúde tendo como foco o processo saúde-doença, como base a assistência de enfermagem para a promoção a saúde, prevenção e controle das doenças na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências. SOARES, C.S.,CAMPOS, C.M.S., Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.			
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. CAMPOS, G.W.S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. 968 p. FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014. FIGUEIREDO NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011. 549 p.

2º ANO

Disciplina	Fundamentos de Enfermagem II		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA: Implementação de habilidades, competências e atitudes para o planejamento e intervenções de enfermagem na assistência integral às necessidades humanas básicas no cuidado ao indivíduo, família e comunidade, na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017. POTTER, P, et al. Fundamentos de Enfermagem. 9. ed. Elsevier, 2017.			
Bibliografia Complementar: BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem Para A Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016. BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13. ed. Editora Guanabara Koogan, 2016.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6. ed. Elsevier. 2016.

MIYAMOTO MN, *et al.* Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3. ed. 2016.

NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10. ed. Editora Guanabara Koogan. 2016.

Disciplina	Enfermagem em Saúde Coletiva II		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA: Estruturação do saber e das práticas de enfermagem em saúde coletiva; resgate dos modelos de atenção à saúde com ênfase na vigilância em saúde, Programa Nacional de Imunização, estratégia saúde da família (ESF), tomando como referência o controle social, a integralidade e as linhas de cuidado do SUS.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências. SOARES, C.S.,CAMPOS, C.M.S.,. Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.			
Bibliografia Complementar:			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CAMPOS, G.W.S. tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo. Hucitec, 2012. 968 p.

FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014.

Figueiredo NMA. Ensinar a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012.

MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011.549 p.

Disciplina	Enfermagem em Saúde Mental		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA: Estudo da Política Nacional de Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial. Promoção à saúde mental. Fatores e comportamentos de risco para o adoecimento mental. Cuidado de enfermagem sistematizado em nível individual e coletivo, domiciliar e institucional em todo ciclo de vida.			
Bibliografia Básica: AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007. SADOCK, B. J.; SADOCK, V.A. Compêndio de psiquiatria. Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 9.ed., Porto Alegre: Artmed, 2007. TOWNSEND, M. C.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados. 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Bibliografia Complementar:

ESPINOSA, A F. Psiquiatria (Guia). Rio de Janeiro: McGraw- Hill, 2000.

JAYRES, M. Psicopatologia Geral. Vol., I e II. São Paulo: Atheneu, 2000.

PAYVA, L. M. Medicina Psicossomática e Psicopatologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

REIS, S.P. Psicologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenológica. São Paulo: Atheneu, 2000.

SPOERRI, T. H. Manual de Psiquiatria, fundamentos da clínica. São Paulo: Atheneu, 2000.

NETTINA, M.S. Prática de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1999.

Disciplina	Epidemiologia		
C/h total	03		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA Conhecimento de métodos e técnicas de abordagem epidemiológica e fatores determinantes do processo saúde-doença como ferramenta do planejamento em saúde. Bases da epidemiologia descritiva, medidas de saúde coletiva, sistemas de informação em saúde. Vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.			
Bibliografia Básica: MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2006. PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008. ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Introdução à Epidemiologia. 4.ed. Guanabara Koogan, 2006.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Bibliografia Complementar:

CASTIEL, L.D. A medida do possível, saúde, risco e tecno biociência. Ed. Fiocruz, 1999.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

VIANA, Sólton Magalhães., [et.al.]. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da Epidemiologia em serviço: uma avaliação de desempenho do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2002.

Disciplina	Farmacologia Aplicada à Enfermagem		
C/h total	03		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Conhecimento da farmacologia e terapêutica clínica e suas relações com os sistemas biológicos para a utilização adequada na assistência de enfermagem. Cuidado de enfermagem na terapia medicamentosa.			
Bibliografia Básica:			
BRUNTON, L.L; Chabner BA; KNOLLMANN B.C. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12.ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2012.			
RANG, H. P.; <i>et al.</i> Farmacologia. 7.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.808 p.			
SILVA, P. Farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010. 1352 p.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Bibliografia Complementar:

ALBERTS, B., *et al.* Biologia Molecular da Célula. 5.ed. Porto Alegre, Artmed, 2010. 1396 p.
GUYTON, A. C, HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11. ed., Rio de Janeiro: Elsevier., 2006.

KATZUNG, B.G.; MASTERS S.B; TREVOR A.J. Farmacologia Básica e Clínica. 12. ed. Rio de Janeiro. McGraw-Hill, 2014. 1228 p.

LOPES C.L.; Tratado de Clínica Médica. São Paulo. ROCA, 2006. 5366 p.

SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda. Brunner e Suddarth tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Disciplina	Enfermagem em Saúde do Adulto I		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adulto com foco nas doenças crônico-degenerativas, mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução das doenças, fatores de risco, causas, tratamentos e assistência de enfermagem. Diretrizes, informação, avaliação e monitoramento na prevenção, recuperação e reabilitação em saúde em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: SMELTZER, Suzanne C.; BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998. BARROS, Elvino.; <i>et al.</i> Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.). Bibliografia Complementar: DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002. DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

DÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.
HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.

Disciplina	Gerenciamento em Enfermagem		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Políticas que norteiam o processo de trabalho nas instituições de saúde e nos serviços de enfermagem e as propostas assistenciais. Concepções teóricas e instrumentos para o planejamento em saúde e gerência dos serviços de enfermagem. Competências e habilidades para a gestão da qualidade e segurança em saúde e enfermagem.			
Bibliografia Básica: BESSIE & HUSTON, Carol. Administração e Liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4. ed. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2005. MARQUIS, Bessie L & HUSTON, Carol J; trad. Regina Machado Garcez e Eduardo Schaan. Administração e Liderança em Enfermagem.: teoria e aplicação. 2. ed. Porto Alegre; Artmed, 1999. KURCGANT, Paulina <i>et al.</i> , Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Bibliografia Complementar: BARTMANN, Mercilda; KRAUSER, Lucia Toyoshima; TULIO, Ruth. Administração na Saúde e na Enfermagem. São Paulo: Senac Nacional, 2005. CUNHA, K. C. (Coord.). Gerenciamento na enfermagem: novas práticas e competências. São Paulo: Martinari, 2005. NICOLA, Anair Lazzari; ANSELM, Maria Luiza. Dimensionamento de Pessoal de enfermagem em			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

um hospital universitário. Rev. Bras. Enferm 2005 mar – abr.; 58 (2): 186 – 90.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo: Ma GRAW HILL, 1979. VOL. I e II.

MOTTA, Ana Letícia Carnevalli. Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Operadoras de Planos de Saúde. São Paulo: Iátria, 2003 <http://novo.portalcofen.gov.br/> <http://www.coren-ro.org.br/site/>

Disciplina	Disciplina Optativa Língua Brasileira de Sinais		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural. Bilinguismo e educação de surdos: diretrizes legais e político-pedagógicas. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais : teoria e prática para assistência da enfermagem na rede de atenção à saúde.			

Disciplina	Disciplina Optativa Responsabilidade Socioambiental		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Conceitos de responsabilidade social e ambiental. Atribuições que as empresas de saúde devem assumir para serem reconhecidas como socialmente e ambientalmente responsáveis. Compreensão e valorização do conceito de responsabilidade social e ambiental nas organizações de saúde. Reflexão sobre responsabilidade social e ambiental no Brasil e no mundo. O Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.			
Bibliografia Básica:			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ASHLEY, Patrícia *et al.* Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2004.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

TAKESHY, Tachizawa. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, Marly (org.). Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimos a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.

CERTO, Samuel C. Administração Moderna. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MAXIMIANO, César Amaru. Teoria Geral da Administração – da revolução urbana à revolução digital. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. • TENÓRIO, Guilherme Fernando *et al.* Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina	Disciplina Optativa Universidade Aberta à Terceira Idade		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Estudos de educação em saúde relacionados ao envelhecimento da população. Aspectos demográficos, sociológicos, antropológicos, geográficos, políticos, econômicos, de serviço social, históricos, psicológicos e do desenvolvimento humano. Relações entre as organizações de saúde e seu uso pela população da terceira idade. Avaliação da qualidade de vida dos idosos em face de políticas públicas dirigidas às famílias e aos indivíduos. Promoção da qualidade de vida dos idosos e advocacia de seus interesses no usufruto serviço público de saúde.			
Bibliografia Básica:			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde. Cadernos de Atenção Básica da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2006.

PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002.

PAPALÉO NETO, Matheus. Velhice ou Terceira Idade? 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Bibliografia Complementar:

EAUVIOR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ELIOPUOLUS, Charlotte. Enfermagem Gerontológica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002.

PAPALÉO NETO, Matheus. Como cuidar de idosos. Campinas: Papirus, 1996.

3º ANO

Disciplina	Enfermagem na Saúde do Adulto II		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo das patologias clínicas que afetam fisiopatologicamente os diversos sistemas corpóreos em adultos. Cuidado de enfermagem sistematizado ao indivíduo, família e comunidade, com foco nas necessidades humanas básicas, em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

SMELTZER, Suzanne C. BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).

Bibliografia Complementar:

DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002.
DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996.
ÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.
HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.

Disciplina	Enfermagem na Saúde do Idoso		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção à Saúde do Idoso e o processo saúde-doença no envelhecer humano. Cuidado de enfermagem sistematizado em nível individual e coletivo, domiciliar e institucional da pessoa idosa, sadia ou em adoecimento na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde. Cadernos de Atenção Básica da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2006. PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002. PAPALÉO NETO, Matheus. Velhice ou Terceira Idade? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.			
Bibliografia Complementar:			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

EAUVIOR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
ELIOPULUS, Charlotte. Enfermagem Gerontológica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002.
PAPALÉO NETO, Matheus. Como cuidar de idosos. Campinas: Papirus, 1996

Disciplina	Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e as diretrizes nacionais de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens com foco na promoção, proteção e recuperação da saúde. Mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução das doenças na infância e na adolescência, fatores de risco, causas, tratamentos e assistência de enfermagem.			
Bibliografia Básica: COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R. G.; VIEIRA, C. S. Manual de enfermagem em pediatria. 2. ed. Goiânia: AB, 2010. FUJIMORI, E; OHARA, C.V.S. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009. KYLE, Terri. Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, José Luiz T e GOMES, João André C. Manual de Imunizações. Rio de Janeiro: ENSP/ Fiocruz, 2006. AMARAL, João Joaquim Freitas do; PAIXÃO, Antônio Carvalho da. Manual para Capacitação da			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Graduação, Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância. OMS/OPAS/MS, 2004.

BOHER, Mauro Silva de Athayde. Rotinas em Pediatria. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

SEGRE, Conceição Aparecida de Matos. Pediatria – Diretrizes Básicas Organização de Serviços. São Paulo: Sarvier, 2001.

WHALEY, Sucille F. WONG, Dorme. Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Interação Efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Disciplina	Metodologia da Pesquisa em Enfermagem		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Caminhos metodológicos e científicos na estruturação de um projeto de pesquisa. Estudo dos métodos nas abordagens de pesquisa aplicadas na enfermagem.			
Bibliografia Básica:			
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.			
HÚBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Disciplina	Enfermagem em Saúde da Mulher		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 15 h/a	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Cuidado de enfermagem sistematizado à mulher em todo ciclo de vida e ao recém-nato, com foco na promoção à saúde, prevenção de doença, tratamento e reabilitação na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			
BASTOS, Álvaro da Cunha. Ginecologia. São Paulo: Atheneu, 2006.			
BEREK, Jonathan S. Berek & Novak: Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.			
FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nadia Zanon. Enfermagem e Saúde da Mulher. São Paulo: Manole, 2013. FREITAS, Fernando. (org.). Rotinas em ginecologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
CARPENITO-MOYET, L. J. Manual de Diagnóstico de Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.			
CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed, 2011. Ginecologia. Barueri/SP: Manole, 2009.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

GUYTON, A. C. Fisiologia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

JOHNSON, Marion. Ligações Nanda, NOC e NIC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Disciplina	Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção às Urgências. Mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução de agravos agudos, fatores de risco, causas e tratamentos. Cuidado de enfermagem sistematizado em situações críticas em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: AZEVEDO, Edjane Guerra de. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. AB Editora, 2009. CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M. Nunes W. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo: Atheneu; 2011. MOOCK, M. Basile Filho A. Casos clínicos em terapia intensiva. São Paulo: AMIB, 2014. Bibliografia Complementar: GOMES, Alice Martins. Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva. EPU, 2008. KNOBEL, E. et. al. Condutas no paciente grave. São Paulo: Atheneu; 2006. 2vls. PESSINI, L. Distanásia: até quando prolongar a vida. São Paulo: Loyola; 2007. PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Loyola, 2014. SWERINGER, P. L.; KEEN, J. H. Manual de Enfermagem no cuidado crítico: Intervenções em enfermagem e problemas colaborativos. Porto Alegre: Artmed; 2005.			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

4º ANO

Disciplina	Estágio Supervisionado em Enfermagem		
C/h total	22		
C/h teórica: 02	C/h prática: 20	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Aplicação dos conhecimentos acerca do cuidado nos diferentes ciclos de vida e gerenciamento de unidades de enfermagem e recursos no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Implementação do planejamento em saúde como instrumento do processo de trabalho gerencial em enfermagem.			
Bibliografia Básica: DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
Bibliografia Complementar: ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010. CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed. 2011. NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2012			

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

– 2014. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Ateneu; 2013.

PESSINI, L. Humanização e Cuidados Paliativos. São Paulo: Loyola. 2014.

Disciplina	Seminários de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Implementação do projeto de pesquisa e conclusão/apresentação de artigo científico			
Bibliografia Básica:			
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.			
HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007.			
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

11 PROPOSTA PEDAGÓGICA

11.1 POLÍTICA DE ENSINO

A política de ensino da instituição é fundamentada num processo dinâmico de socialização do conhecimento, priorizando a articulação entre teoria e prática através de ações propostas, tanto em nível curricular e em atividades complementares, quanto pelo envolvimento dos docentes e integração das diversas áreas do conhecimento.

O ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Universidade.

O ensino de graduação da UNESPAR, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, busca formar profissionais que atuem sobre grupos populacionais e/ou indivíduos no atendimento de suas necessidades. Para tanto, o egresso é considerado como agente transformador do processo social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O ensino de graduação da UNESPAR busca proporcionar a formação acadêmica dos alunos. Para tanto, o perfil deste apresenta as seguintes

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

características: proporcionar a formação integral do acadêmico por meio da prática educacional; oportunizar ações pedagógicas, articulando conhecimentos com a realidade social numa relação dialético-reflexiva; projetar situações de ensino-aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, com responsabilidade e solidariedade, visando à inserção social; incorporar a dimensão técnico-científica da gestão da informação, consubstanciada pela metodologia científica; desenvolver o aspecto técnico-profissional pela construção de conhecimento que capacite os alunos para o exercício de sua profissão com qualidade; estruturar e articular disciplinas e outras atividades acadêmicas em sintonia com a realidade social; oportunizar intercâmbio acadêmico com outras instituições, nacionais ou estrangeiras; estimular o corpo docente a realizar atividades pedagógicas inovadoras em classe e extraclasse, respeitado o PPC.

As Diretrizes Curriculares, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, representam orientações para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos - PPCs. As propostas de formação, portanto, foram construídas a partir das competências básicas e pautadas na organização de conhecimentos e habilidades, na capacidade de relacionar a teoria com a prática na formação profissional e no desenvolvimento da cidadania.

A interdisciplinaridade é compreendida como resultado de diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento que compõem os PPCs, e foram utilizadas como uma orientação fundamental para a ação pedagógica do curso.

A UNESPAR adota o regime de ensino presencial, com sistema de matrícula anual ou semestral. A integralização curricular do curso de Enfermagem do *Campus*

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

de Paranaguá é feita pelo regime seriado anual.

Tendo em vista a formação humanística dos profissionais que a instituição deseja habilitar, o PPC contempla conteúdos que permitam o desenvolvimento do exercício da cidadania. As políticas de graduação da UNESPAR têm por compromisso: considerar a pluralidade de concepções, produção e socialização do conhecimento com vistas à formação que se deseja; articular temas decisivos para a formação profissional, compatíveis com os princípios de flexibilidade e de interdisciplinaridade; garantir a flexibilidade das matrizes curriculares; respeitar os conhecimentos prévios dos alunos, provenientes de suas experiências de vida social, articulando-os aos conhecimentos acadêmicos construídos no processo de formação; construir competências formais por meio da investigação científica, integrando e delimitando as políticas entre ensino, pesquisa e extensão; comprometer-se com os valores éticos e humanísticos e com o desenvolvimento de habilidades tecnológicas para o equilíbrio científico do homem na sociedade; considerar a interdisciplinaridade, reduzindo a possibilidade de isolamento das disciplinas acadêmicas; atualizar constantemente a política institucional de Estágio Supervisionado curricular e voluntário, mantendo coerência com a unidade teórico-prática de cada curso; apoiar a realização de Projetos de Ensino e Programas de discussões didático-pedagógicas.

11.2 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa é o processo de produção de conhecimento adotando-se uma

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

metodologia específica na busca de respostas a questões. Na UNESPAR ela se orienta numa perspectiva ética, posto que o pesquisador possui uma responsabilidade social em relação a sua produção. O conceito de Universidade está ligado à produção do conhecimento, porém o estímulo à curiosidade e à criatividade não pode se limitar a projetos específicos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação.

As atividades pedagógicas desenvolvidas pelo curso buscam estimular a investigação em quaisquer dos níveis de formação. Se a pesquisa se articula com o ensino, uma vez que para produzir um novo conhecimento se manipula conhecimentos anteriormente já produzidos, ela também deve estar articulada com a extensão.

A política para a pesquisa na UNESPAR está voltada para a geração de conhecimento e tecnologia em todos os campos do saber e sua disseminação em padrões elevados de qualidade, seja através do ensino, publicações técnicas e científicas, ou outras formas de divulgação, e que atendam às demandas sociais locais, regionais e nacionais. Esses objetivos serão atingidos pelo fortalecimento da pesquisa, com ênfase na consolidação de Grupos de Pesquisa, entendidos como células iniciais para a definição e fortalecimento das áreas de pesquisa, mas também desenvolvida em projetos individuais.

A pesquisa deve estar contemplada na trajetória de formação acadêmica dos discentes como atividade acadêmica complementar. Para tanto, a UNESPAR busca constantemente uma maior participação dos acadêmicos em atividades de pesquisa, no âmbito dos Centros.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

São prioridades as seguintes políticas de pesquisa: fortalecimento dos Programas de Iniciação Científica; Socialização e divulgação dos trabalhos desenvolvidos e resultados obtidos; fomento às iniciativas inovadoras de pesquisa e o apoio à promoção e participação em eventos científicos, à realização de traduções e incentivo às publicações, especialmente através da editora da instituição; Registro de propriedade intelectual; formação de parcerias e convênios de pesquisa entre a Universidade e a comunidade; integração entre os *campi* e outras instituições para otimizar a distribuição de pessoal e uso de recursos materiais e infraestrutura; ampliação de programa de bolsas de iniciação científica por meio de integração à iniciativa privada, além das instituições públicas; fortalecimento dos órgãos internos de apoio à pesquisa; apoiar a realização e participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e culturais, para apresentação de trabalho ou a interesse da instituição.

11.3 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

A verticalização do ensino é uma das metas prioritárias da UNESPAR. Os cursos *lato sensu* visam atender demandas específicas. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* são imprescindíveis na busca de excelência acadêmica e devem fortalecer os grupos de pesquisa e qualificação dos egressos.

Com relação ao caráter específico da UNESPAR, as ações do curso buscam pensar estratégias que integrem sua realidade *multicampi*. A localização estratégica

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

dos seus *campi*, distribuídos amplamente pelo Estado do Paraná, por um lado exige políticas de ação integradoras, e por outro, permite o trabalho pelo desenvolvimento do Estado como um todo.

Nesse sentido, definem-se como políticas prioritárias para a pós-graduação: criar e implementar cursos de mestrado e doutorado, preferencialmente envolvendo mais de um *campus*; discutir a viabilidade de oferta de cursos semipresenciais, com o intuito de integrar a participação de alunos das diversas regiões onde se encontram os *campi* da UNESPAR; implantar programas de apoio à pós-graduação na forma de custeio de bolsas, com recursos próprios e de órgãos de fomento; possibilitar o intercâmbio para docentes e discentes da UNESPAR com as demais universidades públicas; incentivar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* que apresentam demanda; estimular o processo de autoavaliação dos cursos de pós-graduação.

11.4 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A extensão na UNESPAR tem como objetivo a articulação com diferentes atores sociais, buscando a difusão e a disseminação do conhecimento dos saberes científicos e populares, da informação e da cultura, tornando-os acessíveis à sociedade em geral e fazendo deles instâncias sociais críticas de modificação social e pedagógica.

A extensão vem ocupando cada vez mais espaço nas políticas públicas, e existem perspectivas de investimento em projetos de extensão, tanto por parte do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Governo Federal quanto do Estadual. Numa concepção crítica e emancipatória, a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social.

A política de extensão e cultura da UNESPAR está orientada pelos compromissos de: promover o diálogo entre o saber científico produzido na Universidade e os saberes leigos, populares e tradicionais provindos de diferentes culturas; intervir na solução de problemas sociais e ambientais existentes na região, voltados a: direitos humanos, terceira idade, medicina preventiva, formação continuada, egressos de estabelecimentos penais, pessoas com necessidades especiais, infância e adolescência, gestão e educação ambiental, a fixação do homem no campo: transferência de tecnologia, agroecologia; promover a utilização de recursos físicos, técnicos e tecnológicos para ampliar a qualidade da educação continuada; proporcionar atividades de produção, preservação e divulgação artístico cultural; valorizar os programas de Extensão *intercampi*, interinstitucionais, por intermédio de redes ou parcerias e atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional; ampliar os canais de comunicação e divulgação com a comunidade interna e externa.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

12 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO

12.1 ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Supervisionado é um componente do currículo do curso, representado em 660 horas de atividades práticas, em situação de trabalho visando solidificar os ensinamentos teóricos e se processará de acordo com normas regulamentadas pela UNESPAR *Campus* de Paranaguá, de acordo com o que preceitua o Art. 82 da LDB. Seu desenvolvimento ocorre ao longo do último ano do curso.

São objetivos do Estágio Supervisionado em Enfermagem:

- a. Proporcionar aos acadêmicos a orientação e desenvolvimento de habilidades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos fundamentais para o exercício da profissão de enfermeiro;
- b. Propiciar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho;
- c. Ampliar as experiências dos acadêmicos através do desenvolvimento de tarefas cada vez mais complexas, tendo em vista a aquisição de segurança e a capacitação para execução do trabalho relacionado com a assistência à promoção, prevenção e recuperação da saúde;
- d. Oportunizar ao acadêmico conhecimentos gerenciais, técnico-científicos,

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

legais e éticos dos cuidados de enfermagem, prestados aos pacientes nas diversas áreas de atuação.

12.1.1 Acompanhamento do estágio

O Estágio Supervisionado em Enfermagem será acompanhado por um Professor Orientador do curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* Paranaguá, com formação na respectiva área, que se responsabilizará pelas atividades do estagiário.

12.2 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC obedece à regulamentação própria emitida pela UNESPAR *Campus* de Paranaguá, aprovada pelo Colegiado de Curso, e cada colegiado segue um regulamento particularizado observando as orientações pré-estabelecidas pela Instituição e respeitando as Diretrizes Curriculares do curso e os padrões de qualidade da Avaliação das condições de Ensino.

Deverá constituir-se numa atividade curricular de natureza científica, sobre as temáticas construídas pelos alunos sob orientação do coordenador e dos demais professores orientadores, das várias áreas do conhecimento, vinculados às ênfases do curso, dessa forma consolidando os conteúdos trabalhados.

Dessa maneira, o desenvolvimento da pesquisa, deve possibilitar a integração

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

entre Teoria e Prática verificando a capacidade de síntese e espírito investigativo, adquiridos durante o Curso.

Serão avaliados o domínio do conhecimento, a capacidade crítica sobre o tema em questão, o conjunto técnico do trabalho (normas metodológicas, conhecimento da língua portuguesa, produção do texto) e a postura acadêmica.

Os trabalhos deverão servir de base para o desenvolvimento e aprofundamento dos temas e continuidade da investigação e de proposições que efetivamente contribuirão para o enriquecimento profissional, humano e ético, dos futuros enfermeiros.

12.2.1 Acompanhamento do trabalho de conclusão de curso

O acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso é feito por um professor orientador, indicado pelo Colegiado de Enfermagem, titular da disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso com atribuições previstas na regulamentação própria do componente curricular, devidamente aprovado pelo Colegiado do Curso.

12.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades acadêmicas complementares são desenvolvidas ao longo do

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Curso e incluem estudos que levem o aluno ao aprofundamento e à diversificação de temáticas que solidifiquem ainda mais a formação do Enfermeiro numa ação modernizadora, originando profissionais altamente qualificados e aptos a atuar no mercado de trabalho.

Para fins de aproveitamento de estudos como atividades acadêmicas complementares e de extensão, são consideradas as seguintes modalidades:

I. Atividades de Ensino e Pesquisa: a) Monitoria b) Participação em projetos de pesquisa/ensino c) Grupos de estudos d) Viagens de estudos;

II. Atividades de Extensão: a) Congressos b) Seminários c) Jornadas d) Encontros e) Simpósios f) Aula Inaugural g) Projetos de extensão aprovados no Centro de Ciências da Saúde h) Representação estudantil em conselhos, comissões, comitê, etc. i) Atividades pré-definidas em disciplinas do Curso;

III. Produção Científica: a) Publicação acadêmica (livros, artigos, resenhas em meio impresso ou eletrônico) b) Participação em eventos com apresentação de trabalhos através de painel, pôster, comunicação oral, palestra ou mesa-redonda;

IV. Vivência Profissional e Acadêmica Complementar: a) Estágios voluntários.

São objetivos das atividades acadêmicas complementares o aprofundamento das temáticas estudadas ao longo do Curso e o enriquecimento das vivências acadêmicas.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

12.3.1 Acompanhamento das atividades complementares

O acompanhamento das Atividades Complementares, bem como seu registro será feito por um docente indicado pelo Colegiado do Curso. Ao docente caberá orientações, registros e acompanhamento das atividades desenvolvidas.

12.4 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

12.4.1 Metodologia de ensino

A metodologia do ensino superior que o curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá adota parte da análise do processo de ensino e sua relação com o contexto global do fenômeno educativo, bem como procura configurar o ensino e a aprendizagem como uma dinâmica interativa, situada historicamente, destacando-se o papel do professor e do acadêmico, seguindo as diretrizes do PDI e PPI da IES e do *Campus*.

Os conteúdos de ensino são organizados de acordo com uma visão eminentemente processual e o desenvolvimento curricular como um campo de intervenção e ação do professor. Essa abordagem está relacionada, mais especificamente, com a seleção de conteúdo, sua estruturação e sequenciação, o

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

planejamento e a avaliação das atividades.

O processo de seleção de conteúdos baseia-se em:

- Garantir a aproximação de disciplinas tanto do básico como do profissionalizante, estimulando a interdisciplinaridade e a correlação entre teoria e prática;
- Inserir o aluno nos campos de atuação desde o início do curso, propiciando a interação de teoria com prática, influenciando na motivação do aluno e valorizando a integração interdisciplinar;
- Estimular o talento, a criatividade, a iniciativa, face às exigências das demandas de mercado; e
- Criar um ambiente cooperativo, facilitador da aprendizagem, possibilitando modos de interação social com desenvolvimento de projetos que atendam aos diversos segmentos sociais.

Os planos de aulas, elaborados pelos professores, são desenvolvidos baseados nesses princípios. O desenvolvimento da atividade acadêmica ou do trabalho escolar efetivo pode ser por aulas expositivas, exercícios, trabalhos em grupo, vídeos, filmes, discussões coletivas ou em grupos, buscando, sempre o maior envolvimento do acadêmico no conteúdo, de forma que apreenda o que lhe for apresentado e seja o autor de seu aprendizado. Já o professor tem o fundamental papel de ser o condutor, o facilitador, o organizador e o apresentador dos conteúdos e conceitos a respeito dos assuntos que envolvam suas atividades profissionais.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

A UNESPAR inclui de forma transversal, em todos os Projetos Pedagógicos de seus cursos, a Resolução CNE/CP nº 1/2012, “Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira” em conformidade com a Lei nº 11.645/2008 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Educação Ambiental, em conformidade com a Lei nº 9.795 de 27/04/1999 e Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

12.4.2 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do rendimento escolar será realizada em cada disciplina, em função de seu aproveitamento verificado em provas, trabalhos escolares e frequência.

As notas bimestrais e de exames finais serão expressas em pontos numa graduação de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), permitida a fração de 0,5 (meio ponto).

A média final de aproveitamento do aluno é o resultado da média aritmética dos pontos obtidos nos quatro bimestres cursados.

Será aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares.

Presta exame final na disciplina o aluno que tem média anual igual ou superior a 4,0 (quatro vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), devendo obter média aritmética de 5,0 (cinco vírgula zero) com a nota do exame.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

A média mínima exigida para aprovação em exame final será de 5,0 (cinco vírgula zero) da média aritmética entre a nota do exame e a média final.

12.4.3 Sistema de autoavaliação

A avaliação institucional na UNESPAR é concebida como um processo integrador que revela, discute, complementa, amplia e propõe caminhos alternativos de ação para a gestão administrativa e pedagógica dos *campi* a ela pertencente. Nessa perspectiva, o processo de avaliação deve atender a uma tríplice exigência:

- I - Ser um processo contínuo de aperfeiçoamento dos encaminhamentos acadêmico, pedagógicos e administrativos;
- II - Ser uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária, levando em consideração as 10 dimensões exigidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES;
- III - ser um processo sistemático de prestação de contas à comunidade acadêmica e à sociedade.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

12.4.4 Comissão permanente de avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação, no intuito de fazer valer sua finalidade, desenvolve ações de acompanhamento metódico, via instrumentos avaliativos de base qualitativa (como grupo focal) e/ou de base quantitativo-qualitativa, sobre as atividades desenvolvidas nos *Campi* a fim de verificar, tanto a partir das dimensões elencadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), quanto por meio das funções e prioridades determinadas coletivamente (nos Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos, Plano de Desenvolvimento Institucional), se tais proposições estão sendo atendidas.

Com o foco de atuação na análise integral e integrada das 10 dimensões do SINAES, a CPA/UNESPAR tem como objetivo geral garantir o levantamento de informações avaliativas sobre os diversos âmbitos dos *Campi*, respeitando a identidade e a diversidade dos cursos que oferece, através da participação de todos os envolvidos no processo educacional (docentes, discentes e agentes universitários), bem como a representatividade da sociedade civil organizada.

Constituem-se em objetivos específicos da CPA/UNESPAR:

I - Estabelecer metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e/ou estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

II - Elaborar os mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos.

III - Fornecer ao corpo diretivo informações sobre o desempenho e a percepção da UNESPAR, através de seus *Campi* construindo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico-administrativa.

São atribuições da Comissão Própria de Avaliação – CPA/UNESPAR:

I - Coordenar os processos de avaliação interna dos *Campi* na forma da legislação vigente e conforme as orientações do Ministério da Educação, do Conselho Estadual de Educação (CEE) e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI);

II - Propor, analisar e implantar as dinâmicas, procedimentos, mecanismos, metodologias e instrumentos para a Avaliação Interna de cada *Campi* segundo a sua especificidade e dimensão, ouvindo os diferentes sujeitos da comunidade acadêmica acerca das distintas atividades institucionais;

III – Planejar e organizar ações, mediante Plano de Trabalho no qual devem constar cronogramas, distribuição de tarefas e previsão de recursos humanos, materiais e operacionais;

IV - Sensibilizar a comunidade para a importância do envolvimento, compromisso e participação nos processos de autoavaliação institucional;

V - Elaborar relatórios e pareceres, em corresponsabilidade com o Diretor de *Campus*, acerca dos resultados de autoavaliação, encaminhando-os ao Núcleo de

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Pró-Reitoria de Avaliação da UNESPAR para que se constituam em subsídios ao planejamento estratégico institucional;

VI - Estabelecer estratégias de comunicação/divulgação dos resultados e pareceres da autoavaliação à comunidade acadêmica;

VII - Promover seminários, debates e reuniões, no âmbito dos *Campi*, a fim de discutir a concepção e o desenvolvimento da avaliação institucional;

VIII - Desenvolver leituras e grupos de estudos entre os membros da CPA, visando tanto ao aprofundamento acerca das políticas de avaliação, quanto à atualização sobre a legislação pertinente à avaliação institucional;

IX - Assegurar a qualidade e a coerência da autoavaliação institucional, promovendo o seu aperfeiçoamento permanente;

X - Prestar as informações solicitadas pelos órgãos públicos, referentes à autoavaliação institucional, propondo cronograma de trabalho de acordo com as diretrizes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES/INEP) e em consonância com as deliberações do Conselho Estadual de Educação (CEE/PR).

A CPA em atuação foi constituída pela Portaria 1169/2018, composta pelos seguintes membros: Nabi Assad Filho e Eder Rogério Stela (*Campus de Campo Mourão*); Jackelyne Corrêa Veneza e Carlos Alberto Silva Yansen (*Campus de Curitiba I*); Clara Márcia de Freitas Piazzetta e Salete Paulina Machado Sirino (*Campus de Curitiba II*); Fátima Aparecida de Souza Francioli e Shalimar Calegari

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Zanatta (*Campus* de Paranavaí); Marcelo Caetano de Cernev Rosa e Cristiano Schinwelsk (*Campus* de Apucarana); Everton Carlos Crema e Everton José Goldoni Estevan (*Campus* de União da Vitória); Simone Sartori Jabur e Ivone Ceccato (*Campus* de Paranaguá); Mário Henrique do Carmo e Fernando Klemps (Academia Policial Militar do Guatupê); Shalimar Calegari Zanatta (Docentes); Fabiano Krull e Edvan Coan Cauneto (Agentes Universitários); Maísa Regina Baldicera e Gabriela Maria Cecchin (Discentes de Graduação); Larissa da Silva Ribeiro e Lucas Alves da Silva (Discentes de Pós-Graduação); e; Vilma Terezinha de Souza Pinto e Margarida Liss (Sociedade Civil Organizada). A presidência geral da CPA é exercida por Jacqueline Costa Sanches Vignoli.

Os membros da CPA Setorial do *Campus* de Paranaguá foram nomeados pela Portaria nº 023/2019, estando composta por: Josiane Aparecida Gomes Figueiredo e Mariliza Simonete Portela – titulares; Liceia Alves Pires e Alesssandra da Silva Quadros Zamboni - suplentes (Centro de Área de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação); Luciane Scheuer e Raphael Vinicius Weigert Camargo – titulares; Sebastião Cavalcanti Neto e Ledyr dos Santos - suplentes (Centro de Área de Ciências Sociais Aplicadas); Maíke dos Santos e Marcus Paulo Madaloso – titulares; Marilyn Daianny de Pádua Barros e Laurival de Paula Xavier - suplentes (Agentes Universitários); Rayane Silva Bueno e Silas Hallel Camilo Mendes – titulares; Thiago Rodrigues de Almeida e Leticia Faria da Silva - suplentes (Discentes); e Marcelo José Cardoso Dias e Fabiano Vicente Venete Elias – titulares; Bianca Freitas de Souza Russo e Vivian Beatriz dos Santos de Oliveira - suplentes (Sociedade Civil Organizada).

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

13 CORPO SOCIAL DO CURSO

13.1 CORPO DISCENTE

A UNESPAR entende a importância de promover políticas de democratização do acesso, ingresso e permanência de acadêmicos de graduação e pós-graduação. Por sua característica *multicampi* e distribuição espacial no Paraná, oportuniza o acesso de estudantes das diferentes regiões do Estado e também do País.

Ao assumir a perspectiva de que o aluno é um sujeito que se constrói nas relações histórico-sociais e que aprendizagem não se restringe apenas ao saber científico, mas está articulada a um processo que envolve a formação pessoal, cultural e política, a UNESPAR cria a política supracitada, visando referendar seu projeto pedagógico, no qual os alunos são percebidos como protagonistas e partícipes do seu projeto formativo.

Esta proposta compreende os seguintes compromissos:

- I. Assegurar o ingresso através de diferentes instrumentos de seleção considerando a diversidade de cada *campus*;
- II. Favorecer o desenvolvimento e a expansão das atividades do Serviço de apoio ao estudante;
- III. Apoiar a participação discente em eventos científicos e culturais;

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- IV. Manter os programas de bolsas de estudos, de trabalho e de desenvolvimento acadêmico;
- V. Estimular sua participação nos órgãos colegiados;
- VI. Valorizar o trabalho dos representantes de turma;
- VII. Melhorar as condições de segurança à comunidade discente;
- VIII. Desenvolver programa de acompanhamento de egressos.

13.1.1 Formas de acesso ao curso

O ingresso de discentes nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná é realizado por meio de processo seletivo vestibular. São disponibilizadas cotas sociais para candidatos de comprovada necessidade, e as notas do ENEM são aproveitadas para classificação dos candidatos.

Além do processo seletivo, é possível ingresso por meio de transferência externa obrigatória, e facultativa, quando da existência de vagas e para portadores de diploma de ensino superior, quando houver vagas.

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá disponibiliza 50% de suas vagas para acesso pelo SISU/ENEM.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

13.1.2 Programas de apoio pedagógico

Os programas de Apoio Pedagógico da UNESPAR atuam no planejamento e execução de ações de apoio voltadas aos acadêmicos; deverá oferecer suporte antes, durante e após o processo seletivo para o ingresso na universidade.

Caracteriza-se também como programa de apoio à permanência e formação estudantil, basear-se-á em questões socioeconômicas e de mérito acadêmico, englobando também as diversas deficiências (física, mental e sensorial) que necessitam de apoio educacional específico.

O apoio socioeconômico destinar-se-á a quem não dispõe de recursos mínimos para sua manutenção na universidade poderá, entre outros, oferecer: moradia estudantil, bolsa alimentação, auxílio financeiro, Educação Infantil para filhos de estudantes em idade de 0 a 5 anos, auxílio financeiro emergencial para resolução de situações de exceção e auxílio transporte. Esses programas serão implantados gradativamente, de acordo com a disponibilidade orçamentária/financeira e planejamento de cada *campus*, depois de ouvidas as instâncias de representação estudantil.

Por mérito acadêmico há possibilidade de se conquistar bolsas de pesquisa, extensão ou Iniciação Científica, monitorias ou estágios, seguindo nesse caso os regulamentos, editais e chamadas específicos de cada área. Poderá ainda no decorrer do tempo implantar benefícios, tais como: refeições com baixo custo; assistência à saúde e assistência odontológica de acordo com as normas do Sistema de Saúde

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Pública; atividades físicas, culturais e esportes; projetos de prevenção ao uso de álcool e drogas e outras campanhas de saúde ou esportes que venham a contribuir com a permanência do estudante com qualidade de vida no ensino superior.

13.1.3 Apoio às atividades acadêmicas

A UNESPAR define, em sua legislação interna, a participação estudantil em seus Conselhos Deliberativos e Consultivos, tanto na instância superior de decisão, bem como na instância intermediária, isto é, em seus diferentes *campi*. A participação estudantil nos Conselhos respeitará sempre a proporcionalidade exigida por lei.

O Regimento Geral da UNESPAR define os órgãos de representação estudantil que são os seguintes: O Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade representativa do conjunto dos estudantes de cada *campus*; e O Centro Acadêmico (CA), entidade representativa dos estudantes dos respectivos cursos ou unidades.

13.1.4 Acompanhamento de egressos

O acompanhamento de egressos está em fase de levantamento de dados. A proposta é levantamento de todos os formados pelo *Campus* de Paranaguá para um cadastro no site da IES. Posteriormente será efetuada uma busca pelos egressos para

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

um cadastro com atualização permanente com o objetivo de incluí-los nas atividades promovendo uma formação continuada.

13.2 GESTÃO DO CURSO

A Gestão do Curso segue o Regimento Interno da UNESPAR, sendo definido:

Centro de Área (Artigo 31, Subseção I da Seção I) que compete: I - aprovar o plano de trabalho do Centro de Áreas e submetê-lo ao Conselho de *Campus*; II - definir, no início de cada exercício financeiro, as prioridades para a aplicação dos recursos orçamentários que lhe forem destinados; III - aprovar a programação e execução das atividades acadêmicas em suas respectivas áreas; IV - elaborar seu regimento, submetendo-o à apreciação e aprovação do

Conselho de *Campus*; V - aprovar os pedidos de licença do pessoal docente em exercício no Centro, em conformidade com a legislação; VI – criar comissões especiais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Centro de Áreas; VII - homologar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão, entre os seus docentes; VIII - acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas no âmbito do Centro de Áreas; IX - propiciar condições para um adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas no âmbito do Centro de Áreas; e X - exercer quaisquer outras atribuições no âmbito de sua área de atuação ou por determinação superior.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

O Conselho de Centro de Áreas reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez a cada dois (02) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Diretor do Centro de Áreas ou por dois terços (2/3) de seus membros.

O Centro de Ciências Sociais Aplicadas, ao qual está vinculado o curso de Engenharia da Produção da UNESPAR no Campus de Paranaguá.

Colegiado de Curso (Artigo 32, Subseção II da Seção I) com a competência de:

I - aprovar a programação e execução das atividades acadêmicas de seu respectivo Curso ou Programa; II - aprovar os pedidos de licença do pessoal docente em exercício no Curso ou Programa, em conformidade com a legislação; III - aprovar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão, entre os docentes de seu respectivo Curso ou Programa; IV - acompanhar o cumprimento dos planos curriculares e do regime didático do curso; V - propor, aprovar e acompanhar ações para as diversas modalidades de planejamento de ensino do Curso ou Programa; VI - propor, aprovar e acompanhar a atualização dos currículos e práticas pedagógicas exercidas no Curso ou Programa; VII - promover processos regulares de avaliação dos cursos, dos programas de pós-graduação e do desempenho docente; VIII - propor critérios aos processos de seleção de discentes para o curso ou programa; IX - acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas no âmbito do Curso ou Programa; X - propor ações para um adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas no âmbito de seu respectivo Curso ou Programa; e VI - exercer quaisquer outras atribuições no âmbito de sua área de atuação ou por determinação superior.

Coordenação de Curso (Artigo 34, Subseção II da Seção I) sendo eleito pelos seus respectivos integrantes para um mandato de dois anos, sendo permitida uma

130

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

reeleição, com as seguintes atribuições: I - presidir o Colegiado de Curso; II - articular o trabalho dos diferentes professores e a integração entre as disciplinas, visando aos objetivos do Curso e à formação desejada; III - assegurar o cumprimento dos planos curriculares e do regime didático do Curso; IV - participar e colaborar no desenvolvimento e na implementação de instrumentos de avaliação do desempenho de pesquisadores, de programas de pós-graduação e da avaliação institucional; V - propor e acompanhar ações para as diversas modalidades de planejamento de ensino do no Curso; VI - divulgar elenco de disciplinas e número de vagas para outros coordenadores de curso ou programas de pós-graduação, colocando-as à disposição dos interessados para o enriquecimento do conhecimento; VII - articular a execução das políticas de ensino com as Divisões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Cultura do *Campus*, bem como com os Coordenadores de cursos e/ou programas de pós-graduação de igual natureza ou de áreas do conhecimento afins; VIII - representar o curso em eventos e reuniões; IX - divulgar as atividades e resultados do curso; e X - cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso.

13.2.1 Coordenação do curso

A coordenação do curso será eleita pelos docentes alocados no Colegiado, conforme regulamentação da UNESPAR. Para a coordenação *pró-tempore* os membros do Núcleo Docente Estruturante elegeram o professor Wilian Augusto de Melo.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

O coordenador eleito é doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; mestre em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; pós-graduação em Administração Hospitalar pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR; pós-graduação em Educação Profissional na Área de Saúde pela Escola Nacional Saúde Pública Sérgio Aroua – ENSP e Universidade Estadual de Maringá - UEM; Pesquisador na área de Epidemiologia/Saúde Coletiva (Morbimortalidade dos Agravos Agudos, Crônicos; Causas Externas de Violências e Acidentes de Trânsito; Estatísticas e Gestão em Saúde) e em Fundamentos de Enfermagem. Atua no Ensino e Extensão Universitária das áreas supracitadas.

Atividades de Pesquisa: 38 publicações em periódicos indexados; 01 Organização de livro; 06 capítulos de livros; 19 Trabalhos completos publicados em anais de congressos, 78 Resumos expandidos publicados em anais de congressos.

Atividades de extensão: 08 projetos na coordenação;

Atividades de ensino: 15 anos de docência: sendo 06 anos Professor Efetivo da Unespar do curso de Enfermagem do *Campus* de Paranavaí.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

13.2.2 Núcleo docente estruturante – NDE

13.2.2.1 Composição

O quadro abaixo apresenta a relação de docentes que compõem o NDE do curso de Enfermagem, sendo constituído por professores com titulação *stricto sensu* e dedicação exclusiva na Instituição.

Docente		Graduação	Titulação	Regime de Trabalho
Patrícia Rodrigues Ferracioli	Louise Varela	Enfermagem e Obstetrícia	Doutora em Enfermagem	TIDE
Willian Augusto de Melo		Enfermagem	Doutor em Ciências da Saúde	TIDE
Denise Maria Vaz Romano França		Fonoaudiologia e Pedagogia	Pós-Doutora em Distúrbios da Comunicação	TIDE
Sebastião Neto	Cavalcanti	Administração	Doutor em Administração	TIDE
Rosineide Cirino	Batista	Pedagogia	Doutora em Educação	TIDE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

A coordenadora *pró-tempore* do NDE do curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá é a professora Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli. A docente eleita é bacharel em Enfermagem e Obstetrícia pela Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba - FAFIPA; Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; e Doutora em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Atualmente é Professora Adjunta do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR *Campus* de Paranaíba.

13.2.2.2 Atuação

Em atendimento aos dispositivos legais o Núcleo Docente Estruturante – NDE para o curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá está constituído obedecendo aos enunciados do instrumento de avaliação de curso e à Resolução CONAES nº 01/2010, em relação a sua formação na área do curso, titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e regime de trabalho em tempo integral e parcial.

Essa organização visa assegurar que os docentes do NDE possam se dedicar de forma plena ao curso, particularmente às ações de acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC com o propósito de estar sempre atual e moderna a proposta pedagógica do curso.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

13.2.2.3 Objetivo geral

Avaliar o PPC, visando à melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, realizando um diagnóstico constante do curso, identificando problemas e apontando mudanças necessárias, a partir das inovações exigidas pelo mercado de trabalho.

13.2.2.4 Objetivos específicos

- Acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso; e
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

13.2.3 Corpo docente

O Plano de Carreira Docente e a definição de políticas de formação continuada dos docentes e agentes universitários da UNESPAR são regidos pelas Leis Estaduais nº 11.717, de 07 de maio de 1997, nº 14.825, de 12 de setembro de 2005, e nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

13.2.3.1 Titulação e dedicação ao curso

13.2.3.2 Titulação

O corpo docente para o curso de Enfermagem para constituição do Colegiado, será composto por 25 professores, sendo contratados inicialmente por Professores com contrato temporário através do Processo Seletivo Simplificado até a realização do concurso público, com titulação de pós-graduação *stricto sensu* - doutorado, conforme deliberação do Conselho Universitário da Instituição.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

13.2.3.3 Regime de trabalho do corpo docente

Dos docentes a serem contratados para atuação no curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá, buscar-se-á todos com Dedicação Exclusiva com a IES.

13.2.4 Corpo técnico-administrativo

A UNESPAR oportuniza a formação dos servidores, com intuito de atualizar, desenvolver e formar quadros humanos qualificados em todas as áreas de atuação da Universidade, de forma a garantir um processo de melhoria de desempenho institucional. Dessa forma assumem-se os seguintes compromissos:

- Apoiar o servidor em suas iniciativas de formação voltadas para o desenvolvimento individual e institucional;
- Oportunizar aos servidores o afastamento integral ou parcial das atividades, para que frequentem os programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O *Campus* de Paranaguá da UNESPAR conta com um corpo de técnico-administrativo composto por 20 agentes universitários, sendo que 70% (14 colaboradores) contam com ensino superior completo, sendo 67% com pós-graduação *lato sensu* concluídas. 28% dos agentes contam com o ensino médio

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

concluído e 6% estão cursando o ensino superior.

Para auxiliar nas atividades, os agentes universitários contam com um efetivo com 16 estagiários, sendo dois oriundos de cursos profissionalizantes, dois de estudantes do ensino médio e 12 deles do ensino superior.

Para a implantação do curso de Enfermagem será necessário também a contratação de 05 técnicos de laboratório para acompanhamento dos docentes e discentes nas atividades práticas.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

14 INFRAESTRUTURA

14.1 ESPAÇO FÍSICO GERAL

O *Campus* de Paranaguá da UNESPAR conta com duas unidades. Uma sede onde funciona a parte pedagógica e outra a sede administrativa. O curso de Enfermagem é ofertado na sede pedagógica.

UNESPAR – *Campus* de Paranaguá

SEDE PEDAGÓGICA

1	Área total do <i>campus</i>	4.480
2	Área construída	4.327,46
3	Salas de aula (33 salas)	2.100
4	Sala de reunião	24,55
5	Laboratório de Física	10,80
6	Brinquedoteca	16,11
7	Laboratório de Química	13
8	Sala Pibid	28
9	Sala de Assessoria de Informática	16,5
10	Central de Estágios	35
11	Sala de Arquivo	8,75

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

12	Sala da Central de Telefonia	10,49
13	Sala de Almoxarifado	14
14	Sala de Manutenção	22,30
15	Sala de Manutenção	22,30
16	Refeitório	13
17	Cozinha	13
15	Sanitários (12 unidades)	26
16	Laboratório de Informática	51
17	Laboratório de Nutrição de Peixes	52
18	Laboratório de Botânica e Bromatologia	52
19	Laboratório de Bioquímica, Microbiologia e Geoprocessamento	52
20	Laboratório de Biologia Marítima	52
21	Laboratório de Línguas	50
22	Laboratório de Educação Matemática	14
23	Biblioteca	233
24	Colegiados de Curso – Sala TIDE (02 salas)	85,67
25	Sala da UNATI	15,89
26	Sala dos Professores	39
27	Arquivo Geral	17,45
28	DCE	75,61
28	Diretório Acadêmico de História	12,88
29	Diretório Acadêmico de Administração	35,84

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

UNESPAR – Campus de Paranaguá

SEDE ADMINISTRATIVA

1	Recepção
2	Divisão de Pesquisa
3	Central de Informática
4	Banheiros (04)
5	Sala de Protocolo
6	Sala de Arquivos (02 salas)
7	Sala da Assessoria da Direção
8	Sala da Telefonista
9	Sala da vice direção
10	Sala de reuniões (duas salas)
11	Setor de Recursos Humanos
12	Divisão de Planejamento
13	Divisão Financeira
14	Secretaria Acadêmica
15	Cozinha
16	Salas dos Centros de Área (duas salas)
17	Salas dos Colegiados (08 salas)
18	Sala do CPD

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

14.2 ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Para o funcionamento do curso estão disponíveis 04 salas de aula, com espaços compartilhados de dois auditórios, um com capacidade para 80 pessoas e outro para 120. O curso conta também com Laboratório de Informática, Laboratório Multidisciplinar, Laboratório de Fisiologia, Laboratório de Anatomia, Laboratório de Enfermagem, além dos espaços administrativos para utilização dos docentes, Centro de Área, Departamento e NDE.

14.3 BIBLIOTECA

A utilização do acervo bibliográfico em obras de referência e publicações científicas permanece como base para a produção do conhecimento que se deseja na UNESPAR, sendo condição essencial para este processo:

- Garantir a expansão do acervo, informatização do acesso e organização dos serviços prestados pelas bibliotecas dos *campi*;
- Aportar recursos orçamentários para atualização e complementação do acervo de livros, periódicos, vídeos, CD's, novas mídias virtuais e outros materiais de consulta;
- Implementar o acesso virtual às obras de referência e textos raros, seja por digitalização de materiais autorizados ou convênios com bases de dados

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

públicas já estabelecidas;

- Ampliar e modernizar as instalações e equipamentos existentes;
- Viabilizar o acesso institucional a bases de dados nacionais e internacionais.

A biblioteca encontra-se em fase de informatização e conta com 233 metros quadrados de área construída com um total de 25.000 volumes, 100 exemplares, entre periódicos acadêmicos e científicos e 30 mapas.

14.4 LABORATÓRIOS E AMBIENTES ESPECÍFICOS PARA O CURSO

Os laboratórios se caracterizam pela integração de ideias e conceitos teóricos à prática e representam um instrumento vigoroso de produção de conhecimento por parte da comunidade acadêmica, seja no processo de ensino de graduação e pós-graduação ou na pesquisa, extensão e cultura. Diante dessa concepção, a UNESPAR tem como compromisso essencial proporcionar espaços e instalações adequadas, 27 para laboratórios, clínicas, ginásios poliesportivos, salas de multimeios e de outros espaços vinculados à experimentação, prática e aplicação nas várias áreas do conhecimento.

Em atendimento aos objetivos, para o desenvolvimento das atividades do curso de Enfermagem, o *Campus de Paranaguá* contará com laboratórios: multidisciplinar, enfermagem, anatomia e fisiologia.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

14.4.1 Laboratório multidisciplinar

Item	EQUIPAMENTOS UTILIZADOS CURSO DE ENFERMAGEM	QUANTIDADES
01	Microscópios	15
02	TV	02
03	Estufa de Secagem	02
04	Estufa Incubadora	01
05	Estufa microprocessada para cultura de bactéria	01
06	Lupas	02
07	Geladeira	01
08	Destilador	01
09	Mesa agitadora	01
10	Banho Dubnoff	01

14.4.2 Laboratório de enfermagem

Item	EQUIPAMENTOS UTILIZADOS CURSO DE ENFERMAGEM	QUANTIDADES
01	Macas	08
02	Simuladores	05
03	Desfibrilador	02
04	Oxímetro	01
05	Glicosímetro	01

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

06	Estetoscópio	05
07	Esfigmomanômetro	05
08	Balança manual	04
09	Balança digital	01
10	Balança antropométrica	01
11	Sonar fetal	01
12	Bomba de infusão	01
13	Negatoscópio	01

14.4.3 Laboratório de anatomia

Item	EQUIPAMENTOS UTILIZADOS CURSO DE ENFERMAGEM	QUANTIDADES
01	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	02
02	Clavícula direita	03
03	Clavícula esquerda	03
04	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	03
05	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	01
06	Coração ampliado com 3 partes	01
07	Corte de rim básico em corte sagital	01
08	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	05

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

09	Escápula direita	05
10	Escápula esquerda	05
11	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	01
12	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	01
13	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	01
14	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- direito	01
15	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- esquerdo	01
16	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	03
17	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	01
18	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	01
19	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	01
20	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	03
21	Fêmur direito	05
22	Fêmur esquerdo	05
23	Fíbula direita	05
24	Fíbula esquerda	05
25	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	01
26	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	01
27	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	01
28	Armários com portas de vidro para modelos anatômicos sintéticos	02

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

29	Articulação do cotovelo confeccionado em resina plástica rígida	01
30	Articulação do joelho (direito) em resina plástica rígida, com movimento de flexão	01
31	Articulação do ombro (direito) em resina plástica rígida, com clavícula	01
32	Bancos de madeira com 70 cm de altura	15
33	Braço musculado em fibra de vidro com 6 partes. Músculos superficiais e profundos	01
34	Cabeça corte mediano, confeccionado em resina plástica emborrachada	01
35	Cadeira para o professor	01
36	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	01
37	Clavícula direita	03
38	Clavícula esquerda	03
39	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	03
40	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	01
41	Coração ampliado com 3 partes	01
42	Corte de rim básico em corte sagital	01
43	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	05
44	Escápula direita	05
45	Escápula esquerda	05

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

46	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	01
47	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	01
48	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	01
49	Esqueleto do braço com escápula e clavícula-direito	01
50	Esqueleto do braço com escápula e clavícula-esquerdo	01
51	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	03
52	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	01
53	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	01
54	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	01
55	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	03
56	Fêmur direito 10 Fêmur esquerdo	05
57	Fíbula direita 10 Fíbula esquerda	05
58	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	01
59	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	01
60	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	01
61	Mesa de estrutura tubular e tampo de fórmica para o professor	01
62	Mesas de estrutura tubular e tampo de fórmica branca com 90 cm altura	02
63	Osso do quadril direito	05
64	Osso do quadril esquerdo	05

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

65	Perna musculada em fibra de vidro com 9 partes. Músculos superficiais e profundos	01
66	Pulmão luxo em resina plástica emborrachada. Principais estruturas do sist. Respiratório	01
67	Rádio direito	05
68	Rádio esquerdo	05
69	Rótula direita	03
70	Rótula esquerda	03
71	Sacro e cóccix	05
72	Sistema digestório em resina plástica emborrachada com 85 cm	01
73	Tíbia direita	05
74	Tíbia esquerda	05
75	Torso bissexual de 85 cm com 24 partes, em resina plástica emborrachada. Cabeça, tórax e abdome com órgãos internos	01
76	Ulna direita	05
77	Ulna esquerda	05
78	Úmero direito	05
79	Úmero esquerdo	05

14.4.4 Laboratório de fisiologia

Item	EQUIPAMENTOS UTILIZADOS CURSO DE ENFERMAGEM	QUANTIDADES
01	Eletros estimuladores	03

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

02	Eletrocardiógrafo	01
03	Lupas binocular	01
04	Monômetros de Mercúrio – verificação de pressão arterial	02
05	Miógrafos	02
06	Quimógrafos	02
07	Pneumógrafos	02
08	Refratômetros portáteis – para densidade de urina	01
09	Accu-Chek Active Glicose – para verificar teor de glicose	01

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ANEXO I
REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ENFERMAGEM

TÍTULO I

Das Práticas do Estágio de:

- a. Prática de Fundamentos em Enfermagem I
- b. Prática de Fundamentos em Enfermagem II
- c. Prática de Enfermagem em Saúde coletiva I
- d. Prática de Enfermagem em Saúde coletiva II
- e. Prática de Processos Pedagógicos em saúde
- f. Prática de Epidemiologia
- g. Prática de Enfermagem em Saúde da Criança e do Adolescente.
- h. Prática de Enfermagem em Saúde da Mulher
- i. Prática de Enfermagem em Saúde Mental
- j. Prática de Enfermagem em Saúde do Idoso
- k. Prática de Farmacologia Aplicada à Enfermagem

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- I. Prática de Enfermagem em Saúde do Adulto I
- m. Prática de Enfermagem em Saúde do Adulto II
- n. Prática de Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico
- o. Prática de Gerenciamento em Enfermagem
- p. Estágio Supervisionado em Enfermagem.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Neste regulamento, entende-se como atividades práticas e estágio:

- a) Atividades práticas toda e qualquer atividade desenvolvida pelo ou com o estudante no percurso de sua formação, sob a responsabilidade da instituição formadora, cujo objetivo seja o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com o exercício profissional da enfermagem, desenvolvidas em laboratórios específicos ou instituições de saúde, conforme Resolução 441 de 2013 do Conselho Federal de Enfermagem.
- b) Estágio curricular supervisionado é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

de educação superior.

Art. 2º - As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR abrangerá todas as disciplinas constantes no título I, letras A a Q.

Art. 3º - As práticas e estágios supervisionados do Curso de Enfermagem desta Instituição de Ensino Superior serão regidos por este regulamento e pelo Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Paraná vigente.

Parágrafo único – As práticas e os estágios serão realizados através de atividades relacionadas com o respectivo curso e/ou habilitação em situações semelhantes àquelas que encontrarão na vida profissional.

Art. 4º - A prática e/ou estágio supervisionado pertinente a cada disciplina, estabelecido conforme currículo, é obrigatório e terá caráter eminentemente prático.

Art. 5º - As práticas e os estágios deverão ser cumpridos nesta Instituição de Ensino Superior ou nas instituições de saúde disponíveis e previamente conveniadas, conforme escolha do respectivo orientador com anuência do coordenador do curso

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

e/ou coordenador de estágio.

Art. 6º - Para o planejamento e execução de prática e/ou estágio nas diversas disciplinas, deve-se considerar a proporcionalidade do número de estagiários por supervisor com respeito ao nível de complexidade da assistência ao paciente e em concordância com as normas das instituições concedentes, que limitam em média a cinco o número de acadêmicos por grupo para execução das atividades.

Parágrafo único - A responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, alternativamente, deverá ser assumida pela instituição de ensino.

Art. 7º - As práticas e/ou estágios de disciplinas teórico-prático, poderão incorrer em uma jornada de até 40 (quarenta) horas semanais. Conforme Art. 10 da Lei 11.788/2008.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E ESTÁGIOS

Art. 8º - A prática e o estágio supervisionado do Curso de Enfermagem serão constituídos por:

- a) Coordenador do Colegiado do curso de Enfermagem
- b) Coordenador de Estágio (se aplicável)

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

c) Professor/orientador da disciplina

d) Acadêmicos

Art. 9º - O Coordenador de Estágio (se aplicável), responsável pelas práticas e estágios será eleito a cada dois anos, através do voto secreto dos professores do Colegiado de Enfermagem.

Parágrafo único – O professor, para se candidatar à vaga de Coordenador de Estágio do Curso de Enfermagem (se aplicável), deve supervisionar prática e/ou estágio do Curso, deverá pertencer ao Curso de Enfermagem e possuir formação de nível superior da área de Enfermagem.

Art. 10º - Somente podem ser orientadores/supervisores de práticas e/ou estágios, docentes enfermeiros da UNESPAR, respeitada a sua área de formação, experiência profissional e as peculiaridades do campo de trabalho em que se realiza o estágio, conforme parágrafo único do Artigo 36 pertencente ao Regulamento Geral do Estágio da UNESPAR.

Art. 11º - Os acadêmicos deverão estar devidamente matriculados na disciplina de prática e/ou estágio supervisionado do curso de Enfermagem.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12º - São atribuições do Coordenador do colegiado do Curso de Enfermagem e/ou Coordenador de Estágio (se aplicável), no tocante às práticas e estágios supervisionados:

- a- Convocar e realizar reuniões com os orientadores para estabelecer as particularidades de cada prática e/ou estágio, ou sanar divergências existentes.
- b- Coordenar as atividades e supervisionar a realização das práticas e estágios.
- c- Estabelecer contatos com as instituições e respectivas direções visando à realização das práticas e estágios.
- d- Dar assistência regular aos orientadores das práticas e estágios a nível funcional e, dentro do possível, a nível material, de acordo com o plano de ação apresentado antecipadamente.
- e- Solicitar e recolher os projetos de prática e/ou estágios das disciplinas anteriormente relacionadas junto ao Plano de Ensino e; com prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, recolher o cronograma definitivo de práticas e/ou estágio, com finalidade de viabilizar o cumprimento do plano de ação.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- f- Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO IV
DA ORIENTAÇÃO
ATRIBUIÇÕES GERAIS

Art. 13º – Ao professor orientador compete:

- a- Elaborar um projeto de prática e/ou estágio, no qual deverá conter: a relação dos acadêmicos; a divisão por equipes; o período e horário de realização; método de avaliação; nome da entidade desejada; e outros meios e dados que achar necessário para a realização da prática e/ou estágio, além de expor os pontos essenciais e seus objetivos, de forma a não deixar dúvidas ao acadêmico;
- b- Para o cumprimento de carga horária e do conteúdo previsto para cada disciplina, cabe ao orientador apresentar o projeto de prática e/ou estágio definitivo ao Coordenador no prazo de no máximo 30 (trinta) dias após o início do ano letivo;
- c- O projeto de prática e/ou estágio, elaborado pelo orientador, deverá ser apresentado em reunião de colegiado para apreciação quanto aos objetivos, conteúdo programático e à carga horária, previstos no Plano de Ensino de cada disciplina, para posterior aprovação;

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- d- Orientar, acompanhar e avaliar efetiva e permanentemente os acadêmicos em suas atividades, nas diversas fases da prática e/ou estágio;
- e- Estabelecer prazo para apresentação dos trabalhos finais relativos às práticas e estágios, conforme calendário acadêmico;
- f- Avaliar em tempo hábil a situação do acadêmico, considerando os respectivos pesos atribuídos a cada etapa;
- g- Comparecer às reuniões convocadas pelo Coordenador;
- h- Solicitar a assistência do Coordenador sempre que a situação exigir;
- i- Desempenhar com imparcialidade a função de orientador, respeitando os princípios éticos e legais da profissão no ensino;
- j- Cumprir e fazer cumprir as cláusulas contidas nos convênios firmados com as instituições e o presente regulamento.

CAPÍTULO V
DO ACADÊMICO
DIREITOS E DEVERES EM GERAL

Art. 14º – A todo acadêmico do Curso de Enfermagem desta IES assistem os

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

seguintes direitos e deveres, no tocante à prática e ao estágio, bem como aqueles assegurado pelo Regimento e pela Lei:

DIREITOS:

- a. Dispor de orientação precisa e, dentro do possível, material básico necessário à execução de suas atividades;
- b. Contar com a supervisão efetiva e permanente do respectivo professor orientador;
- c. Ser esclarecido sobre as normas vigentes a respeito das práticas e/ou estágios;
- d. Solicitar a atuação do Coordenador sempre que fizer necessário.

DEVERES:

- a. Comparecer obrigatoriamente ao local da realização das práticas e/ou estágios, nos horários determinados, devidamente uniformizado, identificados com crachá da IES e portando os materiais exigidos conforme as especificidades de cada prática e/ou estágio;
- b. Acatar as normas gerais dos estabelecimentos concedentes e o que for estipulado pela direção do mesmo;
- c. Conduzir-se, no decorrer das práticas e/ou estágios, com ética e dignidade, respeito e espírito de cooperação, contribuindo em todos os

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

momentos, para a preservação de um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades educativas;

- d. Cumprir as atividades previstas no projeto de práticas e/ou estágio e demais recomendações do orientador;
- e. Entregar os trabalhos científicos ao orientador para avaliação, dentro do prazo previamente determinado;
- f. Cumprir o presente regulamento e as determinações pertinentes emanadas dos órgãos competentes.

CAPÍTULO VI

DOS OBJETIVOS

Art. 15º– As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem têm por objetivo:

- a. Proporcionar aos acadêmicos a orientação e desenvolvimento de habilidades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos fundamentais para o exercício da profissão de enfermeiro;
- b. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho;
- c. Ampliar as experiências dos acadêmicos através do desenvolvimento de

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

tarefas cada vez mais complexas, tendo em vista a aquisição de segurança e a capacitação para execução do trabalho relacionado com a assistência à promoção, prevenção e recuperação da saúde;

- d. Oportunizar ao acadêmico conhecimentos gerenciais, técnico-científicos, legais e éticos dos cuidados de enfermagem, prestados aos pacientes nas diversas áreas de atuação.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

DAS FASES DA PRÁTICA E DO ESTÁGIO

Art. 16º – As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem serão realizados em 03 (três) fases distintas:

1ª - Orientação (ou fase preparatória)

2ª - Prática e/ou estágio propriamente ditos

3ª - Relatórios/Trabalho científico

Parágrafo 1º - A primeira fase consiste em orientar o acadêmico fora e dentro do estabelecimento, onde serão demonstradas todas as fases e aspectos das práticas e estágios, bem como o reconhecimento das instalações e dos profissionais

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

pertencentes ao setor onde serão desenvolvidas as atividades;

Parágrafo 2º - A prática e o estágio propriamente ditos (2ª fase), serão realizados com o acompanhamento do professor orientador, no campo de atuação previamente determinado e abrangerá todas as atividades inerentes à disciplina, de acordo com o projeto de práticas e/ou estágio.

Parágrafo 3º - Os trabalhos científicos deverão conter todos os itens previamente estabelecidos pelo orientador.

CAPÍTULO II
DA AVALIAÇÃO

Art. 17º – O acadêmico do Curso de Enfermagem será considerado aprovado se obtiver média ponderada igual ou superior a 7.0 (sete), e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 18º – Cada acadêmico será avaliado com nota de zero a dez, de acordo com o método de avaliação apresentado nos projetos de práticas e estágios supervisionados e planos de ensino da disciplina.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º– Este regulamento poderá ser modificado no todo ou em parte pelo Colegiado de Curso.

Art. 20º – O presente regulamento de prática e estágios supervisionados do Curso de Enfermagem entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso, tornando sem efeitos os atos anteriores que tratam dos assuntos pertinentes às práticas e estágios supervisionados.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ANEXO II – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

CAPÍTULO I
DA CONCEITUAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou curso de graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação cuja exigência é requisito essencial e obrigatório para a obtenção do diploma.

Parágrafo 1º - Entende-se por atividades acadêmicas aquelas que articulam e inter-relacionam os conteúdos das disciplinas estudadas com as experiências cotidianas, dentro e fora das instituições, para ratificar, retificar e/ou ampliar o campo de conhecimento.

Art.2º - O TCC será desenvolvido por meio da Disciplina de Seminário de Orientação do Trabalho de conclusão de curso, que subsidiará orientação básica aos alunos em fase de iniciação do projeto/artigo do TCC,

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Parágrafo 1º - A carga horária desta disciplina será de 60 (sessenta) horas, desenvolvidas durante um ano letivo;

Parágrafo 2º- A avaliação da disciplina de Seminários será assim distribuída:

- Avaliação do 1º bimestre- entrega do projeto de pesquisa finalizado e cadastrado no comitê de ética em pesquisa com seres humanos, se for pesquisa que envolvam seres humanos, dentro das normas e padrões predefinidos na disciplina;

- Avaliação do 2º bimestre – o orientador deverá entregar, por meio de formulários próprios, para o docente da disciplina de Seminários do TCC em data pré-estipulada pelo calendário acadêmico, os acompanhamentos e orientações realizadas e a avaliação bimestral para que o mesmo possa fazer a média (nota do orientador e nota do docente da disciplina de Seminários) e lançá-las no livro de chamada.

- Avaliação do 3º bimestre-responsabilidade da pré-banca, definida anteriormente pelo docente da disciplina de Seminários do TCC, sendo exigido do acadêmico apresentação por escrito, em três vias e oral dos itens - Introdução, Metodologia, Resultados preliminares e referências;

- Avaliação do 4º bimestre - responsabilidade da banca pré-definida pelo docente da disciplina de Seminários do TCC, sendo exigido do acadêmico apresentação por escrito, em três vias e oral dos itens - Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão, Considerações finais e referências, nas normas técnicas adotadas para a sua construção.

Parágrafo 3º - O TCC deverá ser elaborado de forma individual ou em dupla, sendo

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

a decisão tomada de comum acordo com acadêmico, docente da disciplina e dos orientadores.

Art. 3º - A elaboração do TCC implicará em rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar, contudo, o nível de graduação.

Art. 4º - São objetivos do TCC:

- I- oportunizar ao acadêmico a iniciação à pesquisa;
- II- sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;
- III- garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional.

CAPÍTULO II - DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 5º - O TCC, integrante do currículo pleno do curso de graduação em Enfermagem, é por este regulamento aprovado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Art. 6º - O coordenador do TCC será o docente que assumirá a disciplina de Seminário do trabalho de conclusão de curso.

Art. 7º - À Coordenação do TCC compete:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- I- elaborar, anualmente, o Calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma das defesas;
- II- receber e controlar, juntamente com os professores orientadores, a frequência e avaliação do acadêmico na execução do TCC;
- III- convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e alunos orientandos;
- IV- indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;
- V- indicar, para a aprovação do Colegiado de Enfermagem, as bancas examinadoras dos TCC;

Art. 8º - Ao professor orientador compete:

- i.O TCC será desenvolvido sob a orientação, preferencialmente, de um professor do Curso de Enfermagem ou, após aprovação do docente da disciplina de Seminários do TCC de Curso, professor que compõe o Centro de Ciências da Saúde da universidade;
- ii.O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte da carga horária dos professores à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da UNESPAR;
- iii.Cabe ao docente da disciplina de Seminários do TCC, depois de ouvido os alunos e os docentes orientadores, realizar a distribuição da orientação do TCC devendo, para esse efeito, levar em consideração a área da proposta de pesquisa do projeto escolhido pelo orientando;

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- iv. Ao assinar o projeto do TCC e a carta de aceite, o professor estará comprometendo-se a realizar a orientação do acadêmico;
- v. Pode o aluno contar com a colaboração de outro profissional que não faça parte do corpo docente do Curso de Enfermagem ou do Centro de Ciências da Saúde da UNESPAR, atuando como co-orientador, desde que obtenha a aprovação expressa de seu orientador e realize essa atividade de forma voluntária, sem ônus para a UNESPAR;
- vi. O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:
 - a. Frequentar as reuniões convocadas pela coordenação do TCC;
 - b. Atender semanalmente seus alunos orientandos, em horário previamente fixado;
 - c. Entregar à coordenação, bimestralmente, as fichas de frequência e avaliação devidamente preenchidas e assinadas;
 - d. Analisar e avaliar os relatórios parciais mensais que lhe forem entregues pelos orientandos;
 - e. Participar das defesas para as quais estiver designado e assinar, juntamente com a banca as fichas de avaliação dos trabalhos e as atas de defesa;
 - f. Requerer da Coordenação do TCC a inclusão dos trabalhos de seus orientandos na pauta anual de defesa;
 - g. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Art. 9º - A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo único - o não cumprimento do disposto nos artigos 8º e 9º deste Regulamento autoriza o professor a desligar-se dos encargos de orientação, através de comunicação oficial à Coordenação do TCC.

Art. 10º - Compete ao orientando:

- I- Definir a temática do TCC, juntamente com seu orientador e em conformidade com as áreas de conhecimento estabelecidas pelo Colegiado de Enfermagem;
- II- Informar-se e cumprir as normas e regulamento do TCC;
- III- Cumprir o plano e cronograma estabelecidos em conjunto com o seu orientador;
- IV- Verificar o horário de orientação e cumpri-lo;
- V- Frequentar as aulas da disciplina de Seminários de Orientação do Trabalho Científico em Enfermagem durante o ano letivo;
- VI- Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de TCC para entrega do projeto, relatórios parciais e versão final do TCC;
- VII- Entregar ao orientador os relatórios parciais mensais sobre as atividades

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

desenvolvidas;

- VIII- Entregar à coordenação, ao final do ano, 4 cópias impressas de seu TCC, trabalho pelo qual será avaliado;
- IX- Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender para a pré-banca e banca o seu TCC;
- X- Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III

DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE TCC

Art. 11º - O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com este Regulamento e com as orientações do seu professor da disciplina de Seminários de orientação do TCC e de seu orientador.

Parágrafo único - a estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver, no que for aplicável, em especial quando se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos que devem ter a aprovação do comitê de ética (COPEP).

Art. 12º - A estrutura do projeto de TCC, deve seguir o modelo de projeto de pesquisa que se compõe de:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

- I- Resumo
- II- Introdução
- III- Hipótese
- IV- Justificativa
- V- Objetivo Geral (primário)
- VI- Objetivos específicos (secundário)
- VII- Metodologia (incluindo metodologia de análise de dados)
- VIII- Riscos
- IX- Benefícios
- X- Desfecho primário
- XI- Cronograma de execução
- XII- Orçamento financeiro
- XIII- Bibliográfica
- XIV- Anexo (Termo de consentimento livre e Esclarecido ou solicitação de dispensa; Termo de autorização da instituição onde será feita a pesquisa; Instrumento de pesquisa (questionário, entrevista, etc.).

Art. 13º - Para aprovação do projeto de pesquisa para a realização do TCC devem ser levadas em consideração as normas deste Regulamento e a existência ou não de

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

TCC já apresentada e defendida com base em projeto idêntico ou similar, em anos anteriores.

Art. 14º - Aprovado o projeto inicial do TCC, a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

- I – Ocorrer a mudança no 1º bimestre do ano letivo;
- II – Haver a aprovação do professor orientador.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS PARA A ELABORAÇÃO ESCRITA DO TCC

Art. 15º - O artigo, expressão formal escrita do TCC, se dispor em pesquisa de campo, deve ser elaborado seguindo os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver considerando-se:

- I- Introdução (justificativa e objetivos);
- II- Metodologia;
- III- Resultados e Discussão (podem ser junto ou separado);
- IV- Conclusão;
- V- Referências;
- VI- Anexos (obrigatório a apresentação do parecer de aprovação do COPEP).

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Art. 16º - O artigo, expressão formal escrito do TCC, se dispôr em revisão literária, deve ser elaborado seguindo os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver considerando-se:

- I- Introdução (justificativa e objetivos);
- II- Metodologia;
- III- Revisão da literatura;
- IV- Considerações Finais;
- V- Referências;
- VI- Anexos (quando for o caso).

CAPÍTULO V
DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17º - O artigo será defendido pelo(s) aluno(s) perante uma pré-banca e uma banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros 2 (dois) membros, designados pelo docente da disciplina de Seminários do TCC e apresentado ao Colegiado do Curso.

Parágrafo 1º - Quando da pré-banca será ela composta por 2 membros, podendo não ter a presença do orientador e/ou co-orientador.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Parágrafo 2º - Pode fazer parte da pré-banca e da banca examinadora um membro convidado de outros Cursos da UNESPAR, ou externos à universidade com interesse na área de abrangência da pesquisa, quando da anuência do orientador.

Parágrafo 3º - Quando da designação da pré-banca e da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

Art. 18º - A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes, não podendo 2 (dois) deles serem o orientador e o co-orientador.

Parágrafo 1º - Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicado, por escrito, o Coordenador do TCC.

Parágrafo 2º - Não havendo o comparecimento do número mínimo de membros da banca examinadora fixado neste artigo, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Não havendo possibilidade de o professor comparecer à banca examinadora, o mesmo deverá oficializar o pedido de substituição com 10 (dez) dias de antecedência, para que a Coordenação do TCC possa indicar seu substituto.

Art. 19º - Todos os professores do Curso de Enfermagem podem ser convocados para serem orientadores do TCC, bem como para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do Coordenador do TCC.

Parágrafo único - Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as pré-bancas e bancas examinadoras,

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) comissões examinadoras por ano.

CAPÍTULO VI
DA DEFESA DO TCC

Art. 20º - As sessões de defesa do TCC são públicas. Parágrafo único. Não é permitido aos membros das pré-banca e das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos do artigo antes de sua defesa.

Art. 21º - A Coordenação do TCC deve elaborar calendário anual fixando prazos para a entrega dos TCC, designação das pré-bancas e das bancas examinadoras e realização das defesas.

Art. 22º - Ao término da data limite para a entrega das cópias do TCC, a Coordenação do TCC deve divulgar a composição das pré-bancas e das bancas examinadoras, os horários e as salas destinados às suas defesas.

Art. 23º - Os membros das pré-bancas e das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 15 dias para procederem à leitura dos Trabalhos.

Art. 24º - Na defesa, o aluno tem entre 15 a 20 minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da pré-banca e banca examinadora até 05 minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 05 minutos para responder a cada um

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

dos examinadores.

Art. 25º - A atribuição das notas na pré-banca e na banca não será divulgada imediatamente aos alunos. Os alunos receberão os trabalhos escritos com a correções dos membros da pré-banca e banca para correções necessárias. A notas serão repassadas aos alunos pelo professor da disciplina de Seminários do TCC, posterior à banca.

Parágrafo 1º - Utiliza-se, para a atribuição das notas, Ficha de Avaliação da Banca Examinadora, na qual os examinadores determinam, exceto o orientador, suas notas para cada item avaliado, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela pré-banca, perfazendo um total de 10,0 (dez) pontos, à banca final, a nota da banca será até 9,0 (nove).

Parágrafo 2º - A nota do orientador na banca final será no valor de até 1,0 (dois) pontos contemplados na Ficha de Avaliação do Orientador (anexo II), somente na banca final, considerando o desenvolvimento do discente na produção do TCC.

Parágrafo 3º - A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora, acrescida da nota correspondente do orientador.

Parágrafo 4º - Para aprovação, o aluno deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora, sendo que o peso do artigo científico na disciplina de Seminários de Orientação do TCC é 6, sendo a nota do 3º bimestre peso 3, e notas do 1º e 2º bimestrais peso 1.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Art. 26º - A banca final examinadora pode sugerir, quando o aluno não for aprovado na banca, que reformule aspectos de seu trabalho para ser reavaliado;

Parágrafo 1º - Considera-se que o aluno que não tiver aprovado seu trabalho na banca fique para exame e que o dia para apresentar as alterações sugeridas será a data do exame da disciplina de Seminários de orientação do TCC.

Parágrafo 2º - Entregues as novas cópias do TCC, já com as alterações realizadas, reunir-se-á novamente a banca examinadora, devendo então proceder à avaliação, na forma prevista no artigo anterior, com nova defesa oral; quando necessário, a nota desta etapa será considerada a nota do exame.

Parágrafo 3º - Se o aluno não atingir a média no exame, será considerado reprovado na disciplina de Seminários de Orientação do TCC.

Art. 28º - O aluno que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, será atribuído a ele nota 0 no 4ª bimestre da disciplina de Seminários de Orientação do TCC.

Art. 29º - A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada na ata respectiva.

Parágrafo único. Compete ao Colegiado do Curso analisar os recursos das avaliações finais.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

CAPÍTULO VII
DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TCC

Art. 30º - Da versão definitiva do TCC, deve ser encaminhada à Coordenação do TCC de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá: uma cópia em CD, salvo em pdf, contendo na capa do CD identificação da UNESPAR, do Curso de Enfermagem, do acadêmico, do orientador, o título do artigo científico e o ano de forma visível, na forma prevista neste regulamento.

Art. 31º - A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a aprovação final na disciplina e deve ser efetuada antes do término do ano letivo, em data estipulada pela Coordenação do TCC.

CAPÍTULO VIII
AVALIAÇÃO

Art. 32º - O trabalho de Conclusão de Curso é avaliado no ano em que é desenvolvido.



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33º - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelos órgãos competentes na estrutura da UNESPAR *Campus* de Paranaguá, revogando todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Colegiado de Enfermagem.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ANEXO III – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar o registro acadêmico das Atividades Acadêmicas Complementares e de extensão que constituem exigência curricular obrigatória, com carga horária definida no Projeto do Curso, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau no Curso de enfermagem.

Art. 2º Cabe ao Coordenador do Curso de Enfermagem deferir o aproveitamento das atividades acadêmicas complementares e de extensão realizadas pelo acadêmico, através da análise dos comprovantes apresentados junto ao protocolo da Instituição.

Art. 3º As atividades acadêmicas complementares e de extensão são entendidas como as não integrantes das práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares do Curso, desde que afins à área de formação humanística e profissional do Curso.

Parágrafo único. São objetivos das atividades acadêmicas complementares o aprofundamento das temáticas estudadas ao longo do Curso e o enriquecimento das vivências acadêmicas.

Art. 4º Para fins de aproveitamento de estudos como atividades acadêmicas complementares e de extensão, são consideradas as seguintes modalidades, observado o disposto no artigo 3º deste Regulamento:

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

I - Atividades de Ensino e Pesquisa

As atividades de ensino e pesquisa constituem-se de:

- a) Monitoria
- b) Participação em projetos de pesquisa/ensino
- c) Grupos de estudos
- d) Viagens de estudos

II - Atividades de Extensão

As atividades de extensão constituem-se de:

- a) Congressos
- b) Seminários
- c) Jornadas
- d) Encontros
- e) Simpósios
- f) Aula Inaugural
- g) Projetos de extensão aprovados no Centro de Ciências da Saúde
- h) Representação estudantil em conselhos, comissões, comitê, etc.
- i) Atividades pré-definidas em disciplinas do Curso

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

III - Produção científica

A produção científica constitui-se de:

- a) Publicação acadêmica (livros, artigos, resenhas em meio impresso ou eletrônico)
- b) Participação em eventos com apresentação de trabalhos através de painel, pôster, comunicação oral, palestra ou mesa-redonda.

IV - Vivência profissional e acadêmica complementar

A vivência profissional e acadêmica complementar consiste em:

- a) Estágios voluntários

Parágrafo 1º - Além dessas atividades, outras podem ser reconhecidas, a critério do Coordenador do Curso de Enfermagem, ouvidos seus pares.

Parágrafo 2º - As atividades acadêmicas complementares devem ser integralizadas em mais de uma modalidade.

Parágrafo 3º - As atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção científica fora do campo da Enfermagem serão computados em 5% (cinco por cento) do valor correspondente às atividades listadas na planilha em anexo.

Art. 5º Não serão validadas as atividades acadêmicas complementares em que o acadêmico tenha obtido frequência inferior a 75%, quando for o caso.

Art. 6º A participação em atividades acadêmicas complementares deve ser comprovada pelo acadêmico, mediante apresentação de certificado de participação e

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

frequência, ou documento equivalente, a ser avaliado e aprovado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único. A documentação comprobatória das atividades acadêmicas complementares deve ser protocolizada junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.

Art. 7º A participação em eventos realizados antes do ingresso na instituição não serão objeto de reconhecimento e validação como atividades acadêmicas complementares.

Parágrafo único. O acadêmico que ingressar por transferência externa pode validar as atividades realizadas a partir do ingresso em seu curso de origem.

Art. 8º A carga-horária, mínima e máxima, por modalidade, é definida na planilha complementar anexa.

Art. 9º A análise e a definição da carga-horária de registro correspondente às atividades acadêmicas complementares cumpridas pelo acadêmico são registradas em ficha própria na Secretaria Acadêmica.

Art. 10º Cabe ao Coordenador do Curso de Enfermagem resolver os casos omissos, submetendo-os, quando necessário, ao Colegiado do Curso

ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES
PLANILHA COMPLEMENTAR

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA CERTIFICADA
I - ATIVIDADES DE ENSINO E PESQUISA	
1.1 Monitoria	100% da C.H.C.
1.2 Participação em projetos de pesquisa/ensino/extensão	50% da C.H.C.
1.3. Seminários de estudos	50% da C.H.C.
1.4. Viagens de estudos	15% da C.H.C.
Carga Horária Máxima para atividades de apoio ao ensino	30 horas
II - ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
2.1. Congressos	100% da C.H.C.
2.2. Seminários	100% da C.H.C.
2.3. Jornadas/Simpósios/Aula inaugural	100% da C.H.C.
2.4. Ciclo de palestras	100% da C.H.C.
2.5. Representação estudantil	100% da C.H.C.
Carga Horária Máxima para atividades de extensão	30 horas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO INTERNA/EXTERNA

3.1. Eventos do Curso de Enfermagem	100% da C.H.C.
3.2. Eventos de outras instituições	50% da C.H.C.
Carga Horária Máxima para atividades de extensão	150 horas

IV – PRODUÇÃO CIENTÍFICA

4.1 Publicação Acadêmica

4.1.1. Livro	30 horas
4.1.2 Artigo completo	20 horas
4.1.3. Resenha	10 horas
Carga Horária Máxima para produção acadêmica	30 horas

4.2 Apresentação de trabalhos

4.2.1. Paineis	05 horas
4.2.2. Pôster	05 horas
4.2.3. Comunicação	10 horas
4.2.4. Palestra/Conferência, etc.	20 horas
4.2.5. Mesa-redonda	15 horas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Carga Horária Máxima para apresentação de trabalhos **20 horas**

V VIVÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA COMPLEMENTAR

5.1. Estágios voluntários 20 horas

Carga Horária Máxima para vivência profissional e acadêmica complementar **20 horas**

VI OUTROS

Carga Horária Máxima para outras atividades **A avaliar**

OBSERVAÇÕES:

- 1) As atividades devem ser realizadas no transcorrer do Curso, devendo estar relacionadas ao objeto de formação ou na área da saúde. Os comprovantes devem ser apresentados e protocolados junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.
- 2) O total de horas das atividades acadêmicas complementares deve ser integralizado em mais de uma modalidade.
- 3) Em caso de o acadêmico ter participação em modalidades diferentes num mesmo evento, só é aceito certificado de uma delas.



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

4) Os livros e artigos publicados, para fins de atividades acadêmicas complementares, serão avaliados por uma comissão formada por três professores do Colegiado para emissão de parecer de validação dos mesmos.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ANEXO IV

PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE IMPLANTAÇÃO

1. LABORATÓRIOS

1.1. LABORATÓRIO MULTIDICISPLINAR

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Microscópios biológico binocular	15	1.832,74	27.491,10
2	TV	2	1.200,00	2.400,00
3	Estufa de Secagem	2	1.600,00	3.200,00
4	Estufa Incubadora	1	3.000,00	3.000,00
5	Estufa microprocessada para cultura de bactéria	1	4.500,00	4.500,00
6	Lupas	2	250,00	500,00
7	Geladeira	1	2.500,00	2.500,00
8	Destilador	1	2.500,00	2.500,00
9	Mesa agitadora	1	1.000,00	1.000,00
10	Banho Dubnoff	1	5.000,00	5.000,00
SUB TOTAL				52.091,10

1.2. LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Macas	8	1.200,00	9.600,00
2	Manequim, Simulador adulto P/treino de Enfermagem, bissexual c/ órgãos Internos	5	4.841,20	24.206,00
3	Desfibrilador	2	9.000,00	18.000,00
4	Oxímetro	1	250,00	250,00
5	Glicosímetro	1	70,00	70,00
6	Estetoscópio	5	350,00	1.750,00
7	Esfigmomanômetro	5	120,00	600,00
8	Balança manual	4	900,00	3.600,00
9	Balança digital	1	900,00	900,00
10	Balança antropométrica	1	1.200,00	1.200,00
11	Sonar fetal	1	500,00	500,00
12	Bomba de infusão	1	3.500,00	3.500,00
13	Negatoscópio	1	350,00	350,00
SUB TOTAL				64.526,00

1.3. LABORATÓRIO DE ANATOMIA

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	2	207,48	414,96

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

2	Clavícula direita	3	200,00	600,00
3	Clavícula esquerda	3	200,00	600,00
4	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	3	518,70	1556,10
5	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	1	484,12	484,12
6	Coração ampliado com 3 partes	1	587,86	587,86
7	Corte de rim básico em corte sagital	1	179,82	179,82
8	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	5	207,48	1037,40
9	Escápula direita	5	200,00	1000,00
10	Escápula esquerda	5	200,00	1000,00
11	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	1	800,00	800,00
12	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	1	800,00	800,00
13	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	1	800,00	800,00
14	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- direito	1	800,00	800,00
15	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- esquerdo	1	800,00	800,00
16	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	500,00	1500,00
17	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	1	1000,00	1000,00
18	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	1	1000,00	1000,00
19	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	1	800,00	800,00
20	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	800,00	2400,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

21	Fêmur direito	5	500,00	2500,00
22	Fêmur esquerdo	5	500,00	2500,00
23	Fíbula direita	5	500,00	2500,00
24	Fíbula esquerda	5	500,00	2500,00
25	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	1	11757,20	11757,20
26	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	1800,00	1800,00
27	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	1500,00	1500,00
28	Armários com portas de vidro para modelos anatômicos sintéticos	2	1000,00	2000,00
29	Articulação do cotovelo confeccionado em resina plástica rígida	1	172,90	172,90
30	Articulação do joelho (direito) em resina plástica rígida, com movimento de flexão	1	221,31	221,31
31	Articulação do ombro (direito) em resina plástica rígida, com clavícula	1	172,90	172,90
32	Bancos de madeira com 70 cm de altura	15	120,00	1800,00
33	Braço musculado em fibra de vidro com 6 partes. Músculos superficiais e profundos	1	1590,68	1590,68
34	Cabeça corte mediano, confeccionado em resina plástica emborrachada	1	414,96	414,96
35	Cadeira para o professor	1	150,00	150,00
36	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	1	1800,00	1800,00
37	Clavícula direita	3	600,00	1800,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

38	Clavícula esquerda	3	600,00	1800,00
39	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	3	450,00	1350,00
40	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	1	800,00	800,00
41	Coração ampliado com 3 partes	1	500,00	500,00
42	Corte de rim básico em corte sagital	1	450,00	450,00
43	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	5	250,00	1250,00
44	Escápula direita	5	300,00	1500,00
45	Escápula esquerda	5	300,00	1500,00
46	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	1	262,81	262,81
47	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	1	691,60	691,60
48	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	1	760,76	760,76
49	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- direito	1	800,00	800,00
50	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- esquerdo	1	800,00	800,00
51	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	165,98	497,94
52	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	1	1280,00	1280,00
53	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	1	830,00	830,00
54	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	1	262,81	262,81
55	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	165,98	497,94
56	Fêmur direito e esquerdo	10	120,00	1200,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

57	Fíbula direita 10 Fíbula esquerda	10	150,00	1500,00
58	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	1	7000,00	7000,00
59	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	2000,00	2000,00
60	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	2500,00	2500,00
61	Mesa de estrutura tubular e tampo de fórmica para o professor	1	800,00	800,00
62	Mesas de estrutura tubular e tampo de fórmica branca com 90 cm altura	2	600,00	1200,00
63	Osso do quadril direito	5	172,90	864,50
64	Osso do quadril esquerdo	5	172,90	864,50
65	Perna musculada em fibra de vidro com 9 partes. Músculos superficiais e profundos	1	2109,38	2109,38
66	Pulmão luxo em resina plástica emborrachada. Principais estruturas do sist. Respiratório	1	2074,80	2074,80
67	Rádio direito	5	400,00	2000,00
68	Rádio esquerdo	5	400,00	2000,00
69	Rótula direita	3	400,00	1200,00
70	Rótula esquerda	3	400,00	1200,00
71	Sacro e cóccix	5	800,00	4000,00
72	Sistema digestório em resina plástica emborrachada com 85 cm	1	1037,40	1037,40
73	Tíbia direita	5	350,00	1750,00
74	Tíbia esquerda	5	350,00	1750,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

75	Torso bissexual de 85 cm com 24 partes, em resina plástica emborrachada. Cabeça, tórax e abdome com órgãos interno	1	1417,78	1417,78
76	Ulna direita	5	400,00	2000,00
77	Ulna esquerda	5	400,00	2000,00
78	Úmero direito	5	400,00	2000,00
79	Úmero esquerdo	5	400,00	2000,00
SUB TOTAL				113642,43

1.4. LABORATÓRIO DE FISILOGIA

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Eletros estimuladores	3	800	2400,00
2	Eletrocardiógrafo	1	6000	6000,00
3	Lupas binocular	1	1500	1500,00
4	Monômetros de Mercúrio – verificação de pressão arterial	2	300	600,00
5	Miógrafos	2	1500	3000,00
6	Quimógrafos	2	500	1000,00
7	Pneumógrafos	2	350	700,00
8	Refratômetros portáteis – para densidade de urina	1	100	100,00
9	Accu-Chek Active Glicose – para verificar teor de glicose	1	200	200,00
SUB TOTAL				15500,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

2. RECURSOS HUMANOS

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Professores Doutores	25	8.372,72	209.318,00
2	Técnicos de Laboratórios	5	1.412,25	7.061,25
SUB TOTAL				216.379,25

3. BIBLIOGRAFIA

1º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
GUYTON, A. Tratado de fisiologia médica. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 2002.	5	480,00	2400,00
ABRAHAMSOHN, P. Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016.	1	300,00	300,00
ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. Porto Alegre: Artmed, 2011.	1	150,00	150,00
ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.	1	30,00	30,00
ANGELI, A. O; LOUREIRO, S. R. A aprendizagem baseada em problemas e os recursos adaptativos de estudantes do curso médico. Rev. Bras. Edu. Méd., Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 32-41, 2001.	1	25,00	25,00
AQUILANTE, A. G; SILVA, R. F; AVÓ, L. R. S; GONÇALVES, F. G. P; SOUZA, M. B. B. Situações-problema simuladas:	1	50,00	50,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

uma análise do processo de construção. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, n.2, p.147 – 156, 2011			
BARATA, Rita B. et al (org.). Equidade e saúde. Contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.	1	25,00	25,00
BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.	5	80,00	400,00
BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017.	5	70,00	350,00
BERBEL, N. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.2, 1998.	1	55,00	55,00
BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	1	300,00	300,00
BOCK, A. M. B. et al. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo, 2001.	5	90,00	450,00
BOGART, B.I. Anatomia e embriologia . São Paulo (SP): Elsevier, 2008.	5	180,00	900,00
BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001.	5	80,00	400,00
BRASIL – Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética de Enfermagem, Código de Processo Ético de Enfermagem.	5	5,00	25,00
BRASIL – Lei do Exercício Profissional nº7498 de 25/06/1998	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.	5	5,00	25,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.	1	5,00	5,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.	1	5,00	5,00
BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem Para A Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016.	1	150,00	150,00
BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13. ed. Editora Guanabara Koogan, 2016.	1	120,00	120,00
BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6. ed. Elsevier. 2016.	1	80,00	80,00
CAMPOS, G.W.S. tratado de saúde coletiva. 2 ed. São Paulo. Hucitec, 2012. 968 p.	1	80,00	80,00
COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2011.	5	200,00	1000,00
COSTA, N. M. S. C. Docência no ensino médico: porque é tão difícil mudar? Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, p. 21 – 30, 2007.	5	120,00	600,00
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. Introdução à psicologia. São Paulo: Makron Books, 2000.	5	170,00	850,00
Figueiredo NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012.	1	120,00	120,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014.	1	50,00	50,00
FREITAS; M.A.O; CUNHA; I.C.K.O; BATISTA, S.H.S.S. ROSSIT, R.A.S. Docência em saúde: percepções de egressos de um curso de especialização em Enfermagem. Interface (Botucatu). v.20, n.57, p. 427-36. 2016	5	80,00	400,00
GANONG, W. F. Fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.	1	150,00	150,00
GERMANO, Raimunda Medeiros. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil. Editora Cortez, 1993.	1	80,00	80,00
GERMANO, Raimunda Medeiros. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 5. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011.	1	120,00	120,00
GORAYEB, R. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. o Hamburgo: Sinopsys.2015.	1	110,00	110,00
GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 7. ed. 2002. 794p.	5	80,00	400,00
HOWLEY, E. T.; POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000.	1	200,00	200,00
JUNQUEIRA, L.C.U. & CARNEIRO, J. Histologia Básica. 12. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013.	5	270,00	1350,00
KAWAMOTO, E.E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 2003.	1	500,00	500,00
KLINGER, Fontinele Junior. Ética e Bioética em enfermagem, 3. ed. Editora AB, 2007.	1	50,00	50,00
LIMA. G.Z; LINHARES, R.E.C. Escrever bons problemas. Rev. Bras. Edu. Méd., v.32, n.2, p. 197 – 201, 2008	1	20,00	20,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.	5	25,00	125,00
MCARDLE, W. D; KATCH, F. I ; KATCH, V L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003	1	250,00	250,00
MCMINN, R.M. (Col.) Atlas terramicina de anatomia humana. São Paulo (SP): Pfizer, 1982.	1	180,00	180,00
MELO, Lucas P.; GUALDA, Dulce M. R.; CAMPOS, Edemilson H. (Org.). Enfermagem, antropologia e saúde. Barueri: Manole, 2013	5	75,00	375,00
MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011.549 p	1	50,00	50,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção a pessoa com deficiência, 2010.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, 2002.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de saúde integral da população LGBT, 2013.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, 2007.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral a saúde das pessoas privada de liberdade no sistema prisional; 2014	1	5,00	5,00
MIRANDA NETO, M. H. MACHADO, T.R. Anatomia humana: Aprendizagem dinâmica. Maringá (PR): Gráfica E Editora Clichetec, 2005.	5	120,00	600,00
MIYAMOTO MN, et al. Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3. ed. 2016.	1	100,00	100,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. Anatomia orientada para a clínica . 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2013.	1	480,00	480,00
NAKAMURA, Eunice et al (Org.). Antropologia para enfermagem. Barueri: Manole, 2009.	1	150,00	150,00
NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana . 6º ed. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2015.	1	600,00	600,00
NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10ª edição. Editora Guanabara Koogan. 2016	1	530,00	530,00
NOGUEIRA, V.S.; PIZZI, J. As coreografias didáticas como horizonte de sentido para as práticas pedagógicas. Revista Temática. n.6, p.192-201, jun., 2014	1	80,00	80,00
NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson e Thompson Genética médica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	1	100,00	100,00
OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. 2. ed. Editora Manole, 2017.	5	120,00	600,00
POTTER, P, et al. Fundamentos de Enfermagem. 9. ed. Elsevier, 2017.	5	240,00	1200,00
RAPPAPORT, C. R. Teorias do Desenvolvimento: Conceitos Fundamentais. v.1, São Paulo: EPU,1981.	1	120,00	120,00
RASCH, P. Cinesiologia e anatomia aplicada . Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2012	5	280,00	1400,00
RODRIGUES, J. A. et al. Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. Rio de Janeiro, v.37, n.3, p. 333-342 2013.	5	120,00	600,00
ROSS, H., M., PAWLINA, Wojciech. Histologia - Texto e Atlas - Correlações com Biologia Celular e Molecular. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.	1	370,00	370,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

RUDNICKI, T.; SANCHEZ, M. M. Psicologia da Saúde: a Psicologia da Saúde: a prática de terapia cognitivo prática de terapia cognitivo comportamental em hospital geral. Novo Hamburgo: Sy comportamental em hospital ger+1:1048576al. nopsys, 2014.	1	150,00	150,00
SENNA, S.R.C.M. & Dessen, M.A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28(1), 101-108	1	55,00	55,00
SOARES, C.S.,CAMPOS, C.M.S.,. Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.	5	60,00	300,00
SOBOTTA. Atlas de anatomia humana. 22.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	1	610,00	610,00
SONTAG, Susan G. A doença como metáfora. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.	1	25,00	25,00
TORTORA, G. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.	5	250,00	1250,00
TORTORA, G. J. Corpo Humano. Porto Alegre: Artmed, 2003. 630p	1	50,00	50,00
TORTORA, G.J. et al. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010	5	80,00	400,00
VIEIRA, T.; GIUGLIANI, R. (Org.). Manual de genética médica para atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2013. 104 p.	1	40,00	40,00
RYAN, J. P.; TUMA, R. F. Fisiologia. São Paulo: Manole, 2000.	1	50,00	50,00
SUBTOTAL	178		23.240,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

2º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
ALBERTS, B.; et al. Biologia Molecular da Célula. 5.ed. Porto Alegre, Artmed, 2010. 1396 p. GUYTON, A. C, HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11. ed., Rio de Janeiro: Elsevier., 2006.	1	25,00	25,00
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.	5	25,00	125,00
ASHLEY, Patrícia et al. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2004.	5	130,00	650,00
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.	1	200,00	200,00
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2º ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).	5	180,00	900,00
BARTMANN, Mercilda; KRAUSER, Lucia Toyoshima; TULIO, Ruth. Administração na Saúde e na Enfermagem. São Paulo: Senac Nacional, 2005.	1	30,00	30,00
BESSIE & HUSTON, Carol. Administração e Liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4ª edição. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.	5	130,00	650,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde. Cadernos de Atenção Básica da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2006.	5	10,00	50,00
BRUNTON, L.L; Chabner BA; KNOLLMANN B.C. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12.ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2012.	5	400,00	2000,00
CASTIEL, L.D. A medida do possível, saúde, risco e tecnobiociência. Ed. Fiocruz, 1999.	1	30,00	30,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

CAVALCANTI, Marly (org.). Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.	1	25,00	25,00
CERTO, Samuel C. Administração Moderna. São Paulo: Prentice Hall, 2003.	1	50,00	50,00
CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo: Ma GRAW HILL, 1979. VOL. I e II.	1	80,00	80,00
CUNHA, K. C. (Coord.). Gerenciamento na enfermagem: novas práticas e competências. São Paulo: Martinari, 2005.	1	20,00	20,00
DÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.	1	200,00	200,00
DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002.	1	400,00	400,00
DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996.	1	25,00	25,00
EAUVIOR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.	1	35,00	35,00
SMELTZER, Suzanne C.; BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.	5	430,00	2150,00
ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010.	1	25,00	25,00
DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	120,00	600,00
PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013.	1	110,00	110,00
SUBTOTAL	54		8.380,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

3º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
ALMEIDA, José Luiz T e GOMES, João André C. Manual de Imunizações. Rio de Janeiro: ENSP/ Fiocruz, 2006.	1	45,00	45,00
AMARAL, João Joaquim Freitas do; PAIXÃO, Antônio Carvalho da. Manual para Capacitação da Graduação, Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância. OMS/OPAS/MS, 2004.	1	40,00	40,00
ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.	1	70,00	70,00
ÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.	1	75,00	75,00
AZEVEDO, Edjane Guerra de. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. AB Editora, 2009.	5	55,00	275,00
BASTOS, Álvaro da Cunha. Ginecologia. São Paulo: Atheneu, 2006.	5	66,00	330,00
BEREK, Jonathan S. Berek & Novak: Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	450,00	2250,00
BOHER, Mauro Silva de Athayde. Rotinas em Pediatria. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.	1	10,00	10,00
CARPENITO-MOYET, L. J. Manual de Diagnóstico de Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.	1	125,00	125,00
CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de	1	265,00	265,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed. 2011. Ginecologia. Barueri/SP: Manole, 2009.			
CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M. Nunes W. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo: Atheneu; 2011.	5	150,00	750,00
COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R. G.; VIEIRA, C. S. Manual de enfermagem em pediatria. 2. ed. Goiânia: AB, 2010.	5	110,00	550,00
FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	1	90,00	90,00
FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nadia Zanon. Enfermagem e Saúde da Mulher. São Paulo: Manole, 2013. FREITAS, Fernando. (org.). Rotinas em ginecologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.	5	60,00	300,00
FUJIMORI, E; OHARA, C.V.S. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009.	5	80,00	400,00
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.	1	50,00	50,00
GOMES, Alice Martins. Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva. EPU, 2008.	1	10,00	10,00
GUYTON, A. C. Fisiologia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.	1	480,00	480,00
HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.	5	15,00	75,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

JOHNSON, Marion. Ligações Nanda, NOC e NIC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.	1	150,00	150,00
KNOBEL, E. et. al. Condutas no paciente grave. São Paulo: Atheneu; 2006. 2vls.	1	60,00	60,00
KYLE, Terri. Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.	5	70,00	350,00
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 03/2010.	5	65,00	325,00
MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007.	1	70,00	70,00
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	1	75,00	75,00
MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.	5	60,00	300,00
MOOCK, M. Basile Filho A. Casos clínicos em terapia intensiva. São Paulo: AMIB, 2014.	5	120,00	600,00
NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.	1	100,00	100,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Como cuidar de idosos. Campinas: Papyrus, 1996	1	30,00	30,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002.	5	30,00	150,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

PAPALÉO NETO, Matheus. Velhice ou Terceira Idade? 3ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.	5	30,00	150,00
PESSINI, L. Distanásia: até quando prolongar a vida. São Paulo: Loyola; 2007. PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Loyola, 2014.	1	120,00	120,00
SEGRE, Conceição Aparecida de Matos. Pediatria – Diretrizes Básicas Organização de Serviços. São Paulo: Sarvier, 2001.	1	80,00	80,00
SMELTZER, Suzanne C. BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.	5	25,00	125,00
SWERINGER, P. L.; KEEN, J. H. Manual de Enfermagem no cuidado crítico: Intervenções em enfermagem e problemas colaborativos. Porto Alegre: Artmed; 2005.	1	70,00	70,00
WHALEY, Sucille F. WONG, Dorme. Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Interação Efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	1	85,00	85,00
ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010.	1	25,00	25,00
DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	120,00	600,00
PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013.	1	40,00	40,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

ELIOPUOLUS, Charlotte. Enfermagem Gerontológica. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.	1	120,00	120,00
ESPINOSA, A F. Psiquiatria (Guia). Rio de Janeiro: McGraw- Hill, 2000.	1	20,00	20,00
HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.	1	55,00	55,00
HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.	1	35,00	35,00
HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.	1	70,00	70,00
JAYRES, M. Psicopatologia Geral. Vol., I e II. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	55,00	55,00
KATZUNG, B.G.; MASTERS S.B; TREVOR A.J. Farmacologia Básica e Clínica. 12. ed. Rio de Janeiro. McGraw-Hill, 2014. 1228 p.	1	120,00	120,00
KURCGANT, Paulina <i>et al.</i> , Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	5	60,00	300,00
LOPES C.L.; Tratado de Clínica Médica. São Paulo. ROCA, 2006. 5366 p.	1	180,00	180,00
MARQUIS, Bessie L & HUSTON, Carol J; trad. Regina Machado Garcez e Eduardo Schaan. Administração e Liderança em Enfermagem.: teoria e aplicação. 2. ed. Porto Alegre; Artmed, 1999.	5	25,00	125,00
MAXIMIANO, César Amaru. Teoria Geral da Administração – da revolução urbana à revolução	1	50,00	50,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

digital. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. • TENÓRIO, Guilherme Fernando et al. Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.			
MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2006.	5	80,00	400,00
MOTTA, Ana Letícia Carnevalli. Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Operadoras de Planos de Saúde. São Paulo: látria, 2003 http://novo.portalcofen.gov.br/ http://www.coren-ro.org.br/site/	1	20,00	20,00
NICOLA, Anair Lazzari; ANSELMÍ, Maria Luiza. Dimensionamento de Pessoal de enfermagem em um hospital universitário. Rev. Bras. Enferm 2005 mar – abr.; 58 (2): 186 – 90.	1	30,00	30,00
PAYVA, L. M. Medicina Psicossomática e Psicopatologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.	1	25,00	25,00
PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.	5	55,00	275,00
RANG, H. P. <i>et al.</i> Farmacologia. 7.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.808 p.	5	120,00	600,00
REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.	1	20,00	20,00
REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social:	5	15,00	75,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.			
REIS, S.P. Psicologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenológica. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	20,00	20,00
ROUQUAYROL, Maria Zélia: ALMEIDA FILHO, Naomar de. Introdução à Epidemiologia. 4. ed. Guanabara Koogan, 2006.	5	170,00	850,00
SADOCK, B. J.; SADOCK, V.A. Compêndio de psiquiatria. Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 9.ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.	5	280,00	1400,00
SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da Epidemiologia em serviço: uma avaliação de desempenho do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Campinas, SP: [s.n.], 2004.	1	30,00	30,00
SILVA, P. Farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010. 1352 p.	5	450,00	2250,00
SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2002.	1	25,00	25,00
SPOERRI, T. H. Manual de Psiquiatria, fundamentos da clínica. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	20,00	20,00
TAKESHY, Tachizawa. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.	5	120,00	600,00

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001	1	20,00	20,00
TOWNSEND, M. C.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados. 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	5	30,00	150,00
VIANA, Sólton Magalhães., [et.al.]. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.	1	50,00	50,00
SUBTOTAL	177		17.685,00
TOTAL	409		49.305,00

INVESTIMENTO TOTAL

Item	Descrição	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	TOTAL
1	Laboratórios					
1.1	Multidisciplinar	52.091,10	-0-	-0-	-0-	52.091,10
1.2	Enfermagem	64.526,00	-0-	-0-	-0-	64.526,00
1.3	Anatomia	113.642,43	-0-	-0-	-0-	113.642,43
1.4	Fisiologia	15.500,00	-0-	-0-	-0-	15.500,00
2	Recursos Humanos					

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

2.1	Docente	08 Doc. 66.981,76	16 Doc. 133.963,52	25 Doc. 209.318,00	25 Doc. 209.318,00	619.581,28
2.2	Téc. Laboratórios	2 Téc. 2.824,50	5 Téc. 7.061,25	5 Téc. 7.061,25	5 Téc. 7.061,25	24.008,25
3	<i>Bibliografia</i>					
3.1	Bibliografia	23.240,00	8.380,00	17.685,00	-0-	49.305,00
TOTAL		338.805,79	149.404,77	234.064,25	216.379,25	938.654,06

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahle de. **Metodologia da Pesquisa** / Professora Dra. Maringá - PR, 2014. 97 p.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação (*) Câmara De Educação Superior Resolução Cne/Ces Nº 3, De 7 De Novembro De 2001. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.**

BRASIL. Conselho Nacional De Saúde. Resolução Nº 573, de 31 de janeiro de 2018. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. acesso em 14/09/2017.

BRASIL. Portaria interministerial nº 1.127, de 04 de agosto de 2015 **Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública**

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CÉSAR, Sandro Bimbato. **A Indissociabilidade Ensino, Pesquisa, Extensão E A Gestão Do Conhecimento**: Estudo Em Universidade Brasileira. Dissertação Mestrado. Universidade Fumec Programa De Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento. Belo Horizonte. MG, 2013.

DAL PAI, Daiane; LAUTERT, Liana. **Sufrimento no trabalho de enfermagem: reflexos do "discurso vazio" no acolhimento com classificação de risco**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 524-530, Sept. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Sept. 2017.

DUARTE, Elisabeth Carmen; BARRETO, Sandhi Maria. **Transição demográfica e epidemiológica**: a Epidemiologia e Serviços de Saúde revisita e atualiza o tema. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 21, n. 4, p. 529-532, dez. 2012. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000400001>.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo, 2011.

GARCIA SD, VANNUCHI MTO. **A trajetória do internato de enfermagem da Universidade Estadual de Londrina**: análise documental. Rev enferm UFPE on line., Recife, 7(1):314-7, Jan., 2013.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

LIBÂNEO, J. C. 1983. **Tendências Pedagógicas na prática escolar**. Revista da Associação Nacional de Educação – ANDE, 3:11-19.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Estadual de Saúde Paraná 2016-2019**. – Curitiba: SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Paraná

SANTOS, R.D. *et al.* **Diretriz sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular**. Arq. Bras. Cardiol., São Paulo, v. 100, n. 1, supl. 3, p. 1-40, jan. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2013000900001&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2013000900001>.

STRECK, Danilo Romeu. **Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 20, n. 58, p. 537-547, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000300537&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Sept. 2017. Epub Mar 01, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0443>.

TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti; LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Práticas Integradas em Saúde I: uma experiência inovadora de integração intercurricular e interdisciplinar**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 20, n. 57, p. 449-461, June 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000200449&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Sept. 2017. Epub Jan 22, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0123>.



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE ENFERMAGEM
CAMPUS DE PARANAGUÁ

VALE, E. G.; PAGLIUCA, L. M. F. **Construção de um conceito de cuidado de enfermagem:** contribuição para o ensino de graduação. Rev Bras Enfer, Brasília, v. 61, n. 4, p. 106-13, jan./fev. 2011.

 ESTADO DO PARANÁ	 ePROTOCOLO	Folha 1

Órgão Cadastro: UNESPAR/FPAR Em: 25/06/2020 21:39 CPF Interessado 1: 484.964.999-87		Protocolo: 16.688.298-2
Interessado 1: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO Interessado 2: - Assunto: ENSINO SUPERIOR Cidade: PARANAGUA / PR Palavras-chave: APROVACAO Nº/Ano Documento: 3/2020 Detalhamento: ATA DO CONSELHO DO CENTRO DE ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS		
Código TTD: - Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica		

ATA DO CONSELHO DO CENTRO DE ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNESPAR - CAMPUS DE PARANAGUÁ

Ao vigésimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas, pelo endereço eletrônico <https://meet.google.com/dmo-khqs-tpi> reuniram-se os seguintes professores Sebastião Cavalcanti Neto, Adilson Anacleto, Raphael Camargo, Handerson Alves, Roselis Natalina Mazzuchetti e Elaine Cristina Lopes atendendo a convocação da direção do Centro de Área de Ciências Sociais Aplicadas, professor Sebastião Cavalcanti Neto para deliberar sobre pauta do dia. Após desejar as boas vindas e agradecimento pelo empenho e dedicação de todos neste período de atividades remotas devido à pandemia do corona vírus Covid-19, o diretor do Centro deu início as discussões. **Pauta 1 – Projeto de extensão curricular “Meninas adolescentes residentes em áreas urbanas empobrecidas que buscam o primeiro emprego”**, proposto pelo professor Adilson Anacleto, do Colegiado de Administração. O professor Adilson Anacleto apresentou a proposta, que após debatida foi aprovada por unanimidade. **Pauta 2 – Projeto de extensão curricular “Hotel de Idéias/projetos: Inovação e Tecnologia em Evidência”**, proposto pela professora Roselis Natalina Mazzuchetti, do Colegiado de Engenharia da Produção. A professora Roselis Natalina Mazzuchetti apresentou a proposta, que após debatida foi aprovada por unanimidade. **Pauta 3 – Projeto de extensão curricular “Empresa Júnior Ilha do Mel”**, proposto pela professora Luciane Scheuer, do Colegiado de Administração. O professor Sebastião Cavalcanti Neto apresentou a proposta destacando se tratar de um projeto contínuo, que após debatida foi aprovada por unanimidade. **Pauta 4 – Projeto de extensão curricular “Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI Litoral”**, proposto pelo professor Sebastião Cavalcanti Neto, do Colegiado de Administração. O professor Sebastião Cavalcanti Neto apresentou a proposta destacando se tratar de um projeto contínuo, que após debatida foi aprovada por unanimidade. **Pauta 5 – Projeto de implantação e Projeto Pedagógico do curso de Enfermagem:** O professor Sebastião apresentou a proposta, relatando se tratar do planejamento estratégico do Conselho de Centro pela ampliação dos cursos do campus e que foi elaborado pela equipe nomeada através da Portaria 011/2020, coordenado pelos professores Sebastião Cavalcanti Neto e Roseneide Maria Batista Cirino, contando com a participação dos professores: Denise Maria Vaz Romano França, Rosineide Maria Batista Cirino e Sebastião Cavalcanti Neto do campus de Paranaguá com participação dos professores convidados do curso de enfermagem do campus de Paranaíba Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli e Willian Augusto de Melo e dos representantes da comunidade externa: Juliane Carla Lievore, Kelly Regina Durski Pinheiro, Leovaldo Bonfim Pinto e Vanessa Santos. A proposta, foi aprovada por unanimidade. **Pauta 6 – Projeto de implantação e Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Turismo:** O professor Sebastião apresentou a proposta, destacando se tratar do planejamento estratégico do Conselho de Centro de Área pela ampliação dos cursos do campus e que foi elaborado pela equipe nomeada através da Portaria 011/2020, coordenado pelos professores Sebastião Cavalcanti Neto e Roseneide Maria Batista Cirino, contando com a participação dos professores: Adilson Anacleto, Rosineide Maria Batista Cirino, Luciane Scheuer, Thálita Anny Estefanuto Orsiolli e Sebastião Cavalcanti Neto do campus de Paranaguá, além dos representantes da comunidade externa convidados José Reis de Freitas Neto e Leandro Ribeiro de Oliveira. **Assuntos Gerais:** O professor Sebastião relatou a preocupação com o sistema de avaliação e encerramento das atividades do semestre, solicitando aos coordenadores um levantamento de todas as disciplinas das atividades desenvolvidas e expectativas para o segundo semestre, que serão encaminhadas para a Pró-Reitoria de Graduação para deliberação e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os professores Adilson Anacleto e Raphael Camargo solicitaram gestão para esclarecimentos oficiais que norteiem a reposição de aulas devido a rumores dentre acadêmicos

e docentes relacionados ao aproveitamento das aulas ministradas de forma remota. Não havendo mais nada a tratar o diretor do Centro de Área deu a reunião foi encerrada e, eu, Sebastião Cavalcanti Neto lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes via e-protocolo por todos os presentes.



Documento: **Ata0032020.pdf**.

Assinado por: **Adilson Anacleto** em 25/06/2020 21:49, **Elaine Cristina Lopes** em 25/06/2020 21:58, **Roselis Natalina Mazzuchetti** em 26/06/2020 00:18, **Raphael Vinicius Weigert Camargo** em 26/06/2020 09:59.

Inserido ao protocolo **16.688.298-2** por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em: 25/06/2020 21:39.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Moacir Dalla Palma** em: 03/07/2020 16:54.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Protocolo: 16.688.298-2
Assunto: Ata do Conselho do Centro de Área de Ciências Sociais Aplicadas
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 25/06/2020 21:40

DESPACHO

Solicitamos assinatura da Ata 003/2020 do Conselho do Centro de Área de Ciências Sociais Aplicadas.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
DIRETORIA GERAL

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 03/07/2020 16:55

DESPACHO

À Pró-Reitora de Ensino de Graduação - Profa. Dra. Maria Simone Jacomini Novak:

Encaminho a proposta de criação e o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, proposto pelo Centro de Área de Ciências Sociais Aplicadas, do Campus de Paranaguá, para avaliação da Câmara de Graduação e posterior inserção na Pauta da próxima sessão do CEPE.

Informo que o Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado por Comissão nomeada por esta Direção de Campus por meio da Portaria 011/2020.

Informo, ainda, que a criação do curso e o Projeto Pedagógico do Curso foram aprovados pelo Conselho de Campus, em reunião online realizada em 29 de Junho de 2020, conforme Ata No 02/2020, em anexo.

Paranaguá, PR, 03 de Julho de 2020.

Prof. Dr. Moacir Dalla Palma
Diretor Geral do Campus de Paranaguá
Portaria 1010/2019 Reitoria/UNESPAR

Documento: **Despacho_2.pdf**.

Assinado por: **Moacir Dalla Palma** em 03/07/2020 16:56.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Moacir Dalla Palma** em: 03/07/2020 16:55.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
8aedc2c115e01aaad2a8d060bd13edcd.

**ATA Nº 002/2020 DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CAMPUS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE PARANAGUÁ**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, às treze horas e quarenta minutos, reuniram-se de forma online, via *Skype for Business*, os membros do Conselho de *Campus*, da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranaguá, sob a presidência do Diretor, professor Moacir Dalla Palma, que deu início colocando em votação a pauta da reunião, que foi aprovada por todos os membros do Conselho. **1. Aprovação da Ata da reunião anterior:** na sequência, o Diretor também colocou em votação a aprovação da ata da reunião anterior, e o professor Fábio Hanna justificou a sua ausência, informando que não recebeu o e-mail de convocação a tempo de comparecer à reunião, pois como ele reside em uma área com pouco acesso à internet, acaba tendo problemas de comunicação. **2. Comunicações e informes:** a. dando continuidade à reunião, o Diretor comunicou aos conselheiros, que o orçamento do *Campus* teve uma redução de mais de 40%, porém com a possibilidade de solicitar ao Governo do Estado uma suplementação orçamentária, que foi efetuada pela Reitoria. Contudo, essa solicitação de suplementação permanece em análise e, segundo a Pró-reitoria de Administração e Finanças, até o momento o parecer é negativo em virtude dos gastos do Governo no combate à pandemia de COVID-19. Desta forma, existe a possibilidade de o *Campus* não conseguir pagar as despesas normais, como aluguel, luz e telefone. A Pró-reitoria de Administração e Finanças solicitou ao *Campus* a previsão de gastos para o terceiro trimestre, que inclui também as despesas do segundo trimestre que ainda não foram pagas. O Diretor de *Campus* informou, também, que as duas Emendas Parlamentares da então senadora Gleise Hoffmann, que contemplam o *Campus* de Paranaguá com 450 mil reais. A primeira delas, no valor de 150 mil reais, seria destinada à compra de computadores para o *Campus* já de imediato, mas não foi liberada. Pois, o Governo Federal alega que essa verba será destinada ao combate da pandemia de COVID-19. A segunda Emenda Parlamentar, no valor de 300 mil reais, também não foi liberada. O Diretor do *Campus* espera que a gestão superior da Unespar possa conseguir a liberação dos recursos, tendo em vista a prorrogação do prazo de ambas as emendas até o fim deste ano. O Diretor esclareceu que o *Campus* tem alguns projetos para reforma (troca de janelas, telhados e pintura), junto à Unidade Gestora do Fundo Paraná, porém, não há a certeza de que a UGF poderá destinar essa verba ao *Campus*, em virtude dos gastos do governo estadual no combate à pandemia de COVID-19. O Vice-diretor, professor Luís Fernando Roveda, informou que finalizou os orçamentos e que está finalizando os Projetos para encaminhamento à UGF/PR. b. O professor Adilson Anacleto parabenizou as equipes de criação dos cursos de Graduação em Enfermagem, e Tecnólogo em Gestão do Turismo, coordenadas pelo professor Sebastião Cavalcanti Neto. O professor Adilson Anacleto comunicou que o Colegiado de Administração está realizando consultorias gratuitas às micro e pequenas empresas, que contam, também, com atendimento aos imigrantes e refugiados de outros países. Essa consultoria inclui um manual, lançado na data de hoje, com o objetivo de auxiliar esses empreendedores nesse período de pandemia. O professor Adilson Anacleto também informou que o Colegiado do Curso de Administração, junto aos núcleos de apoio aos estudantes do *Campus*, tem feito um grande esforço para evitar a evasão estudantil e manter os alunos presentes durante as

aulas remotas. Ele enfatizou que não foi observada uma desistência dos estudantes em razão da pandemia de COVID-19, entretanto, ele tem observado que alguns alunos relatam uma carga de atividades exaustiva, o que não condiz com a realidade, visto que o Colegiado de Administração tem realizado planejamento das aulas remotas. O professor Adilson Anacleto ressaltou, ainda, que alguns alunos que relatam problemas como depressão, como forma de justificar ausência nas aulas remotas, mostram-se ativos em redes sociais, e que mesmo com o esforço coletivo do Colegiado junto aos núcleos de apoio aos estudantes, é provável que ocorra evasão por parte desses alunos. **c.** A professora Josiane Figueiredo comunicou que a Comissão Permanente de Avaliação da Universidade decidiu pelo cancelamento da avaliação institucional, que seria realizada esse ano. No nosso *Campus*, a avaliação seria nos cursos de Licenciatura, mas ficou definido que as avaliações deverão ser realizadas no próximo ano. **d.** A professora Elizabeth Streisky relatou que muitos alunos do curso de Pedagogia fazem os trabalhos solicitados pelos professores, porém não conseguem participar das aulas, visto que em virtude da suspensão das aulas de educação básica, muitas acadêmicas precisam realizar as atividades escolares junto dos seus filhos, o que as impossibilita de assistir às aulas remotas. A professora informa que o CEDH Acolhe tem atendido cerca de 30 alunos de forma regular, e esses alunos tem recebido acompanhamento durante o período de pandemia. **e.** O professor Fábio Hanna relatou que o Colegiado de História está encontrando dificuldades em manter as atividades remotas e que fatalmente os alunos serão prejudicados no decorrer do ano letivo. Ele alegou que a Universidade deveria rever a manutenção das aulas remotas para o próximo bimestre. O Diretor de *Campus* informou que a UNESPAR decidiu pelas aulas remotas com o intuito de manter os empregos dos professores colaboradores, que poderiam ter seus contratos encerrados caso as aulas fossem suspensas. **f.** O professor José Roberto Caetano da Rocha agradeceu aos colegiados que estão contribuindo com a doação de cestas básicas, que já foram doadas para os acadêmicos, comunidades da Ilha dos Valadares e Guaraqueçaba, funcionários terceirizados do *Campus*, e também funcionários da cantina. **g.** O professor Raphael Camargo parabenizou a equipe do CEDH Acolhe, pelo trabalho de apoio psicológico junto aos estudantes, e também o professor José Roberto Caetano da Rocha por se disponibilizar com a captação e entrega das cestas básicas doadas ao *Campus*. Não havendo mais comunicações, o Conselho passou a deliberar a ordem do dia. **3. Deliberação/aprovação da proposta de criação e do Projeto Pedagógico do curso de Enfermagem. Protocolo:16.680.593-7:** o professor Sebastião Cavalcanti Neto apresentou a proposta de criação do curso de Enfermagem, informando que a ideia surgiu em reunião do Conselho de Centro de Área de Ciências Sociais Aplicadas do *Campus*, e que durante reunião do CEPE em Paranaíba, o professor teve a oportunidade de conversar com a equipe do Colegiado do Curso de Enfermagem, visitou os laboratórios do *Campus* e a partir disso, o Diretor do *Campus* constituiu uma comissão para a elaboração do projeto para a criação do Curso de Graduação em Enfermagem no *Campus* de Paranaguá. Essa comissão tem a coordenação do professor Sebastião Cavalcanti Neto, junto à professora Roseneide Cirino. A comissão também conta com profissionais de enfermagem do município de Paranaguá e professores doutores do curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaíba. O projeto conta com uma planilha financeira que especifica os custos de quatro laboratórios (multidisciplinar, enfermagem, anatomia e fisiologia),

90 bibliografia necessária para o desenvolvimento do curso, bem como corpo docente de
91 vinte e cinco professores doutores e cinco técnicos em laboratório. O custo seria de
92 R\$938.654, diluídos em quatro anos. O curso teria um total de quatro anos em período
93 integral. O Professor Sebastião afirmou, ainda, que esteve, juntamente com o Diretor do
94 *Campus*, em reunião com o prefeito do município de Paranaguá, o qual se comprometeu
95 de disponibilizar cerca de seis salas para a instalação dos laboratórios na antiga Secretaria
96 Municipal de Saúde, situada à Avenida Gabriel de Lara. O Vice-diretor de *Campus*
97 parabenizou a equipe responsável pela criação do curso de Graduação em Enfermagem,
98 e solicitou que o projeto seja discutido com a Reitoria da Universidade e a Pró-reitoria de
99 Administração e Finanças, para que seja verificado o orçamento para a criação deste novo
100 curso. A professora Josiane Figueiredo ressaltou que seria interessante que conste no
101 projeto uma previsão e planejamento de destinação dos resíduos gerados nos laboratórios
102 do curso de Enfermagem. O Diretor Geral de *Campus* colocou a pauta em votação, e a
103 proposta foi aprovada por unanimidade. **4. Deliberação/aprovação da proposta de**
104 **criação e do Projeto Pedagógico do curso de Tecnólogo em Turismo. Protocolo:**
105 **16.691.555-4:** O professor Sebastião Cavalcanti Neto informou que, em princípio, havia
106 discussões para a criação do curso de Secretariado Executivo, junto com o Colegiado de
107 Letras, porém a criação desse curso tornou-se inviável. Pois tal curso, após pesquisas de
108 demanda, deveria ser ministrado no período noturno, e o *Campus*, atualmente, não possui
109 salas disponíveis. Portanto, a partir de uma solicitação do Governo do Estado para que a
110 UNESPAR ofereça cursos gratuitos na cidade de Loanda, incluindo o curso de Tecnólogo
111 em Gestão de Turismo, surgiu a ideia da implementação deste curso no *Campus* de
112 Paranaguá. Visto que, além da região do litoral paranaense possuir atividade econômica
113 voltada ao turismo, e esse ser um setor que vem sofrendo prejuízo nesse período de
114 pandemia. O professor Sebastião solicitou a criação de uma comissão para pensar este
115 curso também, no que foi atendido pela Direção de *Campus*. Assim, uma equipe de
116 professores do *Campus*, que já atuam na área de turismo, bem como profissionais da área
117 que atuam no município, elaboraram um projeto de criação do curso de Tecnólogo em
118 Gestão do Turismo para o *Campus* de Paranaguá. O projeto foi criado a partir do curso
119 de Tecnólogo em Gestão do Turismo, a ser implantado na cidade de Loanda. O Curso
120 contará com quarenta vagas, três anos de duração, bem como a criação de dois
121 laboratórios para atividades práticas. Além da contratação de treze docentes e dois agentes
122 universitários. A implementação do curso teria o custo total de R\$ 465.627,00, diluídos
123 em três anos. O professor Sebastião Cavalcanti Neto informou que o secretário municipal
124 de turismo, em reunião na semana passada, se comprometeu em ceder duas salas para a
125 instalação dos laboratórios, no prédio da Secretaria Municipal de Turismo, anexo à
126 Estação Ferroviária de Paranaguá. O Diretor Geral de *Campus* colocou a pauta em
127 votação e a proposta foi aprovada por unanimidade. **5. Constituição e Aprovação da**
128 **Comissão Eleitoral Local, com o fim de coordenar as eleições para a Reitoria da**
129 **Unespar, com previsão para ser realizada em Novembro de 2020:** O Diretor de
130 *Campus* informou que, durante reunião do Conselho Universitário, foi aprovado o
131 regulamento para a realização das eleições para os cargos de Reitor e Vice-reitor da
132 UNESPAR. No regulamento ficou definido que a eleição deverá ocorrer até o fim do ano,
133 com data marcada para 17 de novembro. O Diretor de *Campus* argumentou que enviou
134 convite para o professor Joacir Navarro Borges, que já atuou como presidente de

135 comissões eleitorais em eleições anteriores, mas ainda não obteve resposta. O professor
136 José Roberto Caetano da Rocha se colocou à disposição, caso o professor Joacir Navarro
137 Borges decline do convite. Desta forma, o Diretor de *Campus* sugeriu que, tão logo se
138 defina quem assumirá a presidência da comissão local, o presidente escolha a equipe que
139 irá compor a comissão, sendo dois docentes, dois agentes universitários e dois
140 representantes dos discentes, os últimos indicados pelo DCE. O Diretor Geral de *Campus*
141 colocou a pauta em votação e a proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais
142 havendo para deliberação, o Diretor Geral de *Campus* agradeceu a presença de todos e
143 encerrou a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. A Ata, depois de lida e
144 aprovada, será assinada por mim, Marilyn Daianny de Pádua Barros, Secretária do
145 Conselho de Campus, pelo Diretor de *Campus*, Prof. Moacir Dalla Palma, e por todos os
146 presentes.

Documento: **AtaN022020ConselhodeCampus29062020.pdf**.

Assinado por: **Moacir Dalla Palma** em 03/07/2020 16:56.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Moacir Dalla Palma** em: 03/07/2020 16:55.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
c73544eaca0fbd23ffc1fa403b32e63a.

PARECER CÂMARA DE GRADUAÇÃO - CEPE

Origem:	PROGRAD – UNESPAR
Para:	CEPE
Assunto:	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CURSO DE ENFERMAGEM
Protocolo nº:	

Identificação

Campus	Paranaguá	
Centro de Área	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	
Curso	Bacharelado em Enfermagem	
Carga horária	4.030h	
Vagas/Turno	30/Integral	
Integralização Mínima	4 anos	
Regime de Oferta	Seriado anual	
Licenciatura()	Bacharelado (X)	Tecnólogo ()

1 – Histórico

Trata-se de um projeto que visa atender às demandas da comunidade local na área da Saúde e para a formação do bacharel em Enfermagem.

A proposta apresentada, parte dos debates, construções e reconstruções pelos órgãos colegiados da área de saúde na UNESPAR, buscando uma construção curricular que contemple as demandas da comunidade do litoral paranaense e adequar-se às resoluções oriundas do Ministério da Educação (MEC), à viabilização de espaços para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas da profissão, permeando a formação pela aprendizagem das políticas e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e atender o Parecer CEE nº18/2016 do Conselho Estadual de Educação-PR.

Não há um histórico claro de discussão e elaboração do PPC, que vem apresentado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Enfermagem, que ainda não foi aprovado pelo Cepe. Não apresenta ata do NDE e nem do colegiado ao qual os docentes fazem parte.

O Curso de Enfermagem, na UNESPAR *Campus* de Paranaguá, busca associar a teoria-prática e universidade de serviço, com abordagem generalista, humanista, crítica e reflexiva

2 – Análise

A Câmara de Graduação do CEPE avaliou preliminarmente o PPC em exame, tendo realizado os seguintes apontamentos:

1. O PPC apresentado não segue a ordem proposta pela Prograd.
2. O Curso de Enfermagem, na UNESPAR Campus de Paranaguá, busca associar a teoria-prática e universidade de serviço, com abordagem generalista, humanista, crítica e reflexiva e depois ainda aponta a ligação com “competência e habilidades” e “educação problematizadora” com referências à teoria freiriana. Dá a atender que não existe um alinhamento a estas teorias e é preciso rever isto no decorrer do texto. Faz-se necessário esclarecer melhor que é objetivo do curso formar o profissional enfermeiro generalista, humanista, crítica e reflexiva. Deve seguir a RESOLUÇÃO Nº 573, DE 31 DE JANEIRO DE 2018
3. A adequação dos conteúdos curriculares do ensino da língua brasileira de sinais, será ofertado sob a forma de disciplina optativa de Libras. Tanto na Lei nº 10.436/2002 quanto no Decreto nº 5.626/2005, que regulariza, a inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais nos cursos de enfermagem de nível superior pode se dar de forma optativa, sendo obrigatória apenas aos cursos de formação de professores e fonoaudiologia. Por exemplo: o Curso de Enfermagem de Paranavai entendeu que ela deveria ser obrigatoria, mas não é o que exige a Lei.
4. A Educação das Relações Étnico-Raciais e também para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira terão seus conteúdos contemplados na disciplina de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, bem como em atividades de extensão desenvolvidas ao longo do curso. Estas atividades estão incluídas nas disciplinas, projetos e programas com carga horária diferenciada. Levando em consideração o processo de curricularização da extensão.
5. Quanto a Educação Ambiental, o conteúdo é trabalhado nas disciplinas de Enfermagem em Saúde Coletiva I e II, bem como na disciplina de Responsabilidade Socioambiental como optativa.
6. Os conteúdos sobre a Educação dos Direitos Humanos serão contemplados dentro das disciplinas de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, Bioética e Exercício Profissional, bem como dos temas transversais, possibilitando aos acadêmicos a integração interdisciplinar inclusive com os demais cursos ofertados pela IES e atividades extracurriculares envolvendo discussões com entidades públicas e privadas do Litoral Paranaense. É necessário descrever: Como tudo isso será realizado? Que atividades extracurriculares serão desenvolvidas? Elas serão obrigatórias?
7. Conteúdos curriculares sobre os direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, segundo o PPC do curso estará atento à identificação dos acadêmicos com o referido transtorno, disponibilizando sua estrutura organizacional para atender a tais acadêmicos: Que estrutura o campus possui para tal? Há profissionais especializados no campus? De acordo com o PPC, tal temática será trabalhada nas disciplinas de Processos Pedagógicos em saúde, Psicologia e Enfermagem na Saúde Mental, além dos estágios (não detalha como será seu desenvolvimento). E que para o estarão o desenvolvimento da temática em questão estarão buscando integração com demais departamentos do campus. Porém, se não há de fato estrutura montada e nem a integração já em andamento, sugerimos que essas ações deveriam ser retiradas do projeto.

8. O PPC só apresenta uma proposta de TCC e Atividades Complementares, sem regulamento.
9. A proposta de ensino está confusa com relação a proposta da formação do profissional enfermeiro. Rever este item em conjunto com o item 2 dessa análise.
10. A proposta de avaliação e auto-avaliação não descreve os documentos institucionais da universidade ao qual faz referência.
11. Não há clareza sobre futuras contratações docentes e o impacto da criação do curso para o campus.
12. A matriz curricular não deixa clara a distribuição das disciplinas e deveria ser apresentada apenas em horas, excluindo as informações de aulas.
13. Não indica no PPC quais disciplinas será ofertada no regime anual ou semestral, apenas indica no início da matriz que as disciplinas, a critério do colegiado, poderão ser ofertadas no regime anual, semestral ou blocada.
14. É necessário rever o uso do conceito de disciplinas eletivas e optativas em comparação às condições de oferta do campus e da organização do trabalho pedagógico no curso. Entendemos que é necessário verificar a viabilidade para o curso de Enfermagem dentro da atual realidade a oferta destas disciplinas optativas e eletivas, ou qualquer outra forma, em relação ao número de docentes suficientes para as disciplinas teórica e prática / estágios e, em acordo com as exigências legais

3 – Conclusão

A Câmara de Graduação do CEPE, solicita o retorno do PPC do curso de Bacharelado em Enfermagem para o colegiado do curso rever os apontamentos e considerações feitas na análise do projeto.

É o parecer.

Paranavaí, 19 de agosto de 2020

Antonio Marcos Dorigão
Jackelyne Corrêa Veneza;
Jorge Leandro Delconte Ferreira
Maria Simone Jacomini Novak
Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção

Documento: **PARECERCAMARABACHARELADOEMENFERMAGEMPARANAGUA.pdf**.

Assinado por: **Maria Simone Jacomini Novak** em 28/08/2020 16:56.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Maria Simone Jacomini Novak** em: 28/08/2020 16:55.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
3992192cc17fa82c3e3dcc7010e56a66.

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC's DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Bacharelado em ENFERMAGEM
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2021
CAMPUS	PARANAGUA
CENTRO DE ÁREA	CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS/ SAUDE
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula: 4.872 h/a e 4.060 horas/relógio
HABILITAÇÃO	() Licenciatura (X) Bacharelado () Tecnólogo
REGIME DE OFERTA	(X) Seriado anual com disciplinas anuais; () Seriado anual com disciplinas semestrais; () Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	4 anos

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	() Matutino	Número de vagas:
	() Vespertino	Número de vagas:
	() Noturno	Número de vagas:
	(X) Integral	Número de vagas: 40

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 LEGISLAÇÃO ORIENTADORA

Na concepção do curso de Enfermagem, buscou-se a legislação orientadora para seu desenvolvimento, levando-se em conta:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da deliberação nº 02/09 do Conselho Estadual de Educação, que dispõe e regulamenta o estágio não-obrigatório; o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Vale salientar que os estágios não criam vínculo empregatício;

- Lei 10.639/2003 e Deliberação nº 04/06-CEE, que institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino. A Educação das Relações Étnico-Raciais tem como objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como atitudes, posturas e valores que preparem os cidadãos para uma vida de fraternidade e partilha entre todos. Por sua vez, o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas;

- Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. De acordo com a referida Lei, a libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto;

- Resolução nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, cabendo às Instituições de Educação Superior a definição quantitativa em

minutos do conceito de hora-aula, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das cargas horárias totais dos cursos;

- Resolução nº 04/09, que dispõe sobre a carga horária mínima para o curso;
- Deliberação nº 04/2013-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- Deliberação nº 02/2015-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. O artigo 2 da referida deliberação traz que a Educação em Direitos Humanos constitui um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.
- Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, estabelece que as instituições de ensino superior que possuem pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular dos seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. Essas disciplinas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso e que as avaliações sejam presenciais. O artigo 2 da referida portaria apresenta que a oferta das disciplinas deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.
- Portaria nº 4279, de 30 dezembro de 2010, estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, como estratégia para superar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e aperfeiçoar o funcionamento político-institucional do SUS, com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência. Destacam-se as redes temáticas priorizadas: rede cegonha; Rede de atenção às urgências e emergências; Rede de atenção psicossocial; Rede de Atenção a doenças e condições crônicas; Rede de cuidado à pessoa com deficiência.
- Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a Lei Orgânica nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa. Nas disposições preliminares, apresenta o conceito de região de saúde, Contrato Organizativo de Ação Pública, Portas de Entrada,

Comissões Inter gestores, Mapa de saúde, Rede de atenção à saúde, Serviços especiais de acesso aberto, protocolo clínico e diretriz terapêutica; com vistas a promover avanços na rede de serviços de saúde. Política Nacional de Atenção Básica, também passa por atualização, por meio da Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011 que revoga a Portaria 648 de 2006. A criação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), em 2008, e a criação do Programa Saúde na Escola (PSE), em 2007, são alguns pontos de atualização. Além das Leis, decretos e portarias, cabe destacar as novas ações, Programas e Políticas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde:

- Política de Atenção Integral à saúde da criança (Portaria 1130, de 5 de agosto de 2015);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Portaria no 1.944, de 27 de agosto de 2009);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Portaria 2.528 de 19 de outubro de 2006);

2.2 LEGISLAÇÃO BÁSICA DO CURSO DE ENFERMAGEM

Para a sua constituição, o presente projeto pedagógico de curso tem como referência a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 573, de 31 de janeiro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF), que orienta e propicia concepções curriculares ao curso de graduação em Enfermagem, sendo observadas no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos cursos de Enfermagem das Instituições de Ensino Superior do País, tendo como base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Sua estruturação busca definir o perfil profissional do enfermeiro, em consonância com as perspectivas e abordagens contemporâneas da Educação em Enfermagem e da Lei do Exercício Profissional, adequadas e compatíveis com referenciais constitucionais, internacionais e princípios fundantes à formação de enfermeiras/os, os determinantes Necessidades Sociais da Saúde e do SUS, as necessárias mudanças do Modelo de Atenção à Saúde no Brasil e os pressupostos da Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, no desenvolvimento de competências de acordo com as dimensões e seus respectivos domínios de atuação profissional para atuar com qualidade, efetividade e resolutividade no Sistema Único de Saúde - SUS no contexto da Reforma Sanitária Brasileira.

Também norteou este documento a Legislação básica da enfermagem, destacam-se:

- A Lei no 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de enfermagem.

- Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e apresenta a definição dos profissionais que compõem a equipe, bem como suas atribuições. Vale salientar que a referida Lei obteve uma alteração no art. 23, por meio da Lei 8.967 de 28 de dezembro de 1994, referente às atribuições do atendente de enfermagem.

- Decreto nº 2.956 /38, que institui o dia do enfermeiro;

- Decreto nº 48.202/60, que institui a semana de Enfermagem.

- Resolução COFEN nº 293/2004, que fixa e estabelece parâmetros para o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nas unidades assistenciais das instituições de saúde e assemelhados;

- Resolução COFEN nº 311/2007, que aprova a reformulação do código de ética dos profissionais de enfermagem;

- Resolução COFEN nº 339/2008, que normatiza a atuação e a responsabilidade civil do Enfermeiro Obstetras nos Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e dá outras providências.

- Resolução COFEN nº 358/2009, que dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do processo de enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de enfermagem e dá outras providências.

Resolução COFEN nº 375/2011, que dispõe sobre a presença do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar e Inter Hospitalar, em situações de risco conhecido ou desconhecido.

- Resolução COFEN nº 376/2011, que dispõe sobre a participação da equipe de Enfermagem no processo de transporte de pacientes em ambiente interno aos serviços de saúde.

- Resolução COFEN nº 423/2012, que normatiza, no Âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, a Participação do Enfermeiro na Atividade de Classificação de Riscos.

- Resolução COFEN nº 429/2012, que dispõe sobre o registro das ações profissionais no

prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico; e por fim

- Resolução COFEN nº 441/2013, que dispõe sobre participação do Enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 JUSTIFICATIVA

A Enfermagem é uma atividade secular da área da saúde e pode ser descrita, enquanto ação social, como uma relação de ajuda, dinâmica, complexa e multifacetada, cuja essência e especificidade é o cuidado ao ser humano, individualmente, na família ou na comunidade, e de modo dinâmico, está acompanhando as transformações que vêm ocorrendo ao longo do processo histórico mundial.

O Curso de Enfermagem, na UNESPAR *Campus* de Paranaguá, busca associar a teoria-prática e universidade de serviço, com abordagem generalista, humanista, crítica e reflexiva.

A sua concepção teve início baseado na demanda existente. Durante as Feiras das Profissões, realizadas ainda quando da FAFIPAR, já havia a procura por informações de cursos na área de saúde. Informalmente, constatou-se que a falta de cursos na área de saúde leva uma grande quantidade de estudantes se deslocando para Curitiba/PR e Joinville/SC, distantes aproximadamente 100 quilômetros, em busca de formação profissional.

Com o início da pandemia do coronavírus Covid/19 a importância e necessidade do profissional de Enfermagem ficou mais latente ainda. A SETI em conjunto com a SESA, lançou um edital emergencial através da Fundação Araucária, para reforçar os serviços de saúde pública e, ao incluir o Litoral do Paraná, percebeu que não tinha a oferta de cursos, solicitando para que a UNESPAR participasse da proposta em conjunto com a UEPG. Já na segunda chamada da mesma proposta, percebeu a importância da UNESPAR, ampliando a atuação ficando o Litoral, Campo Mourão e Paranavaí sob responsabilidade da Instituição.

Com o desenvolvimento do projeto houve uma maior aproximação entre a universidade e os serviços de saúde do litoral paranaense e, constituiu-se uma comissão de profissionais originando essa proposta para criação do curso de graduação em Enfermagem para o Litoral Paranaense que, desde a sua concepção, conta com a participação das secretarias municipais de Saúde, 1ª Regional de Saúde, Hospitais Municipais, SAMU e empresas privadas de saúde.

A proposta curricular, ora apresentada, parte dos debates, construções e reconstruções

iniciadas na década passada pelos órgãos colegiados da área de saúde na UNESPAR, ocupando-se dessa tarefa, com avanços e retrocessos em cada versão elaborada, buscando uma construção curricular que contemple as demandas da comunidade do litoral paranaense para adequar-se às resoluções oriundas do Ministério da Educação (MEC), à viabilização de espaços para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas da profissão, permeando a formação pela aprendizagem das políticas e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e atender o Parecer CEE nº18/2016 do Conselho Estadual de Educação-PR.

Justifica-se a implantação de um novo curso de graduação em Enfermagem na instituição com o aproveitamento da reconstrução do projeto político pedagógico do curso, pela necessidade de possibilitar que o acadêmico seja sujeito do seu processo de formação, da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência, além de dispor orientações sobre a criação de mecanismos de aproveitamento adquiridos pelos estudantes, por meio de estudos e práticas independentes a partir de diferentes cenários e experiências de aprendizagem.

Portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem se configuram como artifícios potencialmente capazes de influenciar na construção de novas práticas, entre elas aquelas relacionadas à promoção da saúde. Dessa forma, a formação do enfermeiro deve atender às necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção, a qualidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2001).

A proposta curricular apresentada representa a oportunidade de adequar a formação do futuro enfermeiro dentro das diretrizes nacionais e às normativas legais mais atuais no que se refere à formação do profissional da área da saúde. Ao construí-la, busca-se investir numa formatação de curso que tem como diferencial uma relação entre teoria e prática, entre a academia e os serviços de atuação profissional, que possibilitará dar condições ao enfermeiro visão ampla da realidade de saúde no país e as políticas de saúde, através da formação de profissionais preparados para refletir – agir – refletir. A indicação que o novo modelo de saúde nos oferece é a necessidade de orientação no processo de formação dos profissionais de enfermagem calcada nos princípios, diretrizes e conceitos deste sistema.

Nessa perspectiva, as justificativas da necessidade de implantação deste Projeto Pedagógico do Curso vêm ao encontro das necessidades de incorporação das inovações tecnológicas e de organização do processo de trabalho decorrentes do perfil epidemiológico, demográfico e cultural atual (regional, nacional e mundial).

O envelhecimento, a urbanização, as mudanças sociais e econômicas e a globalização impactaram o modo de viver, trabalhar e se alimentar dos brasileiros (DUARTE *et al.*, 2012). Algumas mudanças ocorreram nesses perfis, principalmente nos últimos 07 anos, que merecem destaques pontuais como:

- Tem crescido a prevalência de fatores como a obesidade e o sedentarismo, concorrentes diretos para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT); as DCNT aparecem como causa de internação, principalmente, nas faixas etárias a partir de 50 anos (neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas) (DUARTE 2012).

- O aumento da violência representa um dos maiores e mais difíceis desafios. O aumento da mortalidade por causas externas, principalmente por homicídios e por acidentes de transporte terrestre;

- A transição nutricional (“dieta ocidental”) caracterizada pelos altos teores de gorduras, principalmente de origem animal, de açúcares e alimentos refinados e baixos teores de carboidratos complexos e fibras, o aumento da obesidade estão amplamente associados com a alta prevalência de DCNT e a diminuição da qualidade de vida da população (SANTOS *et al.*, 2013);

- O declínio da mortalidade por doenças infectocontagiosas, conseguida pelos êxitos alcançados pela prevenção por imunizações, não justifica centralizar este grupo de doenças como necessidade prioritária curricular, apesar de ainda persistirem algumas doenças associadas à pobreza como hanseníase, tuberculose, malária.

Além de que, as transições demográficas, epidemiológicas e nutricionais requerem uma formação diferente para se atuar na saúde. Tal contexto compreenderia nova concepção do processo saúde e doença, ações de cunho preventivo em equilíbrio com o curativo e profissionais dinâmicos, empenhados com a resolução de problemas de saúde, críticos e reflexivos, que pudessem utilizar seus conhecimentos e técnicas de modo coerente com os pressupostos do novo sistema de saúde.

Adicionalmente, nesse processo curricular houve um cuidado adicional em pautar os componentes curriculares em conformidade com: diretrizes do curso e demais regulamentações, política nacional de saúde e sistema de saúde vigente e também de acordo com as necessidades dos diferentes atores envolvidos na proposta, docentes e profissionais de saúde do litoral paranaense.

4 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá da UNESPAR está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 03/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Enfermagem. Os conteúdos essenciais do Curso de Graduação em Enfermagem condizem com os conteúdos descritos pela referida Resolução. Os conteúdos estão divididos em Formação Geral e Formação Diferenciada.

A estrutura curricular está alicerçada nas Diretrizes Curriculares e integrada ao PPC, PDI e PPI da IES, contribuindo para a formação do Enfermeiro com conhecimentos previstos pelas DCNs de um profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo; qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos; capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase no litoral paranaense; identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes; capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania; como promotor da saúde integral do ser humano; e capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá atende ainda ao Decreto nº 5.626/2005, que institui a disciplina de LIBRAS e à Resolução CND nº 1/2004 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; à Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; e à Resolução CNE nº 01/2002 que prevê a formação interdisciplinar para a Educação em Direitos Humanos.

4.1 CONCEPÇÃO

O curso de enfermagem da UNESPAR, em consonância com os diversos cursos da área da saúde, tem se mobilizado na busca de práticas didático pedagógicas inovadoras que possibilitem a formação de profissionais críticos e reflexivos, voltados às demandas e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, entre os princípios norteadores do curso de graduação enfermagem destacam-se:

Ser humano:

Ser individual e coletivo que integra uma complexidade humana que é: biológica, subjetiva, histórica, social, política, ética, estética, com direitos e deveres de participar ativamente na conquista de sua saúde individual e coletiva, com autonomia e corresponsabilidade.

Saúde:

É a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de

saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

Doença:

Desequilíbrio na estrutura biopsicológica e nas relações sociais do indivíduo.

Enfermagem:

A enfermagem é uma prática social, política e historicamente determinada, que visa ao cuidado ao ser humano em todos os ciclos de vida, contribuindo para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. Dentro desse contexto, o enfermeiro tem a responsabilidade política e profissional de executar um trabalho intencional, tornando-se um agente de transformação social nas áreas de assistência, gerência, educação e pesquisa (GARCIA; VANNUCHI, 2013).

Cuidado de enfermagem:

Expressa um "saber-fazer" embasado na ciência, na arte, na ética e na estética, direcionado às necessidades do indivíduo, da família e da comunidade (VALE; PAGLIUCA, 2011).

4.2 MARCO ESTRUTURAL

O marco estrutural do curso está fundamentado nos pressupostos elencados a seguir:

Formação do enfermeiro generalista: Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde e doenças mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Formação para o atendimento do SUS: Repensar o processo de trabalho na vigilância em saúde no Brasil tem sido um dos desafios do SUS para o incremento da qualidade da gestão, pois o trabalho nessa área caracteriza-se por relações de poder verticalizadas que não possibilitam o diálogo, resultando numa forma de assistência fragmentada, determinada por ações específicas e imediatistas, que não contemplam o cuidado integral em saúde (DAL PAI; LAUTERT, 2011). Portanto, a busca da integralidade do cuidado deve ser objeto de trabalho da gestão em saúde e enfermagem, pois a assistência integral aos usuários se relaciona diretamente com o planejamento e organização do processo de trabalho que, por sua vez, conduz à melhoria da gestão e da qualidade da assistência.

Educação problematizadora: constitui-se no diálogo e na relação horizontal entre o educador e o educando. Em contraposição ao modelo tradicional de educação bancária, o papel do educador não é deter o saber, considerando que não existe um saber predeterminado, mas sim um saber que se constrói na relação do educando com o mundo. Sob esse aspecto, problematizar significa exercer uma análise crítica sobre a realidade problema. O problema, por sua vez, funciona como um desafio à resposta que é intermediada pelo diálogo e pelo conhecimento. Assim, na pedagogia problematizadora todo o processo de ensino e aprendizagem se baseia pelo diálogo entre estudantes e professores, mediatizados pelo mundo.

Na educação problematizadora, Freire considera que o educador não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa mediatizado com o ser humano e com a sua realidade. Assim, o educador que se utiliza da problematização, reconstrói frequentemente o seu próprio conhecimento, a partir dos conhecimentos dos educandos, que passam a atuar como investigadores críticos, em diálogo com o educador, que por sua vez, pelo seu caráter reflexivo, busca um permanente esclarecimento da realidade. Assim, Freire salienta que “quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais estes se sentirão desafiados” e, conseqüentemente, se libertarão das amarras dos “conhecimentos enlatados” (FREIRE, 2011, p. 98).

O caráter crítico e reflexivo desta pedagogia permite aos educandos o desenvolvimento do poder de compreensão sobre o mundo e sua relação com ele. Dessa forma, a pedagogia problematizadora tem uma essência política, cujo conhecimento é utilizado na busca de um mundo mais humanizado. A finalidade do pensamento crítico reflexivo para Freire é a humanização, que se contrapõe a se deixar predeterminar pelas situações limites advindas da divisão de classes, mas assumir uma postura ativa de luta, de “se fazer”, uma vez que a condição natural do ser humano no mundo é a superação, o “vir a ser”.

4.3 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o conceito de indissociabilidade que significa a qualidade de ser indissociável, ou seja, aquilo que não se pode dissociar, que não é separável em partes (CÉSAR, 2013), o sentido da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão para universidades brasileiras são de inseparabilidade, haja vista, que essa tríade constitui o eixo fundamental e não pode ser compartimentado. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um assunto relevante no contexto do sistema universitário expresso no artigo 207 da Constituição de 1988, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de

indissociabilidade de entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Nesse contexto, o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá organiza a consecução da associação entre ensino, pesquisa e extensão na existência de projetos coletivos de trabalho associados às ações acadêmicas e administrativas, práticas de avaliação abrangendo todo o trabalho realizado pelo curso como instrumento de autoconhecimento das práticas de saúde, modelos de gestão que possibilitem a participação de todos os segmentos no processo de decisão e de avaliação do trabalho acadêmico, corpo docente com alto grau de formação científica, projetos pedagógicos vinculados aos projetos institucionais, e, principalmente, condições de infraestrutura para a realização dos projetos pretendidos.

4.4 ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Supervisionado é um componente do currículo do curso, representado em 600 horas de atividades práticas, em situação de trabalho visando solidificar os ensinamentos teóricos e se processará de acordo com normas regulamentadas pela UNESPAR *Campus* de Paranaguá, de acordo com o que preceitua o Art. 82 da LDB. Seu desenvolvimento ocorre ao longo do último ano do curso.

São objetivos do Estágio Supervisionado em Enfermagem:

- a. Proporcionar aos acadêmicos a orientação e desenvolvimento de habilidades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos fundamentais para o exercício da profissão de enfermeiro;
- b. Propiciar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho;
- c. Ampliar as experiências dos acadêmicos através do desenvolvimento de tarefas cada vez mais complexas, tendo em vista a aquisição de segurança e a capacitação para execução do trabalho relacionado com a assistência à promoção, prevenção e recuperação da saúde;
- d. Oportunizar ao acadêmico conhecimentos gerenciais, técnico-científicos, legais e éticos dos cuidados de enfermagem, prestados aos pacientes nas diversas áreas de atuação.

Destaca-se ainda que, o curso de enfermagem nos 1º, 2º e 3º anos, o aluno terá

a vivencia do binômio teórico-prática, com atividades em laboratórios de enfermagem e instituições de saúde com aulas práticas específicas de cada disciplina, com inserção na rede de atenção a saúde em unidade de saúde da atenção primária, secundária e terciária. Pois, o curso incorpora como estrutura metodológica das atividades didático-pedagógicas, aulas praticas dentro das Redes de Atenção à Saúde, que são entendidas como conjunto de ações e serviços de saúde articulados e que envolvem Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidades, Centros de Atenção Psicossocial, Rede Hospitalar e Atendimento Domiciliar, Rede de Urgência e Emergência, Redes Estratégicas, Academia da Saúde, Centros de Convivência, Serviços de Vigilância em Saúde e múltiplas linhas de cuidado entre todas estas ações; Serviços Especiais de Acesso Aberto, como serviços específicos em atendimento e vigilância à Saúde do Trabalhador; e, ainda, experienciam o apredizado toerico-pratico da construção de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, que são documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico de doença ou agravo à saúde, o tratamento preconizado, os mecanismos de controle clínico e o acompanhamento dos resultados terapêuticos a serem seguidos pelos gestores do SUS. As aulas práticas acontecem com supervisão direta dos professores das disciplinas especificas em grupo de até cinco alunos, para facilitar ao cesso aos serviços de saúde e o processo ensino aprendido.

4.4.1 Acompanhamento do estágio e/ou aulas praticas

O Estágio Supervisionado em Enfermagem e as aulas práticas serão acompanhados por um Professor Supervisor do curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* Paranaguá, com formação na respectiva área, que se responsabilizará pelas atividades de ensino durante os estágios e aulas práticas.

4.5 CENÁRIO CULTURAL, SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DA REGIÃO

A área de abrangência da UNESPAR *Campus* de Paranaguá é composta pelos 07 (sete) municípios que compõem o Litoral do Paraná, sendo eles: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba.

A população, de acordo com o Censo de 2010, conta com 265.392 habitantes, com uma estimativa para 2015 de 286.602 habitantes. O IDH médio dos municípios é de 0,701, sendo o município de Guaraqueçaba o menor, com 0,587.

O Ensino Fundamental, em 2012, contava com 47.639 matrículas e o Ensino Médio 13.713.

	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Matinhos	Pontal do Paraná	Guaratuba	TOTAL
IDH (*)	0,750	0,687	0,686	0,587	0,743	0,738	0,717	0,701**
Matrículas Ensino Fundamental (***)	25.420	3.196	2.856	1.576	5.190	3.787	5.614	47.639
Matrículas Ensino Médio (***)	7.847	824	836	410	1.368	988	1.440	13.713
População 2010	140.469	18.891	15.718	7.871	29.428	20.920	32.095	265.392
População 2015 (estimada)	150.660	19.416	16.435	7.966	32.591	24.352	35.182	286.602

* IDHM dados 2010

** IDH Médio

*** Dados 2012

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

Trabalho	Fonte	Data	Município	Região
Estabelecimentos (RAIS) (números)	MTE	2015	3.031	6.820
Comércio Varejista	MTE	2015	1.139	2.584
Alojamento, Alimentação, Radiodifusão e Televisão	MTE	2015	526	1.275
Transporte e Comunicações	MTE	2015	385	479
Empregos (RAIS) (número)	MTE	2015	39.005	68.316
Estabelecimentos (RAIS) nas Atividades Características do Turismo (ACTs) (número)	MTE	2015	391	992
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Alojamento (número)	MTE	2015	72	172
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Alimentação (número)	MTE	2015	259	711
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Transporte terrestre (número)	MTE	2015	16	31
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Transporte Aquaviário (número)	MTE	2015	13	17
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Agência de viagem (número)	MTE	2015	4	11
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Aluguel de Transportes (número)	MTE	2015	2	2
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Cultura e Lazer (número)	MTE	2015	25	48
População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	117.257	223.295
População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	66.849	125.263
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	60.828	115.811
Taxa de Atividade de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	57,09	56,25
Taxa de Ocupação de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	90,99	92,45

FONTE: Ipardes (2016)

4.5.1 Cenário de Saúde

4.5.1.1 Perfil Epidemiológico Estado do Paraná

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 apontaram um volume de 10,4 milhões de habitantes no Paraná, o que traduz um crescimento anual de 0,89% no decênio 2000-2010, inferior àquele observado na década anterior (1,4% ao ano). Essa taxa é similar à da Região Sul como um todo e inferior à do país (Tabela 3). Em termos proporcionais, a população do Paraná representa 38,1% da população do Sul brasileiro e 5,5% da nacional.

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 confirmaram a continuidade do processo de envelhecimento da população, tanto na esfera regional quanto na nacional. O principal fator atuando na raiz desse processo relaciona-se ao intenso declínio da fecundidade, que vem ocorrendo desde meados da década de 1960 em todas as regiões do país, em todos os segmentos sociais, com repercussões substanciais sobre a pirâmide etária das distintas populações no sentido de uma redução acelerada dos segmentos etários infanto-juvenis, em oposição a um aumento expressivo da população adulta e, principalmente, da idosa.

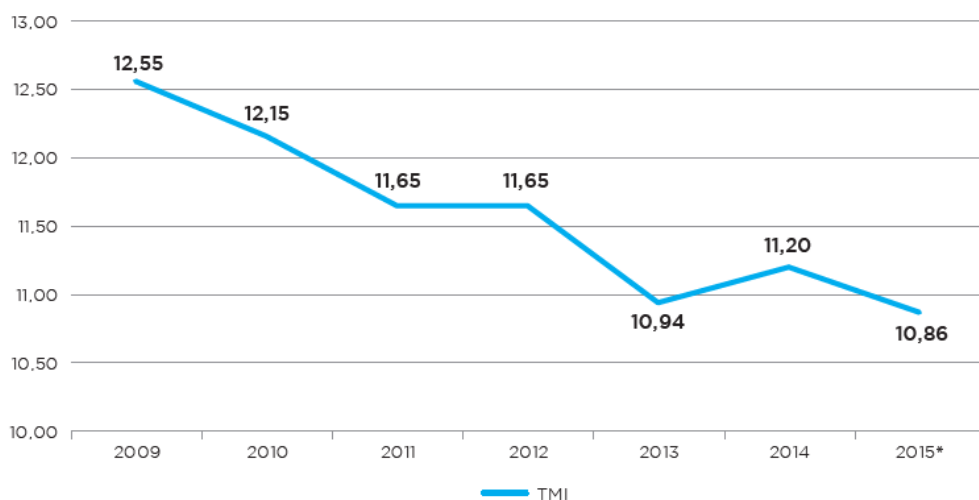
Constata-se que, ao passo que o padrão etário se modifica e as relações sociais e de trabalho se alteram, diante do avanço econômico e tecnológico, dependendo das condições ambientais, o quadro epidemiológico da população tende a sofrer alteração, requerendo que os serviços de saúde se adaptem a essas transformações.

Os indicadores do perfil epidemiológico demonstram que o trabalho da saúde pública parte da constatação de uma realidade de saúde não desejável em uma população e aponta para conseguir mudanças sociais, deliberadas e sustentáveis nessa população. O foco epidemiológico consiste basicamente em: i) a observação dos fenômenos de saúde e doença na população; ii) a quantificação deles em frequências e distribuições; iii) a análise das frequências e distribuições de saúde e de seus determinantes; e iv) a definição de cursos de ação apropriados.

Em todo esse processo, os procedimentos e técnicas de quantificação são de grande relevância, e a capacitação da equipe local de saúde nesses aspectos do enfoque epidemiológico é consequentemente fundamental (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2010).

Um dos primeiros e importantes indicadores do perfil epidemiológico diz respeito à mortalidade infantil. A mortalidade infantil decresceu no Paraná, conforme expresso no gráfico

GRÁFICO 6 - SÉRIE TEMPORAL DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR 1.000/NV NO PARANÁ - 2009-2015



Fonte: SESA/SVS/CEPI/DVIEP/SIM/SINASC, 4 jan. 2016.

No Estado do Paraná, assim como nos demais da federação, as causas de morte são as mais variadas e, conforme perfil epidemiológico traçado no Plano Estadual de Saúde 2016-2019, encontramos que as Doenças do Aparelho Circulatório (DAC) estão situadas como a primeira causa de morte da população total do Paraná; as Neoplasias (câncer), a segunda causa; Causas Externas (CE), situadas como as diferentes formas de violência e acidentes estão na terceira causa, e as Doenças do Aparelho Respiratório (DAR), a quarta causa. Na infância e adolescência, além das CE, as neoplasias e as Doenças do Sistema nervoso têm destaque. As Causas Mal Definidas (MD) representam 3.3% nas classificações obituárias do estado paranaense.

Nesse contexto, o profissional enfermeiro - por meio de sua formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, deve reconhecer as diferentes vertentes que sustentam o pensamento, a produção científica e tecnológica e a ação de saúde nos seus diferentes níveis e formas de expressão na sociedade. A ênfase está na habilidade de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde/doença mais predominantes no perfil epidemiológico nacional e na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais implicadas nesses processos.

A região de abrangência da IES, que compreende o Litoral Paranaense, composto por sete municípios, conta com 412 estabelecimentos de Saúde com 318 leitos hospitalares.

Estabelecimentos de Saúde (nº)	MS/CNES	2019	412
Leitos Hospitalares Existentes (nº)	MS/CNES	2019	318
Taxa de Fecundidade (filhos/mulher)	PNUD/IPEA/FJP	2010	...
Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	IBGE/SESA	2019	14,44
Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes) (P)	Datasus/SESA	2019	7,17
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	8,63
Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	11,19
Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	93,26

A 1ª Regional de Saúde, sediada no município de Paranaguá, atende a todos os municípios do litoral paranaense: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

POPULAÇÃO E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE IDADE, REGIONAIS DE SAÚDE DO PARANÁ, REGIÃO SUL E BRASIL – 2000 E 2010

Unidades territoriais		População			
		1ª RS – Paranaguá	Paraná	Região Sul	Brasil
0 a 14	2000	74.399	2.747.130	6.911.340	50.266.122
	2010	68.213	2.391.339	5.983.317	45.932.294
	Tx. Cresc. Anual (%)	-0,86	-1,38	-1,43	-0,9
15 a 59	2000	143.043	6.006.897	15.890.928	104.997.019
	2010	168.457	6.881.034	18.116.109	124.232.908
	Tx. Cresc. Anual (%)	1,65	1,37	1,32	1,7
60 anos e +	2000	18.398	809.431	2.100.499	14.536.029
	2010	28.721	1.172.154	3.287.465	20.590.597
	Tx. Cresc. Anual (%)	4,55	3,77	4,58	3,54

FONTE: Censos Demográfico

Regional de Saúde (RS)	População projetada				
	2020	%	2030	%	Taxa de Crescimento (% ao ano)
1ª RS – Paranaguá	301.531	2,6	323.159	2,7	0,70
PARANÁ	11.538.518	100	12.045.491	100	0,43

Fonte: IPARDES/BDEWeb.

4.5.1.2 Cenário educacional

A região de abrangência da IES conta com 34 estabelecimentos de Ensino Fundamental e 14 de Ensino Médio Privado. O Ensino Fundamental Público conta com 134 estabelecimentos da rede Estadual e 49 da rede Municipal.

Já no Ensino Médio a atuação privada é composta por 14 escolas e o Ensino Público com 38 estabelecimentos da rede Estadual e 02 da rede Federal.

	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Matinhos	Pontal do Paraná	Guaratuba	TOTAL
Escolas de Ensino Fundamental Privada	21	2	2	1	3	2	3	34
Escolas de Ensino Fundamental Pública Estadual	19	5	2	7	5	5	6	49
Escolas de Ensino Fundamental Pública Municipal	45	10	18	27	8	6	20	134
Escolas de Ensino Fundamental Pública Federal								0
Escolas de Ensino Médio Privada	8		1		2	1	2	14
Escolas de Ensino Médio Pública Estadual	16	4	2	5	2	4	5	38
Escolas de Ensino Médio Pública Municipal								0
Escolas de Ensino Médio Pública Federal	1				1			2
TOTAL	110	21	25	40	21	18	36	271

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

4.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE ENFERMAGEM

- Formar enfermeiros com competência ética, profissional e científica para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, contribuindo para a capacitação do modelo assistencial e de formação de profissionais qualificados para ações em saúde no país.
- Desenvolver sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem e de competências, articulando a teoria e a prática e a integração de saberes entre ensino, pesquisa e extensão

5. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Na concepção metodológica do curso, acredita-se que todo trabalho pedagógico deve estar pautado por fundamentos científicos que compreendem a produção teórica e suas implicações que correspondem à organização prática. Deve-se considerar a organização pedagógica um processo necessário, na qual todas as possibilidades são criadas e recriadas pela ação humana, partindo de uma visão dialética.

O desafio, a problematização, a investigação e o prazer pelo aprender devem ser

reconhecidos como elementos motivadores que assegurem a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades que se instituiu nesse projeto, reiteradamente na questão inovadora. Ora, isso deve ocorrer, também, com os métodos e técnicas. Ter um método novo não significa aplicar um novo recurso; significa, sim, adotar novas ideias de ensino e aprendizagem. Portanto, a inovação está nas técnicas em que se articulam a individualidade e a coletividade resultando na aprendizagem.

Usando a sua capacidade individual e a sua crítica, o aluno aplicará os recursos à sua disposição, desde a comunicação oral até a comunicação virtual dos hipertextos para participar da inteligência coletiva do grupo, constituído pela aula sob orientação do docente. A este caberá encaminhar o processo, sendo mediador e coordenador das ações de interação, atentando-se para que as atividades individuais e coletivas façam parte da avaliação. Ao adequar a metodologia de ensino à concepção do curso, torna-se necessário garantir a interação entre os envolvidos no processo: professor/aluno/conhecimento/sociedade e compreender que a aprendizagem é um processo social, e como tal deve levar em consideração o respeito pelas diferenças individuais, fazendo com que o professor e o aluno sejam sujeitos ativos dessa transformação e capazes de superar as dificuldades que porventura se apresentem.

A metodologia didático-pedagógica da UNESPAR *Campus* de Paranaguá se propõe a evitar a mera transmissão de conhecimentos, trabalhando de forma contextualizada nas diversas formas de comunicação, relacionando os conteúdos curriculares com a realidade social e sua transformação produtiva para o fazer, objetivando a autonomia intelectual.

Dessa forma, o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá exerce uma prática voltada ao coletivo, fruto do debate e da consistência de propósitos que envolvem as perspectivas e as intenções sociais do conjunto de professores, alunos e comunidade. A ação coletiva transpõe os limites da Universidade por entender que é essencial o envolvimento da sociedade no processo de formação.

Incorporando as preconizações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação da saúde (DCN/Saúde), o Curso também considera que a formação do profissional de saúde deve contemplar o sistema de saúde vigente no país, o Sistema Único de Saúde – SUS, e seus princípios, com uma gestão do ensino e da atenção que reconheça o outro, implicando-o na produção do ensino e da atenção integral em saúde. Concorde-se que a integração ensino-serviço deve ser ampliada, como intersecção entre ensino, sistema de saúde e cidadania em saúde. A integração ensino-serviço e a integralidade reúnem método clínico, alteridade, sistema de saúde e saúde coletiva (BRASIL, 2001).

Nesse contexto, o curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá objetiva considerar, incorporar e representar ativamente na celebração de Contratos Organizativos de

Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre outras competências, a COAPES busca a melhoria dos indicadores de saúde loco-regionais e da atenção prestada, para atender as necessidades da população e promover atividades de ensino, extensão e pesquisa nos serviços e comunidades de modo integrado, articulando os fundamentos teóricos e éticos às situações práticas nas perspectivas interprofissional, interdisciplinar e intersetorial, com íntima ligação entre as necessidades e demandas de saúde nos territórios (BRASIL, 2015).

O Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá acredita que pensar e fazer a formação em saúde, na lógica do SUS, representa assumir, dentre outras diretrizes, a diversificação de cenários de aprendizagem, privilegiando uma formação baseada nas redes de atenção à saúde. Nesse contexto social, político e educacional, inserem-se as políticas indutoras para a formação em saúde, tendo como princípio fundante o processo de integração entre ensino e serviço nos espaços da educação e do trabalho em saúde (TOASSI, LEWGOY, 2016).

Neste contexto, a metodologia do curso incorpora como estrutura metodológica das atividades didático-pedagógicas as Redes de Atenção à Saúde, que são entendidas como conjunto de ações e serviços de saúde articulados e que envolvem Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidades, Centros de Atenção Psicossocial, Rede Hospitalar e Atendimento Domiciliar, Rede de Urgência e Emergência, Redes Estratégicas, Academia da Saúde, Centros de Convivência, Serviços de Vigilância em Saúde e múltiplas linhas de cuidado entre todas estas ações; Serviços Especiais de Acesso Aberto, como serviços específicos em atendimento e vigilância à Saúde do Trabalhador; e, ainda, Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, como documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico de doença ou agravo à saúde, o tratamento preconizado, os mecanismos de controle clínico e o acompanhamento dos resultados terapêuticos a serem seguidos pelos gestores do SUS.

Propõe-se, também, a adoção de metodologias participativas de ensino-aprendizagem que sejam capazes de formar para a integralidade, formar de acordo com as necessidades de saúde; permitindo que o curso esteja comprometido com a construção do SUS, sendo capaz de produzir conhecimento relevante para a realidade da saúde em suas diferentes áreas, de estabelecer relações orgânicas entre estruturas de serviço e estruturas de ensino/formação, entre outras condutas políticas e estratégias técnicas.

As metodologias participativas são aquelas que fomentam as interações, o diálogo e a troca de saberes para a sistematização do conhecimento e a proposição de movimentos investigativos e de intervenção que tomem as questões que atravessam e constituem o cotidiano da saúde como questões de educação. Para tal, colocam os processos de trabalho docente e os

cotidianos reais dos serviços de saúde na cena educativa, com possibilidades de pensar e exercitar práticas de ensino-aprendizagem que favoreçam a Inter profissionalidade, a educação “no” e “pelo” trabalho e práticas de rede no ensino, na gestão e no cuidado em saúde, entre outras (TOASSI, LEWGOY, 2016).

As metodologias participativas buscam no estudante a capacidade de autogovernar seu processo de formação e de reconhecer que o processo ensino-aprendizagem não acontece por transferência de conhecimentos, mas pela problematização de uma realidade complexa, o que implica o estabelecimento de relações horizontalizadas, comprometidas e produtoras de novidades ao pensamento e à ação (STRECK, 2016).

A aprendizagem se dá por meio de uma ação motivada, da codificação de uma situação problema, na qual o aprender será um ato de conhecimento da realidade concreta, especialmente se for de situações reais vividas pelo educando, aproximando-o da própria realidade (LIBÂNEO, 1983).

Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática:

- a) dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas;
- b) explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso;
- c) incluindo exemplos e aplicações práticas voltados para o ensino em geral;
- d) incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização;
- e) incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula;
- f) incentivando a pesquisa de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor;
- g) incentivo à interdisciplinaridade;
- h) incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina;
- i) intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo;
- j) intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado em casos;
- k) incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados;
- l) destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos.
- m) aliando o ensino teórico com atividades práticas realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Nesse contexto, a metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e a evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas clínicas e no estágio curricular supervisionado, estes dois últimos têm seu campo de aprendizagem os serviços de saúde.

A formação de profissionais de saúde não somente implica conhecimento da Rede de Atendimento à Saúde (RAS), mas seu efetivo envolvimento para dar consequência em saberes de apoio; desenvolvimento de saberes sólidos e correspondentes à sua melhor execução; engajamento na implementação e aperfeiçoamento de ações, planos e redes de sustentação; reconfiguração das práticas profissionais; interação com os movimentos participativos populares ou de segmentos expressivos das necessidades sociais em saúde; realização de pesquisas participativas, de intervenção ou de estudo-ação em integração ensino-serviço e implementação de ações de extensão de caráter regular conforme interesses da rede, dos usuários e das localidades.

Portanto, as práticas pedagógicas, mobilizadas pela motivação e reflexão, pela compreensão e reinterpretação da realidade do curso e da própria Instituição, ensejam a realidade social presente e mesmo futura. A formação social do graduando no Curso de Enfermagem é motivada por ações estratégicas intrínsecas e extrínsecas ao currículo, através da produção científica, atividades culturais e iniciativas sociais, como prestação de serviços à comunidade e em eventos comunitários.

6 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação deve ser compreendida de forma abrangente e tem como responsáveis no processo de formação do estudante a instituição, centro de área, os docentes e os graduandos, assim, abrange elementos de reflexão constitutivos do processo de ensino e aprendizagem e da gestão acadêmica como um todo.

O processo de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se dá por uma comissão do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Portaria 034/2013 que respondem pela criação, implantação, avaliação e consolidação do PPC, assim, esta comissão, de acordo com a missão da UNESPAR, objetiva o planejamento contínuo do processo de avaliação, para articular as necessidades de aprendizagem dos estudantes às políticas de saúde, educacional e institucional.

Como forma de avaliação dos acadêmicos do Curso de Graduação de Enfermagem, apresenta-se o processo de avaliação qualitativa, necessário para estabelecer diferentes modalidades avaliativas no decorrer da formação acadêmica.

Assim, a avaliação se dá no âmbito da aprendizagem e no âmbito da instituição, na sua perspectiva interna e externa.

6.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

No tocante à avaliação, na arte do ensino-aprendizagem destacam-se os pontos cruciais para o acontecimento deste processo, como a preocupação que a Instituição e o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá apresenta com a construção do conhecimento científico e a formação profissional do graduando, otimizando a inserção e a permanência futura no mercado de trabalho, desse modo, oportunizando ao graduado o constante aprendizado na profissão e como ser humano dentro de uma sociedade para um bem maior.

Assim, no processo de ensino-aprendizagem são utilizados mecanismos diferenciados de avaliação, traduzidos em forma de provas oficiais, trabalhos acadêmicos individuais ou em grupos. Diante do processo de mudanças rápidas, acessibilidade imediata, as informações e com os avanços tecnológicos no mundo atual, uma nova visão de avaliação pode ser considerada, não tão cristalizada somente nas provas, mas também no envolvimento construtivo das mesmas com as demais atividades envolvidas durante o curso, que permita ver a avaliação do ensino-aprendizagem de forma que se possa conduzir a progressão das aprendizagens.

Nesse sentido, é possível verificar as aquisições dos conhecimentos dos alunos por meio de avaliação periódica, mas não dispensar uma observação contínua, da qual uma das funções é atualizar e completar as representações no conhecimento adquirido pelo aluno (ALMEIDA, 2014. 97 p.).

Para que a avaliação sirva à aprendizagem, é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Se o objetivo é fazer com que todos aprendam, é necessário informar o que vai ser visto em aula e debater o porquê de estudar aquele conteúdo, isto é, fazê-los compreender a utilidade do conteúdo para vida e como irão aplicar este conhecimento adquirido na prática e transformá-la para um bem maior. O importante é que o educador utilize o diálogo como fundamental eixo norteador e significativo da sua ação pedagógica e, sendo assim, o processo avaliativo assume uma dupla ação, por um lado impulsiona a aprendizagem do aluno e, por outro, promove a melhoria do ensino. Nesse sentido, a avaliação apresenta, basicamente, três funções: diagnosticar, controlar e classificar. Relacionadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação, que devem ser trabalhadas de forma deliberada, integrada e contínua (ALMEIDA, 2014. 97 p):

- Diagnóstica: tem por objetivo obter informações sobre os conhecimentos prévios dos alunos. Geralmente, é usada no início de um conteúdo novo, de um período letivo ou de um

projeto.

- Formativa: tem por objetivo detectar problemas de ensino-aprendizagem. Por meio dela, o professor enfatiza os resultados da aprendizagem e estabelece um comparativo entre os diferentes resultados obtidos pelo mesmo aluno, o processo de aprendizagem que permitiu a obtenção dos resultados e as causas dos fracassos na aprendizagem.

- Somativa: tem por objetivo realizar um diagnóstico do aluno no final de um período. O principal aspecto enfatizado nesse tipo de avaliação é o resultado da aprendizagem baseada nos objetivos.

Atinente a isso, o docente deve utilizar a observação diária e multidimensional, além de instrumentos variados, escolhidos de acordo com cada objetivo. Compreende-se que uma nova forma de entender o conhecimento pode desencadear atitudes inovadoras, por meio das mediações contínuas de aprendizagem e dos sistemas de avaliação implementados. Para complementar a avaliação, a utilização da autoavaliação pode ser considerada da perspectiva da inovação, mudando a linha de pensamento tradicionalmente centrada no professor em direção ao aluno, para que o graduando possa exercer um papel mais ativo no seu processo formativo, abrindo possibilidades de variar os mecanismos de avaliação. Nesse foco, outros instrumentos podem ser praticados, como questionamento para a coleta de informações acadêmicas sobre o Curso, que auxiliam no diagnóstico do perfil acadêmico e dão um feedback sobre como o aluno compreende o processo de ensino-aprendizagem dentro da graduação. Logo, essas informações dão seguimento baseado em evidências nas reuniões pedagógicas e de Colegiado do Curso de Enfermagem, que são realizadas e imprescindíveis para a autoavaliação do próprio Curso.

Por fim, o Curso de Graduação em Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá defende a ideia de que não existem instrumentos certos de avaliações, mas, sim, processos avaliativos coerentes com os objetivos que se pretende alcançar na construção do conhecimento. O que se deseja no processo de ensino-aprendizagem diz respeito a nossa intenção em fazer o graduando crescer, avançar e amadurecer em seus conhecimentos técnicos e científicos, e qualificá-lo como profissional capaz para atuar na sociedade e no mundo do trabalho, com o compromisso de uma instituição de qualidade.

Para auxiliar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem, pretende-se padronizar a aplicação de uma avaliação no final do ano letivo, aplicada para cada disciplina, com o conteúdo mínimo e essencial que o aluno deve ter aprendido durante o ano em cada disciplina, e assim, considerá-lo apto e com conhecimento construído e necessário para o ano seguinte. A avaliação final deverá ser por escrito, dissertativa e integrada à prática (quando couber), na qual o aluno deverá fundamentar cientificamente a execução do processo prático que será executado.

Para complementar o processo de avaliação, como o curso de enfermagem da UNESPAR

aplica durante o ensino aulas práticas supervisionadas desde o primeiro ano, propõe-se também um instrumento padrão de avaliação durante as aulas práticas e estágios supervisionados conforme Anexo I. Com o objetivo de melhorar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem entre as disciplinas, compreendendo o que cada docente está avaliando e garantindo a integralidade da formação profissional, por meio das atitudes pessoais e profissionais, habilidades conceituais e técnicas teóricas/científicas e aprendizagem individual.

6.2 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A resolução nº 005/2015 rege o regulamento da comissão própria de avaliação (CPA) da UNESPAR, conforme o Art. 1º, o processo de avaliação interna ou autoavaliação da UNESPAR será coordenado pela CPA, designada por portaria do reitor, de acordo com a legislação vigente e conforme processo de constituição estabelecido no Regulamento.

A avaliação conduzida pela CPA deverá ser norteada pelos princípios da exequibilidade, da fidedignidade, da transparência e da ética (Art.5º), e tem como objetivo geral coordenar o processo interno de avaliação institucional, promovendo a sistematização das informações para fins de orientação do planejamento estratégico da UNESPAR, o suporte às unidades administrativas e pedagógicas e o atendimento às solicitações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), além disso subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade, nas diversas dimensões da ação universitária, em consonância com as atuais demandas científicas e sociais; desenvolver uma cultura de avaliação, na instituição, orientada por um processo participativo, formativo, reflexivo e sistemático sobre a realidade institucional; impulsionar um processo compartilhado de produção de conhecimento sobre a instituição que seja possibilitador de revisões contínuas e constante organização, consolidação e reformulação das práticas acadêmicas, tendo como referência o PDI, o PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos; atender às orientações e aos princípios do SINAES, do Conselho Estadual de Educação (CEE), da Comissão Estadual de Avaliação (CEA) e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SETI), nos processos de avaliação da instituição, tanto interna quanto externa e nas avaliações dos cursos de graduação, entre outros.

Dentro desse contexto, o processo de avaliação conduzido pela CPA da UNESPAR terá como metas:

I- A sua contínua construção visando à consolidação de um significado comum de universidade, considerando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e da gestão educativa;

II- A vivência de uma cultura de avaliação e reflexão constante e sistematizada sobre a

realidade institucional;

III- a crítica contínua da ação educativa na busca de maior clareza, profundidade e abrangência;

IV- A sedimentação de um sistema de informação e divulgação de dados da avaliação, ágil e preciso, a respeito dos diferentes segmentos da Universidade, garantindo a democratização das ações;

V- O estabelecimento de metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;

VI- A criação de mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos;

VII- a divulgação de informações sobre o desempenho e a percepção da UNESPAR, intra *campus* e entre *campi*, oferecendo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico administrativa.

Além da avaliação institucional interna, conduzida pela CPA em consonância com as diretrizes do SINAES (2004), ocorre também no ensino superior a avaliação institucional externa a partir de três eixos: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes ENADE, ou seja, avalia todos os aspectos que giram em torno desses eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações (BRASIL, 2004).

A partir das informações obtidas com o SINAES é possível orientar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, com isso, auxiliar nas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Importa destacar que os resultados da avaliação externa também inferem no processo de avaliação interna e no próprio processo de ensino aprendizagem.

7 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O perfil profissional do egresso do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR *Campus* de Paranaguá é caracterizado por uma formação profissional atualizada fundamentada nos conhecimentos técnico-científicos, bem como nos princípios éticos e humanísticos voltados à cidadania. Nesse sentido, ele se revela como um profissional capaz de reconhecer os problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

A partir das competências e das habilidades gerais do egresso do Curso de Graduação em Enfermagem da UNESPAR, consoante o que dispõe o art. 3º, da Resolução CNE/CES n.º 3, de 7/11/2001, deve ser assegurado, no perfil do formando egresso, a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva; atento a realidade social, cultural e econômica. Capaz de atuar em todos os níveis de atenção à saúde; dentro dos princípios técnicos e científicos, com sólida formação humanística e ética, voltada ao benefício da comunidade em que exercerá sua profissão.

Dessa forma, todas as atividades do curso devem possibilitar, no perfil específico do egresso, as seguintes competências e habilidades relacionadas à atenção à saúde, comunicação, liderança, administração e gerenciamento, bem como as competências e habilidades específicas elencadas abaixo:

- Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- Incorporar a ciência/arte de cuidar como instrumento de interpretação/profissional;
- Estabelecer novas relações com o contexto, reconhecendo as estruturas e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde;
- Responder às especificidades regionais de saúde mediante intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e da comunidade;
- Utilizar o trabalho em equipe e articulação das práticas de cuidado à saúde individual e coletiva para obter vínculo, responsabilidade, eficiência e eficácia no atendimento;
- Utilizar recursos, instrumentos e métodos de trabalho para orientar e sistematizar a sua prática;

- Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;
- Atuar como sujeito no processo de formação profissional voltada ao desenvolvimento de competência e ao trabalho em equipe, considerando o processo de trabalho como eixo norteador desse processo;
- Planejar e implementar programas de qualificação contínua dos profissionais de enfermagem de modo a favorecer o desenvolvimento de competência profissional para o cuidado, na perspectiva da integralidade;
- Desenvolver, participar e aplicar pesquisa e ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação profissional com crescente domínio e autonomia, segundo o padrão de excelência ético-social;
- Diagnosticar e solucionar problemas de saúde comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe, gerenciar conflitos e situações de crise de forma estratégica e que possibilite aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo;
- Coordenar o trabalho da equipe de enfermagem, selecionar, priorizar e analisar problemas para construir planos de intervenção, segundo relevância e impacto na transformação da realidade institucional e social;
- Coordenar e participar ativamente do processo de cuidar em enfermagem, levando em conta contextos e demandas de saúde da população;
- Exercer a profissão reconhecendo-se como cidadão comprometido e ativador de mudanças das práticas de saúde e do processo de formação profissional;
- Participar da composição das estruturas deliberativas e executivas do sistema de saúde;
- Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
- Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividade política e de planejamento em saúde;
- Reconhecer a necessidade de organizar-se como trabalhador de saúde, tem disponibilidade interna e participa das lutas por melhores condições de vida e trabalho,

comprometendo-se a participar das entidades de classe.

7.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO

No Art. 11 da Lei Federal nº 7.498/86, encontra-se o embasamento das ações elencadas para o exercício das atividades do profissional enfermeiro, sendo:

I - Privativamente:

a) Direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem;

b) Organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;

c) Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de Enfermagem;

d) Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem;

e) Consulta de Enfermagem;

f) Prescrição da assistência de Enfermagem;

g) Cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida;

h) Cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

II - Como integrante da equipe de saúde:

a) Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;

b) Participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;

c) Prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;

d) Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;

e) Prevenção e controle sistemáticos de infecção hospitalar e de doenças transmissíveis

em geral;

f) Prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de Enfermagem;

g) Assistência de Enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;

h) Acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

i) Execução do parto sem distócia.

j) Educação visando à melhoria de saúde da população.

8 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

8.1 DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. de Formação GERAL (DCN/2001- Ciências Biológicas e da Saúde; e Ciências Humanas e Sociais)		-Fundamentos de Sociologia e Antopologia	60
		- Bases Biológicas para Enfermagem;	150
		- Psicologia	60
		- Interpretação e Produção da Escrita	60
		- Língua Brasileira de Sinais	60
		- Epidemiologia	90
		-Metodologia da Pesquisa em Enfermagem	60
		- Fisiologia	120
		- Fisiologia	120
		- Anatomia	120
Subtotal			660
2. de formação DIFERENCIADA (DCN/2001- Ciências da Enfermagem)		- Bioética e Exercício Profissional	60
		- Fundamentos em Enfermagem I	180
		- Enfermagem em Saúde Coletiva I	150
		- Fundamentos em Enfermagem II	180
		- Enfermagem em Saúde Coletiva II	150
		- Enfermagem em Saúde Mental	150
		- Enfermagem em Saúde da Mulher	210
		- Enfermagem em Saúde do Adulto I	120
		- Farmacologia Aplicada à Enfermagem	90
		- Enfermagem em Saúde do Idoso	180
		- Enfermagem em Saúde do Adulto II	120
		- Enfermagem em Saúde da Criança e Adolescente	150
		- Enfermagem no Cuidado Perioperatório	150
		- Gerenciamento em Enfermagem	120
		- Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico	150
Subtotal			2.400
Estágio/TCC		Estágio	600
		TCC	60
Subtotal			660
AAC/AEX		Atividade Acadêmica Complementar	160
		Atividades de Extensão	150
Subtotal			310
TOTAL			4.060

8.2 DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

8.2.1 ESTRUTURA CURRICULAR PROPOSTA

Cód.	Nome da disciplina	Pré-Req. (Cód.)	Carga horária			Forma de oferta h/relógio	
			Teórica	Prática	Ext.	Sem (S)	Anual (A)
1º Ano							
	Anatomia		02	02		120 (A)	
	Fisiologia		02	02		120 (A)	
	Bases Biológicas para Enf.		04	01		150 (A)	
	Bioética e Exercício Prof.		02			60 (A)	
	Fund. Sociologia e Antropologia		02			60 (A)	
	Fundamentos de Enfermagem I		02	03	01	180 (A)	
	Interp. e Prod. da Escrita		02			60 (A)	
	Processos Ped. em Saúde		02	01		90 (A)	
	Enf. na Saúde Coletiva I		02	02	01	150 (A)	
	Subtotal		20	11	02	990 (A)	
2º Ano							
	Fundamentos Enfermagem II	Fund. Enf. I	02	03	01	180 (A)	
	Enf. em Saúde Coletiva II	Enf. Saúde Coletiva I	02	02	01	150 (A)	
	Enfermagem em Saúde Mental		02	02	01	150 (A)	
	Epidemiologia		02	01	01	120 (A)	
	Farmacologia Aplicada à Enf.		02	01		90 (A)	
	Enf. em Saúde do Adulto I	Fund. Enf. I	02	02		120 (A)	
	Gerenciamento em Enf.		03	01		120 (A)	
	Língua Brasileira de Sinais		02			60 (A)	
	Subtotal		19	12	04	1.050 (A)	
3º Ano							
	Enfermagem em Saúde do Adulto II	Fund. Enf. II	02	02		150 (A)	
	Enfermagem em Saúde do Idoso	Enf. Saúde do Adulto I	02	03	01	180 (A)	
	Enfermagem em Saúde da Criança e Adolescente	Enf. Saúde da Mulher	02	03	01	180 (A)	
	Metod. Pesq. em Enfermagem		02			60 (A)	
	Enf. no Cuidado Perioperatório		03	02		150 (A)	
	Enf. na Saúde da Mulher		04	03		210 (A)	
	Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico		02	03		150 (A)	
	Subtotal		17	16	02	1.050 (A)	
4º Ano							
	Estágio Supervisionado em Enfermagem	(*)				600 (A)	
	TCC		02			60 (A)	
	Subtotal		02			660 (A)	
	Atividade de Extensão					150	
	Atividades Complementares					160	

TOTAL GERAL	4.060

* Para a disciplina de Estágio Supervisionado serão considerados pré-requisitos as seguintes disciplinas: Bioética e exercício profissional; Fundamentos em enfermagem I; Enfermagem em saúde coletiva I; Fundamentos em enfermagem II; Enfermagem em saúde coletiva II; Enfermagem em saúde mental; Enfermagem em saúde da mulher; Enfermagem em saúde do adulto I; Farmacologia aplicada à enfermagem; Enfermagem em saúde do idoso; Enfermagem em saúde do adulto II; Enfermagem em saúde da criança e adolescente; Gerenciamento em enfermagem; Enfermagem no Cuidado ao paciente crítico.

8.3 COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS CURRICULARES COM O PERFIL DO EGRESSO

8.3.1 Adequação dos conteúdos curriculares à língua brasileira de sinais – LIBRAS

A abordagem curricular adotada considera a dimensão social e o compromisso pedagógico que envolve a temática em questão, bem como compatibilizará a exigência do Decreto com os princípios que embasam a organização do Ensino Superior, dispostos nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, Parecer CNE/CES nº 776/1997 e demais normas complementares, em especial, o que expressa o citado parecer. A Língua Brasileira de Sinais será ofertada como disciplina obrigatória na estrutura curricular.

8.3.2 Adequação dos conteúdos curriculares à educação das relações étnico-raciais

Em atendimento à Resolução nº 02/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e também para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, o curso contemplará os conteúdos desenvolvidos na disciplina de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, bem como em atividades de extensão desenvolvidas ao longo do curso.

8.3.3 Adequação dos conteúdos curriculares à política nacional de educação ambiental

A respeito da Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a organização curricular do curso contempla os temas relacionados à educação ambiental através das atividades complementares, promovendo diálogo com demais cursos ofertados pela IES, bem como com diálogo permanente com a comunidade local e regional através dos seus representantes nos setores público e privado e ações de extensão universitária promovidas pelo Comitê Permanente de Gestão e Educação Ambiental – CPGEA. O conteúdo é trabalhado nas disciplinas de Enfermagem em Saúde Coletiva I e II.

8.3.4 Adequação dos conteúdos curriculares à educação em direitos humanos

Em cumprimento à determinação legal trazida pela Resolução CNE/CP nº 01/2012, e entendendo a importância da educação em direitos humanos, a organização curricular do Curso contemplará este assunto dentro das disciplinas de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, Bioética e Exercício Profissional.

8.3.5 Adequação dos conteúdos curriculares aos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista

Em atendimento à Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a temática será trabalhada na disciplina de Processos Pedagógicos em saúde, Psicologia e Enfermagem na Saúde Mental, além dos estágios.

8.3.6 Coerência entre o PPC com as diretrizes curriculares

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá da UNESPAR está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 03/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Enfermagem. Os conteúdos essenciais do Curso de Graduação em Enfermagem condizem com os conteúdos descritos pela referida Resolução. Os conteúdos estão divididos em Formação Geral e Formação Diferenciada.

A matriz curricular está alicerçada nas Diretrizes Curriculares e integrada ao PPC, PDI e PPI da IES, contribuindo para a formação do Enfermeiro com conhecimentos previstos pelas DCNs de um profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo; qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos; capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase no litoral paranaense; identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes; capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania; como promotor da saúde integral do ser humano; e capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá atende ainda ao Decreto nº 5.626/2005, que institui a disciplina de LIBRAS e à Resolução CND nº 1/2004 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; à Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de

Educação Ambiental; e à Resolução CNE nº 01/2002 que prevê a formação interdisciplinar para a Educação em Direitos Humanos.

9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

1º ANO

Disciplina	Anatomia		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Compreensão dos diferentes sistemas do corpo humano e características constitucionais, para o entendimento dos meios propedêuticos necessários para o desenvolvimento de competências para as intervenções de enfermagem.			
Bibliografia Básica: BOGART, B.I. Anatomia e embriologia . São Paulo (SP): Elsevier, 2008. MIRANDA NETO, M. H. MACHADO, T.R. Anatomia humana: Aprendizagem dinâmica . Maringá (PR): Gráfica E Editora Clichetec, 2005. RASCH, P. Cinesiologia e anatomia aplicada . Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2012.			
Bibliografia Complementar: MCMINN, R.M. (Col.) Atlas terramicina de anatomia humana . São Paulo (SP): Pfizer, 1982. MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. Anatomia orientada para a clínica . 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2013. NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana . 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2015. SOBOTTA. Atlas de anatomia humana . 22.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. TORTORA, G. J. Corpo Humano . Porto Alegre: Artmed, 2003. 630p			

Disciplina	Bases Biológicas para Enfermagem		
C/h total	05		
C/h teórica: 04	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Estudo da morfologia macro e microscópica das células, tecidos, órgãos e sistemas, necessários à compreensão do funcionamento do organismo em condições normais, ressaltando os principais aspectos de interesse clínico do enfermeiro. Compreensão da morfologia e fisiologia de microrganismos, necessárias ao desenvolvimento de competências para as intervenções em enfermagem.			
Bibliografia Básica: GRIFFITHS, A. J. F. <i>et al.</i> Introdução à Genética . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 7. ed. 2002. 794p. JUNQUEIRA, L.C.U. & CARNEIRO, J. Histologia Básica . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. TORTORA, G.J. <i>et al.</i> Microbiologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010			
Bibliografia Complementar: ABRAHAMSOHN, P. Histologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016. ALBERTS, B. <i>et al.</i> Fundamentos da biologia celular . Porto Alegre: Artmed, 2011. NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson e Thompson Genética médica . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. ROSS, H., M., PAWLINA, Wojciech. Histologia - Texto e Atlas - Correlações com Biologia Celular e Molecular . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. VIEIRA, T.; GIUGLIANI, R. (Org.). Manual de genética médica para atenção primária à saúde . Porto Alegre: Artmed, 2013. 104 p.			

Disciplina	Bioética e Exercício Profissional de Enfermagem		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: História da enfermagem. Dimensões legais e éticas para o exercício profissional da equipe da enfermagem e seus órgãos regulamentadores e fiscalizadores. Caracterização da bioética enquanto ética aplicada.			

Bibliografia Básica:

BRASIL – Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética de Enfermagem, Código de Processo Ético de Enfermagem.

BRASIL – Lei do Exercício Profissional nº7498 de 25/06/1998

OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. 2. ed. Editora Manole, 2017.

Bibliografia Complementar:

KLINGER, Fontinele Junior. Ética e Bioética em enfermagem, 3. ed. Editora AB, 2007.

GERMANO, Raimunda Medeiros. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil. Editora Cortez, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção a pessoa com deficiência, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de saúde integral da população LGBT, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional; 2014

Disciplina	Fisiologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Conceitos e princípios pertinentes ao funcionamento dos órgãos e sistemas que constituem o organismo humano, com ênfase nos aspectos necessários para o desenvolvimento de competências para as intervenções de enfermagem.			
Bibliografia Básica: TORTORA, G. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003. GUYTON, A. Tratado de fisiologia médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 2002. RYAN, J. P.; TUMA, R. F. Fisiologia. São Paulo: Manole, 2000.			
Bibliografia Complementar: BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. GANONG, W. F. Fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. HOWLEY, E. T.; POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000. KAWAMOTO, E.E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 2003. MCARDLE, W. D; KATCH, F. I ; KATCH, V L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.			

Disciplina	Fundamentos de Sociologia e Antropologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Abordagem sociológica e antropológica das questões de saúde e diversidade cultural no Brasil. Diálogos entre o biológico e o social (natureza/cultura). Diversidade cultural, com ênfase nos temas e problemas emergentes (questões étnicas-raciais; gênero e direitos humanos).			
Bibliografia Básica: COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2011. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. MELO, Lucas P.; GUALDA, Dulce M. R.; CAMPOS, Edemilson H. (Org.). Enfermagem, antropologia e saúde. Barueri: Manole, 2013.			
Bibliografia Complementar: ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. BARATA, Rita B. et al (org.). Equidade e saúde. Contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.			

GERMANO, Raimunda Medeiros. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 5. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011.
NAKAMURA, Eunice *et al.* (Org.). Antropologia para enfermagem. Barueri: Manole, 2009.
SONTAG, Susan G. A doença como metáfora. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Disciplina	Fundamentos de Enfermagem I		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Conceitos teóricos e instrumentos básicos necessários ao desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes para a realização da assistência integral de enfermagem nas necessidades humanas básicas ao indivíduo, família e comunidade, na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017. POTTER, P, <i>et al.</i> Fundamentos de Enfermagem. 9ª ed. Elsevier, 2017.			
Bibliografia Complementar: BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem para a Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016. BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13. edição. Editora Guanabara Koogan, 2016. BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6. ed. Elsevier, 2016. MIYAMOTO MN, <i>et al.</i> Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3. ed. 2016. NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10. ed. Editora Guanabara Koogan, 2016.			

Disciplina	Processos Pedagógicos em Saúde		
C/h total	03		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Política de educação e ensino na área de saúde e enfermagem e a utilização da metodologia de ensino na elaboração de processos educacionais no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Estudo do direito das pessoas com transtorno do espectro autista.			
Bibliografia Básica: COSTA, N. M. S. C. Docência no ensino médico: por que é tão difícil mudar? Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, p. 21 – 30, 2007. RODRIGUES, J. A. <i>et al.</i> Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. Rio de Janeiro, v.37, n.3, p. 333-342 2013. FREITAS; M.A.O; CUNHA; I.C.K.O; BATISTA, S.H.S.S. ROSSIT, R.A.S. Docência em saúde: percepções de egressos de um curso de especialização em Enfermagem. Interface (Botucatu). v.20, n.57, p. 427-36. 2016			
Bibliografia Complementar: BERBEL, N. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.2, 1998. AQUILANTE, A. G; SILVA, R. F; AVÓ, L. R. S; GONÇALVES, F. G. P; SOUZA, M. B. B. Situações-problema simuladas: uma análise do processo de construção. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, n.2, p.147 – 156, 2011 ANGELI, A. O; LOUREIRO, S. R. A aprendizagem baseada em problemas e os recursos adaptativos de estudantes do curso médico. Rev. Bras. Edu. Méd., Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 32-41, 2001. LIMA. G.Z; LINHARES, R.E.C. Escrever bons problemas. Rev. Bras. Edu. Méd., v.32, n.2, p. 197 – 201, 2008 NOGUEIRA, V.S.; PIZZI, J. As coreografias didáticas como horizonte de sentido para as práticas			

pedagógicas. Revista Temática. n.6, p.192-201, jun., 2014

Disciplina	Enfermagem na Saúde Coletiva I		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Construção histórica das políticas públicas e modelos de atenção à saúde tendo como foco o processo saúde-doença, como base a assistência de enfermagem para a promoção a saúde, prevenção e controle das doenças na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências. SOARES, C.S.,CAMPOS, C.M.S.,. Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.			
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. CAMPOS, G.W.S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. 968 p. FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014. FIGUEIREDO NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012. MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011.549 p.			

Disciplina	Interpretação e Produção da Escrita		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Análise das condições de produção de texto referencial. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de resumos, esquemas e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos de livros. Sintaxe: concordância nominal e verbal. Redação técnica oficial e comercial.			
Bibliografia Básica: FÁVERO, L. L. Coesão e Coerência Textuais . 11.ed. São Paulo: Ática, 2006. GERALDI, J. W. O texto na sala de aula . 4 ed. São Paulo: Ática, 2006. PAULINO, G.; WALTY, I. FONSECA, M.N.; CURY, M.Z. Tipos de textos, modos de leitura . Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.			
Bibliografia Complementar: ANDRADE, M. L. C. V. O. Resenha . São Paulo: Paulistana, 2006. KOCH, I. G. V. A coesão textual . 8. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa). KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual . 5.ed. São Paulo: Contexto, 1993. (Repensando a Língua Portuguesa).			

2º ANO

Disciplina	Psicologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Compreensão dos fatores e fenômenos psicossociais no processo de desenvolvimento humano, na saúde-doença e abordagem à família e pacientes sem possibilidades de cura. Relações interpessoais, trabalho em equipe e autoconhecimento necessários à prática da enfermagem. Estudo do direito das pessoas com transtorno do espectro autista.			
Bibliografia Básica: BOCK, A. M. B. <i>et al.</i> Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo, 2001. BRAGHIROLI, Elaine Maria <i>et al.</i> Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001. DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. São Paulo: Makron Books, 2000.			
Bibliografia Complementar: RAPPAPORT, C. R. Teorias do Desenvolvimento: Conceitos Fundamentais. São Paulo: EPU, 1981. RUDNICKI, T.; SANCHEZ, M. M. Psicologia da Saúde: a Psicologia da Saúde: a prática de terapia cognitivo prática de terapia cognitivo comportamental em hospital geral. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014. SENN, S.R.C.M. & Dessen, M.A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28(1), 101-108 GORAYEB, R. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.			

Disciplina	Fundamentos de Enfermagem II		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Implementação de habilidades, competências e atitudes para o planejamento e intervenções de enfermagem na assistência integral às necessidades humanas básicas no cuidado ao indivíduo, família e comunidade, na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017. POTTER, P, et al. Fundamentos de Enfermagem. 9. ed. Elsevier, 2017.			
Bibliografia Complementar: BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem Para A Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016. BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13. ed. Editora Guanabara Koogan, 2016. BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6. ed. Elsevier. 2016. MIYAMOTO MN, <i>et al.</i> Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3. ed. 2016. NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10. ed. Editora Guanabara Koogan. 2016.			

Disciplina	Enfermagem em Saúde Coletiva II		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Estruturação do saber e das práticas de enfermagem em saúde coletiva; resgate dos modelos de atenção à saúde com ênfase na vigilância em saúde, Programa Nacional de Imunização, estratégia saúde da família (ESF), tomando como referência o controle social, a integralidade e as linhas de cuidado do SUS.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.			

BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.

SOARES, C.S., CAMPOS, C.M.S., Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CAMPOS, G.W.S. tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo. Hucitec, 2012. 968 p.

FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014.

Figueiredo NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012.

MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011.549 p.

Disciplina	Enfermagem em Saúde Mental		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA:			
Estudo da Política Nacional de Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial. Promoção à saúde mental. Fatores e comportamentos de risco para o adoecimento mental. Cuidado de enfermagem sistematizado em nível individual e coletivo, domiciliar e institucional em todo ciclo de vida.			
Bibliografia Básica:			
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.			
SADOCK, B. J.; SADOCK, V.A. Compêndio de psiquiatria. Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 9.ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.			
TOWNSEND, M. C.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados. 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
ESPINOSA, A F. Psiquiatria (Guia). Rio de Janeiro: McGraw- Hill, 2000.			
JAYRES, M. Psicopatologia Geral. Vol., I e II. São Paulo: Atheneu, 2000.			
PAYVA, L. M. Medicina Psicossomática e Psicopatologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			
REIS, S.P. Psicologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenológica. São Paulo: Atheneu, 2000.			
SPOERRI, T. H. Manual de Psiquiatria, fundamentos da clínica. São Paulo: Atheneu, 2000.			
NETTINA, M.S. Prática de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1999.			

Disciplina	Epidemiologia		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA			
Conhecimento de métodos e técnicas de abordagem epidemiológica e fatores determinantes do processo saúde-doença como ferramenta do planejamento em saúde. Bases da epidemiologia descritiva, medidas de saúde coletiva, sistemas de informação em saúde. Vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.			
Bibliografia Básica:			
MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2006.			
PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.			
ROUQUAYROL, Maria Zélia: ALMEIDA FILHO, Naomar de. Introdução à Epidemiologia. 4.ed. Guanabara Koogan, 2006.			

Bibliografia Complementar:

CASTIEL, L.D. A medida do possível, saúde, risco e tecno biociência. Ed. Fiocruz, 1999.
REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.
VIANA, Sólton Magalhães., [et.al.]. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.
SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da Epidemiologia em serviço: uma avaliação de desempenho do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Campinas, SP: [s.n.], 2004.
SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2002.

Disciplina	Farmacologia Aplicada à Enfermagem		
C/h total	03		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Conhecimento da farmacologia e terapêutica clínica e suas relações com os sistemas biológicos para a utilização adequada na assistência de enfermagem. Cuidado de enfermagem na terapia medicamentosa.			
Bibliografia Básica:			
BRUNTON, L.L; Chabner BA; KNOLLMANN B.C. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12.ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2012.			
RANG, H. P.; et al. Farmacologia. 7.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.808 p.			
SILVA, P. Farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010. 1352 p.			
Bibliografia Complementar:			
ALBERTS, B., et al. Biologia Molecular da Célula. 5.ed. Porto Alegre, Artmed, 2010. 1396 p.			
GUYTON, A. C, HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11. ed., Rio de Janeiro: Elsevier., 2006.			
KATZUNG, B.G.; MASTERS S.B; TREVOR A.J. Farmacologia Básica e Clínica. 12. ed. Rio de Janeiro. McGraw-Hill, 2014. 1228 p.			
LOPES C.L.; Tratado de Clínica Médica. São Paulo. ROCA, 2006. 5366 p.			
SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda. Brunner e Suddarth tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			

Disciplina	Enfermagem em Saúde do Adulto I		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adulto com foco nas doenças crônico-degenerativas, mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução das doenças, fatores de risco, causas, tratamentos e assistência de enfermagem. Diretrizes, informação, avaliação e monitoramento na prevenção, recuperação e reabilitação em saúde em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			
SMELTZER, Suzanne C.; BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.			
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).			
Bibliografia Complementar:			
DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002.			
DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996.			
DÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.			
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.			
HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.			

HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.

Disciplina	Gerenciamento em Enfermagem		
C/h total	04		
C/h teórica: 03	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Políticas que norteiam o processo de trabalho nas instituições de saúde e nos serviços de enfermagem e as propostas assistenciais. Concepções teóricas e instrumentos para o planejamento em saúde e gerência dos serviços de enfermagem. Competências e habilidades para a gestão da qualidade e segurança em saúde e enfermagem.			
Bibliografia Básica: BESSIE & HUSTON, Carol. Administração e Liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4. ed. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2005. MARQUIS, Bessie L & HUSTON, Carol J; trad. Regina Machado Garcez e Eduardo Schaan. Administração e Liderança em Enfermagem.: teoria e aplicação. 2. ed. Porto Alegre; Artmed, 1999. KURCGANT, Paulina <i>et al.</i> , Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.			
Bibliografia Complementar: BARTMANN, Mercilda; KRAUSER, Lucia Toyoshima; TULIO, Ruth. Administração na Saúde e na Enfermagem. São Paulo: Senac Nacional, 2005. CUNHA, K. C. (Coord.). Gerenciamento na enfermagem: novas práticas e competências. São Paulo: Martinari, 2005. NICOLA, Anair Lazzari; ANSELM, Maria Luiza. Dimensionamento de Pessoal de enfermagem em um hospital universitário. Rev. Bras. Enferm 2005 mar – abr.; 58 (2): 186 – 90. CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo: Ma GRAW HILL, 1979. VOL. I e II. MOTTA, Ana Letícia Carnevalli. Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Operadoras de Planos de Saúde. São Paulo: latria, 2003 http://novo.portalcofen.gov.br/ http://www.coren-ro.org.br/site/			

Disciplina	Língua Brasileira de Sinais		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural. Bilinguismo e educação de surdos: diretrizes legais e político-pedagógicas. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais : teoria e prática para assistência da enfermagem na rede de atenção à saúde.			

3º ANO

Disciplina	Enfermagem na Saúde do Adulto II		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo das patologias clínicas que afetam fisiopatologicamente os diversos sistemas corpóreos em adultos. Cuidado de enfermagem sistematizado ao indivíduo, família e comunidade, com foco nas necessidades humanas básicas, em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: SMELTZER, Suzanne C. BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998. BARROS, Elvino.; <i>et al.</i> Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).			
Bibliografia Complementar: DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002. DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996. ÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001. BARROS, Elvino.; <i>et al.</i> Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.			

HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.
HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.

Disciplina	Enfermagem na Saúde do Idoso		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção à Saúde do Idoso e o processo saúde-doença no envelhecer humano. Cuidado de enfermagem sistematizado em nível individual e coletivo, domiciliar e institucional da pessoa idosa, sadia ou em adoecimento na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde. Cadernos de Atenção Básica da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2006. PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002. PAPALÉO NETO, Matheus. Velhice ou Terceira Idade? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.			
Bibliografia Complementar: EAUVIOR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. ELIOPUOLUS, Charlotte. Enfermagem Gerontológica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002. PAPALÉO NETO, Matheus. Como cuidar de idosos. Campinas: Papirus, 1996			

Disciplina	Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e as diretrizes nacionais de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens com foco na promoção, proteção e recuperação da saúde. Mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução das doenças na infância e na adolescência, fatores de risco, causas, tratamentos e assistência de enfermagem.			
Bibliografia Básica: COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R. G.; VIEIRA, C. S. Manual de enfermagem em pediatria. 2. ed. Goiânia: AB, 2010. FUJIMORI, E; OHARA, C.V.S. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009. KYLE, Terri. Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, José Luiz T e GOMES, João André C. Manual de Imunizações. Rio de Janeiro: ENSP/ Fiocruz, 2006. AMARAL, João Joaquim Freitas do; PAIXÃO, Antônio Carvalho da. Manual para Capacitação da Graduação, Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância. OMS/OPAS/MS, 2004. BOHER, Mauro Silva de Athayde. Rotinas em Pediatria. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997. SEGRE, Conceição Aparecida de Matos. Pediatria – Diretrizes Básicas Organização de Serviços. São Paulo: Sarvier, 2001. WHALEY, Sucille F. WONG, Dorme. Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Interação Efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.			

Disciplina	Metodologia da Pesquisa em Enfermagem		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Caminhos metodológicos e científicos na estruturação de um projeto de pesquisa. Estudo dos métodos nas abordagens de pesquisa aplicadas na enfermagem.			
Bibliografia Básica: LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo:			

Atlas, 2010.

MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.

HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Disciplina	Enfermagem em Saúde da Mulher		
C/h total	0		
C/h teórica: 04	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Cuidado de enfermagem sistematizado à mulher em todo ciclo de vida e ao recém-nato, com foco na promoção à saúde, prevenção de doença, tratamento e reabilitação na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			
BASTOS, Álvaro da Cunha. Ginecologia. São Paulo: Atheneu, 2006.			
BEREK, Jonathan S. Berek & Novak: Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.			
FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nadia Zanon. Enfermagem e Saúde da Mulher. São Paulo: Manole, 2013. FREITAS, Fernando. (org.). Rotinas em ginecologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
CARPENITO-MOYET, L. J. Manual de Diagnóstico de Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.			
CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed, 2011. Ginecologia. Barueri/SP: Manole, 2009.			
GUYTON, A. C. Fisiologia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
JOHNSON, Marion. Ligações Nanda, NOC e NIC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.			
NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.			

Disciplina	Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo da Política Nacional de Atenção às Urgências. Mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução de agravos agudos, fatores de risco, causas e tratamentos. Cuidado de enfermagem sistematizado em situações críticas em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			
AZEVEDO, Edjane Guerra de. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. AB Editora, 2009.			
CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M. Nunes W. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo: Atheneu; 2011.			
MOOCK, M. Basile Filho A. Casos clínicos em terapia intensiva. São Paulo: AMIB, 2014.			
Bibliografia Complementar:			
GOMES, Alice Martins. Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva. EPU, 2008.			
KNOBEL, E. et. al. Condutas no paciente grave. São Paulo: Atheneu; 2006. 2vls.			
PESSINI, L. Distanásia: até quando prolongar a vida. São Paulo: Loyola; 2007. PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Loyola, 2014.			

SWERINGER, P. L.; KEEN, J. H. Manual de Enfermagem no cuidado crítico: Intervenções em enfermagem e problemas colaborativos. Porto Alegre: Artmed; 2005.

Disciplina	Enfermagem no Cuidado Perioperatório		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Conceitos teóricos e instrumentos necessários ao desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes para o planejamento e intervenções de enfermagem na assistência integral à indivíduos no pré, trans e pós-operatório, no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Atuação do enfermeiro no reprocessamento de artigos de saúde.			
Bibliografia Básica: AlmeidaM. C. de, SilvaN. C. da, & SabinoA. da S. (2019). Enfermagem perioperatória e sua inserção nos planos de ensino das universidades. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 11(11), e500. https://doi.org/10.25248/reas.e500.2019 SMELTZER, S. C. ; BARE B.G. <i>Tratado de enfermagem médico-cirúrgica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			
Bibliografia Complementar: Guido LA, Goulart CT, Brum CN et al. Cuidado de enfermagem perioperatório: revisão integrativa de literatura J res.: fundam. care. online 2014. out./dez. 6(4):1601-1609 Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização - SOBECC. Práticas recomendadas SOBECC: centro cirúrgico, recuperação anestésica e centro de material e esterilização. 5. ed. São Paulo: SOBECC; 2009. Carvalho R, Bianchi ER. Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação. Barueri: Manole; 2007.			

4º ANO

Disciplina	Estágio Supervisionado em Enfermagem		
C/h total	300		
C/h teórica:	C/h prática: 300	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Aplicação dos conhecimentos acerca do cuidado nos diferentes ciclos de vida e gerenciamento de unidades de enfermagem e recursos no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Implementação do planejamento em saúde como instrumento do processo de trabalho gerencial em enfermagem.			
Bibliografia Básica: DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
Bibliografia Complementar: ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010. CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed. 2011. NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2012 – 2014. Porto Alegre: Artmed, 2012. PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013. PESSINI, L. Humanização e Cuidados Paliativos. São Paulo: Loyola. 2014.			

Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Implementação do projeto de pesquisa e conclusão/apresentação de artigo científico			
Bibliografia Básica:			
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.			
HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007.			
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.			

10 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

10.1 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa é o processo de produção de conhecimento adotando-se uma metodologia específica na busca de respostas a questões. Na UNESPAR ela se orienta numa perspectiva ética, posto que o pesquisador possui uma responsabilidade social em relação a sua produção. O conceito de Universidade está ligado à produção do conhecimento, porém o estímulo à curiosidade e à criatividade não pode se limitar a projetos específicos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação.

As atividades pedagógicas desenvolvidas pelo curso buscam estimular a investigação em quaisquer dos níveis de formação. Se a pesquisa se articula com o ensino, uma vez que para produzir um novo conhecimento se manipula conhecimentos anteriormente já produzidos, ela também deve estar articulada com a extensão.

A política para a pesquisa na UNESPAR está voltada para a geração de conhecimento e tecnologia em todos os campos do saber e sua disseminação em padrões elevados de qualidade, seja através do ensino, publicações técnicas e científicas, ou outras formas de divulgação, e que atendam às demandas sociais locais, regionais e nacionais. Esses objetivos serão atingidos pelo fortalecimento da pesquisa, com ênfase na consolidação de Grupos de Pesquisa, entendidos como células iniciais para a definição e fortalecimento das áreas de pesquisa, mas também desenvolvida em projetos individuais.

A pesquisa deve estar contemplada na trajetória de formação acadêmica dos discentes como atividade acadêmica complementar. Para tanto, a UNESPAR busca constantemente uma maior participação dos acadêmicos em atividades de pesquisa, no âmbito dos Centros.

São prioridades as seguintes políticas de pesquisa: fortalecimento dos Programas de Iniciação Científica; Socialização e divulgação dos trabalhos desenvolvidos e resultados obtidos; fomento às iniciativas inovadoras de pesquisa e o apoio à promoção e participação em eventos científicos, à realização de traduções e incentivo às publicações, especialmente através da editora da instituição; Registro de propriedade intelectual; formação de parcerias e convênios de pesquisa entre a Universidade e a comunidade; integração entre os *campi* e outras instituições para otimizar a distribuição de pessoal e uso de recursos materiais e infraestrutura; ampliação de programa de bolsas de iniciação científica por meio de integração à iniciativa privada, além das instituições públicas; fortalecimento dos órgãos internos de apoio à pesquisa; apoiar a realização e participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e culturais, para apresentação de trabalho ou a interesse da instituição.

10.2 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A extensão na UNESPAR tem como objetivo a articulação com diferentes atores sociais, buscando a difusão e a disseminação do conhecimento dos saberes científicos e populares, da informação e da cultura, tornando-os acessíveis à sociedade em geral e fazendo deles instâncias sociais críticas de modificação social e pedagógica.

A extensão vem ocupando cada vez mais espaço nas políticas públicas, e existem perspectivas de investimento em projetos de extensão, tanto por parte do Governo Federal quanto do Estadual. Numa concepção crítica e emancipatória, a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social.

A política de extensão e cultura da UNESPAR está orientada pelos compromissos de: promover o diálogo entre o saber científico produzido na Universidade e os saberes leigos, populares e tradicionais provindos de diferentes culturas; intervir na solução de problemas sociais e ambientais existentes na região, voltados a: direitos humanos, terceira idade, medicina preventiva, formação continuada, egressos de estabelecimentos penais, pessoas com necessidades especiais, infância e adolescência, gestão e educação ambiental, a fixação do homem no campo: transferência de tecnologia, agroecologia; promover a utilização de recursos físicos, técnicos e tecnológicos para ampliar a qualidade da educação continuada; proporcionar atividades de produção, preservação e divulgação artístico cultural; valorizar os programas de Extensão *intercampi*, interinstitucionais, por intermédio de redes ou parcerias e atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional; ampliar os canais de comunicação e divulgação com a comunidade interna e externa.

11 CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Willian Augusto de Melo	Enfermagem (UNESPAR)	Doutor em Ciências da Saúde (UEM); Mestre em Enfermagem (UEM); Especialista em Administração Hospitalar (UNOPAR) e em Educação Profissional na Área de Saúde (ENSP/UEM)	20	TIDE

A coordenação do curso será exercida pró-tempore pelo professor Doutor Willian Augusto de Melo, atualmente lotado no Colegiado de Enfermagem do *campus* de Paranavaí até a aprovação e início de funcionamento do curso.

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho

Para início de funcionamento do curso, a proposta prevê a contratação de 25 novos professores, sendo contratados inicialmente por Professores com contrato temporário através do Processo Seletivo Simplificado até a realização do concurso público, com titulação de pós-graduação *stricto sensu* - doutorado, conforme deliberação do Conselho Universitário da Instituição (ANEXO IV).

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Graduados: 0

Especialistas: 0

Mestres: 0

Doutores: 25

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

No Curso de Enfermagem o Núcleo Docente Estruturante (NDE), foi instituído pela Portaria 011/2020 e é constituído pelos professores UNESPAR: Doutora Denise Maria Vaz Romano França; Doutora Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli (professora convidada – UNESPAR – Campus de Paranavaí); Doutora Rosineide Maria Batista Cirino; Doutor Sebastião Cavalcanti Neto; Doutor Willian Augusto de Melo (professor convidado – UNESPAR – Campus de Paranavaí). Também fazem parte os profissionais de saúde representantes da sociedade organizada do Litoral Paranaense: Juliane Carla Lievore (Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos); Kelly Regina Durski Pinheiro (1ª Regional de Saúde); Leovaldo Bonfim Pinto (1ª Regional de Saúde); e Vanessa Santos (Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá).

O Núcleo Docente Estruturante será constituído, quando da aprovação do curso e contratação dos docentes, por um conjunto de professores do curso de graduação ao qual se vinculam, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Este núcleo reúne-se, ordinariamente, no início e no final de cada semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Compete ao NDE:

- Planejar e elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em consonância com a legislação nacional e institucional relativas à criação, reconhecimento, avaliação e validação do Curso;
- Implantar e viabilizar a execução do Projeto Pedagógico do Curso, propondo ao Colegiado as alterações que se fizerem necessárias;
- Revisar e atualizar anualmente o Projeto Pedagógico do Curso;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Coordenador do Curso, praticados ad referendum do NDE;
- Exercer outras atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de suas competências.

12 INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O espaço físico geral utilizado pelo Curso de Enfermagem - *Campus* de Paranagua será disponibilizado para atender às necessidades dos professores e alunos e do próprio curso, permitindo bem-estar e qualidade na realização das atividades acadêmicas e técnico-administrativas e compreenderá:

- Sala destinada aos encontros entre o Diretor do campus e diretores de Centro de Área e Coordenadores de Curso.
- Sala destinada aos diretores de Centro de Áreas com espaço adequado para reuniões com os respectivos coordenadores de curso.
- Sala da coordenação com espaço adequado para reuniões do Colegiado do Curso e/ou Núcleo Docente Estruturante e Atendimento Acadêmico.
- Salas de aula para as respectivas turmas equipadas com projetor multimídia.
- Mini auditório equipado com recursos audiovisuais e internet adequada para exibição de filmes ou vídeos temáticos relacionados ao curso.
- Centro de eventos adequado para a realização de eventos oficiais do curso, Semana de Enfermagem, Simpósio de Enfermagem e Cerimônia de Colação de Grau.
- Biblioteca com espaço para área de estudos e atividades didática pedagógica.
- Área de convivência para acadêmicos.
- Anfiteatro destinado às atividades do Diretório do Centro Acadêmico (DCE).
- Laboratório de Enfermagem com materiais e equipamentos necessários as diversas aulas práticas relacionadas a formação do Enfermeiro.
- Laboratório de anatomia.
- Laboratórios da área de ciências biológicas adequados as práticas da disciplina de Citologia, Histologia e Genética Humana.

13. ANEXOS:

ANEXO I

REGULAMENTO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ENFERMAGEM

TÍTULO I

Das Práticas e do Estágio de:

- a. Prática de Fundamentos em Enfermagem I
- b. Prática de Fundamentos em Enfermagem II
- c. Prática de Enfermagem em Saúde coletiva I
- d. Prática de Enfermagem em Saúde coletiva II
- e. Prática de Processos Pedagógicos em saúde
- f. Prática de Epidemiologia
- g. Prática de Enfermagem em Saúde da Criança e do Adolescente.
- h. Prática de Enfermagem em Saúde da Mulher
- i. Prática de Enfermagem em Saúde Mental
- j. Prática de enfermagem em Saúde do Idoso
- k. Prática de Farmacologia Aplicada a Enfermagem
- l. Prática de Enfermagem em Saúde do Adulto I
- m. Prática de Enfermagem em Saúde do Adulto II
- n. Prática de Enfermagem no Cuidado Perioperatório
- o. Prática de Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico
- p. Prática de Gerenciamento em Enfermagem
- q. Estágio Supervisionado em Enfermagem.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Neste regulamento, entende-se como atividades práticas e estágio:

- a) Atividades práticas toda e qualquer atividade desenvolvida pelo ou com o estudante no percurso de sua formação, sob a responsabilidade da instituição formadora, cujo objetivo seja o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com o exercício profissional da enfermagem, desenvolvidas em laboratórios específicos ou instituições de saúde, conforme Resolução 441 de 2013 do Conselho Federal de Enfermagem.
- b) Estágio curricular supervisionado é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

Art. 2º - As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR, abrangerá todas as disciplinas constantes no título I, letras A a Q.

Art. 3º - As práticas e estágios supervisionados do Curso de Enfermagem desta Instituição de Ensino Superior serão regidos por este regulamento e pelo Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Paraná vigente.

Parágrafo único – As práticas e os estágios serão realizados através de atividades relacionadas com o respectivo curso e/ou habilitação em situações semelhantes àquelas que encontrarão na vida profissional.

Art. 4º - A prática e/ou estágio supervisionado pertinente a cada disciplina, estabelecido conforme currículo, é obrigatório e terá caráter eminentemente prático.

Art. 5º - As práticas e os estágios deverão ser cumpridos nesta Instituição de Ensino Superior ou nas instituições de saúde disponíveis e previamente conveniadas, conforme escolha do respectivo orientador com anuência do coordenador do curso e/ou coordenador de estágio.

Art. 6º - Para o planejamento e execução de prática e/ou estágio nas diversas disciplinas, deve-se considerar a proporcionalidade do número de estagiários por supervisor com respeito ao nível de complexidade da assistência ao paciente e em concordância com as normas das instituições concedentes, que limitam em média à cinco o número de acadêmicos por grupo para execução das atividades.

Parágrafo único - A responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, alternativamente, deverá ser assumida pela instituição de ensino

Art. 7º - As práticas e/ou estágios de disciplinas teórico-prático, poderão incorrer em uma jornada de até 40 (quarenta) horas semanais. Conforme Art. 10 da Lei 11.788/2008.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E ESTÁGIOS

Art. 8º - A prática e o estágio supervisionado do Curso de Enfermagem será constituído por:

- a) Coordenador do Colegiado do curso de Enfermagem
- b) Coordenador de Estágio (se aplicável)
- c) Professor/orientador da disciplina
- d) Acadêmicos

Art. 9º - O Coordenador de Estágio (se aplicável), responsável pelas práticas e estágios será eleito a cada dois anos, através do voto secreto dos professores do Colegiado de Enfermagem.

Parágrafo único – O professor, para se candidatar à vaga de Coordenador de Estágio do Curso de Enfermagem (se aplicável), deve supervisionar prática e/ou estágio do Curso, deverá pertencer ao Curso de Enfermagem e possuir formação de nível superior da área de Enfermagem.

Art. 10º - Somente podem ser orientadores/supervisores de práticas e/ou estágios, docentes enfermeiros da UNESPAR, respeitada a sua área de formação, experiência profissional e as peculiaridades do campo de trabalho em que se realiza o estágio, conforme parágrafo único do Artigo 36 pertencente ao Regulamento Geral do Estágio da UNESPAR.

Art. 11º - Os acadêmicos deverão estar devidamente matriculados na disciplina de prática e/ou estágio supervisionado do curso de Enfermagem.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12º - São atribuições do Coordenador do colegiado do Curso de Enfermagem e/ou Coordenador de Estágio (se aplicável), no tocante às práticas e estágios supervisionados:

- a- Convocar e realizar reuniões com os orientadores para estabelecer as particularidades de cada prática e/ou estágio, ou sanar divergências existentes.
- b- Coordenar as atividades e supervisionar a realização das práticas e estágios.
- c- Estabelecer contatos com as instituições e respectivas direções visando a realização das práticas e estágios.
- d- Dar assistência regular aos orientadores das práticas e estágios a nível funcional e, dentro do possível, a nível material, de acordo com o plano de ação apresentado antecipadamente.
- e- Solicitar e recolher os projetos de prática e/ou estágios das disciplinas anteriormente relacionadas junto ao Plano de Ensino e; com prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, recolher o cronograma definitivo de práticas e/ou estágio, com finalidade de viabilizar o cumprimento do plano de ação.
- f- Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO IV DA

ORIENTAÇÃO

ATRIBUIÇÕES GERAIS

Art. 13º – Ao professor orientador compete:

- a- Elaborar um projeto de prática e/ou estágio, onde deverá conter: a relação dos acadêmicos; a divisão por equipes; o período e horário de realização; método de avaliação; nome da entidade desejada; e outros meios e dados que achar necessário

para a realização da prática e/ou estágio, além de expor os pontos essenciais e seus objetivos, de forma a não deixar dúvidas ao acadêmico;

- b- Para o cumprimento de carga horária e do conteúdo previsto para cada disciplina, cabe ao orientador apresentar o projeto de prática e/ou estágio definitivo ao Coordenador no prazo de no máximo 30 (trinta) dias após o início do ano letivo;
- c- O projeto de prática e/ou estágio elaborado pelo orientador, deverá ser apresentado em reunião de colegiado para apreciação quanto aos objetivos, conteúdo programático e à carga horária, previstos no Plano de Ensino de cada disciplina, para posterior aprovação;
- d- Orientar, acompanhar e avaliar efetiva e permanentemente os acadêmicos em suas atividades, nas diversas fases da prática e/ou estágio;
- e- Estabelecer prazo para apresentação dos trabalhos finais relativos às práticas e estágios, conforme calendário acadêmico;
- f- Avaliar em tempo hábil a situação do acadêmico, considerando os respectivos pesos atribuídos a cada etapa;
- g- Comparecer às reuniões convocadas pelo Coordenador;
- h- Solicitar a assistência do Coordenador sempre que a situação exigir;
- i- Desempenhar com imparcialidade a função de orientador, respeitando os princípios éticos e legais da profissão no ensino;
- j- Cumprir e fazer cumprir as cláusulas contidas nos convênios firmados com as instituições e o presente regulamento.

CAPÍTULO V DO

ACADÊMICO

DIREITOS E DEVERES EM GERAL

Art. 14º – A todo acadêmico do Curso de Enfermagem desta IES, assistem os seguintes direitos e deveres, no tocante à prática e ao estágio, bem como aqueles assegurado pelo Regimento e pela Lei:

DIREITOS:

- a. Dispor de orientação precisa e, dentro do possível, material básico necessário à execução de suas atividades;
- b. Contar com a supervisão efetiva e permanente do respectivo professor orientador;
- c. Ser esclarecido sobre as normas vigentes a respeito das práticas e/ou estágios;
- d. Solicitar a atuação do Coordenador sempre que fizer necessário;

DEVERES:

- a. Comparecer obrigatoriamente ao local da realização das práticas e/ou estágios, nos horários determinados, devidamente uniformizado, identificados com crachá da IES e portando os materiais exigidos conforme as especificidades de cada prática e/ou estágio;
- b. Acatar as normas gerais dos estabelecimentos concedentes o que for estipulado pela direção do mesmo;
- c. Conduzir-se, no decorrer das práticas e/ou estágios, com ética e dignidade, respeito e espírito de cooperação, contribuindo em todos os momentos, para a preservação de um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades educativas;
- d. Cumprir as atividades previstas no projeto de práticas e/ou estágio e demais recomendações do orientador;
- e. Entregar os trabalhos científicos ao orientador para avaliação, dentro do prazo previamente determinado;
- f. Cumprir o presente regulamento e as determinações pertinentes emanadas dos órgãos competentes.

CAPÍTULO VI DOS OBJETIVOS

Art. 15º– As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem têm por objetivo:

- a. Proporcionar aos acadêmicos a orientação e desenvolvimento de habilidades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos fundamentais para o exercício da profissão de enfermeiro;
- b. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho;
- c. Ampliar as experiências dos acadêmicos através do desenvolvimento de tarefas cada vez mais complexas, tendo em vista a aquisição de segurança e a capacitação para execução do trabalho relacionado com a assistência à promoção, prevenção e recuperação da saúde;
- d. Oportunizar ao acadêmico, conhecimentos gerenciais, técnico-científicos, legais e éticos dos cuidados de enfermagem, prestados aos pacientes nas diversas áreas de atuação.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DAS FASES DA PRÁTICA E DO ESTÁGIO

Art. 16º– As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem serão realizados em 03 (três) fases distintas:

- 1ª - Orientação (ou fase preparatória)
- 2ª - Prática e/ou estágio propriamente
- ditos 3º - Relatórios/Trabalho científico

Parágrafo 1º - A primeira fase consiste em orientar o acadêmico fora e dentro do estabelecimento, onde serão demonstrados todas as fases e aspectos das práticas e estágios, bem como o reconhecimento das instalações e dos profissionais pertencentes ao setor onde serão desenvolvidas as atividades;

Parágrafo 2º - A prática e o estágio propriamente ditos (2ª fase), serão realizados com o acompanhamento do professor orientador, no campo de atuação previamente determinado e abrangerá todas as atividades inerentes à disciplina, de acordo com o projeto de práticas e/ou estágio.

Parágrafo 3º - Os trabalho científicos deverão conter todos os itens previamente estabelecidos pelo orientador.

CAPÍTULO II DA AVALIAÇÃO

Art. 17º – O acadêmico do Curso de Enfermagem será considerado aprovado se obtiver média ponderada igual ou superior a 7.0 (sete), e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 18º – Cada acadêmico será avaliado com nota de zero a dez, de acordo com o método de avaliação apresentado nos projetos de práticas e estágios supervisionados e planos de ensino da disciplina.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º– Este regulamento poderá ser modificado no todo ou em parte pelo Colegiado de Curso.

Art. 20º – O presente regulamento de prática e estágios supervisionados do Curso de Enfermagem, entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso, tornando sem efeitos os atos anteriores que tratam dos assuntos pertinentes às práticas e estágios supervisionados.

Aprovada -----/----/---- NDE

ANEXO II

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

CAPÍTULO I – DA CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou curso de graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação cuja exigência é requisito essencial e obrigatório para a obtenção do diploma.

Parágrafo 1º - Entende-se por atividades acadêmicas aquelas que articulam e inter-relacionam os conteúdos das disciplinas estudadas com as experiências cotidianas, dentro e fora das instituições, para ratificar, retificar e/ou ampliar o campo de conhecimento.

Art. 2º - O TCC será desenvolvido por meio da Disciplina de Seminário de Orientação do Trabalho de conclusão de curso, que subsidiará orientação básica aos alunos em fase de iniciação do projeto/artigo do TCC,

Parágrafo 1º - A carga horária desta disciplina será de 60 (sessenta) horas, desenvolvidas durante um ano letivo;

Parágrafo 2º - A avaliação da disciplina de Seminários será assim distribuída:

-Avaliação do 1º bimestre- entrega do projeto de pesquisa finalizado e cadastrado no comitê de ética em pesquisa com seres humanos, se for pesquisa que envolvam seres humanos, dentro das normas e padrões pre definidos na disciplina;

-Avaliação do 2º bimestre – o orientador deverá entregar, por meio de formulários próprios, para o docente da disciplina de Seminários do TCC em data pré estipulada pelo calendário acadêmico, os acompanhamentos e orientações realizadas e a avaliação bimestral para que o mesmo possa fazer a média (nota do orientador e nota do docente da disciplina de Seminários) e lançá-las no livro de chamada.

-Avaliação do 3º bimestre-responsabilidade da pré-banca, definida anteriormente pelo docente da disciplina de Seminários do TCC, sendo exigido do acadêmico apresentação por escrito, em três vias e oral dos itens - Introdução, Metodologia, Resultados preliminares e Referencias;

-Avaliação do 4º bimestre- responsabilidade da banca pré definida pelo docente da disciplina de Seminários do TCC, sendo exigido do acadêmico apresentação por escrito, em três vias e oral dos itens - Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão, Considerações finais e Referencias nas normas.

Parágrafo 3º - O TCC deverá ser elaborado de forma individual ou em dupla, sendo a decisão tomada de comum acordo com acadêmico, docente da disciplina e dos orientadores.

Art. 3º - A elaboração do TCC implicará em rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar , contudo , o nível de graduação.

Art. 4º - São objetivos do TCC:

- I- oportunizar ao acadêmico a iniciação à pesquisa;
- II- sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;
- III- garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional,

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná



inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional.

PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



CAPÍTULO II – DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 5º - O TCC, integrante do currículo pleno do curso de graduação em Enfermagem, é por este regulamento aprovado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Art. 6º - O coordenador do TCC será o docente que assumir a disciplina de Seminário do trabalho de conclusão de curso.

Art. 7º - A Coordenação do TCC compete:

- I- elaborar, anualmente, o Calendário de todas as atividades relativas ao TCC , em especial o cronograma das defesas;
- II- receber e controlar, juntamente com os professores orientadores, a frequência e avaliação do acadêmico na execução do TCC;
- III- convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e alunos orientandos;
- IV- indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;
- V- indicar, para a aprovação do Colegiado de Enfermagem, as bancas examinadoras dos TCC;

Art. 8º - Ao professor orientador compete:

- I- O TCC será desenvolvido sob a orientação, preferencialmente, de um professor do Curso de Enfermagem ou, após aprovação do docente da disciplina de Seminários do TCC de Curso professor que compõe o Centro de Ciências da Saúde da universidade;
- II- O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte da carga horária dos professores à atividade de orientação , na forma prevista nas normas internas da UNESPAR;
- III- Cabe ao docente da disciplina de Seminários do TCC, depois de ouvido os alunos e os docentes orientadores, realizar a distribuição da orientação do TCC devendo, para esse efeito, levar em consideração a área da proposta de pesquisa do projeto escolhido pelo orientando;
- IV- Ao assinar o projeto do TCC e a carta de aceite, o professor estará comprometendo-se a realizar a orientação do acadêmico;
- V- Pode o aluno contar com a colaboração de outro profissional que não faça parte do corpo docente do Curso de Enfermagem ou do Centro de Ciências da Saúde da UNESPAR, atuando como co-orientador, desde que obtenha a aprovação expressa de seu orientador e realize essa atividade de forma voluntária, sem ônus para a UNESPAR;
- VI- O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:
 - a. Frequentar as reuniões convocadas pela coordenação do TCC;
 - b. Atender semanalmente seus alunos orientandos, em horário previamente fixado;
 - c. Entregar à coordenação, bimestralmente, as fichas de frequência e avaliação devidamente preenchidas e assinadas;

- d. Analisar e avaliar os relatórios parciais mensais que lhe forem entregues pelos orientandos;
- e. Participar das defesas para as quais estiver designado e assinar, juntamente com a banca as fichas de avaliação dos trabalhos e as atas de defesa;
- f. requerer à Coordenação do TCC a inclusão dos trabalhos de seus orientandos na pauta anual de defesa;
- g. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 9º - A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo único- o não cumprimento do disposto nos artigos 8º e 9º deste Regulamento autoriza o professor a desligar-se dos encargos de orientação , através de comunicação oficial à Coordenação do TCC.

Art. 10º - Compete ao orientando:

- I- Definir a temática do TCC, juntamente com seu orientador e em conformidade com as áreas de conhecimento estabelecidas pelo Colegiado de Enfermagem ;
- II- Informar-se e cumprir as normas e regulamento do TCC;
- III- Cumprir o plano e cronograma estabelecidos em conjunto com o seu orientador;
- IV- Verificar o horário de orientação e cumpri-lo;
- V- Frequentar as aulas da disciplina de Seminários de Orientação do Trabalho Científico em Enfermagem durante o ano letivo;
- VI- Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de TCC para entrega do projeto, relatórios parciais e versão final do TCC;
- VII- Entregar ao orientador os relatórios parciais mensais sobre as atividades desenvolvidas;
- VIII- Entregar a coordenação, ao final do ano, 4 cópias impressas de seu TCC, trabalho pelo qual será avaliado;
- IX- Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender para a pré-banca e banca o seu TCC;
- X- Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III – DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO TCC

Art. 11º - O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com este Regulamento e com as orientações do seu professor da disciplina de Seminários de orientação do TCC e de seu orientador.

Parágrafo único- a estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver , no que for aplicável, em especial quando se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos que devem ter a aprovação do comitê de ética(COPEP).

Art. 12º - A estrutura do projeto de TCC, deve seguir o modelo de projeto de pesquisa que compõe-se de:

- I- Resumo
- II- Introdução
- III- Hipótese
- IV- Justificativa
- V- Objetivo Geral (primário)
- VI- Objetivos específicos (secundário)
- VII- Metodologia(incluindo metodologia de análise de dados)
- VIII- Riscos
- IX- Benefícios
- X- Desfecho primário
- XI- Cronograma de execução
- XII- Orçamento financeiro
- XIII- Bibliográfica
- XIV- Anexo(Termo de consentimento livre e Esclarecido ou solicitação de dispensa; Termo de autorização da instituição onde será feita a pesquisa; Instrumento de pesquisa(questionário, entrevista, etc).

Art. 13º - Para aprovação do projeto de pesquisa para a realização do TCC devem ser levadas em consideração as normas deste Regulamento e a existência ou não de TCC já apresentada e defendida com base em projeto idêntico ou similar, em anos anteriores.

Art. 14º-Aprovado o projeto inicial do TCC , a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

- I – ocorrer a mudança no 1º bimestre do ano letivo;
- II – haver a aprovação do professor orientador.

CAPÍTULO IV – DAS NORMAS PARA A ELABORAÇÃO ESCRITA DO TCC

Art. 15º - O artigo, expressão formal escrito do TCC, se dispor em pesquisa de campo, deve ser elaborado seguindo os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver considerando-se:

- I- Introdução (justificativa e objetivos);
- II- Metodologia;
- III- Resultados e Discussão(podem ser junto ou separado);
- IV- Conclusão;
- V- Referências;
- VI- Anexos (obrigatório a apresentação do parecer de aprovação do COPEP).

Art. 16º - O artigo, expressão formal escrito do TCC, se dispor em revisão literária, deve ser elaborado seguindo os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver considerando-se:

- I- Introdução (justificativa e objetivos);
- II- Metodologia;
- III- Revisão da literatura;
- IV- Considerações
- Finais; V- Referências;
- VI- Anexos (quando for o caso).

CAPÍTULO V – DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17º - O artigo será defendido pelo(s) aluno(s) perante uma pré-banca e uma banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros 2 (dois) membros, designados pelo docente da disciplina de Seminários do TCC e apresentado ao Colegiado do Curso.

Parágrafo 1º - Quando da pré-banca será ela composta por 2 membros, podendo não ter a presença do orientador e/ou co-orientador.

Parágrafo 2º - Pode fazer parte da pré-banca e da banca examinadora um membro convidado de outros Cursos da UNESPAR-Campus Paranavaí, ou externos a universidade com interesse na área de abrangência da pesquisa, quando da anuência do orientador.

Parágrafo 3º - Quando da designação da pré-banca e da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

Art. 18º - A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes, não podendo 2 (dois) deles serem o orientador e o co-orientador.

Parágrafo 1º - Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicado, por escrito, o Coordenador do TCC.

Parágrafo 2º - Não havendo o comparecimento do número mínimo de membros da banca examinadora fixado neste artigo, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Não havendo possibilidade do professor comparecer a banca examinadora o mesmo deverá oficializar o pedido de substituição com 10 (dez) dias de antecedência, para que a Coordenação do TCC possa indicar seu substituto.

Art. 19º - Todos os professores do Curso de Enfermagem podem ser convocados para serem orientadores do TCC, bem como para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do Coordenador do TCC.

Parágrafo único - Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as pré bancas e bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) comissões examinadoras por ano.

CAPÍTULO VI – DA DEFESA DO TCC

Art. 20º - As sessões de defesa do TCC são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das pré banca e das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos do artigo antes de sua defesa.

Art. 21º - A Coordenação do TCC deve elaborar calendário anual fixando prazos para a entrega dos TCC, designação das pré bancas e das bancas examinadoras e realização das defesas.

Art. 22º - Ao término da data limite para a entrega das cópias do TCC, a Coordenação do TCC deve divulgar a composição das pré bancas e das bancas examinadoras, os horários e as salas destinados às suas defesas.

Art. 23º - Os membros das pré bancas e das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 15 dias para procederem à leitura dos Trabalhos.

Art. 24º - Na defesa, o aluno tem entre 15 a 20 minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da pré banca e banca examinadora até 05 minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 05 minutos para responder cada um dos examinadores.

Art. 25º - A atribuição das notas na pré banca e na banca não será divulgado imediatamente aos alunos. Os alunos receberão os trabalhos escritos com a correções dos membros da pré banca e banca para correções necessárias. A notas serão repassadas aos alunos pelo professor da disciplina de Seminários do TCC, posterior a banca.

Parágrafo 1º - Utiliza-se, para a atribuição das notas, Ficha de Avaliação da Banca Examinadora, na qual os examinadores determinam, exceto o orientador, suas notas para cada item avaliado, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela pré-banca, perfazendo um total de 10,0 (dez) pontos ,a banca final a nota da banca será ate 9,0 (nove).

Parágrafo 2º - A nota do orientador na banca final será no valor de até 1,0 (dois) pontos contemplados na Ficha de Avaliação do Orientador(anexo II), somente na banca final,considerando o desenvolvimento do discente na produção do TCC.

Parágrafo 3º - A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora, acrescida da nota correspondente do orientador.

Parágrafo 4º - Para aprovação, o aluno deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora, sendo que o peso do artigo científico na disciplina de Seminários de Orientação do TCC é 6, sendo a nota do 3º bimestre peso 3, e notas do 1º e 2º bimestrais peso 1.

Art. 26º - A banca final examinadora pode sugerir, quando o aluno não for aprovado na banca, que reformule aspectos de seu trabalho para ser reavaliado;

Parágrafo 1º -Considera-se que o aluno que não tiver aprovado seu trabalho na banca fique para exame e que o dia para apresentar as alterações sugeridas será a data do exame da disciplina de Seminários de orientação do TCC,

Parágrafo 2º -Entregue as novas cópias do TCC, já com as alterações realizadas, reunir-se-á novamente a banca examinadora, devendo então proceder à avaliação, na forma prevista no artigo anterior, com nova defesa oral, quando necessário, a nota desta etapa será considerada a nota do exame

Parágrafo 3º - Se o aluno não atingir a média no exame será considerado reprovado na disciplina de Seminários de Orientação do TCC.

Art. 28º - O aluno que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, será atribuída nota 0 no 4º bimestre da disciplina de Seminários de Orientação do TCC.

Art. 29º - A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada na ata respectiva..

Parágrafo único. Compete ao Colegiado do Curso analisar os recursos das avaliações finais.

CAPÍTULO VII – DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TCC

Art. 30º - Da versão definitiva do TCC devem ser encaminhadas a Coordenação do TCC de Enfermagem da UNESPAR- campus Paranavaí, uma cópia em CD, salvo em pdf, contendo na capa do CD identificação da UNESPAR, do Curso de Enfermagem, do acadêmico, do orientador, o título do artigo científico e o ano de forma visível, na forma prevista neste regulamento.

Art. 31º - A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a aprovação final na disciplina e deve ser efetuada antes do término do ano letivo, em data estipulada pela Coordenação do TCC.

CAPÍTULO VIII – AVALIAÇÃO

Art. 32º - O trabalho de Conclusão de Curso é avaliado no ano em que é desenvolvido. **CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 33º - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelos órgãos competentes na estrutura da UNESPAR-campus Paranavaí, revogando todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Colegiado de Enfermagem.

Aprovada

ANEXO III
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS
EXTRACURRICULARES E DE EXTENSÃO

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar o registro acadêmico das Atividades Acadêmicas Complementares e de extensão constituem exigência curricular obrigatória, com carga horária definidas no Projeto do Curso, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau no Curso de enfermagem.

Art. 2º Cabe ao Coordenador do Curso de Enfermagem deferir o aproveitamento das atividades acadêmicas complementares e de extensão realizadas pelo acadêmico, através da análise dos comprovantes apresentadas junto ao protocolo da Instituição.

Art. 3º As atividades acadêmicas complementares e de extensão são entendidas como as não- integrantes das práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares do Curso, desde que afins à área de formação humanística e profissional do Curso.

Parágrafo único. São objetivos das atividades acadêmicas complementares o aprofundamento das temáticas estudadas ao longo do Curso e o enriquecimento das vivências acadêmicas.

Art. 4º Para fins de aproveitamento de estudos como atividades acadêmicas complementares e de extensão, são consideradas as seguintes modalidades, observado o disposto no artigo 3º deste Regulamento:

I - Atividades de Ensino e Pesquisa

As atividades de ensino e pesquisa constituem-se de:

- a) Monitoria
- b) Participação em projetos de pesquisa/ensino
- c) Grupos de estudos
- d) Viagens de estudos

II - Atividades de Extensão

As atividades de extensão constituem-se de:

- a) Congressos
- b) Seminários
- c) Jornadas

- d) Encontros
- e) Simpósios
- f) Aula Inaugural
- g) Projetos de extensão aprovados no Centro de Ciências da Saúde
- h) Representação estudantil em conselhos, comissões, comitê , etc.
- i) Atividades pré definidas em disciplinas do Curso

III - Produção científica

A produção científica constitui-se de:

- a) Publicação acadêmica (livros, artigos, resenhas em meio impresso ou eletrônico)
- b) Participação em eventos com apresentação de trabalhos através de painel, pôster, comunicação oral, palestra ou mesa-redonda.

IV - Vivência profissional e acadêmica complementar

A vivência profissional e acadêmica complementar consiste em:

- b) Estágios voluntários

§ 1º Além dessas atividades, outras podem ser reconhecidas, a critério do Coordenador do Curso de Enfermagem, ouvido seus pares.

§ 2º As atividades acadêmicas complementares devem ser integralizadas em mais de uma modalidade.

§ 3º As atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção científica fora do campo da Enfermagem serão computados em 5% (cinco por cento) do valor correspondente às atividades listadas na planilha em anexo.

Art. 5º Não serão validadas as atividades acadêmicas complementares em que o acadêmico tenha obtido frequência inferior a 75%, quando for o caso.

Art. 6º A participação em atividades acadêmicas complementares deve ser comprovada pelo acadêmico, mediante apresentação de certificado de participação e frequência, ou documento equivalente, a ser avaliado e aprovado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único. A documentação comprobatória das atividades acadêmicas complementares deve ser protocolizada junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.

Art. 7º A participação em eventos realizados antes do ingresso na instituição não serão

objeto de reconhecimento e validação como atividades acadêmicas complementares.

Parágrafo único. O acadêmico que ingressar por transferência externa pode validar as atividades realizadas a partir do ingresso em seu curso de origem.

Art. 8º A carga-horária, mínima e máxima, por modalidade, é definida na planilha complementar anexa.

Art. 9º A análise e a definição da carga-horária de registro correspondente às atividades acadêmicas complementares cumpridas pelo acadêmico são registradas em ficha própria na Secretaria Acadêmica.

Art. 10º Cabe ao Coordenador do Curso de Enfermagem resolver os casos omissos, submetendo-os, quando necessário, ao Colegiado do Curso.

OBSERVAÇÕES:

- 1) As atividades devem ser realizadas no transcorrer do Curso, devendo estar relacionadas ao objeto de formação ou na área da saúde. Comprovantes devem ser apresentados e protocolados junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.
- 2) O total de horas das atividades acadêmicas complementares deve ser integralizado em mais de uma modalidade.
- 3) Em caso de o acadêmico ter participação em modalidades diferentes num mesmo evento, só é aceito certificado de uma delas.
- 4) Os livros e artigos publicados, para fins de atividades acadêmicas complementares, serão avaliados por uma comissão formada por três professores do Colegiado para emissão de parecer de validação dos mesmos.

Aprovada em -----/----/----- pelo NDE

ANEXO IV
PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE IMPLANTAÇÃO

1 LABORATÓRIOS

1.1. LABORATÓRIO MULTIDICISPLINAR

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Microscópios biológico binocular	15	1.832,74	27.491,10
2	TV	2	1.200,00	2.400,00
3	Estufa de Secagem	2	1.600,00	3.200,00
4	Estufa Incubadora	1	3.000,00	3.000,00
5	Estufa microprocessada para cultura de bactéria	1	4.500,00	4.500,00
6	Lupas	2	250,00	500,00
7	Geladeira	1	2.500,00	2.500,00
8	Destilador	1	2.500,00	2.500,00
9	Mesa agitadora	1	1.000,00	1.000,00
10	Banho Dubnoff	1	5.000,00	5.000,00
SUB TOTAL				52.091,10

1.2. LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Macas	8	1.200,00	9.600,00
2	Manequim, Simulador adulto P/treino de Enfermagem, bissexual c/ órgãos Internos	5	4.841,20	24.206,00
3	Desfibrilador	2	9.000,00	18.000,00
4	Oxímetro	1	250,00	250,00
5	Glicosímetro	1	70,00	70,00
6	Estetoscópio	5	350,00	1.750,00
7	Esfigmomanômetro	5	120,00	600,00
8	Balança manual	4	900,00	3.600,00
9	Balança digital	1	900,00	900,00
10	Balança antropométrica	1	1.200,00	1.200,00
11	Sonar fetal	1	500,00	500,00
12	Bomba de infusão	1	3.500,00	3.500,00

13	Negatoscópio	1	350,00	350,00
SUB TOTAL				64.526,00

1.3. LABORATÓRIO DE ANATOMIA

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	2	207,48	414,96
2	Clavícula direita	3	200,00	600,00
3	Clavícula esquerda	3	200,00	600,00
4	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	3	518,70	1556,10
5	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	1	484,12	484,12
6	Coração ampliado com 3 partes	1	587,86	587,86
7	Corte de rim básico em corte sagital	1	179,82	179,82
8	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	5	207,48	1037,40
9	Escápula direita	5	200,00	1000,00
10	Escápula esquerda	5	200,00	1000,00
11	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	1	800,00	800,00
12	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	1	800,00	800,00
13	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	1	800,00	800,00
14	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- direito	1	800,00	800,00
15	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- esquerdo	1	800,00	800,00
16	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	500,00	1500,00
17	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	1	1000,00	1000,00
18	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	1	1000,00	1000,00
19	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	1	800,00	800,00
20	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	800,00	2400,00
21	Fêmur direito	5	500,00	2500,00
22	Fêmur esquerdo	5	500,00	2500,00
23	Fíbula direita	5	500,00	2500,00
24	Fíbula esquerda	5	500,00	2500,00
25	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	1	11757,20	11757,20
26	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	1800,00	1800,00



27	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	1500,00	1500,00
28	Armários com portas de vidro para modelos anatômicos sintéticos	2	1000,00	2000,00
29	Articulação do cotovelo confeccionado em resina plástica rígida	1	172,90	172,90
30	Articulação do joelho (direito) em resina plástica rígida, com movimento de flexão	1	221,31	221,31
31	Articulação do ombro (direito) em resina plástica rígida, com clavícula	1	172,90	172,90
32	Bancos de madeira com 70 cm de altura	15	120,00	1800,00
33	Braço musculado em fibra de vidro com 6 partes. Músculos superficiais e profundos	1	1590,68	1590,68
34	Cabeça corte mediano, confeccionado em resina plástica emborrachada	1	414,96	414,96
35	Cadeira para o professor	1	150,00	150,00
36	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	1	1800,00	1800,00
37	Clavícula direita	3	600,00	1800,00
38	Clavícula esquerda	3	600,00	1800,00
39	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	3	450,00	1350,00
40	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	1	800,00	800,00
41	Coração ampliado com 3 partes	1	500,00	500,00
42	Corte de rim básico em corte sagital	1	450,00	450,00
43	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	5	250,00	1250,00
44	Escápula direita	5	300,00	1500,00
45	Escápula esquerda	5	300,00	1500,00
46	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	1	262,81	262,81
47	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	1	691,60	691,60
48	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	1	760,76	760,76
49	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- direito	1	800,00	800,00
50	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- esquerdo	1	800,00	800,00
51	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	165,98	497,94
52	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	1	1280,00	1280,00
53	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	1	830,00	830,00
54	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	1	262,81	262,81
55	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	165,98	497,94
56	Fêmur direito e esquerdo	10	120,00	1200,00

57	Fíbula direita 10 Fíbula esquerda	10	150,00	1500,00
58	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	1	7000,00	7000,00
59	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	2000,00	2000,00
60	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	2500,00	2500,00
61	Mesa de estrutura tubular e tampo de fórmica para o professor	1	800,00	800,00
62	Mesas de estrutura tubular e tampo de fórmica branca com 90 cm altura	2	600,00	1200,00
63	Osso do quadril direito	5	172,90	864,50
64	Osso do quadril esquerdo	5	172,90	864,50
65	Perna musculada em fibra de vidro com 9 partes. Músculos superficiais e profundos	1	2109,38	2109,38
66	Pulmão luxo em resina plástica emborrachada. Principais estruturas do sist. Respiratório	1	2074,80	2074,80
67	Rádio direito	5	400,00	2000,00
68	Rádio esquerdo	5	400,00	2000,00
69	Rótula direita	3	400,00	1200,00
70	Rótula esquerda	3	400,00	1200,00
71	Sacro e cóccix	5	800,00	4000,00
72	Sistema digestório em resina plástica emborrachada com 85 cm	1	1037,40	1037,40
73	Tíbia direita	5	350,00	1750,00
74	Tíbia esquerda	5	350,00	1750,00
75	Torso bissexual de 85 cm com 24 partes, em resina plástica emborrachada. Cabeça, tórax e abdome com órgãos interno	1	1417,78	1417,78
76	Ulna direita	5	400,00	2000,00
77	Ulna esquerda	5	400,00	2000,00
78	Úmero direito	5	400,00	2000,00
79	Úmero esquerdo	5	400,00	2000,00
SUB TOTAL				113642,43

1.4. LABORATÓRIO DE FISIOLOGIA

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Eletros estimuladores	3	800	2400,00
2	Eletrocardiógrafo	1	6000	6000,00
3	Lupas binocular	1	1500	1500,00
4	Monômetros de Mercúrio – verificação de pressão arterial	2	300	600,00

5	Miógrafos	2	1500	3000,00
6	Quimógrafos	2	500	1000,00
7	Pneumógrafos	2	350	700,00
8	Refratômetros portáteis – para densidade de urina	1	100	100,00
9	Accu-Chek Active Glicose – para verificar teor de glicose	1	200	200,00
SUB TOTAL				15500,00

2. RECURSOS HUMANOS

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Professores Doutores	25	8.372,72	209.318,00
2	Técnicos de Laboratórios	5	1.412,25	7.061,25
SUB TOTAL				216.379,25

3. BIBLIOGRAFIA

1º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
GUYTON, A. Tratado de fisiologia médica. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 2002.	5	480,00	2400,00
ABRAHAMSOHN, P. Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016.	1	300,00	300,00
ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. Porto Alegre: Artmed, 2011.	1	150,00	150,00
ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.	1	30,00	30,00
ANGELI, A. O; LOUREIRO, S. R. A aprendizagem baseada em problemas e os recursos adaptativos de estudantes do curso médico. Rev. Bras. Edu. Méd., Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 32-41, 2001.	1	25,00	25,00
AQUILANTE, A. G; SILVA, R. F; AVÓ, L. R. S; GONÇALVES, F. G. P; SOUZA, M. B. B. Situações-problema simuladas: uma análise do processo de construção. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, n.2, p.147 – 156, 2011	1	50,00	50,00
BARATA, Rita B. et al (org.). Equidade e saúde. Contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.	1	25,00	25,00
BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.	5	80,00	400,00
BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017.	5	70,00	350,00
BERBEL, N. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes	1	55,00	55,00



caminhos? Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.2, 1998.			
BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	1	300,00	300,00
BOCK, A. M. B. et al. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo, 2001.	5	90,00	450,00
BOGART, B.I. Anatomia e embriologia . São Paulo (SP): Elsevier, 2008.	5	180,00	900,00
BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001.	5	80,00	400,00
BRASIL – Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética de Enfermagem, Código de Processo Ético de Enfermagem.	5	5,00	25,00
BRASIL – Lei do Exercício Profissional nº7498 de 25/06/1998	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.	1	5,00	5,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.	1	5,00	5,00
BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem Para A Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016.	1	150,00	150,00
BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13ªEdição. Editora Guanabara Koogan, 2016.	1	120,00	120,00
BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6ª ed. Elsevier. 2016.	1	80,00	80,00
CAMPOS, G.W.S. tratado de saúde coletiva. 2 ed. São Paulo. Hucitec, 2012. 968 p.	1	80,00	80,00
COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2011.	5	200,00	1000,00
COSTA, N. M. S. C. Docência no ensino médico: porque é tão difícil mudar? Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, p. 21 – 30, 2007.	5	120,00	600,00
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. Introdução à psicologia. São Paulo: Makron Books, 2000.	5	170,00	850,00
Figueiredo NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012.	1	120,00	120,00
FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014.	1	50,00	50,00
FREITAS; M.A.O; CUNHA; I.C.K.O; BATISTA, S.H.S.S.	5	80,00	400,00





ROSSIT, R.A.S. Docência em saúde: percepções de egressos de um curso de especialização em Enfermagem. Interface (Botucatu). v.20, n.57, p. 427-36. 2016			
GANONG, W. F. Fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.	1	150,00	150,00
GERMANO, Raimunda Medeiros. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil. Editora Cortez, 1993.	1	80,00	80,00
GERMANO, Raimunda Medeiros. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 5 Ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011.	1	120,00	120,00
GORAYEB, R. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. o Hamburgo: Sinopsys.2015.	1	110,00	110,00
GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 7ª edição. 2002. 794p.	5	80,00	400,00
HOWLEY, E. T.; POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000.	1	200,00	200,00
JUNQUEIRA, L.C.U. & CARNEIRO, J. Histologia Básica. 12. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013.	5	270,00	1350,00
KAWAMOTO, E.E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 2003.	1	500,00	500,00
KLINGER, Fontinele Junior. Ética e Bioética em enfermagem, 3ª ed. Editora AB, 2007.	1	50,00	50,00
LIMA, G.Z; LINHARES, R.E.C. Escrever bons problemas. Rev. Bras. Edu. Méd., v.32, n.2, p. 197 – 201, 2008	1	20,00	20,00
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.	5	25,00	125,00
MCARDLE, W. D; KATCH, F. I ; KATCH, V L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003	1	250,00	250,00
MCMINN, R.M. (Col.) Atlas terramicina de anatomia humana. São Paulo (SP): Pfizer, 1982.	1	180,00	180,00
MELO, Lucas P.; GUALDA, Dulce M. R.; CAMPOS, Edemilson H. (Org.). Enfermagem, antropologia e saúde. Barueri: Manole, 2013	5	75,00	375,00
MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011.549 p	1	50,00	50,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção a pessoa com deficiência, 2010.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, 2002.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de saúde integral da população LGBT, 2013.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, 2007.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral a saúde das pessoas privada de liberdade no sistema prisional; 2014	1	5,00	5,00
MIRANDA NETO, M. H. MACHADO, T.R. Anatomia humana: Aprendizagem dinâmica. Maringá (PR): Gráfica E Editora Clichetec, 2005.	5	120,00	600,00
MIYAMOTO MN, et al. Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3ª Ed. 2016.	1	100,00	100,00





MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. Anatomia orientada para a clínica . 6º ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2013.	1	480,00	480,00
NAKAMURA, Eunice et al (Org.). Antropologia para enfermagem. Barueri: Manole, 2009.	1	150,00	150,00
NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana . 6º ed. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2015.	1	600,00	600,00
NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10ª edição. Editora Guanabara Koogan. 2016	1	530,00	530,00
NOGUEIRA, V.S.; PIZZI, J. As coreografias didáticas como horizonte de sentido para as práticas pedagógicas. Revista Temática. n.6, p.192-201, jun., 2014	1	80,00	80,00
NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson e Thompson Genética médica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	1	100,00	100,00
OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. 2ª ed. Editora Manole, 2017.	5	120,00	600,00
POTTER, P, et al. Fundamentos de Enfermagem. 9ª ed. Elsevier, 2017.	5	240,00	1200,00
RAPPAPORT, C. R. Teorias do Desenvolvimento: Conceitos Fundamentais. v.1, São Paulo: EPU,1981.	1	120,00	120,00
RASCH, P. Cinesiologia e anatomia aplicada . Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2012	5	280,00	1400,00
RODRIGUES, J. A. et al. Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. Rio de Janeiro, v.37, n.3, p. 333-342 2013.	5	120,00	600,00
ROSS, H., M., PAWLINA, Wojciech. Histologia - Texto e Atlas - Correlações com Biologia Celular e Molecular. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.	1	370,00	370,00
RUDNICKI, T.; SANCHEZ, M. M. Psicologia da Saúde: a Psicologia da Saúde: a prática de terapia cognitivo prática de terapia cognitivo comportamental em hospital geral. Novo Hamburgo: Sy comportamental em hospital ger+1:1048576al. nopsys, 2014.	1	150,00	150,00
SENN, S.R.C.M. & Dessen, M.A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28(1), 101-108	1	55,00	55,00
SOARES, C.S.,CAMPOS, C.M.S.,. Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.	5	60,00	300,00
SOBOTTA. Atlas de anatomia humana. 22.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	1	610,00	610,00
SONTAG, Susan G. A doença como metáfora. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.	1	25,00	25,00
TORTORA, G. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.	5	250,00	1250,00
TORTORA, G. J. Corpo Humano. Porto Alegre: Artmed, 2003. 630p	1	50,00	50,00
TORTORA, G.J. et al. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010	5	80,00	400,00
VIEIRA, T.; GIUGLIANI, R. (Org.). Manual de genética médica para atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2013. 104 p.	1	40,00	40,00



RYAN, J. P.; TUMA, R. F. Fisiologia. São Paulo: Manole, 2000.	1	50,00	50,00
SUBTOTAL	178		23.240,00
2º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
ALBERTS, B.; et al. Biologia Molecular da Célula. 5.ed. Porto Alegre, Artmed, 2010. 1396 p. GUYTON, A. C, HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11 ed., Rio de Janeiro: Elsevier., 2006.	1	25,00	25,00
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.	5	25,00	125,00
ASHLEY, Patrícia et al. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2004.	5	130,00	650,00
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2º ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.	1	200,00	200,00
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2º ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).	5	180,00	900,00
BARTMANN, Mercilda; KRAUSER, Lucia Toyoshima; TULIO, Ruth. Administração na Saúde e na Enfermagem. São Paulo: Senac Nacional, 2005.	1	30,00	30,00
BESSIE & HUSTON, Carol. Administração e Liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4ª edição. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.	5	130,00	650,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde. Cadernos de Atenção Básica da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2006.	5	10,00	50,00
BRUNTON, L.L; Chabner BA; KNOLLMANN B.C. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12.ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2012.	5	400,00	2000,00
CASTIEL, L.D. A medida do possível, saúde, risco e tecno biociência. Ed. Fiocruz, 1999.	1	30,00	30,00
CAVALCANTI, Marly (org.). Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.	1	25,00	25,00
CERTO, Samuel C. Administração Moderna. São Paulo: Prentice Hall, 2003.	1	50,00	50,00
CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo: Ma GRAW HILL, 1979. VOL. I e II.	1	80,00	80,00
CUNHA, K. C. (Coord.). Gerenciamento na enfermagem: novas práticas e competências. São Paulo: Martinari, 2005.	1	20,00	20,00
DÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.	1	200,00	200,00
DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002.	1	400,00	400,00
DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996.	1	25,00	25,00
EAUVIOR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.	1	35,00	35,00
SMELTZER, Suzanne C.; BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro:	5	430,00	2150,00



Guanabara Koogan. 1998.			
ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010.	1	25,00	25,00
DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	120,00	600,00
PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013.	1	110,00	110,00
SUBTOTAL	54		8.380,00
3º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
ALMEIDA, José Luiz T e GOMES, João André C. Manual de Imunizações. Rio de Janeiro: ENSP/ Fiocruz, 2006.	1	45,00	45,00
AMARAL, João Joaquim Freitas do; PAIXÃO, Antônio Carvalho da. Manual para Capacitação da Graduação, Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância. OMS/OPAS/MS, 2004.	1	40,00	40,00
ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.	1	70,00	70,00
ÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.	1	75,00	75,00
AZEVEDO, Edjane Guerra de. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. AB Editora, 2009.	5	55,00	275,00
BASTOS, Álvaro da Cunha. Ginecologia. São Paulo: Atheneu, 2006.	5	66,00	330,00
BEREK, Jonathan S. Berek & Novak: Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	450,00	2250,00
BOHER, Mauro Silva de Athayde. Rotinas em Pediatria. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.	1	10,00	10,00
CARPENITO-MOYET, L. J. Manual de Diagnóstico de Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.	1	125,00	125,00
CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed. 2011.			
Ginecologia. Barueri/SP: Manole, 2009.	1	265,00	265,00
CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M. Nunes W. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo: Atheneu; 2011.	5	150,00	750,00
COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R. G.; VIEIRA, C. S. Manual de enfermagem em pediatria. 2º ed. Goiânia: AB, 2010.	5	110,00	550,00
FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	1	90,00	90,00
FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nadia Zanon. Enfermagem e Saúde da Mulher. São Paulo: Manole, 2013.			
FREITAS, Fernando. (org.). Rotinas em ginecologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.	5	60,00	300,00
FUJIMORI, E; OHARA, C.V.S. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009.	5	80,00	400,00
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.	1	50,00	50,00
GOMES, Alice Martins. Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva. EPU, 2008.	1	10,00	10,00

GUYTON, A. C. Fisiologia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.	1	480,00	480,00
HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.	5	15,00	75,00
JOHNSON, Marion. Ligações Nanda, NOC e NIC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.	1	150,00	150,00
KNOBEL, E. et. al. Condutas no paciente grave. São Paulo: Atheneu; 2006. 2vls.	1	60,00	60,00
KYLE, Terri. Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.	5	70,00	350,00
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 03/2010.	5	65,00	325,00
MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2ª ed São Paulo: Atlas, 2007.	1	70,00	70,00
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.	1	75,00	75,00
MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.	5	60,00	300,00
MOOCK, M. Basile Filho A. Casos clínicos em terapia intensiva. São Paulo: AMIB, 2014.	5	120,00	600,00
NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.	1	100,00	100,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Como cuidar de idosos. Campinas: Papyrus, 1996	1	30,00	30,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002.	5	30,00	150,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Velhice ou Terceira Idade? 3ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.	5	30,00	150,00
PESSINI, L. Distanásia: até quando prolongar a vida. São Paulo: Loyola; 2007. PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Loyola, 2014.	1	120,00	120,00
SEGRE, Conceição Aparecida de Matos. Pediatria – Diretrizes Básicas Organização de Serviços. 1ª edição. São Paulo: Sarvier, 2001.	1	80,00	80,00
SMELTZER, Suzanne C. BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.	5	25,00	125,00
SWERINGER, P. L.; KEEN, J. H. Manual de Enfermagem no cuidado crítico: Intervenções em enfermagem e problemas colaborativos. Porto Alegre: Artmed; 2005.	1	70,00	70,00
WHALEY, Sucille F. WONG, Dorme. Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Interação Efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	1	85,00	85,00
ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010.	1	25,00	25,00
DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	120,00	600,00
PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013.	1	40,00	40,00



ELIOPUOLUS, Charlotte. Enfermagem Gerontológica. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.	1	120,00	120,00
ESPINOSA, A F. Psiquiatria (Guia). Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2000.	1	20,00	20,00
HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.	1	55,00	55,00
HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.	1	35,00	35,00
HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.	1	70,00	70,00
JAYRES, M. Psicopatologia Geral. Vol., I e II. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	55,00	55,00
KATZUNG, B.G.; MASTERS S.B; TREVOR A.J. Farmacologia Básica e Clínica. 12ª edição. Rio de Janeiro. McGraw-Hill, 2014. 1228 p.	1	120,00	120,00
KURCGANT, Paulina <i>et al.</i> , Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	5	60,00	300,00
LOPES C.L.; Tratado de Clínica Médica. São Paulo. ROCA, 2006. 5366 p.	1	180,00	180,00
MARQUIS, Bessie L & HUSTON, Carol J; trad. Regina Machado Garcez e Eduardo Schaan. Administração e Liderança em Enfermagem.: teoria e aplicação. 2ª ed. Porto Alegre; Artmed, 1999.	5	25,00	125,00
MAXIMIANO, César Amaru. Teoria Geral da Administração – da revolução urbana à revolução digital. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. • TENÓRIO, Guilherme Fernando et al. Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.	1	50,00	50,00
MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2006.	5	80,00	400,00
MOTTA, Ana Letícia Carnevali. Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Operadoras de Planos de Saúde. São Paulo: Iátria, 2003 http://novo.portalcofen.gov.br/ http://www.coren-ro.org.br/site/	1	20,00	20,00
NICOLA, Anair Lazzari; ANSELM, Maria Luiza. Dimensionamento de Pessoal de enfermagem em um hospital universitário. Rev. Bras. Enferm 2005 mar – abr.; 58 (2): 186 – 90.	1	30,00	30,00
PAYVA, L. M. Medicina Psicossomática e Psicopatologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.	1	25,00	25,00
PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.	5	55,00	275,00
RANG, H. P.; <i>et al.</i> Farmacologia. 7.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.808 p.	5	120,00	600,00
REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa. – 2 ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.	1	20,00	20,00
REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.	5	15,00	75,00
REIS, S.P. Psicologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenológica. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	20,00	20,00
ROUQUAYROL, Maria Zélia: ALMEIDA FILHO, Naomar de.	5	170,00	850,00

Introdução à Epidemiologia. 4ª Ed. Guanabara Koogan, 2006.			
SADOCK, B. J.; SADOCK, V.A. Compêndio de psiquiatria. Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 9.ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.	5	280,00	1400,00
SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da Epidemiologia em serviço: uma avaliação de desempenho do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Campinas, SP: [s.n.], 2004.	1	30,00	30,00
SILVA, P. Farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010. 1352 p.	5	450,00	2250,00
SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2002.	1	25,00	25,00
SPOERRI, T. H. Manual de Psiquiatria, fundamentos da clínica. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	20,00	20,00
TAKESHY, Tachizawa. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.	5	120,00	600,00
TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001	1	20,00	20,00
TOWNSEND, M. C.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados. 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	5	30,00	150,00
VIANA, Sólton Magalhães., [et.al.]. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.	1	50,00	50,00
SUBTOTAL	177		17.685,00
TOTAL	409		49.305,00

INVESTIMENTO TOTAL

Item	Descrição	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	TOTAL
1	Laboratórios					
1.1	Multidisciplinar	52.091,10	-0-	-0-	-0-	52.091,10
1.2	Enfermagem	64.526,00	-0-	-0-	-0-	64.526,00
1.3	Anatomia	113.642,43	-0-	-0-	-0-	113.642,43
1.4	Fisiologia	15.500,00	-0-	-0-	-0-	15.500,00
2	Recursos Humanos					
2.1	Docente	08 Doc. 66.981,76	16 Doc. 133.963,52	25 Doc. 209.318,00	25 Doc. 209.318,00	619.581,28
2.2	Téc. Laboratórios	2 Téc. 2.824,50	5 Téc. 7.061,25	5 Téc. 7.061,25	5 Téc. 7.061,25	24.008,25
3	Bibliografia					
3.1	Bibliografia	23.240,00	8.380,00	17.685,00	-0-	49.305,00
TOTAL		338.805,79	149.404,77	234.064,25	216.379,25	938.654,06

Documento: **PPCENFERMAGEMPARANAGUAPOSPARECERCEPE.doc.pdf**.

Assinado por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em 08/10/2020 07:49.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em: 08/10/2020 07:49.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
7ba1143ed79ca7115262cbc3ef0c1fb5.

UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 08/10/2020 07:49

DESPACHO

Segue PPC do curso de Enfermagem para Paranaguá com as alterações propostas.

Documento: **Despacho_3.pdf**.

Assinado por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em 08/10/2020 07:50.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em: 08/10/2020 07:49.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
f4580ffa618e3ac463ff4086bc282e56.

MINUTA RESOLUÇÃO Nº 0XX/2020 - CEPE/UNESPAR

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem – Bacharelado, do campus de Paranaguá, da Unespar.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Reitor, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais; e

Considerando os incisos I e IV do Art. 7º do Regimento Geral da Unespar, referentes às atribuições deste Conselho;

Considerando a solicitação autuada no protocolo nº 16.680.593-7;

Considerando a deliberação contida na ata da Xª Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizada no dia XX de XXXXXXXX de 2020, em XXXXXXXX;

RESOLVE:

Art. 1º. Art.1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem – Bacharelado, do campus de Paranaguá, com carga horária de 4.060 (quatro mil e sessenta) horas, oferta de 40 vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, com disciplinas anuais, turno de funcionamento integral, tempo mínimo de integralização de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se no site da Unespar.

Paranavaí, XX de XXXXXXXX de 2020.

Antonio Carlos Aleixo
Reitor

Documento: **MINUTARESOLUCAOEnfermagemParanagua.pdf**.

Assinado por: **Maria Simone Jacomini Novak** em 22/10/2020 08:31.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Maria Simone Jacomini Novak** em: 22/10/2020 08:30.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
18597e4c991d3867cf72e969a037fea0.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 22/10/2020 08:31

DESPACHO

Prezada Ana Cristina Z. Cathcart - Secretária dos Conselhos Superiores da Unespar.

Segue processo para inserção na pauta online, da 6a (sexta) Sessão (3a Ordinária) do CEPE, que se realizará no dia 29 (vinte e nove) do mês de outubro do corrente ano, às 9h (nove horas), pela plataforma digital Microsoft Teams, conforme regulamentado pela Resolução No 002/2020 REITORIA - UNESPAR, para as atividades administrativas realizadas durante o período de isolamento social para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus.

Atenciosamente, Maria Simone Jacomini Novak.

Documento: **Despacho_4.pdf**.

Assinado por: **Maria Simone Jacomini Novak** em 22/10/2020 08:31.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Maria Simone Jacomini Novak** em: 22/10/2020 08:31.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
ae7c94e8873b875dca2298f172c84c4f.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
SECR.CONSELHOS SUPERIORES

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 30/10/2020 13:33

DESPACHO

Conforme consta na Ata da 6a (sexta) Sessão (3a Ordinária) do CEPE, realizada no dia 29 (vinte e nove) do mês de outubro do corrente ano, às 9h (nove horas), pela plataforma digital *Microsoft Teams*, a proposta foi aprovada. Assim, segue, anexo, o Parecer da Câmara de Graduação do CEPE para adequação da proposta e posterior reenvio à Secretaria dos Conselhos Superiores para emissão da respectiva Resolução.

Ana Cristina Z. Cathcart
Secretária dos Conselhos Superiores da UNESPAR

Documento: **Despacho_6.pdf**.

Assinado por: **Ana Cristina Zanna Cathcart** em 30/10/2020 13:33.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Ana Cristina Zanna Cathcart** em: 30/10/2020 13:33.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
36360938f095dc3f0556ce9a16fa59fd.

PARECER CÂMARA DE GRADUAÇÃO - CEPE

Origem:	PROGRAD – UNESPAR
Para:	CEPE
Assunto:	Proposta de criação do curso de Bacharelado em Enfermagem para o Campus de Paranaguá.
Protocolo nº:	16.680.593-7

Identificação

Campus	Paranaguá
Centro de Área	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Curso	Bacharelado em Enfermagem
Carga horária	4.060h
Vagas/Turno	30/Integral
Integralização Mínima	4 anos
Regime de Oferta	Seriado anual
Licenciatura()	Bacharelado (X) Tecnólogo ()

1 – Histórico

Conforme parecer constante da página 233 do presente processo:

Trata-se de um projeto que visa atender às demandas da comunidade local na área da Saúde e para a formação do bacharel em Enfermagem.

A proposta apresentada, parte dos debates, construções e reconstruções pelos órgãos colegiados da área de saúde na UNESPAR, buscando uma construção curricular que contemple as demandas da comunidade do litoral paranaense e adequar-se às resoluções oriundas do Ministério da Educação (MEC), à viabilização de espaços para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas da profissão, permeando a formação pela aprendizagem das políticas e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e atender o Parecer CEE nº18/2016 do Conselho Estadual de Educação-PR.

Não há um histórico claro de discussão e elaboração do PPC, que vem apresentado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Enfermagem, que ainda não foi aprovado pelo Cepe. Não apresenta ata do NDE e nem do colegiado ao qual os docentes fazem parte.

O Curso de Enfermagem, na UNESPAR *Campus* de Paranaguá, busca associar a teoria-prática e universidade de serviço, com abordagem generalista, humanista, crítica e reflexiva.

No parecer da página 234 do presente processo consta os apontamentos indicados pela Câmara de Graduação e que solicitou o retorno do PPC do curso de Bacharelado em Enfermagem para o colegiado do curso rever as considerações feitas na análise do projeto.

O Centro de Ciências Sociais de Paranaguá apresentou nova versão do PPC a partir da 236 do processo.

2 – Análise

A Câmara de Graduação do CEPE avaliou PPC, páginas 236 a 317 do presentes processo e considerou que os apontamentos apresentados no parecer das 233 a 235 foram satisfatoriamente atendidos.

Recomendamos que antes da publicação final se faça uma revisão das somatória de todas as tabelas, posto que há um erro de soma na página 266, subtotal da área de formação geral está constando 660 quando o resultado das linhas daria 960.

3 – Conclusão

A Câmara de Graduação do CEPE, após análise do presente processo, é favorável a aprovação do PPC do curso de Bacharelado em Enfermagem para o Campus de Paranaguá.

É o parecer.

Paranavaí, de 22 de outubro de 2020

Antonio Marcos Dorigão
Ericson Raine Prust
Jackelyne CorrêaVeneza;
Jorge Leandro Delconte Ferreira
Maria Simone Jacomini Novak

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC's DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Bacharelado em ENFERMAGEM		
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2021		
CAMPUS	PARANAGUA		
CENTRO DE ÁREA	CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS/ SAUDE		
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula: 4.872 h/a e 4.060 horas/relógio		
HABILITAÇÃO	☐ Licenciatura	☒ Bacharelado	☐ Tecnólogo
REGIME DE OFERTA	☒ Seriado anual com disciplinas anuais; ☐ Seriado anual com disciplinas semestrais; ☐ Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).		
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	4 anos		

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE	40	
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	☐ Matutino	Número de vagas:
	☐ Vespertino	Número de vagas:
	☐ Noturno	Número de vagas:
	☒ Integral	Número de vagas: 40

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 LEGISLAÇÃO ORIENTADORA

Na concepção do curso de Enfermagem, buscou-se a legislação orientadora para seu desenvolvimento, levando-se em conta:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da deliberação nº 02/09 do Conselho Estadual de Educação, que dispõe e regulamenta o estágio não-obrigatório; o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Vale salientar que os estágios não criam vínculo empregatício;

- Lei 10.639/2003 e Deliberação nº 04/06-CEE, que institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino. A Educação das Relações Étnico-Raciais tem como objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como atitudes, posturas e valores que preparem os cidadãos para uma vida de fraternidade e partilha entre todos. Por sua vez, o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas;

- Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. De acordo com a referida Lei, a libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto;

- Resolução nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, cabendo às Instituições de Educação Superior a definição quantitativa em

minutos do conceito de hora-aula, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das cargas horárias totais dos cursos;

- Resolução nº 04/09, que dispõe sobre a carga horária mínima para o curso;
- Deliberação nº 04/2013-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- Deliberação nº 02/2015-CEE/PR, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. O artigo 2 da referida deliberação traz que a Educação em Direitos Humanos constitui um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.
- Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, estabelece que as instituições de ensino superior que possuem pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular dos seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. Essas disciplinas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso e que as avaliações sejam presenciais. O artigo 2 da referida portaria apresenta que a oferta das disciplinas deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.
- Portaria nº 4279, de 30 dezembro de 2010, estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, como estratégia para superar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e aperfeiçoar o funcionamento político-institucional do SUS, com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência. Destacam-se as redes temáticas priorizadas: rede cegonha; Rede de atenção às urgências e emergências; Rede de atenção psicossocial; Rede de Atenção a doenças e condições crônicas; Rede de cuidado à pessoa com deficiência.
- Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a Lei Orgânica nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa. Nas disposições preliminares, apresenta o conceito de região de saúde, Contrato Organizativo de Ação Pública, Portas de Entrada,

Comissões Inter gestores, Mapa de saúde, Rede de atenção à saúde, Serviços especiais de acesso aberto, protocolo clínico e diretriz terapêutica; com vistas a promover avanços na rede de serviços de saúde. Política Nacional de Atenção Básica, também passa por atualização, por meio da Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011 que revoga a Portaria 648 de 2006. A criação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), em 2008, e a criação do Programa Saúde na Escola (PSE), em 2007, são alguns pontos de atualização. Além das Leis, decretos e portarias, cabe destacar as novas ações, Programas e Políticas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde:

- Política de Atenção Integral à saúde da criança (Portaria 1130, de 5 de agosto de 2015);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Portaria no 1.944, de 27 de agosto de 2009);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004);
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Portaria 2.528 de 19 de outubro de 2006);

2.2 LEGISLAÇÃO BÁSICA DO CURSO DE ENFERMAGEM

Para a sua constituição, o presente projeto pedagógico de curso tem como referência a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 573, de 31 de janeiro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF), que orienta e propicia concepções curriculares ao curso de graduação em Enfermagem, sendo observadas no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos cursos de Enfermagem das Instituições de Ensino Superior do País, tendo como base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Sua estruturação busca definir o perfil profissional do enfermeiro, em consonância com as perspectivas e abordagens contemporâneas da Educação em Enfermagem e da Lei do Exercício Profissional, adequadas e compatíveis com referenciais constitucionais, internacionais e princípios fundantes à formação de enfermeiras/os, os determinantes Necessidades Sociais da Saúde e do SUS, as necessárias mudanças do Modelo de Atenção à Saúde no Brasil e os pressupostos da Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, no desenvolvimento de competências de acordo com as dimensões e seus respectivos domínios de atuação profissional para atuar com qualidade, efetividade e resolutividade no Sistema Único de Saúde - SUS no contexto da Reforma Sanitária Brasileira.

Também norteou este documento a Legislação básica da enfermagem, destacam-se:

- A Lei no 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de enfermagem.
 - Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e apresenta a definição dos profissionais que compõem a equipe, bem como suas atribuições. Vale salientar que a referida Lei obteve uma alteração no art. 23, por meio da Lei 8.967 de 28 de dezembro de 1994, referente às atribuições do atendente de enfermagem.
 - Decreto nº 2.956 /38, que institui o dia do enfermeiro;
 - Decreto nº 48.202/60, que institui a semana de Enfermagem.
 - Resolução COFEN nº 293/2004, que fixa e estabelece parâmetros para o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nas unidades assistenciais das instituições de saúde e assemelhados;
 - Resolução COFEN nº 311/2007, que aprova a reformulação do código de ética dos profissionais de enfermagem;
 - Resolução COFEN nº 339/2008, que normatiza a atuação e a responsabilidade civil do Enfermeiro Obstetras nos Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e dá outras providências.
 - Resolução COFEN nº 358/2009, que dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do processo de enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de enfermagem e dá outras providências.
- Resolução COFEN nº 375/2011, que dispõe sobre a presença do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar e Inter Hospitalar, em situações de risco conhecido ou desconhecido.
- Resolução COFEN nº 376/2011, que dispõe sobre a participação da equipe de Enfermagem no processo de transporte de pacientes em ambiente interno aos serviços de saúde.
 - Resolução COFEN nº 423/2012, que normatiza, no Âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, a Participação do Enfermeiro na Atividade de Classificação de Riscos.
 - Resolução COFEN nº 429/2012, que dispõe sobre o registro das ações profissionais no

prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico; e por fim

- Resolução COFEN nº 441/2013, que dispõe sobre participação do Enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 JUSTIFICATIVA

A Enfermagem é uma atividade secular da área da saúde e pode ser descrita, enquanto ação social, como uma relação de ajuda, dinâmica, complexa e multifacetada, cuja essência e especificidade é o cuidado ao ser humano, individualmente, na família ou na comunidade, e de modo dinâmico, está acompanhando as transformações que vêm ocorrendo ao longo do processo histórico mundial.

O Curso de Enfermagem, na UNESPAR *Campus* de Paranaguá, busca associar a teoria-prática e universidade de serviço, com abordagem generalista, humanista, crítica e reflexiva.

A sua concepção teve início baseado na demanda existente. Durante as Feiras das Profissões, realizadas ainda quando da FAFIPAR, já havia a procura por informações de cursos na área de saúde. Informalmente, constatou-se que a falta de cursos na área de saúde leva uma grande quantidade de estudantes se deslocando para Curitiba/PR e Joinville/SC, distantes aproximadamente 100 quilômetros, em busca de formação profissional.

Com o início da pandemia do coronavírus Covid/19 a importância e necessidade do profissional de Enfermagem ficou mais latente ainda. A SETI em conjunto com a SESA, lançou um edital emergencial através da Fundação Araucária, para reforçar os serviços de saúde pública e, ao incluir o Litoral do Paraná, percebeu que não tinha a oferta de cursos, solicitando para que a UNESPAR participasse da proposta em conjunto com a UEPG. Já na segunda chamada da mesma proposta, percebeu a importância da UNESPAR, ampliando a atuação ficando o Litoral, Campo Mourão e Paranavaí sob responsabilidade da Instituição.

Com o desenvolvimento do projeto houve uma maior aproximação entre a universidade e os serviços de saúde do litoral paranaense e, constituiu-se uma comissão de profissionais originando essa proposta para criação do curso de graduação em Enfermagem para o Litoral Paranaense que, desde a sua concepção, conta com a participação das secretarias municipais de Saúde, 1ª Regional de Saúde, Hospitais Municipais, SAMU e empresas privadas de saúde.

A proposta curricular, ora apresentada, parte dos debates, construções e reconstruções

iniciadas na década passada pelos órgãos colegiados da área de saúde na UNESPAR, ocupando-se dessa tarefa, com avanços e retrocessos em cada versão elaborada, buscando uma construção curricular que contemple as demandas da comunidade do litoral paranaense para adequar-se às resoluções oriundas do Ministério da Educação (MEC), à viabilização de espaços para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas da profissão, permeando a formação pela aprendizagem das políticas e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e atender o Parecer CEE nº18/2016 do Conselho Estadual de Educação-PR.

Justifica-se a implantação de um novo curso de graduação em Enfermagem na instituição com o aproveitamento da reconstrução do projeto político pedagógico do curso, pela necessidade de possibilitar que o acadêmico seja sujeito do seu processo de formação, da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência, além de dispor orientações sobre a criação de mecanismos de aproveitamento adquiridos pelos estudantes, por meio de estudos e práticas independentes a partir de diferentes cenários e experiências de aprendizagem.

Portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem se configuram como artifícios potencialmente capazes de influenciar na construção de novas práticas, entre elas aquelas relacionadas à promoção da saúde. Dessa forma, a formação do enfermeiro deve atender às necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção, a qualidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2001).

A proposta curricular apresentada representa a oportunidade de adequar a formação do futuro enfermeiro dentro das diretrizes nacionais e às normativas legais mais atuais no que se refere à formação do profissional da área da saúde. Ao construí-la, busca-se investir numa formatação de curso que tem como diferencial uma relação entre teoria e prática, entre a academia e os serviços de atuação profissional, que possibilitará dar condições ao enfermeiro visão ampla da realidade de saúde no país e as políticas de saúde, através da formação de profissionais preparados para refletir – agir – refletir. A indicação que o novo modelo de saúde nos oferece é a necessidade de orientação no processo de formação dos profissionais de enfermagem calcada nos princípios, diretrizes e conceitos deste sistema.

Nessa perspectiva, as justificativas da necessidade de implantação deste Projeto Pedagógico do Curso vêm ao encontro das necessidades de incorporação das inovações tecnológicas e de organização do processo de trabalho decorrentes do perfil epidemiológico, demográfico e cultural atual (regional, nacional e mundial).

O envelhecimento, a urbanização, as mudanças sociais e econômicas e a globalização impactaram o modo de viver, trabalhar e se alimentar dos brasileiros (DUARTE *et al.*, 2012). Algumas mudanças ocorreram nesses perfis, principalmente nos últimos 07 anos, que merecem destaques pontuais como:

- Tem crescido a prevalência de fatores como a obesidade e o sedentarismo, concorrentes diretos para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT); as DCNT aparecem como causa de internação, principalmente, nas faixas etárias a partir de 50 anos (neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas) (DUARTE 2012).

- O aumento da violência representa um dos maiores e mais difíceis desafios. O aumento da mortalidade por causas externas, principalmente por homicídios e por acidentes de transporte terrestre;

- A transição nutricional (“dieta ocidental”) caracterizada pelos altos teores de gorduras, principalmente de origem animal, de açúcares e alimentos refinados e baixos teores de carboidratos complexos e fibras, o aumento da obesidade estão amplamente associados com a alta prevalência de DCNT e a diminuição da qualidade de vida da população (SANTOS *et al.*, 2013);

- O declínio da mortalidade por doenças infectocontagiosas, conseguida pelos êxitos alcançados pela prevenção por imunizações, não justifica centralizar este grupo de doenças como necessidade prioritária curricular, apesar de ainda persistirem algumas doenças associadas à pobreza como hanseníase, tuberculose, malária.

Além de que, as transições demográficas, epidemiológicas e nutricionais requerem uma formação diferente para se atuar na saúde. Tal contexto compreenderia nova concepção do processo saúde e doença, ações de cunho preventivo em equilíbrio com o curativo e profissionais dinâmicos, empenhados com a resolução de problemas de saúde, críticos e reflexivos, que pudessem utilizar seus conhecimentos e técnicas de modo coerente com os pressupostos do novo sistema de saúde.

Adicionalmente, nesse processo curricular houve um cuidado adicional em pautar os componentes curriculares em conformidade com: diretrizes do curso e demais regulamentações, política nacional de saúde e sistema de saúde vigente e também de acordo com as necessidades dos diferentes atores envolvidos na proposta, docentes e profissionais de saúde do litoral paranaense.

4 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá da UNESPAR está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 03/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Enfermagem. Os conteúdos essenciais do Curso de Graduação em Enfermagem condizem com os conteúdos descritos pela referida Resolução. Os conteúdos estão divididos em Formação Geral e Formação Diferenciada.

A estrutura curricular está alicerçada nas Diretrizes Curriculares e integrada ao PPC, PDI e PPI da IES, contribuindo para a formação do Enfermeiro com conhecimentos previstos pelas DCNs de um profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo; qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos; capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase no litoral paranaense; identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes; capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania; como promotor da saúde integral do ser humano; e capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá atende ainda ao Decreto nº 5.626/2005, que institui a disciplina de LIBRAS e à Resolução CND nº 1/2004 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; à Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; e à Resolução CNE nº 01/2002 que prevê a formação interdisciplinar para a Educação em Direitos Humanos.

4.1 CONCEPÇÃO

O curso de enfermagem da UNESPAR, em consonância com os diversos cursos da área da saúde, tem se mobilizado na busca de práticas didático pedagógicas inovadoras que possibilitem a formação de profissionais críticos e reflexivos, voltados às demandas e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, entre os princípios norteadores do curso de graduação enfermagem destacam-se:

Ser humano:

Ser individual e coletivo que integra uma complexidade humana que é: biológica, subjetiva, histórica, social, política, ética, estética, com direitos e deveres de participar ativamente na conquista de sua saúde individual e coletiva, com autonomia e corresponsabilidade.

Saúde:

É a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de

saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

Doença:

Desequilíbrio na estrutura biopsicológica e nas relações sociais do indivíduo.

Enfermagem:

A enfermagem é uma prática social, política e historicamente determinada, que visa ao cuidado ao ser humano em todos os ciclos de vida, contribuindo para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. Dentro desse contexto, o enfermeiro tem a responsabilidade política e profissional de executar um trabalho intencional, tornando-se um agente de transformação social nas áreas de assistência, gerência, educação e pesquisa (GARCIA; VANNUCHI, 2013).

Cuidado de enfermagem:

Expressa um "saber-fazer" embasado na ciência, na arte, na ética e na estética, direcionado às necessidades do indivíduo, da família e da comunidade (VALE; PAGLIUCA, 2011).

4.2 MARCO ESTRUTURAL

O marco estrutural do curso está fundamentado nos pressupostos elencados a seguir:

Formação do enfermeiro generalista: Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde e doenças mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Formação para o atendimento do SUS: Repensar o processo de trabalho na vigilância em saúde no Brasil tem sido um dos desafios do SUS para o incremento da qualidade da gestão, pois o trabalho nessa área caracteriza-se por relações de poder verticalizadas que não possibilitam o diálogo, resultando numa forma de assistência fragmentada, determinada por ações específicas e imediatistas, que não contemplam o cuidado integral em saúde (DAL PAI; LAUTERT, 2011). Portanto, a busca da integralidade do cuidado deve ser objeto de trabalho da gestão em saúde e enfermagem, pois a assistência integral aos usuários se relaciona diretamente com o planejamento e organização do processo de trabalho que, por sua vez, conduz à melhoria da gestão e da qualidade da assistência.

Educação problematizadora: constitui-se no diálogo e na relação horizontal entre o educador e o educando. Em contraposição ao modelo tradicional de educação bancária, o papel do educador não é deter o saber, considerando que não existe um saber predeterminado, mas sim um saber que se constrói na relação do educando com o mundo. Sob esse aspecto, problematizar significa exercer uma análise crítica sobre a realidade problema. O problema, por sua vez, funciona como um desafio à resposta que é intermediada pelo diálogo e pelo conhecimento. Assim, na pedagogia problematizadora todo o processo de ensino e aprendizagem se baseia pelo diálogo entre estudantes e professores, mediatizados pelo mundo.

Na educação problematizadora, Freire considera que o educador não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa mediatizado com o ser humano e com a sua realidade. Assim, o educador que se utiliza da problematização, reconstrói frequentemente o seu próprio conhecimento, a partir dos conhecimentos dos educandos, que passam a atuar como investigadores críticos, em diálogo com o educador, que por sua vez, pelo seu caráter reflexivo, busca um permanente esclarecimento da realidade. Assim, Freire salienta que “quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais estes se sentirão desafiados” e, conseqüentemente, se libertarão das amarras dos “conhecimentos enlatados” (FREIRE, 2011, p. 98).

O caráter crítico e reflexivo desta pedagogia permite aos educandos o desenvolvimento do poder de compreensão sobre o mundo e sua relação com ele. Dessa forma, a pedagogia problematizadora tem uma essência política, cujo conhecimento é utilizado na busca de um mundo mais humanizado. A finalidade do pensamento crítico reflexivo para Freire é a humanização, que se contrapõe a se deixar predeterminar pelas situações limites advindas da divisão de classes, mas assumir uma postura ativa de luta, de “se fazer”, uma vez que a condição natural do ser humano no mundo é a superação, o “vir a ser”.

4.3 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o conceito de indissociabilidade que significa a qualidade de ser indissociável, ou seja, aquilo que não se pode dissociar, que não é separável em partes (CÉSAR, 2013), o sentido da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão para universidades brasileiras são de inseparabilidade, haja vista, que essa tríade constitui o eixo fundamental e não pode ser compartimentado. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um assunto relevante no contexto do sistema universitário expresso no artigo 207 da Constituição de 1988, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de

indissociabilidade de entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Nesse contexto, o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá organiza a consecução da associação entre ensino, pesquisa e extensão na existência de projetos coletivos de trabalho associados às ações acadêmicas e administrativas, práticas de avaliação abrangendo todo o trabalho realizado pelo curso como instrumento de autoconhecimento das práticas de saúde, modelos de gestão que possibilitem a participação de todos os segmentos no processo de decisão e de avaliação do trabalho acadêmico, corpo docente com alto grau de formação científica, projetos pedagógicos vinculados aos projetos institucionais, e, principalmente, condições de infraestrutura para a realização dos projetos pretendidos.

4.4 ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Supervisionado é um componente do currículo do curso, representado em 600 horas de atividades práticas, em situação de trabalho visando solidificar os ensinamentos teóricos e se processará de acordo com normas regulamentadas pela UNESPAR *Campus* de Paranaguá, de acordo com o que preceitua o Art. 82 da LDB. Seu desenvolvimento ocorre ao longo do último ano do curso.

São objetivos do Estágio Supervisionado em Enfermagem:

- a. Proporcionar aos acadêmicos a orientação e desenvolvimento de habilidades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos fundamentais para o exercício da profissão de enfermeiro;
- b. Propiciar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho;
- c. Ampliar as experiências dos acadêmicos através do desenvolvimento de tarefas cada vez mais complexas, tendo em vista a aquisição de segurança e a capacitação para execução do trabalho relacionado com a assistência à promoção, prevenção e recuperação da saúde;
- d. Oportunizar ao acadêmico conhecimentos gerenciais, técnico-científicos, legais e éticos dos cuidados de enfermagem, prestados aos pacientes nas diversas áreas de atuação.

Destaca-se ainda que, o curso de enfermagem nos 1º, 2º e 3º anos, o aluno terá

a vivencia do binômio teórico-prática, com atividades em laboratórios de enfermagem e instituições de saúde com aulas práticas específicas de cada disciplina, com inserção na rede de atenção a saúde em unidade de saúde da atenção primária, secundária e terciária. Pois, o curso incorpora como estrutura metodológica das atividades didático-pedagógicas, aulas praticas dentro das Redes de Atenção à Saúde, que são entendidas como conjunto de ações e serviços de saúde articulados e que envolvem Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidades, Centros de Atenção Psicossocial, Rede Hospitalar e Atendimento Domiciliar, Rede de Urgência e Emergência, Redes Estratégicas, Academia da Saúde, Centros de Convivência, Serviços de Vigilância em Saúde e múltiplas linhas de cuidado entre todas estas ações; Serviços Especiais de Acesso Aberto, como serviços específicos em atendimento e vigilância à Saúde do Trabalhador; e, ainda, experienciam o apredizado toerico-pratico da construção de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, que são documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico de doença ou agravo à saúde, o tratamento preconizado, os mecanismos de controle clínico e o acompanhamento dos resultados terapêuticos a serem seguidos pelos gestores do SUS. As aulas práticas acontecem com supervisão direta dos professores das disciplinas especificas em grupo de até cinco alunos, para facilitar ao cesso aos serviços de saúde e o processo ensino aprendido.

4.4.1 Acompanhamento do estágio e/ou aulas praticas

O Estágio Supervisionado em Enfermagem e as aulas práticas serão acompanhados por um Professor Supervisor do curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* Paranaguá, com formação na respectiva área, que se responsabilizará pelas atividades de ensino durante os estágios e aulas práticas.

4.5 CENÁRIO CULTURAL, SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DA REGIÃO

A área de abrangência da UNESPAR *Campus* de Paranaguá é composta pelos 07 (sete) municípios que compõem o Litoral do Paraná, sendo eles: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba.

A população, de acordo com o Censo de 2010, conta com 265.392 habitantes, com uma estimativa para 2015 de 286.602 habitantes. O IDH médio dos municípios é de 0,701, sendo o município de Guaraqueçaba o menor, com 0,587.

O Ensino Fundamental, em 2012, contava com 47.639 matrículas e o Ensino Médio 13.713.

	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Matinhos	Pontal do Paraná	Guaratuba	TOTAL
IDH (*)	0,750	0,687	0,686	0,587	0,743	0,738	0,717	0,701**
Matrículas Ensino Fundamental (***)	25.420	3.196	2.856	1.576	5.190	3.787	5.614	47.639
Matrículas Ensino Médio (***)	7.847	824	836	410	1.368	988	1.440	13.713
População 2010	140.469	18.891	15.718	7.871	29.428	20.920	32.095	265.392
População 2015 (estimada)	150.660	19.416	16.435	7.966	32.591	24.352	35.182	286.602

* IDHM dados 2010

** IDH Médio

*** Dados 2012

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

Trabalho	Fonte	Data	Município	Região
Estabelecimentos (RAIS) (números)	MTE	2015	3.031	6.820
Comércio Varejista	MTE	2015	1.139	2.584
Alojamento, Alimentação, Radiodifusão e Televisão	MTE	2015	526	1.275
Transporte e Comunicações	MTE	2015	385	479
Empregos (RAIS) (número)	MTE	2015	39.005	68.316
Estabelecimentos (RAIS) nas Atividades Características do Turismo (ACTs) (número)	MTE	2015	391	992
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Alojamento (número)	MTE	2015	72	172
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Alimentação (número)	MTE	2015	259	711
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Transporte terrestre (número)	MTE	2015	16	31
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Transporte Aquaviário (número)	MTE	2015	13	17
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Agência de viagem (número)	MTE	2015	4	11
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Aluguel de Transportes (número)	MTE	2015	2	2
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs – Cultura e Lazer (número)	MTE	2015	25	48
População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	117.257	223.295
População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	66.849	125.263
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	60.828	115.811
Taxa de Atividade de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	57,09	56,25
Taxa de Ocupação de 10 anos ou mais (%)	IBGE	2010	90,99	92,45

FONTE: Ipardes (2016)

4.5.1 Cenário de Saúde

4.5.1.1 Perfil Epidemiológico Estado do Paraná

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 apontaram um volume de 10,4 milhões de habitantes no Paraná, o que traduz um crescimento anual de 0,89% no decênio 2000-2010, inferior àquele observado na década anterior (1,4% ao ano). Essa taxa é similar à da Região Sul como um todo e inferior à do país (Tabela 3). Em termos proporcionais, a população do Paraná representa 38,1% da população do Sul brasileiro e 5,5% da nacional.

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 confirmaram a continuidade do processo de envelhecimento da população, tanto na esfera regional quanto na nacional. O principal fator atuando na raiz desse processo relaciona-se ao intenso declínio da fecundidade, que vem ocorrendo desde meados da década de 1960 em todas as regiões do país, em todos os segmentos sociais, com repercussões substanciais sobre a pirâmide etária das distintas populações no sentido de uma redução acelerada dos segmentos etários infanto-juvenis, em oposição a um aumento expressivo da população adulta e, principalmente, da idosa.

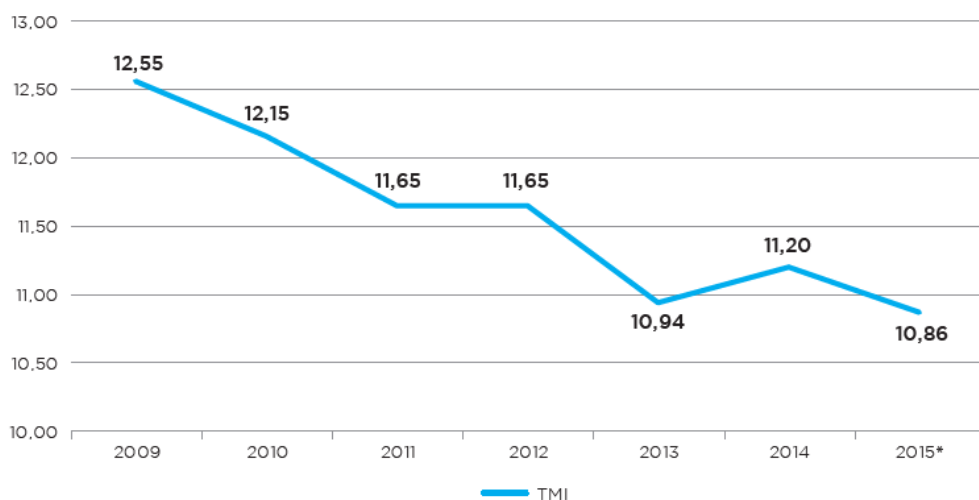
Constata-se que, ao passo que o padrão etário se modifica e as relações sociais e de trabalho se alteram, diante do avanço econômico e tecnológico, dependendo das condições ambientais, o quadro epidemiológico da população tende a sofrer alteração, requerendo que os serviços de saúde se adaptem a essas transformações.

Os indicadores do perfil epidemiológico demonstram que o trabalho da saúde pública parte da constatação de uma realidade de saúde não desejável em uma população e aponta para conseguir mudanças sociais, deliberadas e sustentáveis nessa população. O foco epidemiológico consiste basicamente em: i) a observação dos fenômenos de saúde e doença na população; ii) a quantificação deles em frequências e distribuições; iii) a análise das frequências e distribuições de saúde e de seus determinantes; e iv) a definição de cursos de ação apropriados.

Em todo esse processo, os procedimentos e técnicas de quantificação são de grande relevância, e a capacitação da equipe local de saúde nesses aspectos do enfoque epidemiológico é conseqüentemente fundamental (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2010).

Um dos primeiros e importantes indicadores do perfil epidemiológico diz respeito à mortalidade infantil. A mortalidade infantil decresceu no Paraná, conforme expresso no gráfico

GRÁFICO 6 - SÉRIE TEMPORAL DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR 1.000/NV NO PARANÁ - 2009-2015



Fonte: SESA/SVS/CEPI/DVIEP/SIM/SINASC, 4 jan. 2016.

No Estado do Paraná, assim como nos demais da federação, as causas de morte são as mais variadas e, conforme perfil epidemiológico traçado no Plano Estadual de Saúde 2016-2019, encontramos que as Doenças do Aparelho Circulatório (DAC) estão situadas como a primeira causa de morte da população total do Paraná; as Neoplasias (câncer), a segunda causa; Causas Externas (CE), situadas como as diferentes formas de violência e acidentes estão na terceira causa, e as Doenças do Aparelho Respiratório (DAR), a quarta causa. Na infância e adolescência, além das CE, as neoplasias e as Doenças do Sistema nervoso têm destaque. As Causas Mal Definidas (MD) representam 3.3% nas classificações obituárias do estado paranaense.

Nesse contexto, o profissional enfermeiro - por meio de sua formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, deve reconhecer as diferentes vertentes que sustentam o pensamento, a produção científica e tecnológica e a ação de saúde nos seus diferentes níveis e formas de expressão na sociedade. A ênfase está na habilidade de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde/doença mais predominantes no perfil epidemiológico nacional e na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais implicadas nesses processos.

A região de abrangência da IES, que compreende o Litoral Paranaense, composto por sete municípios, conta com 412 estabelecimentos de Saúde com 318 leitos hospitalares.

Estabelecimentos de Saúde (nº)	MS/CNES	2019	412
Leitos Hospitalares Existentes (nº)	MS/CNES	2019	318
Taxa de Fecundidade (filhos/mulher)	PNUD/IPEA/FJP	2010	...
Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	IBGE/SESA	2019	14,44
Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes) (P)	Datasus/SESA	2019	7,17
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	8,63
Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	11,19
Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos) (P)	Datasus/SESA	2019	93,26

A 1ª Regional de Saúde, sediada no município de Paranaguá, atende a todos os municípios do litoral paranaense: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

POPULAÇÃO E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL SEGUNDO GRANDES GRUPOS DE IDADE, REGIONAIS DE SAÚDE DO PARANÁ, REGIÃO SUL E BRASIL – 2000 E 2010

Unidades territoriais		População			
		1ª RS – Paranaguá	Paraná	Região Sul	Brasil
0 a 14	2000	74.399	2.747.130	6.911.340	50.266.122
	2010	68.213	2.391.339	5.983.317	45.932.294
	Tx. Cresc. Anual (%)	-0,86	-1,38	-1,43	-0,9
15 a 59	2000	143.043	6.006.897	15.890.928	104.997.019
	2010	168.457	6.881.034	18.116.109	124.232.908
	Tx. Cresc. Anual (%)	1,65	1,37	1,32	1,7
60 anos e +	2000	18.398	809.431	2.100.499	14.536.029
	2010	28.721	1.172.154	3.287.465	20.590.597
	Tx. Cresc. Anual (%)	4,55	3,77	4,58	3,54

FONTE: Censos Demográfico

Regional de Saúde (RS)	População projetada				
	2020	%	2030	%	Taxa de Crescimento (% ao ano)
1ª RS – Paranaguá	301.531	2,6	323.159	2,7	0,70
PARANÁ	11.538.518	100	12.045.491	100	0,43

Fonte: IPARDES/BDEWeb.

4.5.1.2 Cenário educacional

A região de abrangência da IES conta com 34 estabelecimentos de Ensino Fundamental e 14 de Ensino Médio Privado. O Ensino Fundamental Público conta com 134 estabelecimentos da rede Estadual e 49 da rede Municipal.

Já no Ensino Médio a atuação privada é composta por 14 escolas e o Ensino Público com 38 estabelecimentos da rede Estadual e 02 da rede Federal.

	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Matinhos	Pontal do Paraná	Guaratuba	TOTAL
Escolas de Ensino Fundamental Privada	21	2	2	1	3	2	3	34
Escolas de Ensino Fundamental Pública Estadual	19	5	2	7	5	5	6	49
Escolas de Ensino Fundamental Pública Municipal	45	10	18	27	8	6	20	134
Escolas de Ensino Fundamental Pública Federal								0
Escolas de Ensino Médio Privada	8		1		2	1	2	14
Escolas de Ensino Médio Pública Estadual	16	4	2	5	2	4	5	38
Escolas de Ensino Médio Pública Municipal								0
Escolas de Ensino Médio Pública Federal	1				1			2
TOTAL	110	21	25	40	21	18	36	271

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

4.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE ENFERMAGEM

- Formar enfermeiros com competência ética, profissional e científica para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, contribuindo para a capacitação do modelo assistencial e de formação de profissionais qualificados para ações em saúde no país.
- Desenvolver sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem e de competências, articulando a teoria e a prática e a integração de saberes entre ensino, pesquisa e extensão

5. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Na concepção metodológica do curso, acredita-se que todo trabalho pedagógico deve estar pautado por fundamentos científicos que compreendem a produção teórica e suas implicações que correspondem à organização prática. Deve-se considerar a organização pedagógica um processo necessário, na qual todas as possibilidades são criadas e recriadas pela ação humana, partindo de uma visão dialética.

O desafio, a problematização, a investigação e o prazer pelo aprender devem ser

reconhecidos como elementos motivadores que assegurem a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades que se instituiu nesse projeto, reiteradamente na questão inovadora. Ora, isso deve ocorrer, também, com os métodos e técnicas. Ter um método novo não significa aplicar um novo recurso; significa, sim, adotar novas ideias de ensino e aprendizagem. Portanto, a inovação está nas técnicas em que se articulam a individualidade e a coletividade resultando na aprendizagem.

Usando a sua capacidade individual e a sua crítica, o aluno aplicará os recursos à sua disposição, desde a comunicação oral até a comunicação virtual dos hipertextos para participar da inteligência coletiva do grupo, constituído pela aula sob orientação do docente. A este caberá encaminhar o processo, sendo mediador e coordenador das ações de interação, atentando-se para que as atividades individuais e coletivas façam parte da avaliação. Ao adequar a metodologia de ensino à concepção do curso, torna-se necessário garantir a interação entre os envolvidos no processo: professor/aluno/conhecimento/sociedade e compreender que a aprendizagem é um processo social, e como tal deve levar em consideração o respeito pelas diferenças individuais, fazendo com que o professor e o aluno sejam sujeitos ativos dessa transformação e capazes de superar as dificuldades que porventura se apresentem.

A metodologia didático-pedagógica da UNESPAR *Campus* de Paranaguá se propõe a evitar a mera transmissão de conhecimentos, trabalhando de forma contextualizada nas diversas formas de comunicação, relacionando os conteúdos curriculares com a realidade social e sua transformação produtiva para o fazer, objetivando a autonomia intelectual.

Dessa forma, o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá exerce uma prática voltada ao coletivo, fruto do debate e da consistência de propósitos que envolvem as perspectivas e as intenções sociais do conjunto de professores, alunos e comunidade. A ação coletiva transpõe os limites da Universidade por entender que é essencial o envolvimento da sociedade no processo de formação.

Incorporando as preconizações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação da saúde (DCN/Saúde), o Curso também considera que a formação do profissional de saúde deve contemplar o sistema de saúde vigente no país, o Sistema Único de Saúde – SUS, e seus princípios, com uma gestão do ensino e da atenção que reconheça o outro, implicando-o na produção do ensino e da atenção integral em saúde. Concorde-se que a integração ensino-serviço deve ser ampliada, como intersecção entre ensino, sistema de saúde e cidadania em saúde. A integração ensino-serviço e a integralidade reúnem método clínico, alteridade, sistema de saúde e saúde coletiva (BRASIL, 2001).

Nesse contexto, o curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá objetiva considerar, incorporar e representar ativamente na celebração de Contratos Organizativos de

Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre outras competências, a COAPES busca a melhoria dos indicadores de saúde loco-regionais e da atenção prestada, para atender as necessidades da população e promover atividades de ensino, extensão e pesquisa nos serviços e comunidades de modo integrado, articulando os fundamentos teóricos e éticos às situações práticas nas perspectivas interprofissional, interdisciplinar e intersetorial, com íntima ligação entre as necessidades e demandas de saúde nos territórios (BRASIL, 2015).

O Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá acredita que pensar e fazer a formação em saúde, na lógica do SUS, representa assumir, dentre outras diretrizes, a diversificação de cenários de aprendizagem, privilegiando uma formação baseada nas redes de atenção à saúde. Nesse contexto social, político e educacional, inserem-se as políticas indutoras para a formação em saúde, tendo como princípio fundante o processo de integração entre ensino e serviço nos espaços da educação e do trabalho em saúde (TOASSI, LEWGOY, 2016).

Neste contexto, a metodologia do curso incorpora como estrutura metodológica das atividades didático-pedagógicas as Redes de Atenção à Saúde, que são entendidas como conjunto de ações e serviços de saúde articulados e que envolvem Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidades, Centros de Atenção Psicossocial, Rede Hospitalar e Atendimento Domiciliar, Rede de Urgência e Emergência, Redes Estratégicas, Academia da Saúde, Centros de Convivência, Serviços de Vigilância em Saúde e múltiplas linhas de cuidado entre todas estas ações; Serviços Especiais de Acesso Aberto, como serviços específicos em atendimento e vigilância à Saúde do Trabalhador; e, ainda, Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, como documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico de doença ou agravo à saúde, o tratamento preconizado, os mecanismos de controle clínico e o acompanhamento dos resultados terapêuticos a serem seguidos pelos gestores do SUS.

Propõe-se, também, a adoção de metodologias participativas de ensino-aprendizagem que sejam capazes de formar para a integralidade, formar de acordo com as necessidades de saúde; permitindo que o curso esteja comprometido com a construção do SUS, sendo capaz de produzir conhecimento relevante para a realidade da saúde em suas diferentes áreas, de estabelecer relações orgânicas entre estruturas de serviço e estruturas de ensino/formação, entre outras condutas políticas e estratégias técnicas.

As metodologias participativas são aquelas que fomentam as interações, o diálogo e a troca de saberes para a sistematização do conhecimento e a proposição de movimentos investigativos e de intervenção que tomem as questões que atravessam e constituem o cotidiano da saúde como questões de educação. Para tal, colocam os processos de trabalho docente e os

cotidianos reais dos serviços de saúde na cena educativa, com possibilidades de pensar e exercitar práticas de ensino-aprendizagem que favoreçam a Inter profissionalidade, a educação “no” e “pelo” trabalho e práticas de rede no ensino, na gestão e no cuidado em saúde, entre outras (TOASSI, LEWGOY, 2016).

As metodologias participativas buscam no estudante a capacidade de autogovernar seu processo de formação e de reconhecer que o processo ensino-aprendizagem não acontece por transferência de conhecimentos, mas pela problematização de uma realidade complexa, o que implica o estabelecimento de relações horizontalizadas, comprometidas e produtoras de novidades ao pensamento e à ação (STRECK, 2016).

A aprendizagem se dá por meio de uma ação motivada, da codificação de uma situação problema, na qual o aprender será um ato de conhecimento da realidade concreta, especialmente se for de situações reais vividas pelo educando, aproximando-o da própria realidade (LIBÂNEO, 1983).

Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática:

- a) dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas;
- b) explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso;
- c) incluindo exemplos e aplicações práticas voltados para o ensino em geral;
- d) incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização;
- e) incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula;
- f) incentivando a pesquisa de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor;
- g) incentivo à interdisciplinaridade;
- h) incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina;
- i) intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo;
- j) intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado em casos;
- k) incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados;
- l) destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos.
- m) aliando o ensino teórico com atividades práticas realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Nesse contexto, a metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e a evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas clínicas e no estágio curricular supervisionado, estes dois últimos têm seu campo de aprendizagem os serviços de saúde.

A formação de profissionais de saúde não somente implica conhecimento da Rede de Atendimento à Saúde (RAS), mas seu efetivo envolvimento para dar consequência em saberes de apoio; desenvolvimento de saberes sólidos e correspondentes à sua melhor execução; engajamento na implementação e aperfeiçoamento de ações, planos e redes de sustentação; reconfiguração das práticas profissionais; interação com os movimentos participativos populares ou de segmentos expressivos das necessidades sociais em saúde; realização de pesquisas participativas, de intervenção ou de estudo-ação em integração ensino-serviço e implementação de ações de extensão de caráter regular conforme interesses da rede, dos usuários e das localidades.

Portanto, as práticas pedagógicas, mobilizadas pela motivação e reflexão, pela compreensão e reinterpretação da realidade do curso e da própria Instituição, ensejam a realidade social presente e mesmo futura. A formação social do graduando no Curso de Enfermagem é motivada por ações estratégicas intrínsecas e extrínsecas ao currículo, através da produção científica, atividades culturais e iniciativas sociais, como prestação de serviços à comunidade e em eventos comunitários.

6 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação deve ser compreendida de forma abrangente e tem como responsáveis no processo de formação do estudante a instituição, centro de área, os docentes e os graduandos, assim, abrange elementos de reflexão constitutivos do processo de ensino e aprendizagem e da gestão acadêmica como um todo.

O processo de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se dá por uma comissão do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Portaria 034/2013 que responde pela criação, implantação, avaliação e consolidação do PPC, assim, esta comissão, de acordo com a missão da UNESPAR, objetiva o planejamento contínuo do processo de avaliação, para articular as necessidades de aprendizagem dos estudantes às políticas de saúde, educacional e institucional.

Como forma de avaliação dos acadêmicos do Curso de Graduação de Enfermagem, apresenta-se o processo de avaliação qualitativa, necessário para estabelecer diferentes modalidades avaliativas no decorrer da formação acadêmica.

Assim, a avaliação se dá no âmbito da aprendizagem e no âmbito da instituição, na sua perspectiva interna e externa.

6.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

No tocante à avaliação, na arte do ensino-aprendizagem destacam-se os pontos cruciais para o acontecimento deste processo, como a preocupação que a Instituição e o Curso de Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá apresenta com a construção do conhecimento científico e a formação profissional do graduando, otimizando a inserção e a permanência futura no mercado de trabalho, desse modo, oportunizando ao graduado o constante aprendizado na profissão e como ser humano dentro de uma sociedade para um bem maior.

Assim, no processo de ensino-aprendizagem são utilizados mecanismos diferenciados de avaliação, traduzidos em forma de provas oficiais, trabalhos acadêmicos individuais ou em grupos. Diante do processo de mudanças rápidas, acessibilidade imediata, as informações e com os avanços tecnológicos no mundo atual, uma nova visão de avaliação pode ser considerada, não tão cristalizada somente nas provas, mas também no envolvimento construtivo das mesmas com as demais atividades envolvidas durante o curso, que permita ver a avaliação do ensino-aprendizagem de forma que se possa conduzir a progressão das aprendizagens.

Nesse sentido, é possível verificar as aquisições dos conhecimentos dos alunos por meio de avaliação periódica, mas não dispensar uma observação contínua, da qual uma das funções é atualizar e completar as representações no conhecimento adquirido pelo aluno (ALMEIDA, 2014. 97 p.).

Para que a avaliação sirva à aprendizagem, é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Se o objetivo é fazer com que todos aprendam, é necessário informar o que vai ser visto em aula e debater o porquê de estudar aquele conteúdo, isto é, fazê-los compreender a utilidade do conteúdo para vida e como irão aplicar este conhecimento adquirido na prática e transformá-la para um bem maior. O importante é que o educador utilize o diálogo como fundamental eixo norteador e significativo da sua ação pedagógica e, sendo assim, o processo avaliativo assume uma dupla ação, por um lado impulsiona a aprendizagem do aluno e, por outro, promove a melhoria do ensino. Nesse sentido, a avaliação apresenta, basicamente, três funções: diagnosticar, controlar e classificar. Relacionadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação, que devem ser trabalhadas de forma deliberada, integrada e contínua (ALMEIDA, 2014. 97 p):

- Diagnóstica: tem por objetivo obter informações sobre os conhecimentos prévios dos alunos. Geralmente, é usada no início de um conteúdo novo, de um período letivo ou de um

projeto.

- **Formativa:** tem por objetivo detectar problemas de ensino-aprendizagem. Por meio dela, o professor enfatiza os resultados da aprendizagem e estabelece um comparativo entre os diferentes resultados obtidos pelo mesmo aluno, o processo de aprendizagem que permitiu a obtenção dos resultados e as causas dos fracassos na aprendizagem.

- **Somativa:** tem por objetivo realizar um diagnóstico do aluno no final de um período. O principal aspecto enfatizado nesse tipo de avaliação é o resultado da aprendizagem baseada nos objetivos.

Atinente a isso, o docente deve utilizar a observação diária e multidimensional, além de instrumentos variados, escolhidos de acordo com cada objetivo. Compreende-se que uma nova forma de entender o conhecimento pode desencadear atitudes inovadoras, por meio das mediações contínuas de aprendizagem e dos sistemas de avaliação implementados. Para complementar a avaliação, a utilização da autoavaliação pode ser considerada da perspectiva da inovação, mudando a linha de pensamento tradicionalmente centrada no professor em direção ao aluno, para que o graduando possa exercer um papel mais ativo no seu processo formativo, abrindo possibilidades de variar os mecanismos de avaliação. Nesse foco, outros instrumentos podem ser praticados, como questionamento para a coleta de informações acadêmicas sobre o Curso, que auxiliam no diagnóstico do perfil acadêmico e dão um feedback sobre como o aluno compreende o processo de ensino-aprendizagem dentro da graduação. Logo, essas informações dão seguimento baseado em evidências nas reuniões pedagógicas e de Colegiado do Curso de Enfermagem, que são realizadas e imprescindíveis para a autoavaliação do próprio Curso.

Por fim, o Curso de Graduação em Enfermagem da UNESPAR *Campus* de Paranaguá defende a ideia de que não existem instrumentos certos de avaliações, mas, sim, processos avaliativos coerentes com os objetivos que se pretende alcançar na construção do conhecimento. O que se deseja no processo de ensino-aprendizagem diz respeito a nossa intenção em fazer o graduando crescer, avançar e amadurecer em seus conhecimentos técnicos e científicos, e qualificá-lo como profissional capaz para atuar na sociedade e no mundo do trabalho, com o compromisso de uma instituição de qualidade.

Para auxiliar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem, pretende-se padronizar a aplicação de uma avaliação no final do ano letivo, aplicada para cada disciplina, com o conteúdo mínimo e essencial que o aluno deve ter aprendido durante o ano em cada disciplina, e assim, considerá-lo apto e com conhecimento construído e necessário para o ano seguinte. A avaliação final deverá ser por escrito, dissertativa e integrada à prática (quando couber), na qual o aluno deverá fundamentar cientificamente a execução do processo prático que será executado.

Para complementar o processo de avaliação, como o curso de enfermagem da UNESPAR

aplica durante o ensino aulas práticas supervisionadas desde o primeiro ano, propõe-se também um instrumento padrão de avaliação durante as aulas práticas e estágios supervisionados conforme Anexo I. Com o objetivo de melhorar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem entre as disciplinas, compreendendo o que cada docente está avaliando e garantindo a integralidade da formação profissional, por meio das atitudes pessoais e profissionais, habilidades conceituais e técnicas teóricas/científicas e aprendizagem individual.

6.2 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A resolução nº 005/2015 rege o regulamento da comissão própria de avaliação (CPA) da UNESPAR, conforme o Art. 1º, o processo de avaliação interna ou autoavaliação da UNESPAR será coordenado pela CPA, designada por portaria do reitor, de acordo com a legislação vigente e conforme processo de constituição estabelecido no Regulamento.

A avaliação conduzida pela CPA deverá ser norteada pelos princípios da exequibilidade, da fidedignidade, da transparência e da ética (Art.5º), e tem como objetivo geral coordenar o processo interno de avaliação institucional, promovendo a sistematização das informações para fins de orientação do planejamento estratégico da UNESPAR, o suporte às unidades administrativas e pedagógicas e o atendimento às solicitações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), além disso subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade, nas diversas dimensões da ação universitária, em consonância com as atuais demandas científicas e sociais; desenvolver uma cultura de avaliação, na instituição, orientada por um processo participativo, formativo, reflexivo e sistemático sobre a realidade institucional; impulsionar um processo compartilhado de produção de conhecimento sobre a instituição que seja possibilitador de revisões contínuas e constante organização, consolidação e reformulação das práticas acadêmicas, tendo como referência o PDI, o PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos; atender às orientações e aos princípios do SINAES, do Conselho Estadual de Educação (CEE), da Comissão Estadual de Avaliação (CEA) e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SETI), nos processos de avaliação da instituição, tanto interna quanto externa e nas avaliações dos cursos de graduação, entre outros.

Dentro desse contexto, o processo de avaliação conduzido pela CPA da UNESPAR terá como metas:

I- A sua contínua construção visando à consolidação de um significado comum de universidade, considerando os aspectos sociais, políticos, filosóficos e éticos da ação e da gestão educativa;

II- A vivência de uma cultura de avaliação e reflexão constante e sistematizada sobre a

realidade institucional;

III- a crítica contínua da ação educativa na busca de maior clareza, profundidade e abrangência;

IV- A sedimentação de um sistema de informação e divulgação de dados da avaliação, ágil e preciso, a respeito dos diferentes segmentos da Universidade, garantindo a democratização das ações;

V- O estabelecimento de metodologias que sejam as de perspectiva quantitativo-qualitativa, que permitam gerar um acervo de informações significativas, para a construção de indicadores discursivos e estatísticos, relevantes para o diagnóstico e autoconhecimento, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;

VI- A criação de mecanismos a serem implementados no processo avaliativo, bem como suas formas de sistematização e análise dos resultados obtidos;

VII- a divulgação de informações sobre o desempenho e a percepção da UNESPAR, intra *campus* e entre *campi*, oferecendo elementos que permitam o redimensionamento de políticas pedagógicas e de gestão acadêmico administrativa.

Além da avaliação institucional interna, conduzida pela CPA em consonância com as diretrizes do SINAES (2004), ocorre também no ensino superior a avaliação institucional externa a partir de três eixos: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes ENADE, ou seja, avalia todos os aspectos que giram em torno desses eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações (BRASIL, 2004).

A partir das informações obtidas com o SINAES é possível orientar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, com isso, auxiliar nas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Importa destacar que os resultados da avaliação externa também inferem no processo de avaliação interna e no próprio processo de ensino aprendizagem.

7 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O perfil profissional do egresso do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR *Campus* de Paranaguá é caracterizado por uma formação profissional atualizada fundamentada nos conhecimentos técnico-científicos, bem como nos princípios éticos e humanísticos voltados à cidadania. Nesse sentido, ele se revela como um profissional capaz de reconhecer os problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

A partir das competências e das habilidades gerais do egresso do Curso de Graduação em Enfermagem da UNESPAR, consoante o que dispõe o art. 3º, da Resolução CNE/CES n.º 3, de 7/11/2001, deve ser assegurado, no perfil do formando egresso, a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva; atento a realidade social, cultural e econômica. Capaz de atuar em todos os níveis de atenção à saúde; dentro dos princípios técnicos e científicos, com sólida formação humanística e ética, voltada ao benefício da comunidade em que exercerá sua profissão.

Dessa forma, todas as atividades do curso devem possibilitar, no perfil específico do egresso, as seguintes competências e habilidades relacionadas à atenção à saúde, comunicação, liderança, administração e gerenciamento, bem como as competências e habilidades específicas elencadas abaixo:

- Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- Incorporar a ciência/arte de cuidar como instrumento de interpretação/profissional;
- Estabelecer novas relações com o contexto, reconhecendo as estruturas e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde;
- Responder às especificidades regionais de saúde mediante intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e da comunidade;
- Utilizar o trabalho em equipe e articulação das práticas de cuidado à saúde individual e coletiva para obter vínculo, responsabilidade, eficiência e eficácia no atendimento;
- Utilizar recursos, instrumentos e métodos de trabalho para orientar e sistematizar a sua prática;

- Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;
- Atuar como sujeito no processo de formação profissional voltada ao desenvolvimento de competência e ao trabalho em equipe, considerando o processo de trabalho como eixo norteador desse processo;
- Planejar e implementar programas de qualificação contínua dos profissionais de enfermagem de modo a favorecer o desenvolvimento de competência profissional para o cuidado, na perspectiva da integralidade;
- Desenvolver, participar e aplicar pesquisa e ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação profissional com crescente domínio e autonomia, segundo o padrão de excelência ético-social;
- Diagnosticar e solucionar problemas de saúde comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe, gerenciar conflitos e situações de crise de forma estratégica e que possibilite aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo;
- Coordenar o trabalho da equipe de enfermagem, selecionar, priorizar e analisar problemas para construir planos de intervenção, segundo relevância e impacto na transformação da realidade institucional e social;
- Coordenar e participar ativamente do processo de cuidar em enfermagem, levando em conta contextos e demandas de saúde da população;
- Exercer a profissão reconhecendo-se como cidadão comprometido e ativador de mudanças das práticas de saúde e do processo de formação profissional;
- Participar da composição das estruturas deliberativas e executivas do sistema de saúde;
- Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
- Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividade política e de planejamento em saúde;
- Reconhecer a necessidade de organizar-se como trabalhador de saúde, tem disponibilidade interna e participa das lutas por melhores condições de vida e trabalho,

comprometendo-se a participar das entidades de classe.

7.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO

No Art. 11 da Lei Federal nº 7.498/86, encontra-se o embasamento das ações elencadas para o exercício das atividades do profissional enfermeiro, sendo:

I - Privativamente:

- a) Direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem;
- b) Organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- c) Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de Enfermagem;
- d) Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem;
- e) Consulta de Enfermagem;
- f) Prescrição da assistência de Enfermagem;
- g) Cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
- h) Cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

II - Como integrante da equipe de saúde:

- a) Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
- b) Participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;
- c) Prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;
- d) Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;
- e) Prevenção e controle sistemáticos de infecção hospitalar e de doenças transmissíveis

em geral;

f) Prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de Enfermagem;

g) Assistência de Enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;

h) Acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

i) Execução do parto sem distócia.

j) Educação visando à melhoria de saúde da população.

8 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

8.1 DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. de Formação GERAL (DCN/2001- Ciências Biológicas e da Saúde; e Ciências Humanas e Sociais)		-Fundamentos de Sociologia e Antopologia	60
		- Bases Biológicas para Enfermagem;	150
		- Psicologia	60
		- Interpretação e Produção da Escrita	60
		- Língua Brasileira de Sinais	60
		- Epidemiologia	120
		-Metodologia da Pesquisa em Enfermagem	60
		- Fisiologia	120
		- Processos Pedagógicos em Saúde	90
		- Anatomia	120
Subtotal			900
2. de formação DIFERENCIADA (DCN/2001- Ciências da Enfermagem)		- Bioética e Exercício Profissional	60
		- Fundamentos em Enfermagem I	180
		- Enfermagem em Saúde Coletiva I	150
		- Fundamentos em Enfermagem II	180
		- Enfermagem em Saúde Coletiva II	150
		- Enfermagem em Saúde Mental	150
		- Enfermagem em Saúde da Mulher	210
		- Enfermagem em Saúde do Adulto I	120
		- Farmacologia Aplicada à Enfermagem	90
		- Enfermagem em Saúde do Idoso	180
		- Enfermagem em Saúde do Adulto II	150
		- Enfermagem em Saúde da Criança e Adolescente	150
		- Enfermagem no Cuidado Perioperatório	150
		- Gerenciamento em Enfermagem	120
		- Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico	150
Subtotal			2.190
Estágio/TCC		Estágio	600
		TCC	60
Subtotal			660
AAC/AEX		Atividade Acadêmica Complementar	160
		Atividades de Extensão	150
Subtotal			310
TOTAL			4.060

8.2 DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

8.2.1 ESTRUTURA CURRICULAR PROPOSTA

Cód.	Nome da disciplina	Pré-Req. (Cód.)	Carga horária			Forma de oferta h/relógio	
			Teórica	Prática	Ext.	Sem (S)	Anual (A)
1º Ano							
	Anatomia		02	02		120 (A)	
	Fisiologia		02	02		120 (A)	
	Bases Biológicas para Enf.		04	01		150 (A)	
	Bioética e Exercício Prof.		02			60 (A)	
	Fund. Sociologia e Antropologia		02			60 (A)	
	Fundamentos de Enfermagem I		02	03	01	180 (A)	
	Interp. e Prod. da Escrita		02			60 (A)	
	Processos Ped. em Saúde		02	01		90 (A)	
	Enf. na Saúde Coletiva I		02	02	01	150 (A)	
	Subtotal		20	11	02	990 (A)	
2º Ano							
	Fundamentos Enfermagem II	Fund. Enf. I	02	03	01	180 (A)	
	Enf. em Saúde Coletiva II	Enf. Saúde Coletiva I	02	02	01	150 (A)	
	Enfermagem em Saúde Mental		02	02	01	150 (A)	
	Epidemiologia		02	01	01	120 (A)	
	Farmacologia Aplicada à Enf.		02	01		90 (A)	
	Enf. em Saúde do Adulto I	Fund. Enf. I	02	02		120 (A)	
	Gerenciamento em Enf.		03	01		120 (A)	
	Língua Brasileira de Sinais		02			60 (A)	
	Subtotal		19	12	04	990 (A)	
3º Ano							
	Enfermagem em Saúde do Adulto II	Fund. Enf. II	02	02		150 (A)	
	Enfermagem em Saúde do Idoso	Enf. Saúde do Adulto I	02	03	01	180 (A)	
	Enfermagem em Saúde da Criança e Adolescente	Enf. Saúde da Mulher	02	02	01	150 (A)	
	Psicologia		02			60 (A)	
	Metod. Pesq. em Enfermagem		02			60 (A)	
	Enf. no Cuidado Perioperatório		03	02		150 (A)	
	Enf. na Saúde da Mulher		04	03		210 (A)	
	Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico		02	03		150 (A)	
	Subtotal		19	16	02	1.050 (A)	
4º Ano							
	Estágio Supervisionado em Enfermagem	(*)				600 (A)	
	TCC		02			60 (A)	
	Subtotal		02			660 (A)	
	Atividade de Extensão					150	

	Atividades Complementares	160
	TOTAL GERAL	4.060

* Para a disciplina de Estágio Supervisionado serão considerados pré-requisitos as seguintes disciplinas: Bioética e exercício profissional; Fundamentos em enfermagem I; Enfermagem em saúde coletiva I; Fundamentos em enfermagem II; Enfermagem em saúde coletiva II; Enfermagem em saúde mental; Enfermagem em saúde da mulher; Enfermagem em saúde do adulto I; Farmacologia aplicada à enfermagem; Enfermagem em saúde do idoso; Enfermagem em saúde do adulto II; Enfermagem em saúde da criança e adolescente; Gerenciamento em enfermagem; Enfermagem no Cuidado ao paciente crítico.

8.3 COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS CURRICULARES COM O PERFIL DO EGRESSO

8.3.1 Adequação dos conteúdos curriculares à língua brasileira de sinais – LIBRAS

A abordagem curricular adotada considera a dimensão social e o compromisso pedagógico que envolve a temática em questão, bem como compatibilizará a exigência do Decreto com os princípios que embasam a organização do Ensino Superior, dispostos nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, Parecer CNE/CES nº 776/1997 e demais normas complementares, em especial, o que expressa o citado parecer. A Língua Brasileira de Sinais será ofertada como disciplina obrigatória na estrutura curricular.

8.3.2 Adequação dos conteúdos curriculares à educação das relações étnico-raciais

Em atendimento à Resolução nº 02/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e também para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, o curso contemplará os conteúdos desenvolvidos na disciplina de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, bem como em atividades de extensão desenvolvidas ao longo do curso.

8.3.3 Adequação dos conteúdos curriculares à política nacional de educação ambiental

A respeito da Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a organização curricular do curso contempla os temas relacionados à educação ambiental através das atividades complementares, promovendo diálogo com demais cursos ofertados pela IES, bem como com diálogo permanente com a comunidade local e regional através dos seus representantes nos setores público e privado e ações de extensão universitária promovidas pelo Comitê Permanente de Gestão e Educação Ambiental – CPGEA. O conteúdo é trabalhado nas disciplinas de Enfermagem em Saúde Coletiva I e II.

8.3.4 Adequação dos conteúdos curriculares à educação em direitos humanos

Em cumprimento à determinação legal trazida pela Resolução CNE/CP nº 01/2012, e entendendo a importância da educação em direitos humanos, a organização curricular do Curso contemplará este assunto dentro das disciplinas de Fundamentos de Sociologia e Antropologia, Bioética e Exercício Profissional.

8.3.5 Adequação dos conteúdos curriculares aos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista

Em atendimento à Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a temática será trabalhada na disciplina de Processos Pedagógicos em saúde, Psicologia e Enfermagem na Saúde Mental, além dos estágios.

8.3.6 Coerência entre o PPC com as diretrizes curriculares

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá da UNESPAR está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 03/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Enfermagem. Os conteúdos essenciais do Curso de Graduação em Enfermagem condizem com os conteúdos descritos pela referida Resolução. Os conteúdos estão divididos em Formação Geral e Formação Diferenciada.

A matriz curricular está alicerçada nas Diretrizes Curriculares e integrada ao PPC, PDI e PPI da IES, contribuindo para a formação do Enfermeiro com conhecimentos previstos pelas DCNs de um profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo; qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos; capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase no litoral paranaense; identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes; capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania; como promotor da saúde integral do ser humano; e capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

O curso de Enfermagem do *Campus* de Paranaguá atende ainda ao Decreto nº 5.626/2005, que institui a disciplina de LIBRAS e à Resolução CND nº 1/2004 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; à Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de

Educação Ambiental; e à Resolução CNE nº 01/2002 que prevê a formação interdisciplinar para a Educação em Direitos Humanos.

9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

1º ANO

Disciplina	Anatomia		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Compreensão dos diferentes sistemas do corpo humano e características constitucionais, para o entendimento dos meios propedêuticos necessários para o desenvolvimento de competências para as intervenções de enfermagem.			
Bibliografia Básica: BOGART, B.I. Anatomia e embriologia . São Paulo (SP): Elsevier, 2008. MIRANDA NETO, M. H. MACHADO, T.R. Anatomia humana: Aprendizagem dinâmica . Maringá (PR): Gráfica E Editora Clichetec, 2005. RASCH, P. Cinesiologia e anatomia aplicada . Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2012.			
Bibliografia Complementar: MCMINN, R.M. (Col.) Atlas terramicina de anatomia humana . São Paulo (SP): Pfizer, 1982. MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. Anatomia orientada para a clínica . 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2013. NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana . 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2015. SOBOTTA. Atlas de anatomia humana . 22.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. TORTORA, G. J. Corpo Humano . Porto Alegre: Artmed, 2003. 630p			

Disciplina	Bases Biológicas para Enfermagem		
C/h total	05		
C/h teórica: 04	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Estudo da morfologia macro e microscópica das células, tecidos, órgãos e sistemas, necessários à compreensão do funcionamento do organismo em condições normais, ressaltando os principais aspectos de interesse clínico do enfermeiro. Compreensão da morfologia e fisiologia de microrganismos, necessárias ao desenvolvimento de competências para as intervenções em enfermagem.			
Bibliografia Básica: GRIFFITHS, A. J. F. <i>et al.</i> Introdução à Genética . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 7. ed. 2002. 794p. JUNQUEIRA, L.C.U. & CARNEIRO, J. Histologia Básica . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. TORTORA, G.J. <i>et al.</i> Microbiologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010			
Bibliografia Complementar: ABRAHAMSOHN, P. Histologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016. ALBERTS, B. <i>et al.</i> Fundamentos da biologia celular . Porto Alegre: Artmed, 2011. NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson e Thompson Genética médica . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. ROSS, H., M., PAWLINA, Wojciech. Histologia - Texto e Atlas - Correlações com Biologia Celular e Molecular . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. VIEIRA, T.; GIUGLIANI, R. (Org.). Manual de genética médica para atenção primária à saúde . Porto Alegre: Artmed, 2013. 104 p.			

Disciplina	Bioética e Exercício Profissional de Enfermagem		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: História da enfermagem. Dimensões legais e éticas para o exercício profissional da equipe da enfermagem e seus órgãos regulamentadores e fiscalizadores. Caracterização da bioética enquanto ética aplicada.			

Bibliografia Básica:

BRASIL – Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética de Enfermagem, Código de Processo Ético de Enfermagem.

BRASIL – Lei do Exercício Profissional nº7498 de 25/06/1998

OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. 2. ed. Editora Manole, 2017.

Bibliografia Complementar:

KLINGER, Fontinele Junior. Ética e Bioética em enfermagem, 3. ed. Editora AB, 2007.

GERMANO, Raimunda Medeiros. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil. Editora Cortez, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção a pessoa com deficiência, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de saúde integral da população LGBT, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional; 2014

Disciplina	Fisiologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Conceitos e princípios pertinentes ao funcionamento dos órgãos e sistemas que constituem o organismo humano, com ênfase nos aspectos necessários para o desenvolvimento de competências para as intervenções de enfermagem.			
Bibliografia Básica: TORTORA, G. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003. GUYTON, A. Tratado de fisiologia médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 2002. RYAN, J. P.; TUMA, R. F. Fisiologia. São Paulo: Manole, 2000.			
Bibliografia Complementar: BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. GANONG, W. F. Fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. HOWLEY, E. T.; POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000. KAWAMOTO, E.E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 2003. MCARDLE, W. D; KATCH, F. I ; KATCH, V L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.			

Disciplina	Fundamentos de Sociologia e Antropologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Abordagem sociológica e antropológica das questões de saúde e diversidade cultural no Brasil. Diálogos entre o biológico e o social (natureza/cultura). Diversidade cultural, com ênfase nos temas e problemas emergentes (questões étnicas-raciais; gênero e direitos humanos).			
Bibliografia Básica: COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2011. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. MELO, Lucas P.; GUALDA, Dulce M. R.; CAMPOS, Edemilson H. (Org.). Enfermagem, antropologia e saúde. Barueri: Manole, 2013.			
Bibliografia Complementar: ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. BARATA, Rita B. et al (org.). Equidade e saúde. Contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.			

GERMANO, Raimunda Medeiros. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 5. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011.
NAKAMURA, Eunice *et al.* (Org.). Antropologia para enfermagem. Barueri: Manole, 2009.
SONTAG, Susan G. A doença como metáfora. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Disciplina	Fundamentos de Enfermagem I		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Conceitos teóricos e instrumentos básicos necessários ao desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes para a realização da assistência integral de enfermagem nas necessidades humanas básicas ao indivíduo, família e comunidade, na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017. POTTER, P, <i>et al.</i> Fundamentos de Enfermagem. 9ª ed. Elsevier, 2017.			
Bibliografia Complementar: BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem para a Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016. BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13. edição. Editora Guanabara Koogan, 2016. BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6. ed. Elsevier, 2016. MIYAMOTO MN, <i>et al.</i> Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3. ed. 2016. NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10. ed. Editora Guanabara Koogan, 2016.			

Disciplina	Processos Pedagógicos em Saúde		
C/h total	03		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Política de educação e ensino na área de saúde e enfermagem e a utilização da metodologia de ensino na elaboração de processos educacionais no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Estudo do direito das pessoas com transtorno do espectro autista.			
Bibliografia Básica: COSTA, N. M. S. C. Docência no ensino médico: por que é tão difícil mudar? Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, p. 21 – 30, 2007. RODRIGUES, J. A. <i>et al.</i> Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. Rio de Janeiro, v.37, n.3, p. 333-342 2013. FREITAS; M.A.O; CUNHA; I.C.K.O; BATISTA, S.H.S.S. ROSSIT, R.A.S. Docência em saúde: percepções de egressos de um curso de especialização em Enfermagem. Interface (Botucatu). v.20, n.57, p. 427-36. 2016			
Bibliografia Complementar: BERBEL, N. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.2, 1998. AQUILANTE, A. G; SILVA, R. F; AVÓ, L. R. S; GONÇALVES, F. G. P; SOUZA, M. B. B. Situações-problema simuladas: uma análise do processo de construção. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, n.2, p.147 – 156, 2011 ANGELI, A. O; LOUREIRO, S. R. A aprendizagem baseada em problemas e os recursos adaptativos de estudantes do curso médico. Rev. Bras. Edu. Méd., Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 32-41, 2001. LIMA. G.Z; LINHARES, R.E.C. Escrever bons problemas. Rev. Bras. Edu. Méd., v.32, n.2, p. 197 – 201, 2008 NOGUEIRA, V.S.; PIZZI, J. As coreografias didáticas como horizonte de sentido para as práticas			

pedagógicas. Revista Temática. n.6, p.192-201, jun., 2014

Disciplina	Enfermagem na Saúde Coletiva I		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Construção histórica das políticas públicas e modelos de atenção à saúde tendo como foco o processo saúde-doença, como base a assistência de enfermagem para a promoção a saúde, prevenção e controle das doenças na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências. SOARES, C.S.,CAMPOS, C.M.S.,. Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.			
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. CAMPOS, G.W.S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. 968 p. FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014. FIGUEIREDO NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012. MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011.549 p.			

Disciplina	Interpretação e Produção da Escrita		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Análise das condições de produção de texto referencial. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de resumos, esquemas e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos de livros. Sintaxe: concordância nominal e verbal. Redação técnica oficial e comercial.			
Bibliografia Básica: FÁVERO, L. L. Coesão e Coerência Textuais . 11.ed. São Paulo: Ática, 2006. GERALDI, J. W. O texto na sala de aula . 4 ed. São Paulo: Ática, 2006. PAULINO, G.; WALTY, I. FONSECA, M.N.; CURY, M.Z. Tipos de textos, modos de leitura . Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.			
Bibliografia Complementar: ANDRADE, M. L. C. V. O. Resenha . São Paulo: Paulistana, 2006. KOCH, I. G. V. A coesão textual . 8. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa). KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual . 5.ed. São Paulo: Contexto, 1993. (Repensando a Língua Portuguesa).			

2º ANO

Disciplina	Psicologia		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA: Compreensão dos fatores e fenômenos psicossociais no processo de desenvolvimento humano, na saúde-doença e abordagem à família e pacientes sem possibilidades de cura. Relações interpessoais, trabalho em equipe e autoconhecimento necessários à prática da enfermagem. Estudo do direito das pessoas com transtorno do espectro autista.			
Bibliografia Básica: BOCK, A. M. B. <i>et al.</i> Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo, 2001. BRAGHIROLI, Elaine Maria <i>et al.</i> Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001. DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. São Paulo: Makron Books, 2000.			
Bibliografia Complementar: RAPPAPORT, C. R. Teorias do Desenvolvimento: Conceitos Fundamentais. São Paulo: EPU, 1981. RUDNICKI, T.; SANCHEZ, M. M. Psicologia da Saúde: a Psicologia da Saúde: a prática de terapia cognitivo prática de terapia cognitivo comportamental em hospital geral. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014. SENNA, S.R.C.M. & Dessen, M.A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28(1), 101-108 GORAYEB, R. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.			

Disciplina	Fundamentos de Enfermagem II		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Implementação de habilidades, competências e atitudes para o planejamento e intervenções de enfermagem na assistência integral às necessidades humanas básicas no cuidado ao indivíduo, família e comunidade, na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017. POTTER, P, et al. Fundamentos de Enfermagem. 9. ed. Elsevier, 2017.			
Bibliografia Complementar: BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem Para A Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016. BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13. ed. Editora Guanabara Koogan, 2016. BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6. ed. Elsevier. 2016. MIYAMOTO MN, <i>et al.</i> Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3. ed. 2016. NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10. ed. Editora Guanabara Koogan. 2016.			

Disciplina	Enfermagem em Saúde Coletiva II		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA: Estruturação do saber e das práticas de enfermagem em saúde coletiva; resgate dos modelos de atenção à saúde com ênfase na vigilância em saúde, Programa Nacional de Imunização, estratégia saúde da família (ESF), tomando como referência o controle social, a integralidade e as linhas de cuidado do SUS.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.			

BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.

SOARES, C.S., CAMPOS, C.M.S., Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CAMPOS, G.W.S. tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo. Hucitec, 2012. 968 p.

FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014.

Figueiredo NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012.

MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011. 549 p.

Disciplina	Enfermagem em Saúde Mental		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA:			
Estudo da Política Nacional de Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial. Promoção à saúde mental. Fatores e comportamentos de risco para o adoecimento mental. Cuidado de enfermagem sistematizado em nível individual e coletivo, domiciliar e institucional em todo ciclo de vida.			
Bibliografia Básica:			
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.			
SADOCK, B. J.; SADOCK, V.A. Compêndio de psiquiatria. Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 9.ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.			
TOWNSEND, M. C.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados. 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
ESPINOSA, A F. Psiquiatria (Guia). Rio de Janeiro: McGraw- Hill, 2000.			
JAYRES, M. Psicopatologia Geral. Vol., I e II. São Paulo: Atheneu, 2000.			
PAYVA, L. M. Medicina Psicossomática e Psicopatologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			
REIS, S.P. Psicologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenológica. São Paulo: Atheneu, 2000.			
SPOERRI, T. H. Manual de Psiquiatria, fundamentos da clínica. São Paulo: Atheneu, 2000.			
NETTINA, M.S. Prática de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1999.			

Disciplina	Epidemiologia		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA			
Conhecimento de métodos e técnicas de abordagem epidemiológica e fatores determinantes do processo saúde-doença como ferramenta do planejamento em saúde. Bases da epidemiologia descritiva, medidas de saúde coletiva, sistemas de informação em saúde. Vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.			
Bibliografia Básica:			
MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2006.			
PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.			
ROUQUAYROL, Maria Zélia: ALMEIDA FILHO, Naomar de. Introdução à Epidemiologia. 4.ed. Guanabara Koogan, 2006.			

Bibliografia Complementar:

CASTIEL, L.D. A medida do possível, saúde, risco e tecno biociência. Ed. Fiocruz, 1999.
REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.
VIANA, Sólton Magalhães., [et.al.]. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.
SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da Epidemiologia em serviço: uma avaliação de desempenho do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Campinas, SP: [s.n.], 2004.
SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2002.

Disciplina	Farmacologia Aplicada à Enfermagem		
C/h total	03		
C/h teórica: 02	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Conhecimento da farmacologia e terapêutica clínica e suas relações com os sistemas biológicos para a utilização adequada na assistência de enfermagem. Cuidado de enfermagem na terapia medicamentosa.			
Bibliografia Básica:			
BRUNTON, L.L; Chabner BA; KNOLLMANN B.C. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12.ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2012.			
RANG, H. P.; et al. Farmacologia. 7.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.808 p.			
SILVA, P. Farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010. 1352 p.			
Bibliografia Complementar:			
ALBERTS, B., et al. Biologia Molecular da Célula. 5.ed. Porto Alegre, Artmed, 2010. 1396 p.			
GUYTON, A. C, HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11. ed., Rio de Janeiro: Elsevier., 2006.			
KATZUNG, B.G.; MASTERS S.B; TREVOR A.J. Farmacologia Básica e Clínica. 12. ed. Rio de Janeiro. McGraw-Hill, 2014. 1228 p.			
LOPES C.L.; Tratado de Clínica Médica. São Paulo. ROCA, 2006. 5366 p.			
SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda. Brunner e Suddarth tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			

Disciplina	Enfermagem em Saúde do Adulto I		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adulto com foco nas doenças crônico-degenerativas, mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução das doenças, fatores de risco, causas, tratamentos e assistência de enfermagem. Diretrizes, informação, avaliação e monitoramento na prevenção, recuperação e reabilitação em saúde em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			
SMELTZER, Suzanne C.; BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.			
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).			
Bibliografia Complementar:			
DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002.			
DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996.			
DÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.			
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.			
HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.			

HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.

Disciplina	Gerenciamento em Enfermagem		
C/h total	04		
C/h teórica: 03	C/h prática: 01	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Políticas que norteiam o processo de trabalho nas instituições de saúde e nos serviços de enfermagem e as propostas assistenciais. Concepções teóricas e instrumentos para o planejamento em saúde e gerência dos serviços de enfermagem. Competências e habilidades para a gestão da qualidade e segurança em saúde e enfermagem.			
Bibliografia Básica: BESSIE & HUSTON, Carol. Administração e Liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4. ed. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2005. MARQUIS, Bessie L & HUSTON, Carol J; trad. Regina Machado Garcez e Eduardo Schaan. Administração e Liderança em Enfermagem.: teoria e aplicação. 2. ed. Porto Alegre; Artmed, 1999. KURCGANT, Paulina <i>et al.</i> , Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.			
Bibliografia Complementar: BARTMANN, Mercilda; KRAUSER, Lucia Toyoshima; TULIO, Ruth. Administração na Saúde e na Enfermagem. São Paulo: Senac Nacional, 2005. CUNHA, K. C. (Coord.). Gerenciamento na enfermagem: novas práticas e competências. São Paulo: Martinari, 2005. NICOLA, Anair Lazzari; ANSELM, Maria Luiza. Dimensionamento de Pessoal de enfermagem em um hospital universitário. Rev. Bras. Enferm 2005 mar – abr.; 58 (2): 186 – 90. CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo: Ma GRAW HILL, 1979. VOL. I e II. MOTTA, Ana Letícia Carnevalli. Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Operadoras de Planos de Saúde. São Paulo: latria, 2003 http://novo.portalfen.gov.br/ http://www.coren-ro.org.br/site/			

Disciplina	Língua Brasileira de Sinais		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural. Bilinguismo e educação de surdos: diretrizes legais e político-pedagógicas. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais : teoria e prática para assistência da enfermagem na rede de atenção à saúde.			

3º ANO

Disciplina	Enfermagem na Saúde do Adulto II		
C/h total	04		
C/h teórica: 02	C/h prática: 02	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo das patologias clínicas que afetam fisiopatologicamente os diversos sistemas corpóreos em adultos. Cuidado de enfermagem sistematizado ao indivíduo, família e comunidade, com foco nas necessidades humanas básicas, em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: SMELTZER, Suzanne C. BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998. BARROS, Elvino.; <i>et al.</i> Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).			
Bibliografia Complementar: DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002. DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996. ÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001. BARROS, Elvino.; <i>et al.</i> Exame Clínico: consulta rápida. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.			

HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.
HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.

Disciplina	Enfermagem na Saúde do Idoso		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção à Saúde do Idoso e o processo saúde-doença no envelhecer humano. Cuidado de enfermagem sistematizado em nível individual e coletivo, domiciliar e institucional da pessoa idosa, sadia ou em adoecimento na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde. Cadernos de Atenção Básica da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2006. PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002. PAPALÉO NETO, Matheus. Velhice ou Terceira Idade? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.			
Bibliografia Complementar: EAUVIOR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. ELIOPUOLUS, Charlotte. Enfermagem Gerontológica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002. PAPALÉO NETO, Matheus. Como cuidar de idosos. Campinas: Papirus, 1996			

Disciplina	Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente		
C/h total	06		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão: 01	C/h semipresencial:
EMENTA Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e as diretrizes nacionais de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens com foco na promoção, proteção e recuperação da saúde. Mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução das doenças na infância e na adolescência, fatores de risco, causas, tratamentos e assistência de enfermagem.			
Bibliografia Básica: COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R. G.; VIEIRA, C. S. Manual de enfermagem em pediatria. 2. ed. Goiânia: AB, 2010. FUJIMORI, E; OHARA, C.V.S. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009. KYLE, Terri. Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, José Luiz T e GOMES, João André C. Manual de Imunizações. Rio de Janeiro: ENSP/ Fiocruz, 2006. AMARAL, João Joaquim Freitas do; PAIXÃO, Antônio Carvalho da. Manual para Capacitação da Graduação, Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância. OMS/OPAS/MS, 2004. BOHER, Mauro Silva de Athayde. Rotinas em Pediatria. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997. SEGRE, Conceição Aparecida de Matos. Pediatria – Diretrizes Básicas Organização de Serviços. São Paulo: Sarvier, 2001. WHALEY, Sucille F. WONG, Dorme. Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Interação Efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.			

Disciplina	Metodologia da Pesquisa em Enfermagem		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Caminhos metodológicos e científicos na estruturação de um projeto de pesquisa. Estudo dos métodos nas abordagens de pesquisa aplicadas na enfermagem.			
Bibliografia Básica: LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo:			

Atlas, 2010.

MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.

HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Disciplina	Enfermagem em Saúde da Mulher		
C/h total	0		
C/h teórica: 04	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Cuidado de enfermagem sistematizado à mulher em todo ciclo de vida e ao recém-nato, com foco na promoção à saúde, prevenção de doença, tratamento e reabilitação na Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			
BASTOS, Álvaro da Cunha. Ginecologia. São Paulo: Atheneu, 2006.			
BEREK, Jonathan S. Berek & Novak: Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.			
FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nadia Zanon. Enfermagem e Saúde da Mulher. São Paulo: Manole, 2013. FREITAS, Fernando. (org.). Rotinas em ginecologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
CARPENITO-MOYET, L. J. Manual de Diagnóstico de Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.			
CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed, 2011. Ginecologia. Barueri/SP: Manole, 2009.			
GUYTON, A. C. Fisiologia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.			
JOHNSON, Marion. Ligações Nanda, NOC e NIC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.			
NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.			

Disciplina	Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Estudo da Política Nacional de Atenção às Urgências. Mecanismos fisiopatológicos que presidem a gênese e a evolução de agravos agudos, fatores de risco, causas e tratamentos. Cuidado de enfermagem sistematizado em situações críticas em toda Rede de Atenção à Saúde.			
Bibliografia Básica:			
AZEVEDO, Edjane Guerra de. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. AB Editora, 2009.			
CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M. Nunes W. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo: Atheneu; 2011.			
MOOCK, M. Basile Filho A. Casos clínicos em terapia intensiva. São Paulo: AMIB, 2014.			
Bibliografia Complementar:			
GOMES, Alice Martins. Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva. EPU, 2008.			
KNOBEL, E. et. al. Condutas no paciente grave. São Paulo: Atheneu; 2006. 2vls.			
PESSINI, L. Distanásia: até quando prolongar a vida. São Paulo: Loyola; 2007. PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Loyola, 2014.			

SWERINGER, P. L.; KEEN, J. H. Manual de Enfermagem no cuidado crítico: Intervenções em enfermagem e problemas colaborativos. Porto Alegre: Artmed; 2005.

Disciplina	Enfermagem no Cuidado Perioperatório		
C/h total	05		
C/h teórica: 02	C/h prática: 03	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Conceitos teóricos e instrumentos necessários ao desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes para o planejamento e intervenções de enfermagem na assistência integral à indivíduos no pré, trans e pós-operatório, no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Atuação do enfermeiro no reprocessamento de artigos de saúde.			
Bibliografia Básica: AlmeidaM. C. de, SilvaN. C. da, & SabinoA. da S. (2019). Enfermagem perioperatória e sua inserção nos planos de ensino das universidades. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 11(11), e500. https://doi.org/10.25248/reas.e500.2019 SMELTZER, S. C. ; BARE B.G. <i>Tratado de enfermagem médico-cirúrgica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			
Bibliografia Complementar: Guido LA, Goulart CT, Brum CN et al. Cuidado de enfermagem perioperatório: revisão integrativa de literatura J res.: fundam. care. online 2014. out./dez. 6(4):1601-1609 Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização - SOBECC. Práticas recomendadas SOBECC: centro cirúrgico, recuperação anestésica e centro de material e esterilização. 5. ed. São Paulo: SOBECC; 2009. Carvalho R, Bianchi ER. Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação. Barueri: Manole; 2007.			

4º ANO

Disciplina	Estágio Supervisionado em Enfermagem		
C/h total	300		
C/h teórica:	C/h prática: 300	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA Aplicação dos conhecimentos acerca do cuidado nos diferentes ciclos de vida e gerenciamento de unidades de enfermagem e recursos no contexto da Rede de Atenção à Saúde. Implementação do planejamento em saúde como instrumento do processo de trabalho gerencial em enfermagem.			
Bibliografia Básica: DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.			
Bibliografia Complementar: ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010. CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed. 2011. NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2012 – 2014. Porto Alegre: Artmed, 2012. PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013. PESSINI, L. Humanização e Cuidados Paliativos. São Paulo: Loyola. 2014.			

Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso		
C/h total	02		
C/h teórica: 02	C/h prática:	C/h extensão:	C/h semipresencial:
EMENTA			
Implementação do projeto de pesquisa e conclusão/apresentação de artigo científico			
Bibliografia Básica:			
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.			
HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed São Paulo: Atlas, 2007.			
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.			

10 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

10.1 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa é o processo de produção de conhecimento adotando-se uma metodologia específica na busca de respostas a questões. Na UNESPAR ela se orienta numa perspectiva ética, posto que o pesquisador possui uma responsabilidade social em relação a sua produção. O conceito de Universidade está ligado à produção do conhecimento, porém o estímulo à curiosidade e à criatividade não pode se limitar a projetos específicos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação.

As atividades pedagógicas desenvolvidas pelo curso buscam estimular a investigação em quaisquer dos níveis de formação. Se a pesquisa se articula com o ensino, uma vez que para produzir um novo conhecimento se manipula conhecimentos anteriormente já produzidos, ela também deve estar articulada com a extensão.

A política para a pesquisa na UNESPAR está voltada para a geração de conhecimento e tecnologia em todos os campos do saber e sua disseminação em padrões elevados de qualidade, seja através do ensino, publicações técnicas e científicas, ou outras formas de divulgação, e que atendam às demandas sociais locais, regionais e nacionais. Esses objetivos serão atingidos pelo fortalecimento da pesquisa, com ênfase na consolidação de Grupos de Pesquisa, entendidos como células iniciais para a definição e fortalecimento das áreas de pesquisa, mas também desenvolvida em projetos individuais.

A pesquisa deve estar contemplada na trajetória de formação acadêmica dos discentes como atividade acadêmica complementar. Para tanto, a UNESPAR busca constantemente uma maior participação dos acadêmicos em atividades de pesquisa, no âmbito dos Centros.

São prioridades as seguintes políticas de pesquisa: fortalecimento dos Programas de Iniciação Científica; Socialização e divulgação dos trabalhos desenvolvidos e resultados obtidos; fomento às iniciativas inovadoras de pesquisa e o apoio à promoção e participação em eventos científicos, à realização de traduções e incentivo às publicações, especialmente através da editora da instituição; Registro de propriedade intelectual; formação de parcerias e convênios de pesquisa entre a Universidade e a comunidade; integração entre os *campi* e outras instituições para otimizar a distribuição de pessoal e uso de recursos materiais e infraestrutura; ampliação de programa de bolsas de iniciação científica por meio de integração à iniciativa privada, além das instituições públicas; fortalecimento dos órgãos internos de apoio à pesquisa; apoiar a realização e participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e culturais, para apresentação de trabalho ou a interesse da instituição.

10.2 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A extensão na UNESPAR tem como objetivo a articulação com diferentes atores sociais, buscando a difusão e a disseminação do conhecimento dos saberes científicos e populares, da informação e da cultura, tornando-os acessíveis à sociedade em geral e fazendo deles instâncias sociais críticas de modificação social e pedagógica.

A extensão vem ocupando cada vez mais espaço nas políticas públicas, e existem perspectivas de investimento em projetos de extensão, tanto por parte do Governo Federal quanto do Estadual. Numa concepção crítica e emancipatória, a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social.

A política de extensão e cultura da UNESPAR está orientada pelos compromissos de: promover o diálogo entre o saber científico produzido na Universidade e os saberes leigos, populares e tradicionais provindos de diferentes culturas; intervir na solução de problemas sociais e ambientais existentes na região, voltados a: direitos humanos, terceira idade, medicina preventiva, formação continuada, egressos de estabelecimentos penais, pessoas com necessidades especiais, infância e adolescência, gestão e educação ambiental, a fixação do homem no campo: transferência de tecnologia, agroecologia; promover a utilização de recursos físicos, técnicos e tecnológicos para ampliar a qualidade da educação continuada; proporcionar atividades de produção, preservação e divulgação artístico cultural; valorizar os programas de Extensão *intercampi*, interinstitucionais, por intermédio de redes ou parcerias e atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional; ampliar os canais de comunicação e divulgação com a comunidade interna e externa.

11 CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Willian Augusto de Melo	Enfermagem (UNESPAR)	Doutor em Ciências da Saúde (UEM); Mestre em Enfermagem (UEM); Especialista em Administração Hospitalar (UNOPAR) e em Educação Profissional na Área de Saúde (ENSP/UEM)	20	TIDE

A coordenação do curso será exercida pró-tempore pelo professor Doutor Willian Augusto de Melo, atualmente lotado no Colegiado de Enfermagem do *campus* de Paranavaí até a aprovação e início de funcionamento do curso.

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho

Para início de funcionamento do curso, a proposta prevê a contratação de 25 novos professores, sendo contratados inicialmente por Professores com contrato temporário através do Processo Seletivo Simplificado até a realização do concurso público, com titulação de pós-graduação *stricto sensu* - doutorado, conforme deliberação do Conselho Universitário da Instituição (ANEXO IV).

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Graduados: 0

Especialistas: 0

Mestres: 0

Doutores: 25

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

No Curso de Enfermagem o Núcleo Docente Estruturante (NDE), foi instituído pela Portaria 011/2020 e é constituído pelos professores UNESPAR: Doutora Denise Maria Vaz Romano França; Doutora Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli (professora convidada – UNESPAR – Campus de Paranavaí); Doutora Rosineide Maria Batista Cirino; Doutor Sebastião Cavalcanti Neto; Doutor Willian Augusto de Melo (professor convidado – UNESPAR – Campus de Paranavaí). Também fazem parte os profissionais de saúde representantes da sociedade organizada do Litoral Paranaense: Juliane Carla Lievore (Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos); Kelly Regina Durski Pinheiro (1ª Regional de Saúde); Leovaldo Bonfim Pinto (1ª Regional de Saúde); e Vanessa Santos (Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá).

O Núcleo Docente Estruturante será constituído, quando da aprovação do curso e contratação dos docentes, por um conjunto de professores do curso de graduação ao qual se vinculam, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Este núcleo reúne-se, ordinariamente, no início e no final de cada semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Compete ao NDE:

- Planejar e elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em consonância com a legislação nacional e institucional relativas à criação, reconhecimento, avaliação e validação do Curso;
- Implantar e viabilizar a execução do Projeto Pedagógico do Curso, propondo ao Colegiado as alterações que se fizerem necessárias;
- Revisar e atualizar anualmente o Projeto Pedagógico do Curso;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Coordenador do Curso, praticados ad referendum do NDE;
- Exercer outras atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de suas competências.

12 INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O espaço físico geral utilizado pelo Curso de Enfermagem - *Campus* de Paranagua será disponibilizado para atender às necessidades dos professores e alunos e do próprio curso, permitindo bem-estar e qualidade na realização das atividades acadêmicas e técnico-administrativas e compreenderá:

- Sala destinada aos encontros entre o Diretor do campus e diretores de Centro de Área e Coordenadores de Curso.
- Sala destinada aos diretores de Centro de Áreas com espaço adequado para reuniões com os respectivos coordenadores de curso.
- Sala da coordenação com espaço adequado para reuniões do Colegiado do Curso e/ou Núcleo Docente Estruturante e Atendimento Acadêmico.
- Salas de aula para as respectivas turmas equipadas com projetor multimídia.
- Mini auditório equipado com recursos audiovisuais e internet adequada para exibição de filmes ou vídeos temáticos relacionados ao curso.
- Centro de eventos adequado para a realização de eventos oficiais do curso, Semana de Enfermagem, Simpósio de Enfermagem e Cerimônia de Colação de Grau.
- Biblioteca com espaço para área de estudos e atividades didática pedagógica.
- Área de convivência para acadêmicos.
- Anfiteatro destinado às atividades do Diretório do Centro Acadêmico (DCE).
- Laboratório de Enfermagem com materiais e equipamentos necessários as diversas aulas práticas relacionadas a formação do Enfermeiro.
- Laboratório de anatomia.
- Laboratórios da área de ciências biológicas adequados as práticas da disciplina de Citologia, Histologia e Genética Humana.

13. ANEXOS:

ANEXO I

REGULAMENTO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ENFERMAGEM

TÍTULO I

Das Práticas e do Estágio de:

- a. Prática de Fundamentos em Enfermagem I
- b. Prática de Fundamentos em Enfermagem II
- c. Prática de Enfermagem em Saúde coletiva I
- d. Prática de Enfermagem em Saúde coletiva II
- e. Prática de Processos Pedagógicos em saúde
- f. Prática de Epidemiologia
- g. Prática de Enfermagem em Saúde da Criança e do Adolescente.
- h. Prática de Enfermagem em Saúde da Mulher
- i. Prática de Enfermagem em Saúde Mental
- j. Prática de enfermagem em Saúde do Idoso
- k. Prática de Farmacologia Aplicada a Enfermagem
- l. Prática de Enfermagem em Saúde do Adulto I
- m. Prática de Enfermagem em Saúde do Adulto II
- n. Prática de Enfermagem no Cuidado Perioperatório
- o. Prática de Enfermagem no Cuidado ao Paciente Crítico
- p. Prática de Gerenciamento em Enfermagem
- q. Estágio Supervisionado em Enfermagem.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Neste regulamento, entende-se como atividades práticas e estágio:

- a) Atividades práticas toda e qualquer atividade desenvolvida pelo ou com o estudante no percurso de sua formação, sob a responsabilidade da instituição formadora, cujo objetivo seja o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com o exercício profissional da enfermagem, desenvolvidas em laboratórios específicos ou instituições de saúde, conforme Resolução 441 de 2013 do Conselho Federal de Enfermagem.
- b) Estágio curricular supervisionado é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

Art. 2º - As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR, abrangerá todas as disciplinas constantes no título I, letras A a Q.

Art. 3º - As práticas e estágios supervisionados do Curso de Enfermagem desta Instituição de Ensino Superior serão regidos por este regulamento e pelo Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Paraná vigente.

Parágrafo único – As práticas e os estágios serão realizados através de atividades relacionadas com o respectivo curso e/ou habilitação em situações semelhantes àquelas que encontrarão na vida profissional.

Art. 4º - A prática e/ou estágio supervisionado pertinente a cada disciplina, estabelecido conforme currículo, é obrigatório e terá caráter eminentemente prático.

Art. 5º - As práticas e os estágios deverão ser cumpridos nesta Instituição de Ensino Superior ou nas instituições de saúde disponíveis e previamente conveniadas, conforme escolha do respectivo orientador com anuência do coordenador do curso e/ou coordenador de estágio.

Art. 6º - Para o planejamento e execução de prática e/ou estágio nas diversas disciplinas, deve-se considerar a proporcionalidade do número de estagiários por supervisor com respeito ao nível de complexidade da assistência ao paciente e em concordância com as normas das instituições concedentes, que limitam em média à cinco o número de acadêmicos por grupo para execução das atividades.

Parágrafo único - A responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, alternativamente, deverá ser assumida pela instituição de ensino

Art. 7º - As práticas e/ou estágios de disciplinas teórico-prático, poderão incorrer em uma jornada de até 40 (quarenta) horas semanais. Conforme Art. 10 da Lei 11.788/2008.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E ESTÁGIOS

Art. 8º - A prática e o estágio supervisionado do Curso de Enfermagem será constituído por:

- a) Coordenador do Colegiado do curso de Enfermagem
- b) Coordenador de Estágio (se aplicável)
- c) Professor/orientador da disciplina
- d) Acadêmicos

Art. 9º - O Coordenador de Estágio (se aplicável), responsável pelas práticas e estágios será eleito a cada dois anos, através do voto secreto dos professores do Colegiado de Enfermagem.

Parágrafo único – O professor, para se candidatar à vaga de Coordenador de Estágio do Curso de Enfermagem (se aplicável), deve supervisionar prática e/ou estágio do Curso, deverá pertencer ao Curso de Enfermagem e possuir formação de nível superior da área de Enfermagem.

Art. 10º - Somente podem ser orientadores/supervisores de práticas e/ou estágios, docentes enfermeiros da UNESPAR, respeitada a sua área de formação, experiência profissional e as peculiaridades do campo de trabalho em que se realiza o estágio, conforme parágrafo único do Artigo 36 pertencente ao Regulamento Geral do Estágio da UNESPAR.

Art. 11º - Os acadêmicos deverão estar devidamente matriculados na disciplina de prática e/ou estágio supervisionado do curso de Enfermagem.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12º - São atribuições do Coordenador do colegiado do Curso de Enfermagem e/ou Coordenador de Estágio (se aplicável), no tocante às práticas e estágios supervisionados:

- a- Convocar e realizar reuniões com os orientadores para estabelecer as particularidades de cada prática e/ou estágio, ou sanar divergências existentes.
- b- Coordenar as atividades e supervisionar a realização das práticas e estágios.
- c- Estabelecer contatos com as instituições e respectivas direções visando a realização das práticas e estágios.
- d- Dar assistência regular aos orientadores das práticas e estágios a nível funcional e, dentro do possível, a nível material, de acordo com o plano de ação apresentado antecipadamente.
- e- Solicitar e recolher os projetos de prática e/ou estágios das disciplinas anteriormente relacionadas junto ao Plano de Ensino e; com prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, recolher o cronograma definitivo de práticas e/ou estágio, com finalidade de viabilizar o cumprimento do plano de ação.
- f- Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO IV DA

ORIENTAÇÃO

ATRIBUIÇÕES GERAIS

Art. 13º – Ao professor orientador compete:

- a- Elaborar um projeto de prática e/ou estágio, onde deverá conter: a relação dos acadêmicos; a divisão por equipes; o período e horário de realização; método de avaliação; nome da entidade desejada; e outros meios e dados que achar necessário

para a realização da prática e/ou estágio, além de expor os pontos essenciais e seus objetivos, de forma a não deixar dúvidas ao acadêmico;

- b- Para o cumprimento de carga horária e do conteúdo previsto para cada disciplina, cabe ao orientador apresentar o projeto de prática e/ou estágio definitivo ao Coordenador no prazo de no máximo 30 (trinta) dias após o início do ano letivo;
- c- O projeto de prática e/ou estágio elaborado pelo orientador, deverá ser apresentado em reunião de colegiado para apreciação quanto aos objetivos, conteúdo programático e à carga horária, previstos no Plano de Ensino de cada disciplina, para posterior aprovação;
- d- Orientar, acompanhar e avaliar efetiva e permanentemente os acadêmicos em suas atividades, nas diversas fases da prática e/ou estágio;
- e- Estabelecer prazo para apresentação dos trabalhos finais relativos às práticas e estágios, conforme calendário acadêmico;
- f- Avaliar em tempo hábil a situação do acadêmico, considerando os respectivos pesos atribuídos a cada etapa;
- g- Comparecer às reuniões convocadas pelo Coordenador;
- h- Solicitar a assistência do Coordenador sempre que a situação exigir;
- i- Desempenhar com imparcialidade a função de orientador, respeitando os princípios éticos e legais da profissão no ensino;
- j- Cumprir e fazer cumprir as cláusulas contidas nos convênios firmados com as instituições e o presente regulamento.

CAPÍTULO V DO

ACADÊMICO

DIREITOS E DEVERES EM GERAL

Art. 14º – A todo acadêmico do Curso de Enfermagem desta IES, assistem os seguintes direitos e deveres, no tocante à prática e ao estágio, bem como aqueles assegurado pelo Regimento e pela Lei:

DIREITOS:

- a. Dispor de orientação precisa e, dentro do possível, material básico necessário à execução de suas atividades;
- b. Contar com a supervisão efetiva e permanente do respectivo professor orientador;
- c. Ser esclarecido sobre as normas vigentes a respeito das práticas e/ou estágios;
- d. Solicitar a atuação do Coordenador sempre que fizer necessário;

DEVERES:

- a. Comparecer obrigatoriamente ao local da realização das práticas e/ou estágios, nos horários determinados, devidamente uniformizado, identificados com crachá da IES e portando os materiais exigidos conforme as especificidades de cada prática e/ou estágio;
- b. Acatar as normas gerais dos estabelecimentos concedentes o que for estipulado pela direção do mesmo;
- c. Conduzir-se, no decorrer das práticas e/ou estágios, com ética e dignidade, respeito e espírito de cooperação, contribuindo em todos os momentos, para a preservação de um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades educativas;
- d. Cumprir as atividades previstas no projeto de práticas e/ou estágio e demais recomendações do orientador;
- e. Entregar os trabalhos científicos ao orientador para avaliação, dentro do prazo previamente determinado;
- f. Cumprir o presente regulamento e as determinações pertinentes emanadas dos órgãos competentes.

CAPÍTULO VI DOS

OBJETIVOS

Art. 15º– As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem têm por objetivo:

- a. Proporcionar aos acadêmicos a orientação e desenvolvimento de habilidades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos fundamentais para o exercício da profissão de enfermeiro;
- b. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho;
- c. Ampliar as experiências dos acadêmicos através do desenvolvimento de tarefas cada vez mais complexas, tendo em vista a aquisição de segurança e a capacitação para execução do trabalho relacionado com a assistência à promoção, prevenção e recuperação da saúde;
- d. Oportunizar ao acadêmico, conhecimentos gerenciais, técnico-científicos, legais e éticos dos cuidados de enfermagem, prestados aos pacientes nas diversas áreas de atuação.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DAS FASES DA PRÁTICA E DO ESTÁGIO

Art. 16º– As práticas e os estágios supervisionados do Curso de Enfermagem serão realizados em 03 (três) fases distintas:

- 1ª - Orientação (ou fase preparatória)
- 2ª - Prática e/ou estágio propriamente
- ditos 3º - Relatórios/Trabalho científico

Parágrafo 1º - A primeira fase consiste em orientar o acadêmico fora e dentro do estabelecimento, onde serão demonstrados todas as fases e aspectos das práticas e estágios, bem como o reconhecimento das instalações e dos profissionais pertencentes ao setor onde serão desenvolvidas as atividades;

Parágrafo 2º - A prática e o estágio propriamente ditos (2ª fase), serão realizados com o acompanhamento do professor orientador, no campo de atuação previamente determinado e abrangerá todas as atividades inerentes à disciplina, de acordo com o projeto de práticas e/ou estágio.

Parágrafo 3º - Os trabalho científicos deverão conter todos os itens previamente estabelecidos pelo orientador.

CAPÍTULO II DA AVALIAÇÃO

Art. 17º – O acadêmico do Curso de Enfermagem será considerado aprovado se obtiver média ponderada igual ou superior a 7.0 (sete), e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 18º – Cada acadêmico será avaliado com nota de zero a dez, de acordo com o método de avaliação apresentado nos projetos de práticas e estágios supervisionados e planos de ensino da disciplina.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º– Este regulamento poderá ser modificado no todo ou em parte pelo Colegiado de Curso.

Art. 20º – O presente regulamento de prática e estágios supervisionados do Curso de Enfermagem, entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso, tornando sem efeitos os atos anteriores que tratam dos assuntos pertinentes às práticas e estágios supervisionados.

Aprovada -----/----/---- NDE

ANEXO II

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

CAPÍTULO I – DA CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou curso de graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação cuja exigência é requisito essencial e obrigatório para a obtenção do diploma.

Parágrafo 1º - Entende-se por atividades acadêmicas aquelas que articulam e inter-relacionam os conteúdos das disciplinas estudadas com as experiências cotidianas, dentro e fora das instituições, para ratificar, retificar e/ou ampliar o campo de conhecimento.

Art. 2º - O TCC será desenvolvido por meio da Disciplina de Seminário de Orientação do Trabalho de conclusão de curso, que subsidiará orientação básica aos alunos em fase de iniciação do projeto/artigo do TCC,

Parágrafo 1º - A carga horária desta disciplina será de 60 (sessenta) horas, desenvolvidas durante um ano letivo;

Parágrafo 2º- A avaliação da disciplina de Seminários será assim distribuída:

-Avaliação do 1º bimestre- entrega do projeto de pesquisa finalizado e cadastrado no comitê de ética em pesquisa com seres humanos, se for pesquisa que envolvam seres humanos, dentro das normas e padrões pre definidos na disciplina;

-Avaliação do 2º bimestre – o orientador deverá entregar, por meio de formulários próprios, para o docente da disciplina de Seminários do TCC em data pré estipulada pelo calendário acadêmico, os acompanhamentos e orientações realizadas e a avaliação bimestral para que o mesmo possa fazer a média (nota do orientador e nota do docente da disciplina de Seminários) e lançá-las no livro de chamada.

-Avaliação do 3º bimestre-responsabilidade da pré-banca, definida anteriormente pelo docente da disciplina de Seminários do TCC, sendo exigido do acadêmico apresentação por escrito, em três vias e oral dos itens - Introdução, Metodologia, Resultados preliminares e Referencias;

-Avaliação do 4º bimestre- responsabilidade da banca pré definida pelo docente da disciplina de Seminários do TCC, sendo exigido do acadêmico apresentação por escrito, em três vias e oral dos itens - Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão, Considerações finais e Referencias nas normas.

Parágrafo 3º - O TCC deverá ser elaborado de forma individual ou em dupla, sendo a decisão tomada de comum acordo com acadêmico, docente da disciplina e dos orientadores.

Art. 3º - A elaboração do TCC implicará em rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar , contudo , o nível de graduação.

Art. 4º - São objetivos do TCC:

- I- oportunizar ao acadêmico a iniciação à pesquisa;
- II- sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;
- III- garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional,

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná



inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional.

PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



CAPÍTULO II – DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 5º - O TCC, integrante do currículo pleno do curso de graduação em Enfermagem, é por este regulamento aprovado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Art. 6º - O coordenador do TCC será o docente que assumir a disciplina de Seminário do trabalho de conclusão de curso.

Art. 7º - A Coordenação do TCC compete:

- I- elaborar, anualmente, o Calendário de todas as atividades relativas ao TCC , em especial o cronograma das defesas;
- II- receber e controlar, juntamente com os professores orientadores, a frequência e avaliação do acadêmico na execução do TCC;
- III- convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e alunos orientandos;
- IV- indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;
- V- indicar, para a aprovação do Colegiado de Enfermagem, as bancas examinadoras dos TCC;

Art. 8º - Ao professor orientador compete:

- I- O TCC será desenvolvido sob a orientação, preferencialmente, de um professor do Curso de Enfermagem ou, após aprovação do docente da disciplina de Seminários do TCC de Curso professor que compõe o Centro de Ciências da Saúde da universidade;
- II- O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte da carga horária dos professores à atividade de orientação , na forma prevista nas normas internas da UNESPAR;
- III- Cabe ao docente da disciplina de Seminários do TCC, depois de ouvido os alunos e os docentes orientadores, realizar a distribuição da orientação do TCC devendo, para esse efeito, levar em consideração a área da proposta de pesquisa do projeto escolhido pelo orientando;
- IV- Ao assinar o projeto do TCC e a carta de aceite, o professor estará comprometendo-se a realizar a orientação do acadêmico;
- V- Pode o aluno contar com a colaboração de outro profissional que não faça parte do corpo docente do Curso de Enfermagem ou do Centro de Ciências da Saúde da UNESPAR, atuando como co-orientador, desde que obtenha a aprovação expressa de seu orientador e realize essa atividade de forma voluntária, sem ônus para a UNESPAR;
- VI- O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:
 - a. Frequentar as reuniões convocadas pela coordenação do TCC;
 - b. Atender semanalmente seus alunos orientandos, em horário previamente fixado;
 - c. Entregar à coordenação, bimestralmente, as fichas de frequência e avaliação devidamente preenchidas e assinadas;

- d. Analisar e avaliar os relatórios parciais mensais que lhe forem entregues pelos orientandos;
- e. Participar das defesas para as quais estiver designado e assinar, juntamente com a banca as fichas de avaliação dos trabalhos e as atas de defesa;
- f. requerer à Coordenação do TCC a inclusão dos trabalhos de seus orientandos na pauta anual de defesa;
- g. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 9º - A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo único- o não cumprimento do disposto nos artigos 8º e 9º deste Regulamento autoriza o professor a desligar-se dos encargos de orientação , através de comunicação oficial à Coordenação do TCC.

Art. 10º - Compete ao orientando:

- I- Definir a temática do TCC, juntamente com seu orientador e em conformidade com as áreas de conhecimento estabelecidas pelo Colegiado de Enfermagem ;
- II- Informar-se e cumprir as normas e regulamento do TCC;
- III- Cumprir o plano e cronograma estabelecidos em conjunto com o seu orientador;
- IV- Verificar o horário de orientação e cumpri-lo;
- V- Frequentar as aulas da disciplina de Seminários de Orientação do Trabalho Científico em Enfermagem durante o ano letivo;
- VI- Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de TCC para entrega do projeto, relatórios parciais e versão final do TCC;
- VII- Entregar ao orientador os relatórios parciais mensais sobre as atividades desenvolvidas;
- VIII- Entregar a coordenação, ao final do ano, 4 cópias impressas de seu TCC, trabalho pelo qual será avaliado;
- IX- Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender para a pré-banca e banca o seu TCC;
- X- Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO III – DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO TCC

Art. 11º - O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com este Regulamento e com as orientações do seu professor da disciplina de Seminários de orientação do TCC e de seu orientador.

Parágrafo único- a estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver , no que for aplicável, em especial quando se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos que devem ter a aprovação do comitê de ética(COPEP).

Art. 12º - A estrutura do projeto de TCC, deve seguir o modelo de projeto de pesquisa que compõe-se de:

- I- Resumo
- II- Introdução
- III- Hipótese
- IV- Justificativa
- V- Objetivo Geral (primário)
- VI- Objetivos específicos (secundário)
- VII- Metodologia(incluindo metodologia de análise de dados)
- VIII- Riscos
- IX- Benefícios
- X- Desfecho primário
- XI- Cronograma de execução
- XII- Orçamento financeiro
- XIII- Bibliográfica
- XIV- Anexo(Termo de consentimento livre e Esclarecido ou solicitação de dispensa; Termo de autorização da instituição onde será feita a pesquisa; Instrumento de pesquisa(questionário, entrevista, etc).

Art. 13º - Para aprovação do projeto de pesquisa para a realização do TCC devem ser levadas em consideração as normas deste Regulamento e a existência ou não de TCC já apresentada e defendida com base em projeto idêntico ou similar, em anos anteriores.

Art. 14º-Aprovado o projeto inicial do TCC , a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

- I – ocorrer a mudança no 1º bimestre do ano letivo;
- II – haver a aprovação do professor orientador.

CAPÍTULO IV – DAS NORMAS PARA A ELABORAÇÃO ESCRITA DO TCC

Art. 15º - O artigo, expressão formal escrito do TCC, se dispor em pesquisa de campo, deve ser elaborado seguindo os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver considerando-se:

- I- Introdução (justificativa e objetivos);
- II- Metodologia;
- III- Resultados e Discussão(podem ser junto ou separado);
- IV- Conclusão;
- V- Referências;
- VI- Anexos (obrigatório a apresentação do parecer de aprovação do COPEP).

Art. 16º - O artigo, expressão formal escrito do TCC, se dispor em revisão literária, deve ser elaborado seguindo os critérios técnicos estabelecidos nas normas de Vancouver considerando-se:

- I- Introdução (justificativa e objetivos);
- II- Metodologia;
- III- Revisão da literatura;
- IV- Considerações
- Finais; V- Referências;
- VI- Anexos (quando for o caso).

CAPÍTULO V – DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17º - O artigo será defendido pelo(s) aluno(s) perante uma pré-banca e uma banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros 2 (dois) membros, designados pelo docente da disciplina de Seminários do TCC e apresentado ao Colegiado do Curso.

Parágrafo 1º - Quando da pré-banca será ela composta por 2 membros, podendo não ter a presença do orientador e/ou co-orientador.

Parágrafo 2º - Pode fazer parte da pré-banca e da banca examinadora um membro convidado de outros Cursos da UNESPAR-Campus Paranavaí, ou externos a universidade com interesse na área de abrangência da pesquisa, quando da anuência do orientador.

Parágrafo 3º - Quando da designação da pré-banca e da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

Art. 18º - A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes, não podendo 2 (dois) deles serem o orientador e o co-orientador.

Parágrafo 1º - Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicado, por escrito, o Coordenador do TCC.

Parágrafo 2º - Não havendo o comparecimento do número mínimo de membros da banca examinadora fixado neste artigo, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Não havendo possibilidade do professor comparecer a banca examinadora o mesmo deverá oficializar o pedido de substituição com 10 (dez) dias de antecedência, para que a Coordenação do TCC possa indicar seu substituto.

Art. 19º - Todos os professores do Curso de Enfermagem podem ser convocados para serem orientadores do TCC, bem como para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do Coordenador do TCC.

Parágrafo único - Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as pré bancas e bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) comissões examinadoras por ano.

CAPÍTULO VI – DA DEFESA DO TCC

Art. 20º - As sessões de defesa do TCC são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das pré banca e das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos do artigo antes de sua defesa.

Art. 21º - A Coordenação do TCC deve elaborar calendário anual fixando prazos para a entrega dos TCC, designação das pré bancas e das bancas examinadoras e realização das defesas.

Art. 22º - Ao término da data limite para a entrega das cópias do TCC, a Coordenação do TCC deve divulgar a composição das pré bancas e das bancas examinadoras, os horários e as salas destinados às suas defesas.

Art. 23º - Os membros das pré bancas e das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 15 dias para procederem à leitura dos Trabalhos.

Art. 24º - Na defesa, o aluno tem entre 15 a 20 minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da pré banca e banca examinadora até 05 minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 05 minutos para responder cada um dos examinadores.

Art. 25º - A atribuição das notas na pré banca e na banca não será divulgado imediatamente aos alunos. Os alunos receberão os trabalhos escritos com a correções dos membros da pré banca e banca para correções necessárias. A notas serão repassadas aos alunos pelo professor da disciplina de Seminários do TCC, posterior a banca.

Parágrafo 1º - Utiliza-se, para a atribuição das notas, Ficha de Avaliação da Banca Examinadora, na qual os examinadores determinam, exceto o orientador, suas notas para cada item avaliado, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela pré-banca, perfazendo um total de 10,0 (dez) pontos ,a banca final a nota da banca será ate 9,0 (nove).

Parágrafo 2º - A nota do orientador na banca final será no valor de até 1,0 (dois) pontos contemplados na Ficha de Avaliação do Orientador(anexo II), somente na banca final,considerando o desenvolvimento do discente na produção do TCC.

Parágrafo 3º - A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora, acrescida da nota correspondente do orientador.

Parágrafo 4º - Para aprovação, o aluno deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora, sendo que o peso do artigo científico na disciplina de Seminários de Orientação do TCC é 6, sendo a nota do 3º bimestre peso 3, e notas do 1º e 2º bimestrais peso 1.

Art. 26º - A banca final examinadora pode sugerir, quando o aluno não for aprovado na banca, que reformule aspectos de seu trabalho para ser reavaliado;

Parágrafo 1º -Considera-se que o aluno que não tiver aprovado seu trabalho na banca fique para exame e que o dia para apresentar as alterações sugeridas será a data do exame da disciplina de Seminários de orientação do TCC,

Parágrafo 2º -Entregue as novas cópias do TCC, já com as alterações realizadas, reunir-se-á novamente a banca examinadora, devendo então proceder à avaliação, na forma prevista no artigo anterior, com nova defesa oral, quando necessário, a nota desta etapa será considerada a nota do exame

Parágrafo 3º - Se o aluno não atingir a média no exame será considerado reprovado na disciplina de Seminários de Orientação do TCC.

Art. 28º - O aluno que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, será atribuída nota 0 no 4º bimestre da disciplina de Seminários de Orientação do TCC.

Art. 29º - A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada na ata respectiva..

Parágrafo único. Compete ao Colegiado do Curso analisar os recursos das avaliações finais.

CAPÍTULO VII – DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TCC

Art. 30º - Da versão definitiva do TCC devem ser encaminhadas a Coordenação do TCC de Enfermagem da UNESPAR- campus Paranavaí, uma cópia em CD, salvo em pdf, contendo na capa do CD identificação da UNESPAR, do Curso de Enfermagem, do acadêmico, do orientador, o título do artigo científico e o ano de forma visível, na forma prevista neste regulamento.

Art. 31º - A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a aprovação final na disciplina e deve ser efetuada antes do término do ano letivo, em data estipulada pela Coordenação do TCC.

CAPÍTULO VIII – AVALIAÇÃO

Art. 32º - O trabalho de Conclusão de Curso é avaliado no ano em que é desenvolvido. **CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 33º - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelos órgãos competentes na estrutura da UNESPAR-campus Paranavaí, revogando todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Colegiado de Enfermagem.

Aprovada

ANEXO III
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS
EXTRACURRICULARES E DE EXTENSÃO

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar o registro acadêmico das Atividades Acadêmicas Complementares e de extensão constituem exigência curricular obrigatória, com carga horária definidas no Projeto do Curso, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau no Curso de enfermagem.

Art. 2º Cabe ao Coordenador do Curso de Enfermagem deferir o aproveitamento das atividades acadêmicas complementares e de extensão realizadas pelo acadêmico, através da análise dos comprovantes apresentadas junto ao protocolo da Instituição.

Art. 3º As atividades acadêmicas complementares e de extensão são entendidas como as não- integrantes das práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares do Curso, desde que afins à área de formação humanística e profissional do Curso.

Parágrafo único. São objetivos das atividades acadêmicas complementares o aprofundamento das temáticas estudadas ao longo do Curso e o enriquecimento das vivências acadêmicas.

Art. 4º Para fins de aproveitamento de estudos como atividades acadêmicas complementares e de extensão, são consideradas as seguintes modalidades, observado o disposto no artigo 3º deste Regulamento:

I - Atividades de Ensino e Pesquisa

As atividades de ensino e pesquisa constituem-se de:

- a) Monitoria
- b) Participação em projetos de pesquisa/ensino
- c) Grupos de estudos
- d) Viagens de estudos

II - Atividades de Extensão

As atividades de extensão constituem-se de:

- a) Congressos
- b) Seminários
- c) Jornadas

- d) Encontros
- e) Simpósios
- f) Aula Inaugural
- g) Projetos de extensão aprovados no Centro de Ciências da Saúde
- h) Representação estudantil em conselhos, comissões, comitê , etc.
- i) Atividades pré definidas em disciplinas do Curso

III - Produção científica

A produção científica constitui-se de:

- a) Publicação acadêmica (livros, artigos, resenhas em meio impresso ou eletrônico)
- b) Participação em eventos com apresentação de trabalhos através de painel, pôster, comunicação oral, palestra ou mesa-redonda.

IV - Vivência profissional e acadêmica complementar

A vivência profissional e acadêmica complementar consiste em:

- b) Estágios voluntários

§ 1º Além dessas atividades, outras podem ser reconhecidas, a critério do Coordenador do Curso de Enfermagem, ouvido seus pares.

§ 2º As atividades acadêmicas complementares devem ser integralizadas em mais de uma modalidade.

§ 3º As atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção científica fora do campo da Enfermagem serão computados em 5% (cinco por cento) do valor correspondente às atividades listadas na planilha em anexo.

Art. 5º Não serão validadas as atividades acadêmicas complementares em que o acadêmico tenha obtido frequência inferior a 75%, quando for o caso.

Art. 6º A participação em atividades acadêmicas complementares deve ser comprovada pelo acadêmico, mediante apresentação de certificado de participação e frequência, ou documento equivalente, a ser avaliado e aprovado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único. A documentação comprobatória das atividades acadêmicas complementares deve ser protocolizada junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.

Art. 7º A participação em eventos realizados antes do ingresso na instituição não serão

objeto de reconhecimento e validação como atividades acadêmicas complementares.

Parágrafo único. O acadêmico que ingressar por transferência externa pode validar as atividades realizadas a partir do ingresso em seu curso de origem.

Art. 8º A carga-horária, mínima e máxima, por modalidade, é definida na planilha complementar anexa.

Art. 9º A análise e a definição da carga-horária de registro correspondente às atividades acadêmicas complementares cumpridas pelo acadêmico são registradas em ficha própria na Secretaria Acadêmica.

Art. 10º Cabe ao Coordenador do Curso de Enfermagem resolver os casos omissos, submetendo-os, quando necessário, ao Colegiado do Curso.

OBSERVAÇÕES:

- 1) As atividades devem ser realizadas no transcorrer do Curso, devendo estar relacionadas ao objeto de formação ou na área da saúde. Comprovantes devem ser apresentados e protocolados junto ao Serviço de Protocolo da Instituição de Ensino.
- 2) O total de horas das atividades acadêmicas complementares deve ser integralizado em mais de uma modalidade.
- 3) Em caso de o acadêmico ter participação em modalidades diferentes num mesmo evento, só é aceito certificado de uma delas.
- 4) Os livros e artigos publicados, para fins de atividades acadêmicas complementares, serão avaliados por uma comissão formada por três professores do Colegiado para emissão de parecer de validação dos mesmos.

Aprovada em -----/----/----- pelo NDE

ANEXO IV
PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE IMPLANTAÇÃO

1 LABORATÓRIOS

1.1. LABORATÓRIO MULTIDICISPLINAR

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Microscópios biológico binocular	15	1.832,74	27.491,10
2	TV	2	1.200,00	2.400,00
3	Estufa de Secagem	2	1.600,00	3.200,00
4	Estufa Incubadora	1	3.000,00	3.000,00
5	Estufa microprocessada para cultura de bactéria	1	4.500,00	4.500,00
6	Lupas	2	250,00	500,00
7	Geladeira	1	2.500,00	2.500,00
8	Destilador	1	2.500,00	2.500,00
9	Mesa agitadora	1	1.000,00	1.000,00
10	Banho Dubnoff	1	5.000,00	5.000,00
SUB TOTAL				52.091,10

1.2. LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Macas	8	1.200,00	9.600,00
2	Manequim, Simulador adulto P/treino de Enfermagem, bissexual c/ órgãos Internos	5	4.841,20	24.206,00
3	Desfibrilador	2	9.000,00	18.000,00
4	Oxímetro	1	250,00	250,00
5	Glicosímetro	1	70,00	70,00
6	Estetoscópio	5	350,00	1.750,00
7	Esfigmomanômetro	5	120,00	600,00
8	Balança manual	4	900,00	3.600,00
9	Balança digital	1	900,00	900,00
10	Balança antropométrica	1	1.200,00	1.200,00
11	Sonar fetal	1	500,00	500,00
12	Bomba de infusão	1	3.500,00	3.500,00

13	Negatoscópio	1	350,00	350,00
SUB TOTAL				64.526,00

1.3. LABORATÓRIO DE ANATOMIA

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	2	207,48	414,96
2	Clavícula direita	3	200,00	600,00
3	Clavícula esquerda	3	200,00	600,00
4	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	3	518,70	1556,10
5	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	1	484,12	484,12
6	Coração ampliado com 3 partes	1	587,86	587,86
7	Corte de rim básico em corte sagital	1	179,82	179,82
8	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	5	207,48	1037,40
9	Escápula direita	5	200,00	1000,00
10	Escápula esquerda	5	200,00	1000,00
11	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	1	800,00	800,00
12	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	1	800,00	800,00
13	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	1	800,00	800,00
14	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- direito	1	800,00	800,00
15	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- esquerdo	1	800,00	800,00
16	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	500,00	1500,00
17	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	1	1000,00	1000,00
18	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	1	1000,00	1000,00
19	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	1	800,00	800,00
20	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	800,00	2400,00
21	Fêmur direito	5	500,00	2500,00
22	Fêmur esquerdo	5	500,00	2500,00
23	Fíbula direita	5	500,00	2500,00
24	Fíbula esquerda	5	500,00	2500,00
25	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	1	11757,20	11757,20
26	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	1800,00	1800,00



27	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	1500,00	1500,00
28	Armários com portas de vidro para modelos anatômicos sintéticos	2	1000,00	2000,00
29	Articulação do cotovelo confeccionado em resina plástica rígida	1	172,90	172,90
30	Articulação do joelho (direito) em resina plástica rígida, com movimento de flexão	1	221,31	221,31
31	Articulação do ombro (direito) em resina plástica rígida, com clavícula	1	172,90	172,90
32	Bancos de madeira com 70 cm de altura	15	120,00	1800,00
33	Braço musculado em fibra de vidro com 6 partes. Músculos superficiais e profundos	1	1590,68	1590,68
34	Cabeça corte mediano, confeccionado em resina plástica emborrachada	1	414,96	414,96
35	Cadeira para o professor	1	150,00	150,00
36	Cérebro com 8 partes confeccionado em resina plástica emborrachada, corte horizontal e vertical. Principais estruturas do Sistema Nervoso Central	1	1800,00	1800,00
37	Clavícula direita	3	600,00	1800,00
38	Clavícula esquerda	3	600,00	1800,00
39	Coluna vertebral desarticulada completa confeccionada em resina plástica rígida, acompanha caixa de madeira	3	450,00	1350,00
40	Coluna vertebral em 3B Bonelike. Moldado do natural da coluna vertebral humana	1	800,00	800,00
41	Coração ampliado com 3 partes	1	500,00	500,00
42	Corte de rim básico em corte sagital	1	450,00	450,00
43	Crânio em três partes tamanho natural confeccionado em resina plástica rígida	5	250,00	1250,00
44	Escápula direita	5	300,00	1500,00
45	Escápula esquerda	5	300,00	1500,00
46	Esqueleto pélvico feminino em resina plástica rígida	1	262,81	262,81
47	Esqueleto da perna com osso do quadril direito	1	691,60	691,60
48	Esqueleto da perna com osso do quadril esquerdo	1	760,76	760,76
49	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- direito	1	800,00	800,00
50	Esqueleto do braço com escápula e clavícula- esquerdo	1	800,00	800,00
51	Esqueleto do pé com ossos do tornozelo em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	165,98	497,94
52	Esqueleto padrão 1,68cm, em resina plástica rígida cor natural	1	1280,00	1280,00
53	Esqueleto padrão desarticulado, contendo todos os ossos	1	830,00	830,00
54	Esqueleto pélvico masculino em resina plástica rígida	1	262,81	262,81
55	Esqueletos da mão com ossos do punho em resina plástica rígida em suporte de acrílico	3	165,98	497,94
56	Fêmur direito e esquerdo	10	120,00	1200,00

57	Fíbula direita 10 Fíbula esquerda	10	150,00	1500,00
58	Figura muscular assexuado 1,70m com 34 partes em resina plástica	1	7000,00	7000,00
59	kit com 5 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	2000,00	2000,00
60	Kit com 7 Bonelike vértebras cervicais fornecidas junto com um suporte 30x21x6cm	1	2500,00	2500,00
61	Mesa de estrutura tubular e tampo de fórmica para o professor	1	800,00	800,00
62	Mesas de estrutura tubular e tampo de fórmica branca com 90 cm altura	2	600,00	1200,00
63	Osso do quadril direito	5	172,90	864,50
64	Osso do quadril esquerdo	5	172,90	864,50
65	Perna musculada em fibra de vidro com 9 partes. Músculos superficiais e profundos	1	2109,38	2109,38
66	Pulmão luxu em resina plástica emborrachada. Principais estruturas do sist. Respiratório	1	2074,80	2074,80
67	Rádio direito	5	400,00	2000,00
68	Rádio esquerdo	5	400,00	2000,00
69	Rótula direita	3	400,00	1200,00
70	Rótula esquerda	3	400,00	1200,00
71	Sacro e cóccix	5	800,00	4000,00
72	Sistema digestório em resina plástica emborrachada com 85 cm	1	1037,40	1037,40
73	Tíbia direita	5	350,00	1750,00
74	Tíbia esquerda	5	350,00	1750,00
75	Torso bissexual de 85 cm com 24 partes, em resina plástica emborrachada. Cabeça, tórax e abdome com órgãos interno	1	1417,78	1417,78
76	Ulna direita	5	400,00	2000,00
77	Ulna esquerda	5	400,00	2000,00
78	Úmero direito	5	400,00	2000,00
79	Úmero esquerdo	5	400,00	2000,00
SUB TOTAL				113642,43

1.4. LABORATÓRIO DE FISIOLOGIA

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Eletros estimuladores	3	800	2400,00
2	Eletrocardiógrafo	1	6000	6000,00
3	Lupas binocular	1	1500	1500,00
4	Monômetros de Mercúrio – verificação de pressão arterial	2	300	600,00

5	Miógrafos	2	1500	3000,00
6	Quimógrafos	2	500	1000,00
7	Pneumógrafos	2	350	700,00
8	Refratômetros portáteis – para densidade de urina	1	100	100,00
9	Accu-Chek Active Glicose – para verificar teor de glicose	1	200	200,00
SUB TOTAL				15500,00

2. RECURSOS HUMANOS

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Professores Doutores	25	8.372,72	209.318,00
2	Técnicos de Laboratórios	5	1.412,25	7.061,25
SUB TOTAL				216.379,25

3. BIBLIOGRAFIA

1º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
GUYTON, A. Tratado de fisiologia médica. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 2002.	5	480,00	2400,00
ABRAHAMSOHN, P. Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2016.	1	300,00	300,00
ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. Porto Alegre: Artmed, 2011.	1	150,00	150,00
ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.	1	30,00	30,00
ANGELI, A. O; LOUREIRO, S. R. A aprendizagem baseada em problemas e os recursos adaptativos de estudantes do curso médico. Rev. Bras. Edu. Méd., Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 32-41, 2001.	1	25,00	25,00
AQUILANTE, A. G; SILVA, R. F; AVÓ, L. R. S; GONÇALVES, F. G. P; SOUZA, M. B. B. Situações-problema simuladas: uma análise do processo de construção. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, n.2, p.147 – 156, 2011	1	50,00	50,00
BARATA, Rita B. et al (org.). Equidade e saúde. Contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.	1	25,00	25,00
BARROS, Alba Lúcia Bottura Leide de. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.	5	80,00	400,00
BARROS, KM; Lemos IC. Processo de enfermagem: Fundamentos e discussão de casos clínicos. Atheneu. 2017.	5	70,00	350,00
BERBEL, N. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes	1	55,00	55,00



caminhos? Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.2, 1998.			
BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	1	300,00	300,00
BOCK, A. M. B. et al. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo, 2001.	5	90,00	450,00
BOGART, B.I. Anatomia e embriologia . São Paulo (SP): Elsevier, 2008.	5	180,00	900,00
BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001.	5	80,00	400,00
BRASIL – Conselho Federal de Enfermagem. Código de Ética de Enfermagem, Código de Processo Ético de Enfermagem.	5	5,00	25,00
BRASIL – Lei do Exercício Profissional nº7498 de 25/06/1998	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 2017. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.	5	5,00	25,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.	1	5,00	5,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.	1	5,00	5,00
BRASILEIRO, MSE; FERREIRA, BAS. SAE Sistematização da Assistência de Enfermagem Para A Realidade Brasileira. Ab Editora. 2016.	1	150,00	150,00
BRUNNER E SUDDARTH. Tratado de enfermagem médica-cirúrgica. 13ªEdição. Editora Guanabara Koogan, 2016.	1	120,00	120,00
BULECHEK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, J; WAGNER, CM. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 6ª ed. Elsevier. 2016.	1	80,00	80,00
CAMPOS, G.W.S. tratado de saúde coletiva. 2 ed. São Paulo. Hucitec, 2012. 968 p.	1	80,00	80,00
COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2011.	5	200,00	1000,00
COSTA, N. M. S. C. Docência no ensino médico: porque é tão difícil mudar? Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.1, n. 31, p. 21 – 30, 2007.	5	120,00	600,00
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. Introdução à psicologia. São Paulo: Makron Books, 2000.	5	170,00	850,00
Figueiredo NMA. Ensinando a cuidar em Saúde Pública-coleções práticas em Enfermagem. São Paulo. 2012.	1	120,00	120,00
FILHO NAOMAR, A., PAIM, J.P. Saúde Coletiva teoria e prática. 2014.	1	50,00	50,00
FREITAS; M.A.O; CUNHA; I.C.K.O; BATISTA, S.H.S.S.	5	80,00	400,00





ROSSIT, R.A.S. Docência em saúde: percepções de egressos de um curso de especialização em Enfermagem. Interface (Botucatu). v.20, n.57, p. 427-36. 2016			
GANONG, W. F. Fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.	1	150,00	150,00
GERMANO, Raimunda Medeiros. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil. Editora Cortez, 1993.	1	80,00	80,00
GERMANO, Raimunda Medeiros. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 5 Ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011.	1	120,00	120,00
GORAYEB, R. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. A Prática da Psicologia em ambiente hospitalar. o Hamburgo: Sinopsys.2015.	1	110,00	110,00
GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à Genética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 7ª edição. 2002. 794p.	5	80,00	400,00
HOWLEY, E. T.; POWERS, S. K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2000.	1	200,00	200,00
JUNQUEIRA, L.C.U. & CARNEIRO, J. Histologia Básica. 12. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013.	5	270,00	1350,00
KAWAMOTO, E.E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 2003.	1	500,00	500,00
KLINGER, Fontinele Junior. Ética e Bioética em enfermagem, 3ª ed. Editora AB, 2007.	1	50,00	50,00
LIMA. G.Z; LINHARES, R.E.C. Escrever bons problemas. Rev. Bras. Edu. Méd., v.32, n.2, p. 197 – 201, 2008	1	20,00	20,00
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.	5	25,00	125,00
MCARDLE, W. D; KATCH, F. I ; KATCH, V L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003	1	250,00	250,00
MCMINN, R.M. (Col.) Atlas terramicina de anatomia humana. São Paulo (SP): Pfizer, 1982.	1	180,00	180,00
MELO, Lucas P.; GUALDA, Dulce M. R.; CAMPOS, Edemilson H. (Org.). Enfermagem, antropologia e saúde. Barueri: Manole, 2013	5	75,00	375,00
MENDES, E. V. As Redes De Atenção A Saúde. Brasília: organização Pan-americana da saúde, 2011.549 p	1	50,00	50,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção a pessoa com deficiência, 2010.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, 2002.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política nacional de saúde integral da população LGBT, 2013.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartilha - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, 2007.	1	5,00	5,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de atenção integral a saúde das pessoas privada de liberdade no sistema prisional; 2014	1	5,00	5,00
MIRANDA NETO, M. H. MACHADO, T.R. Anatomia humana: Aprendizagem dinâmica. Maringá (PR): Gráfica E Editora Clichetec, 2005.	5	120,00	600,00
MIYAMOTO MN, et al. Técnicas Fundamentais De Enfermagem - 3ª Ed. 2016.	1	100,00	100,00

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. Anatomia orientada para a clínica . 6º ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2013.	1	480,00	480,00
NAKAMURA, Eunice et al (Org.). Antropologia para enfermagem. Barueri: Manole, 2009.	1	150,00	150,00
NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana . 6º ed. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2015.	1	600,00	600,00
NETTINA SM. Prática de enfermagem. 10ª edição. Editora Guanabara Koogan. 2016	1	530,00	530,00
NOGUEIRA, V.S.; PIZZI, J. As coreografias didáticas como horizonte de sentido para as práticas pedagógicas. Revista Temática. n.6, p.192-201, jun., 2014	1	80,00	80,00
NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Thompson e Thompson Genética médica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	1	100,00	100,00
OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. 2ª ed. Editora Manole, 2017.	5	120,00	600,00
POTTER, P, et al. Fundamentos de Enfermagem. 9ª ed. Elsevier, 2017.	5	240,00	1200,00
RAPPAPORT, C. R. Teorias do Desenvolvimento: Conceitos Fundamentais. v.1, São Paulo: EPU,1981.	1	120,00	120,00
RASCH, P. Cinesiologia e anatomia aplicada . Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2012	5	280,00	1400,00
RODRIGUES, J. A. et al. Tendências pedagógicas: conflitos, desafios e perspectivas de docentes de enfermagem. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. Rio de Janeiro, v.37, n.3, p. 333-342 2013.	5	120,00	600,00
ROSS, H., M., PAWLINA, Wojciech. Histologia - Texto e Atlas - Correlações com Biologia Celular e Molecular. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.	1	370,00	370,00
RUDNICKI, T.; SANCHEZ, M. M. Psicologia da Saúde: a Psicologia da Saúde: a prática de terapia cognitivo prática de terapia cognitivo comportamental em hospital geral. Novo Hamburgo: Sy comportamental em hospital ger+1:1048576al. nopsys, 2014.	1	150,00	150,00
SENN, S.R.C.M. & Dessen, M.A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28(1), 101-108	1	55,00	55,00
SOARES, C.S.,CAMPOS, C.M.S.,. Fundamentos de Saúde Coletiva e o cuidado de enfermagem. Barueri, SP. 2013.	5	60,00	300,00
SOBOTTA. Atlas de anatomia humana. 22.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.	1	610,00	610,00
SONTAG, Susan G. A doença como metáfora. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.	1	25,00	25,00
TORTORA, G. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.	5	250,00	1250,00
TORTORA, G. J. Corpo Humano. Porto Alegre: Artmed, 2003. 630p	1	50,00	50,00
TORTORA, G.J. et al. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010	5	80,00	400,00
VIEIRA, T.; GIUGLIANI, R. (Org.). Manual de genética médica para atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2013. 104 p.	1	40,00	40,00

RYAN, J. P.; TUMA, R. F. Fisiologia. São Paulo: Manole, 2000.	1	50,00	50,00
SUBTOTAL	178		23.240,00
2º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
ALBERTS, B.; et al. Biologia Molecular da Célula. 5.ed. Porto Alegre, Artmed, 2010. 1396 p. GUYTON, A. C, HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11 ed., Rio de Janeiro: Elsevier., 2006.	1	25,00	25,00
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.	5	25,00	125,00
ASHLEY, Patrícia et al. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2004.	5	130,00	650,00
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2º ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.	1	200,00	200,00
BARROS, Elvino.; et al. Exame Clínico: consulta rápida. 2º ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. Horta, AGUIAR, Wanda de. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001. (5 ex.).	5	180,00	900,00
BARTMANN, Mercilda; KRAUSER, Lucia Toyoshima; TULIO, Ruth. Administração na Saúde e na Enfermagem. São Paulo: Senac Nacional, 2005.	1	30,00	30,00
BESSIE & HUSTON, Carol. Administração e Liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4ª edição. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.	5	130,00	650,00
BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde. Cadernos de Atenção Básica da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2006.	5	10,00	50,00
BRUNTON, L.L; Chabner BA; KNOLLMANN B.C. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12.ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2012.	5	400,00	2000,00
CASTIEL, L.D. A medida do possível, saúde, risco e tecno biociência. Ed. Fiocruz, 1999.	1	30,00	30,00
CAVALCANTI, Marly (org.). Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimos a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.	1	25,00	25,00
CERTO, Samuel C. Administração Moderna. São Paulo: Prentice Hall, 2003.	1	50,00	50,00
CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. São Paulo: Ma GRAW HILL, 1979. VOL. I e II.	1	80,00	80,00
CUNHA, K. C. (Coord.). Gerenciamento na enfermagem: novas práticas e competências. São Paulo: Martinari, 2005.	1	20,00	20,00
DÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.	1	200,00	200,00
DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia: 5. ed. São Paulo: Robe. 2002.	1	400,00	400,00
DUNCAN, Bruce B. Medicina ambulatorial: 2. ed. Porto Alegre: ARTMED. 1996.	1	25,00	25,00
EAUVIOR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.	1	35,00	35,00
SMELTZER, Suzanne C.; BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro:	5	430,00	2150,00

Guanabara Koogan. 1998.			
ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010.	1	25,00	25,00
DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	120,00	600,00
PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013.	1	110,00	110,00
SUBTOTAL	54		8.380,00
3º ANO			
Bibliografia	Ex.	Unit.	Total
ALMEIDA, José Luiz T e GOMES, João André C. Manual de Imunizações. Rio de Janeiro: ENSP/ Fiocruz, 2006.	1	45,00	45,00
AMARAL, João Joaquim Freitas do; PAIXÃO, Antônio Carvalho da. Manual para Capacitação da Graduação, Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância. OMS/OPAS/MS, 2004.	1	40,00	40,00
ANDRADE, M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.	1	70,00	70,00
ÂNGELO, José Geraldo. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo). 2001.	1	75,00	75,00
AZEVEDO, Edjane Guerra de. Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. AB Editora, 2009.	5	55,00	275,00
BASTOS, Álvaro da Cunha. Ginecologia. São Paulo: Atheneu, 2006.	5	66,00	330,00
BEREK, Jonathan S. Berek & Novak: Tratado de ginecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	450,00	2250,00
BOHER, Mauro Silva de Athayde. Rotinas em Pediatria. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.	1	10,00	10,00
CARPENITO-MOYET, L. J. Manual de Diagnóstico de Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.	1	125,00	125,00
CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de Cuidados de Enfermagem e Documentação: diagnóstico de Enfermagem e Problemas Colaborativos. Porto Alegre: Artmed. 2011.			
Ginecologia. Barueri/SP: Manole, 2009.	1	265,00	265,00
CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M. Nunes W. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo: Atheneu; 2011.	5	150,00	750,00
COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R. G.; VIEIRA, C. S. Manual de enfermagem em pediatria. 2º ed. Goiânia: AB, 2010.	5	110,00	550,00
FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	1	90,00	90,00
FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nadia Zanon. Enfermagem e Saúde da Mulher. São Paulo: Manole, 2013.			
FREITAS, Fernando. (org.). Rotinas em ginecologia. Porto Alegre: Artmed, 2011.	5	60,00	300,00
FUJIMORI, E; OHARA, C.V.S. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009.	5	80,00	400,00
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.	1	50,00	50,00
GOMES, Alice Martins. Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva. EPU, 2008.	1	10,00	10,00

GUYTON, A. C. Fisiologia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.	1	480,00	480,00
HÜBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira / Mackenzie, 1998.	5	15,00	75,00
JOHNSON, Marion. Ligações Nanda, NOC e NIC. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.	1	150,00	150,00
KNOBEL, E. et. al. Condutas no paciente grave. São Paulo: Atheneu; 2006. 2vls.	1	60,00	60,00
KYLE, Terri. Enfermagem Pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.	5	70,00	350,00
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 03/2010.	5	65,00	325,00
MARTINS, G. A., LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2ª ed São Paulo: Atlas, 2007.	1	70,00	70,00
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.	1	75,00	75,00
MONTEIRO, G. Guia para elaboração de projetos, Trabalhos de conclusão de curso (TCC), Dissertação e Teses. São Paulo: Edicon, 1998.	5	60,00	300,00
MOOCK, M. Basile Filho A. Casos clínicos em terapia intensiva. São Paulo: AMIB, 2014.	5	120,00	600,00
NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação – 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.	1	100,00	100,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Como cuidar de idosos. Campinas: Papyrus, 1996	1	30,00	30,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2002.	5	30,00	150,00
PAPALÉO NETO, Matheus. Velhice ou Terceira Idade? 3ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.	5	30,00	150,00
PESSINI, L. Distanásia: até quando prolongar a vida. São Paulo: Loyola; 2007. PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Loyola, 2014.	1	120,00	120,00
SEGRE, Conceição Aparecida de Matos. Pediatria – Diretrizes Básicas Organização de Serviços. 1ª edição. São Paulo: Sarvier, 2001.	1	80,00	80,00
SMELTZER, Suzanne C. BRUNNER & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.	5	25,00	125,00
SWERINGER, P. L.; KEEN, J. H. Manual de Enfermagem no cuidado crítico: Intervenções em enfermagem e problemas colaborativos. Porto Alegre: Artmed; 2005.	1	70,00	70,00
WHALEY, Sucille F. WONG, Dorme. Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Interação Efetiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	1	85,00	85,00
ALFARO-LEFREVE, R. Aplicação do Processo de enfermagem. Promoção do Cuidado Colaborativo. Porto Alegre: Artmed 2010.	1	25,00	25,00
DU GAS, Beverly Witter. Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.	5	120,00	600,00
PARANHOS, W. Y.; SALLUM, A. M. Calil. O enfermeiro e as situações de emergência. São Paulo: Atneneu; 2013.	1	40,00	40,00



ELIOPUOLUS, Charlotte. Enfermagem Gerontológica. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.	1	120,00	120,00
ESPINOSA, A F. Psiquiatria (Guia). Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2000.	1	20,00	20,00
HADDAD, Eneida G. de Macedo. O direito à velhice. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.	1	55,00	55,00
HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de enfermagem. 14. reimpr. São Paulo: EPU. 2001.	1	35,00	35,00
HUDAK, Carolyn M. Cuidados intensivos de enfermagem: 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1997.	1	70,00	70,00
JAYRES, M. Psicopatologia Geral. Vol., I e II. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	55,00	55,00
KATZUNG, B.G.; MASTERS S.B; TREVOR A.J. Farmacologia Básica e Clínica. 12ª edição. Rio de Janeiro. McGraw-Hill, 2014. 1228 p.	1	120,00	120,00
KURCGANT, Paulina <i>et al.</i> , Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	5	60,00	300,00
LOPES C.L.; Tratado de Clínica Médica. São Paulo. ROCA, 2006. 5366 p.	1	180,00	180,00
MARQUIS, Bessie L & HUSTON, Carol J; trad. Regina Machado Garcez e Eduardo Schaan. Administração e Liderança em Enfermagem.: teoria e aplicação. 2ª ed. Porto Alegre; Artmed, 1999.	5	25,00	125,00
MAXIMIANO, César Amaru. Teoria Geral da Administração – da revolução urbana à revolução digital. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. • TENÓRIO, Guilherme Fernando <i>et al.</i> Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.	1	50,00	50,00
MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2006.	5	80,00	400,00
MOTTA, Ana Letícia Carnevali. Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Operadoras de Planos de Saúde. São Paulo: Iátria, 2003 http://novo.portalcofen.gov.br/ http://www.coren-ro.org.br/site/	1	20,00	20,00
NICOLA, Anair Lazzari; ANSELM, Maria Luiza. Dimensionamento de Pessoal de enfermagem em um hospital universitário. Rev. Bras. Enferm 2005 mar – abr.; 58 (2): 186 – 90.	1	30,00	30,00
PAYVA, L. M. Medicina Psicossomática e Psicopatologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.	1	25,00	25,00
PEREIRA, M.G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.	5	55,00	275,00
RANG, H. P.; <i>et al.</i> Farmacologia. 7.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.808 p.	5	120,00	600,00
REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa. – 2 ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.	1	20,00	20,00
REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.	5	15,00	75,00
REIS, S.P. Psicologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenológica. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	20,00	20,00
ROUQUAYROL, Maria Zélia: ALMEIDA FILHO, Naomar de.	5	170,00	850,00

Introdução à Epidemiologia. 4ª Ed. Guanabara Koogan, 2006.			
SADOCK, B. J.; SADOCK, V.A. Compêndio de psiquiatria. Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 9.ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.	5	280,00	1400,00
SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da Epidemiologia em serviço: uma avaliação de desempenho do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Campinas, SP: [s.n.], 2004.	1	30,00	30,00
SILVA, P. Farmacologia. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010. 1352 p.	5	450,00	2250,00
SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2002.	1	25,00	25,00
SPOERRI, T. H. Manual de Psiquiatria, fundamentos da clínica. São Paulo: Atheneu, 2000.	1	20,00	20,00
TAKESHY, Tachizawa. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.	5	120,00	600,00
TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001	1	20,00	20,00
TOWNSEND, M. C.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados. 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	5	30,00	150,00
VIANA, Sólton Magalhães., [et.al.]. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.	1	50,00	50,00
SUBTOTAL	177		17.685,00
TOTAL	409		49.305,00

INVESTIMENTO TOTAL

Item	Descrição	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	TOTAL
1	Laboratórios					
1.1	Multidisciplinar	52.091,10	-0-	-0-	-0-	52.091,10
1.2	Enfermagem	64.526,00	-0-	-0-	-0-	64.526,00
1.3	Anatomia	113.642,43	-0-	-0-	-0-	113.642,43
1.4	Fisiologia	15.500,00	-0-	-0-	-0-	15.500,00
2	Recursos Humanos					
2.1	Docente	08 Doc. 66.981,76	16 Doc. 133.963,52	25 Doc. 209.318,00	25 Doc. 209.318,00	619.581,28
2.2	Téc. Laboratórios	2 Téc. 2.824,50	5 Téc. 7.061,25	5 Téc. 7.061,25	5 Téc. 7.061,25	24.008,25
3	Bibliografia					
3.1	Bibliografia	23.240,00	8.380,00	17.685,00	-0-	49.305,00
TOTAL		338.805,79	149.404,77	234.064,25	216.379,25	938.654,06

Documento: **PPCFINALPARACADCOU.doc.pdf**.

Assinado por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em 30/10/2020 22:08.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em: 30/10/2020 22:07.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
e56f3d249869fa114cb1fa23dad47510.

**UNESPAR - CAMPUS PARANAGUA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 30/10/2020 22:08

DESPACHO

Em atendimento às recomendações do CEPE, em anexo o PPC do curso de Enfermagem com as devidas revisões.

Documento: **Despacho_7.pdf**.

Assinado por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em 30/10/2020 22:08.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Sebastiao Cavalcanti Neto** em: 30/10/2020 22:08.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
32529b8e4c0de2763dfa717d29fbd90d.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
GABINETE DA REITORIA

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 03/11/2020 10:27

DESPACHO

Prezados Pró-reitores e Pró-reitora, o processo em tela foi submetido ao CEPE e tendo sido aprovado, retornou ao Centro de área para atendimento ao Parecer da Câmara de Graduação.

Para dar sequência aos trâmites, o gabinete do Reitor encaminha o processo para que sejam anexados os pareceres das Pró-reitorias meio, com objetivo de que seja colocado na pauta do próximo CAD.

Solicitamos que cada pró-reitoria anexe neste processo o Parecer e, somente após ter anexado, finalize a pendência do processo.

Documento: **Despacho_8.pdf**.

Assinado por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em 03/11/2020 10:28.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em: 03/11/2020 10:28.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
de0ec391a1231149c8fcacb88c26deeb.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
GABINETE DA REITORIA**

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 04/11/2020 16:34

DESPACHO

Segue a Resolução de aprovação da proposta no CEPE.

Ana Cristina Z. Cathcart
Secretária dos Conselhos Superiores da UNESPAR

Documento: **Despacho_9.pdf**.

Assinado por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em 04/11/2020 16:34, **Ana Cristina Zanna Cathcart** em 04/11/2020 16:42.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em: 04/11/2020 16:34.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
9f807369181ce35295822561b3c12443.

RESOLUÇÃO Nº 031/2020 – CEPE/UNESPAR

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem, a ser ofertado no *Campus* de Paranaguá da UNESPAR.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO e REITOR DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

considerando os incisos I e IV do Art. 7º do Regimento Geral da Unespar, referentes às atribuições deste Conselho;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 16.680.593-7;

considerando a deliberação contida na ata da 6ª Sessão (3ª Ordinária) do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESPAR, realizada no dia 29 de outubro, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem, a ser ofertado no *Campus* de Paranaguá, com carga horária de 4.060 (quatro mil e sessenta) horas, oferta de 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, com disciplinas anuais, turno de funcionamento integral, tempo mínimo de integralização de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Art. 3º Publique-se no *site* da UNESPAR.

Paranavaí, 04 de novembro de 2020.

Antonio Carlos Aleixo
Reitor da Unespar
Decreto Nº 5756/2016

(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 5389/2016)

Documento: **Resolucao0312020PPCBachareladoemEnfermagemParanagua.pdf**.

Assinado por: **Antonio Carlos Aleixo** em 04/11/2020 17:19.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em: 04/11/2020 16:35.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
110e2bc8e1b3fa805bc4d3108fd88de9.

PARECER/RELATÓRIO

Origem:	PROGESP-Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento
Para:	CAD-Conselho de Planejamento, Administração e Finanças
Assunto:	CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM PARA O CAMPUS DE PARANAGUÁ.
Protocolo nº:	16.680.593-7

1 – Histórico

Em análise à propositura do Projeto Pedagógico (PPC) de criação do Curso de Bacharelado em Enfermagem para o Campus de Paranaguá aponta como motivo desta “preocupação está relacionada às demandas existentes para cursos na área de saúde no litoral paranaense e, consolidação do campus enquanto universidade abrangendo novas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. Assim, buscou-se o alcance das Engenharias com a criação do curso de Engenharia da Produção e, agora busca-se cursos na área de Ciências da Saúde”.

A demanda por cursos na área de Enfermagem para atendimento ao serviço público e privado, bem como o atendimento às secretarias de saúde dos sete municípios do litoral paranaense e aos hospitais públicos e privados. Constata-se que no litoral paranaense não têm instituições públicas ou privadas que ofertem cursos de enfermagem presencial, sendo necessário nossos egressos do ensino médio se deslocarem para Curitiba ou Joinville.

O corpo docente para o curso de Enfermagem para constituição do Colegiado, será composto por 25 professores, sendo contratados inicialmente por Professores com contrato temporário através do Processo Seletivo

Simplificado até a realização do concurso público, com titulação de pós-graduação stricto sensu - doutorado, conforme deliberação do Conselho Universitário da Instituição. Para a implantação do curso de Enfermagem será necessário também a contratação de 05 Agentes Universitários para acompanhamento dos docentes e discentes nas atividades.

A proposta do Curso se preocupa em atender as características locais e regionais. A matriz curricular apresenta disciplinas optativas, estágio supervisionado, atividades complementares e disciplinas que adequam seus programas às demandas regionais e ao interesse dos estudantes perfazendo 4060 horas. Com a duração de 4 anos oferecerá 40 vagas, integral. Organizado em regime seriado anual, com disciplinas anuais.

2 - Análise

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem, a ser ofertado no Campus de Paranaguá, com carga horária de 4.060 (quatro mil e sessenta) horas, oferta de 40 (quarenta) vagas anuais, regime de matrícula seriado anual, com disciplinas anuais, turno de funcionamento integral, tempo mínimo de integralização de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Os proponentes apresentam o compromisso com as demandas e a inserção local e o desenvolvimento humano e da região do Litoral, questões alinhadas e em consonância com as metas e ações contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unespar – o PDI.

Nesse sentido, a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento - PROGESP cabe a análise de recursos humanos, em tela, docentes e agentes universitários como técnicos de laboratórios. Assim, reconhecemos que o quantitativo de vagas docentes é insuficiente, considerando a inexistência de efetivo para suprir as necessidades da Unespar,

a contínua contratação em caráter temporários no provimento das demandas dos Campi e o limite em horas que decorre de autorização pelo Governo do Estado do Paraná.

Quanto ao mérito da matéria, na gestão dos recursos humanos (docentes) com base no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional da Unespar para a implantação e manutenção da primeira turma do Curso proposto, retomamos que o fazer universitário da UNESPAR decorre da busca permanente, junto ao Governo do Estado, de contratação de agentes universitários e docentes por meio de concurso público.

A demanda apresentada para o corpo docente e agentes universitários como técnicos de laboratórios para suprir as necessidades do curso de bacharel em enfermagem será de 25 professores, T40, que poderão ser com contrato até a realização do concurso público, com titulação de pós-graduação stricto sensu - doutorado.

Para a implantação do curso será necessário também a contratação de 05 técnicos de laboratório para acompanhamento dos docentes e discentes nas atividades práticas. Para início em 2021 estima-se 9 (nove) professores para o 1ª série, 09 (nove) professores em 2022 para a 2ª série, 08 (oito) professores e para a 3ª série e , 02 (dois) professores para a 4ª série, última série, prevista para 2023 em Regime de Trabalho para 40 horas. Perfazendo um total de 25 professores.

Avaliamos que a Unespar não conta atualmente, no quadro funcional da Unespar de docentes para absorver o impacto proporcionado pela criação do Curso. E não dispomos também de autorização de contratação de horas para docentes temporários pelo Governo do Estado que seja suficiente para garantir corpo docente necessário para o início e a manutenção do Curso.

Consideramos ainda, que para garantir atividades precisaremos de 05 Agentes Universitários na autorização para abertura de Processo Seletivo Simplificado, que complemente o quantitativo de Agentes Universitários para Unespar, de acordo com a Resolução nº 016/07, da SETI possibilitaria temporariamente, o atendimento técnico até a realização de Concurso Público.

3 - Parecer

Assim, manifestamo-nos **favoráveis à aprovação** da proposta de criação do Curso de Bacharelado em Enfermagem para o Campus de Paranaguá **condicionada** à autorização de abertura imediata de concurso público ou ainda, excepcional autorização, da contratação de horas para docentes e agentes universitários temporários, no ato da aprovação final pelo Executivo Estadual.

É o parecer.

Maria Perpétua Abib
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento
PROGESP

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Parecer: 006/2020-PRAF

Interessado: PROGRAD

Protocolo(s): 16.680.593-7

Assunto: Proposta de criação do curso de Enfermagem – Bacharelado – UNESPAR – para oferta no campus de Paranaguá (PR).

Data: 18/11/2020

Introdução:

Trata-se de propostas de implantação de curso de graduação com histórico, projeto e argumentação devidamente instruídos nos presentes autos.

À PRAF cabe a manifestação única e exclusiva acerca das necessidades financeiras, orçamentárias e de recursos materiais e patrimoniais, pelos quais nos manifestamos no presente documento.

Análise:

Preliminarmente informamos que a necessidade indicada de docentes passa pela disponibilidade de vagas para concurso público e pela disponibilidade de orçamento para despesas com pessoal e encargos. Pertinente a nossa pasta temos que o orçamento da universidade para pessoal e encargos no exercício de 2020 é de R\$ 176.333.204,00, sendo a projeção de despesa, salienta-se que a mesma não será suficiente para a execução da folha de pagamento com os encargos para o exercício de 2020. Desta forma é necessária a garantia de que a universidade terá consignado nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA's) dotações que sejam suficientes para manterem os valores das folhas de

pagamento futuras, incluindo o crescimento vegetativo, encargos sociais e as expansões, ora, pleiteadas pela implantação em tela.

A mesma avaliação deve ser feita com relação à necessidade de cargo de direção acadêmica para a coordenação do curso, o que também gerará impacto de acréscimo nos gastos com pessoal e encargos sociais.

Com efeito não se trata somente de decisão da universidade, mas sim dos tetos orçamentários que são distribuídos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) em conjunto com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Para a implantação do curso há a necessidade de contratação de professores para todas as séries, conforme cronograma de implantação, fato que gera impacto e deve ser devidamente acomodado no orçamento da universidade.

A implantação do curso visa atender demanda regional e o curso utilizará a estrutura do campus de Paranaguá. Entretanto, necessário se faz demonstrar quais as necessidades de custeio e investimento que deverão ser de responsabilidade da Unespar, para que seja feito o estudo de impacto orçamentário e financeiro e apropriado pelo orçamento de custeio do campus de Paranaguá.

Recomendações:

Diante do exposto recomendamos que:

- Deve-se ter a garantia de que a universidade terá disponibilidade orçamentária para fazer frente à ampliação das despesas com pessoal para acolher a despesa total final;
- Deve-se ter a indicação das necessidades de recursos de custeio e investimentos por parte da Unespar, para estudo de viabilidade.

Parecer:

Considerando as informações e manifestações nos autos somos de parecer favorável à implantação do curso proposto desde que as recomendações arroladas neste parecer sejam plenamente atendidas.

É o parecer.

Paranavaí (PR).

Prof. Rogério Ribeiro
Pró-reitor de Administração e Finanças
UNESPAR

Documento: **parecer_curso_enfermagem_166805937.pdf**.

Assinado por: **Rogério Ribeiro** em 18/11/2020 09:00.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Rogério Ribeiro** em: 18/11/2020 09:00.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
7cdc402a99e5aacc0eafe196ca8f9ca.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR

CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – CAD

PARECER 010/2020

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

Interessado:	PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
Assunto:	Parecer de criação do curso de Enfermagem - Paranaguá	Campus de
Relatoria:	ANGELO RICARDO MARCOTTI	
Protocolo nº:	16-680-593-7	
Data:	18/11/2020	

1. HISTÓRICO

Trata-se de parecer para criação do curso bacharel em Enfermagem, sob protocolo Nº 16-680-593-7 de origem do campus de Paranaguá. O processo passou pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unespar e chega para a Pró-reitoria de Planejamento, em data de 03 de novembro de 2020, com pedido de parecer sobre a implantação do curso.

O processo tem como objetivo atender às demandas da comunidade local e, neste sentido, apresentam-se aspectos da realidade local, regional e brasileira, considerando-se as constantes transformações de acordo com suas prioridades e estratégias estabelecidas.

O processo é resultado partir dos esforços coletivo e institucional dos envolvidos, constituído pela comissão composta por docentes e profissionais de enfermagem do litoral paranaense, responsáveis pela proposição do PPC.

O processo contém elementos essenciais para os subsídios da discussão, sendo a apresentação, justificativa, contextualização da instituição, os objetivos do curso, metodologia e avaliação de aprendizagem, organização curricular, distribuição de disciplinas e bibliografias, a proposta pedagógica, atividades articuladas, do corpo social, e da infraestrutura do curso.

Para realização do parecer de aspectos administrativos e financeiros, do planejamento institucional, centralizou-se as leituras e apontamentos específicos ao Projeto Político pedagógico do curso.

2. ANÁLISE

A proposta do curso de Enfermagem prevê a oferta no curso de Paranaguá, no turno integral, com carga horária total de 4.836 horas aulas e 4.030 horas relógio. A habilitação do curso foi indicada como bacharelado com período de integralização de 4 (quatro) anos mínimos para integralização.

A proposta apresenta coerência com as linhas gerais da legislação vigente relacionada aos cursos de enfermagem, seja na questão de disciplinas comuns, atividades extracurriculares, estágios, educação para relações étnico-raciais, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, educação ambiental e educação em direitos humanos. Além disso, examina-se a pertinência e atenção da proposta com relação às exigências às diretrizes da profissão. Cabe destacar, neste sentido, que a proposta foi apreciada e deliberada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unespar.

A proposta apresentou justificativas para a implantação do curso, assim como, concepções, finalidades, objetivos, metodologia de ensino e aprendizagem, perfil do egresso, estrutura curricular, a listagem de ementas e bibliografias por disciplina necessárias para a formação. Apresentando assim, aspectos relacionados a pesquisa e extensão do curso.

Ao iniciar a descrição da gestão do curso, no item 13.2.1 Coordenação do curso, é mencionado “*Para a coordenação pró-tempore os membros do Núcleo Docente Estruturante elegeram o professor Wilian Augusto de Melo.*” A seguir, cita-se que o docente possui “*15 anos de docência: sendo 06 anos **Professor Efetivo da Unespar do curso de Enfermagem do Campus de Paranaíba***” (grifo nosso). Neste item, cabe esclarecimentos sobre as implicações administrativas da coordenação do curso, mesmo que pró-tempore, não possuir lotação no campus/cidade de oferta do curso. Ademais, no item “*13.2.2.1 Composição,*” são apresentados docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante. Novamente, importante esclarecer sobre as implicações administrativas da composição do NDE possuir docentes que não são lotados no campus/cidade de oferta do curso.

No anexo IV, foi apresentado o planejamento financeiro de implantação do curso. Com relação as necessidades de pessoal, foi apresentado, no Anexo IV, a previsão de despesas com a contratação de 25 docentes, de preferência com regime de dedicação exclusiva, além de 5 técnicos de laboratório. Foi apresentado, na F. 201, uma tabela com previsão de investimentos em pessoal composta por um descrito de professores doutores e técnicos de laboratório, os valores totalizam uma estimativa mensal aproximada no valor de R\$ 216.379,25, quando da implantação das quatro turmas do curso.

O Anexo IV dispõe, ainda, de um descritivo e quantitativo de equipamentos para implantação de quatro laboratórios, a saber, laboratório multidisciplinar, laboratório de enfermagem, laboratório de anatomia, laboratório de fisiologia. O valor estimado a ser destinado para investimentos em totalizam R\$ 245.759,53.

Além dos recursos financeiros para compra de equipamentos destinados às atividades administrativo-pedagógicas, é importante destacar se haverá também a necessidade de espaço físico para a instalação de laboratórios. Além disso, há que se pensar em sala para docentes do colegiado, sala para coordenação do curso, sala para atendimento de estudantes, espaços destinados aos professores para atividades de preparação de atividades e estudos, entre outras demandas desta natureza.

Sobre a bibliografia fundamental para o curso, foi demonstrado a partir da F. 201. Totalizando a soma de 409 itens, relativa aos quatro anos de funcionamento do curso, com total aproximado de investimentos no valor de R\$ 49.305,00.

Por fim, com relação aos investimentos para a implantação do curso, ao final da primeira turma, serão necessários um valor total estimado em R\$ 938.654,06, sendo aproximadamente 36% (R\$ 338.805,79) do montante no primeiro ano, 16% (R\$ 149.404,77) no segundo ano, 25% (R\$234.064,25) no terceiro ano de implantação do curso e 23% (R\$ 216.379,25) ao final de formação da primeira turma.

Sobre as implicações de ordem financeira, é necessário destacar que a Unespar não oferece, atualmente, incremento em seu orçamento para despesas de pessoal, para custeio e capital necessários para implantação da proposta em tela. Enfatiza-se da

necessidade de ampliação nos recursos financeiros apontados pela proposta junto a mantenedora.

Em relação a pertinência do curso frente ao Plano de Desenvolvimento Institucional, para o período de 2018 a 2022, cabe destacar que o plano de objetivos, metas e ações não prevê a criação de novos cursos de graduação, como objetivos ou metas a serem cumpridas.

Os demonstrativos sobre os aspectos administrativos, financeiros e de recursos humanos encontram-se apresentados no processo. Do ponto de vista do planejamento, a proposta encontra-se com aderência as linhas condutoras anteriormente aprovadas por este conselho.

Nestes termos, não vejo óbice para o acolhimento e para apreciação e deliberação pelo Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar.

3. PARECER

Em face do exposto, e considerando todo o trabalho, relevância e pertinência da proposta do curso, sou de parecer favorável a aprovação da proposta de criação de Enfermagem no campus de Paranaguá.

Resta saber, contudo, no que diz respeito às questões administrativas e financeiras (de pessoal, de custeio e de capital), apontadas neste parecer, quais estratégias serão tomadas para superar as rogativas apontadas.

Angelo Ricardo Marcotti
Pró-reitor de Planejamento
Portaria 116/2018 – REITORIA/UNESPAR

Documento: **PARECER010CURSODOCURSODEENFERMAGEM.pdf**.

Assinado por: **Angelo Ricardo Marcotti** em 18/11/2020 19:56.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Angelo Ricardo Marcotti** em: 18/11/2020 19:56.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
981b276c88638821951e374347dd31f5.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
GABINETE DA REITORIA

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 23/11/2020 15:29

DESPACHO

Conforme consta na ata da 7ª Sessão (4ª Extraordinária) do Conselho de Administração, Planejamento e Finanças da UNESPAR, realizada no dia 18 de novembro de 2020, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*, os Pareceres das Pró-reitorias PRAF, PROGESP e PROPLAN, foram aprovados. Segue, anexa, a respectiva Resolução.

Edineia Navarro
Assessora Técnica do Gabinete

Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinado por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em 23/11/2020 15:29.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em: 23/11/2020 15:29.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
e0078119815d7553ea68f497df829417.

RESOLUÇÃO Nº 057/2020 – CAD/UNESPAR

Aprova os requisitos administrativos, financeiros e de recursos humanos para criação do Curso de Bacharelado em Enfermagem, a ser ofertado no *Campus* de Paranaguá da UNESPAR.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso VII do Art. 9º do Regimento Geral da Unespar referente às atribuições deste conselho;

considerando os Pareceres das Pró-reitorias de: Administração e Finanças (PRAF), Gestão de Pessoas e Desenvolvimento (PROGESP) e Planejamento (PROPLAN);

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 16.680.593-7;

considerando a deliberação contida na ata da 7ª Sessão (4ª Extraordinária) do Conselho de Administração, Planejamento e Finanças da UNESPAR, realizada no dia 18 de novembro de 2020, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os requisitos administrativos, financeiros e de recursos humanos para criação do Curso de Bacharelado em Enfermagem, a ser ofertado no *Campus* de Paranaguá.

Art. 2º As condições estabelecidas pelo CAD, registradas na Ata desta Sessão, devem ser observadas.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º Publique-se no *site* da UNESPAR.

Paranavaí, em 23 de novembro de 2020.

Antonio Carlos Aleixo
Reitor da Unespar
Decreto Nº 5756/2016

(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 5389/2016)

D o c u m e n t o :
ResolucaoN0572020AprovaosrequisitosadministrativosfinanceirosederecursoshumanosparacriacaodoCursodeEnfermagemParanagua.pdf.

Assinado por: **Antonio Carlos Aleixo** em 24/11/2020 09:10.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Edineia Fatima Navarro Chilante** em: 23/11/2020 15:30.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
6415b364fa8efb5d00498cdd82beeb1b.

CANCELADO

Página(s) 423 a 423 cancelada(s) por Ana Cristina Zanna Cathcart em: 15/12/2020 07:59 motivo: Arquivo incorreto..



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
97de263c6335b0ed4bbb3dbd74339323.

CANCELADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
GABINETE DA REITORIA

Protocolo: 16.680.593-7
Assunto: Proposta de criação do curso de bacharelado em Enfermagem para o campus de Paranaguá.
Interessado: SEBASTIÃO CAVALCANTI NETO
Data: 15/12/2020 08:01

DESPACHO

Encaminha-se a matéria para apreciação e deliberação do Conselho Universitário da UNESPAR.

Ana Cristina Z. Cathcart
Secretária dos Conselhos Superiores

Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinado por: **Ana Cristina Zanna Cathcart** em 15/12/2020 08:01.

Inserido ao protocolo **16.680.593-7** por: **Ana Cristina Zanna Cathcart** em: 15/12/2020 08:01.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
df179a403a41f2cf4ed948d364ba821f.